

UFRRJ

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE

TESE

**A CONSTRUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL NO
MUNICÍPIO DE ILHÉUS-BA: uma análise das alternativas de
desenvolvimento geradas após a crise da monocultura do cacau**

Angye Cássia Noia

2011



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO (UFRRJ)
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE

**A CONSTRUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL NO
MUNICÍPIO DE ILHÉUS-BA: uma análise das alternativas de
desenvolvimento geradas após a crise da monocultura do cacau**

ANGYE CÁSSIA NOIA

Sob a Orientação do Professor
Jorge Osvaldo Romano

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Doutora em Ciências Sociais**, pelo curso de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Linha de pesquisa em Políticas Públicas, Estado e Atores Sociais.

Rio de Janeiro, RJ
Fevereiro de 2011

338.981425

N782c

T

Noia, Angye Cássia.

A construção do desenvolvimento local no município de Ilhéus-BA: uma análise das alternativas geradas após a crise da monocultura do cacau/ Angye Cássia Noia, 2011.

216 f

Orientador: Jorge Osvaldo Romano

Tese (doutorado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais.

Bibliografia: f. 173-188

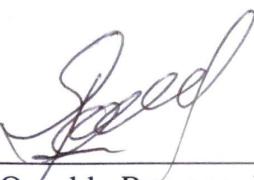
1. Ilhéus (BA) – Teses. 2. Desenvolvimento - Teses. 3. Turismo - Teses. 4. Pólo de Informática - Teses. I. Romano, Jorge Osvaldo. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM DESENVOLVIMENTO,
AGRICULTURA E SOCIEDADE

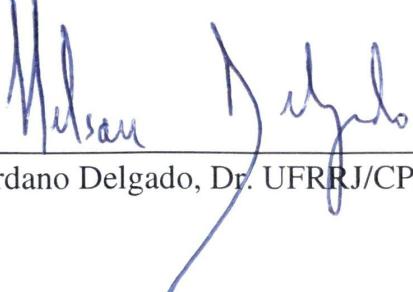
ANGYE CÁSSIA NOIA

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Ciências.

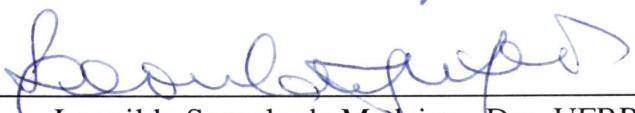
Tese aprovada em 11/02/2011.



Jorge Osvaldo Romano, Dr. UFRRJ/CPDA-RJ
(Orientador)



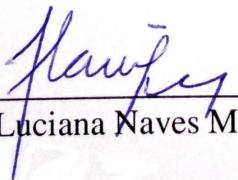
Nelson Giordano Delgado, Dr. UFRRJ/CPDA-RJ



Leonilde Servolo de Medeiros, Dra. UFRRJ/CPDA-RJ



Moema M^a. Badaró Cartibani Midlej, Dra. UESC/DCEC-BA



Flávia Luciana Naves Mafra, Dra. UFLA/DAE-MG

*À minha mãe,
Fonte da minha existência,
Mais uma conquista.*

AGRADECIMENTOS

À Deus pela proteção e iluminação durante toda minha vida e em mais uma conquista.

À minha família e amigos pelo apoio e compreensão nos inúmeros momentos em que me fiz ausente, pelo carinho, pelos direcionamentos, críticas e sugestões.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Jorge Osvaldo Romano, por ter me acolhido como sua orientanda, pelos ensinamentos enquanto professor e orientador, pela dedicação, pelo apoio e amizade.

Aos meus estimados professores, fundamentais na construção e reconstrução dos caminhos desta pesquisa: Nelson Delgado – por três semestres de troca de conhecimento; Renato Maluf – pela construção de uma visão ampliada sobre o desenvolvimento; Leonilde Medeiros – pelas orientações e críticas durante a construção do projeto de tese; Fátima Portilho – pelos direcionamentos nas análises sobre a evolução das sociedades contemporâneas; John Comerford – por ter ampliado minha visão de economista transitando pela Antropologia; John Wilkinson – por auxiliar na compreensão dos mercados sob a perspectiva sociológica.

Aos professores Nelson Delgado e Renato Maluf, registro meus agradecimentos especiais por terem aceitado participar da banca de qualificação do projeto de tese e pelas críticas e sugestões que muito colaboraram para este resultado final.

A todos os meus amigos e colegas do CPDA pela troca diária de experiências, pelo incentivo, pelas conversas e boas risadas.

À Coordenação do CPDA e à Tereza pela eficiência e presteza a todos os estudantes. Ao Henrique (Secretaria da Coordenação), em especial, pelo apoio, compreensão e auxílio em solicitações urgentes.

A todos os funcionários do CPDA pela qualidade do trabalho, respeito e solidariedade.

À Coordenação do CPDA/UFRRJ e ao Departamento de Economia, da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC/BA, na pessoa do Prof. Dr. Sócrates Guzmán, por terem viabilizado o cumprimento do estágio de docência em duas disciplinas, em um mesmo semestre.

Aos membros da banca examinadora pela aceitação do convite e contribuições.

À CAPES por ter concedido a bolsa de estudos, recurso que possibilitou dedicação exclusiva ao doutorado.

A todos os entrevistados (anônimos) pela colaboração.

À Neuza, Caíque, Janaína e Maria Júlia, minha família “adotiva” no Rio de Janeiro.

Aos meus vizinhos, os frades franciscanos da Paróquia de São Sebastião na Tijuca, em especial ao Frei Vital, e a todos os funcionários, meus amigos.

RESUMO

NOIA, Angye Cássia. **A CONSTRUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL NO MUNICÍPIO DE ILHÉUS-BA: uma análise das alternativas de desenvolvimento geradas após a crise da monocultura do cacau.** 2011. 216p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Centro de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2011.

Esta pesquisa teve por objetivo analisar a reorganização dos rumos do desenvolvimento local no município de Ilhéus-Bahia, após a década de 1990, a partir da crise da monocultura do cacau com a vassoura de bruxa. Essa crise, dentre as anteriores, se tornou um ponto de inflexão para o desenvolvimento local pelo fato de, ainda não tendo sido superada, deixar patente a necessidade de diversificação da dinâmica produtiva instaurada no município. A partir de então, duas atividades se destacam nos discursos locais (iniciativa privada, poder público, pesquisadores e sociedade civil) e estaduais (destaque ao Governo do Estado) enquanto alternativas de desenvolvimento: o Turismo e o Pólo de Informática de Ilhéus. O turismo, com uma trajetória particular, foi sustentado pelas vocações do município, em especial as belezas naturais, a história e a cultura amplamente divulgadas nas obras literárias de Jorge Amado. O Pólo de Informática surge de uma dinâmica oposta, figurando como uma intervenção do Governo do Estado, com o intuito de criar uma compensação para a crise da região. Para a realização desta pesquisa, foram definidos e cumpridos os seguintes objetivos específicos: 1) Contextualizar historicamente a implantação da cacaicultura no município de Ilhéus, suas características, resultados, intervenções na economia e sociedade local, as crises cíclicas e o ponto de inflexão no desenvolvimento local com a crise de 1989. Destacando, também, as ações de recuperação da lavoura e as expectativas subjacentes; 2) Investigar a trajetória do turismo e do pólo de informática após a década de 1990, destacando as motivações à inserção das atividades, o perfil e os avanços de cada setor, as limitações observadas e as potencialidades. Elucidando o papel exercido pelo poder público municipal no sentido de apoiar iniciativas, regulamentar processos e fomentar/coordenar parcerias; 3) Analisar o estado atual das alternativas de indução do desenvolvimento local e suas perspectivas sob o ponto de vista de gestores do poder público, da iniciativa privada e da sociedade civil, ressaltando os elementos convergentes e divergentes nas visões exteriorizadas e as percepções que forjam para cada atividade; e, 4) Constatar visões e expectativas de atores acerca dos benefícios e prejuízos inerentes ao projeto do Complexo Intermodal Logístico Produtivo “Porto Sul” Bahia, a ser implantado em território ilheense. A pesquisa foi concentrada numa abordagem qualitativa, utilizando-se pesquisa bibliográfica, documental e dados quantitativos – limitados pela disponibilização em fontes oficiais. Os dados foram coletados em fontes secundárias e primárias, com a realização de entrevistas semi-dirigidas em anonimato. De maneira abrangente, pode-se dizer que, sob o ponto de vista dos atores locais, ao analisarem a trajetória das duas alternativas levantadas, nenhuma das duas encontrou cenário propício para a consolidação efetiva e, portanto, para influir significativamente no desenvolvimento local, apesar das potencialidades e contribuições para a economia e a sociedade. Numa teia complexa de entraves políticos, institucionais e organizacionais, a iniciativa local perfaz uma postura precária, seguida de uma estrutura pública administrativa endividada, sem recursos e autonomia para ação.

Palavras-chave: Ilhéus-BA, Desenvolvimento Local, Cacau, Turismo, Pólo de Informática.

ABSTRACT

NOIA, Angye Cássia. **CONSTRUCTION OF LOCAL DEVELOPMENT IN THE CITY OF ILHÉUS-BA: an analysis of development alternatives generated after the crisis in the cocoa monoculture.** 2011. 216p. Thesis (Doctorate in Social Sciences in Development, Agriculture and Society). Institute of Humanities and Social Sciences. Graduate Center for Social Sciences in Development, Agriculture and Society Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, 2011.

This study aimed to examine the reorganization of the direction of local development in the city of Ilhéus, Bahia, after the 1990s, from the crisis with the monoculture of cocoa witches' broom. This crisis, among the others, became a turning point for local development because, having not yet been settled, leaving clear the need for diversifying the productive dynamic established in the municipality. Since then, two activities are highlighted in speeches sites (private, government, researchers and civil society) and state (highlight to the State Government) while alternative development: Tourism and Informatics Pole of Ilhéus. Tourism, with a particular trajectory, was supported by the vocations of the city, especially the natural beauty, history and culture disseminated widely in literary works of Jorge Amado. The Informatics Pole arises from an opposite dynamic, appearing as an intervention of the State Government, in order to create a compensation for the crisis in the region. For this research have been set and met the following objectives: 1) contextualize historically the establishment of cocoa plantations in Ilhéus, its characteristics, outcomes and interventions in the local economy and society, the crises and the cyclical turning point in local development with the crisis of 1989. Noting also the actions for recovery of farming and the expectations behind, 2) Investigate the evolution of tourism and Informatics Pole after the 1990s, highlighting the motivations for integration of activities, the profile and progress of each sector, the observed limitations and capabilities. Elucidating the role played by the municipal government to support initiatives, regulatory processes and promoting and coordinating partnerships; 3) Review the current state of alternative local-development and its prospects from the point of view of managers of public power, the private sector and civil society, highlighting the convergent and divergent elements in the views out, and the perceptions that mold for each activity and, 4) Realize visions and expectations of actors about the benefits and hazards inherent in the design of the Intermodal Logistics Complex Productive "Port South" Bahia, to be deployed in territory of Ilhéus. The research was concentrated on a qualitative approach, using literature search, document and quantitative data - limited by the availability of official sources. Data were collected from secondary sources and primary interviews with the semi-directed anonymous. Comprehensively, we can say that from the point of view of local actors, in analyzing the trajectory of the two alternatives mentioned, neither scenario found suitable for the effective consolidation and thus to significantly influence the local development, despite the potential and contribution to the economy and society. In a complex web of political barriers, institutional, organizational, local initiative makes a precarious position, followed by a public administrative structure indebted, without resources and autonomy for action.

Keywords: Ilhéus-BA, Local Development, Cocoa, Tourism, Informatics Pole.

LISTA DE FIGURAS

1	Limites do município de Ilhéus (BA).....	5
2	Usos da terra, município de Ilhéus, Bahia.....	7
3	Zoneamento agroambiental do município de Ilhéus.....	8
4	O município de Ilhéus como referência local e outras espacialidades.....	19
5	Expansão urbana de Ilhéus.....	38
6	Antiga igreja jesuítica de São Sebastião (XVIII).....	38
7	Catedral de São Sebastião (década de 1930).....	39
8	Catedral de São Sebastião.....	39
9	“Frutos de ouro” (esquerda) e fruto partido (direita) – amêndoas de cacau.....	41
10	Produção baiana de cacau.....	46
11	Evolução da produção brasileira de amêndoas de cacau e os momentos de instalação dos sistemas técnicos e eventos que promoveram transformações da atividade – 1900 a 2005.....	50
12	Expansão da vassoura de bruxa na área cacauícola da Bahia, 1989-1992.....	52
13	Vassoura de bruxa antes da necrose.....	53
14	Cacau acometido pela doença vassoura de bruxa.....	53
15	Produção de cacau brasileira e do estado da Bahia.....	57
16	Processamento de Cacau no Brasil, 1990/1991 (esquerda) e 2004/2005 (direita)....	60
17	Destino das exportações baianas de derivados de cacau em 2008.....	63
18	Produção e rede mundial de importação/exportação de cacau por continente, 2005/2006.....	64
19	Produção de cacau na Bahia, 1990/91-2008/09.....	71
20	Reunião marca o início da execução do PAC CACAU.....	76
21	<i>Folder</i> de divulgação do PAC CACAU.....	76
22	<i>Nibs</i> de cacau fino não torrado.....	82
23	Zonas Turísticas da Bahia.....	94
24	Projetos previstos e realizados, por complexo produtivo, BA, 2005.....	115
25	Estrutura setorial dos projetos realizados, por complexo produtivo, BA, 2005.....	116
26	Estrutura setorial dos investimentos realizados (em valores R\$ de 2004), por complexo produtivo, BA, 2005.....	116
27	Distrito Industrial de Ilhéus.....	119
28	Faturamento Anual do Pólo de Informática de Ilhéus (R\$).....	125
29	Estado das pistas no Distrito Industrial.....	127
30	Estado das pistas no Distrito Industrial.....	127
31	Participação dos municípios fora das regiões metropolitanas das capitais no Produto Interno Bruto da região Nordeste, 2004.....	131
32	Localização do aeroporto Jorge Amado, Ilhéus-BA.....	145
33	Primeiro porto de Ilhéus e área de acesso.....	147
34	Primeiro porto de Ilhéus.....	147
35	Localização do porto do Malhado, em funcionamento.....	149
36	Porto do Malhado.....	149
37	Litoral norte de Ilhéus onde está prevista a construção do Complexo Logístico.....	154
38	Estrutura do Complexo, Ponta da Tulha, Ilhéus-BA.....	155
39	Ferrovia Oeste-Leste (destacada em amarelo) integrada ao “Porto Sul” em Ilhéus..	156
40	Síntese estratégica da Ferrovia Oeste-Leste.....	157
41	Porto de Pernambuco (à esquerda) e Porto de Santa Catarina (à direita).....	161
42	Área para construção de um retro-porto da Bahia Mineração.....	162

LISTA DE TABELAS

1	Distribuição anual dos tributos estaduais (ICMS, IPI, IPVA, FIES), 2004-2008.....	10
2	Contribuição na formação do PIB por setor, Ilhéus/BA, 2002-2006.....	10
3	Produção agrícola no município de Ilhéus/BA, 2007.....	11
4	Produção brasileira de cacau (em mil ton.), ano agrícola - 1900/01 a 1977/78.....	45
5	Quantidade de amêndoas de cacau importada pelas empresas processadoras da Região Cacau-eira do Sul da Bahia (1992-2008).....	62
6	Moagem e importação de amêndoas de cacau pelo Parque Moageiro de Ilhéus, 1995 a 2002.....	62
7	Indicadores da evolução do turismo em Ilhéus, 1987 a 1991.....	104
8	Número de leitos e fluxo turístico em Ilhéus e Porto Seguro, 1989 a 1991.....	104
9	Fluxo global de turistas – Bahia, 2003-2006.....	106
10	Receita gerada com o turismo no verão – Bahia, 2003-2006.....	106
11	Evolução do PIB e da renda per capita, Ilhéus-BA.....	123
12	Emprego e produção das empresas do Pólo de Informática de Ilhéus, jun./1999.....	124
13	Destino das vendas das empresas do Pólo de Informática de Ilhéus – BA (%).....	128
14	Movimento de cargas (t.) no porto de Ilhéus: evolução por produto, 1995-1996.....	150
15	Principais produtos movimentados no porto de Ilhéus (BA), 1996-2000.....	151
16	Estatísticas anuais dos principais produtos movimentados no porto de Ilhéus.....	151

LISTA DE QUADROS

1	Caracterização das empresas de processamento de amêndoas de cacau no Brasil....	61
2	Organização da produção, formas de governança e estratégias inovativas: principais evidências do Pólo de Informática de Ilhéus.....	134

SUMÁRIO

RESUMO.....	vii
ABSTRACT	viii
LISTA DE FIGURAS.....	ix
LISTA DE TABELAS.....	x
LISTA DE QUADROS.....	xi
1 INTRODUÇÃO	1
1.1 Contextualização e justificativa.....	1
1.2 O município de Ilhéus, Bahia (BA)	5
1.2.1 Localização	5
1.2.2 Aspectos geoambientais	6
1.2.3 Indicadores de qualidade de vida, geração e distribuição de riquezas	8
1.3 Referencial teórico e delimitação do problema.....	12
1.3.1 O conceito de desenvolvimento: caráter polissêmico e aspectos evolutivos.....	12
1.3.2 Desenvolvimento local: definindo um campo de operacionalização	18
1.4 Objetivos.....	21
1.4.1 Objetivo geral	21
1.4.2 Objetivos específicos.....	21
1.5 Procedimentos metodológicos.....	22
2 O CACAU E A “PRINCESINHA DO SUL”	27
2.1 Cacaicultura como vetor de análise	27
2.2 Um pouco da história local: dos engenhos de açúcar ao cultivo do cacau	28
2.3 Construção política e relações de poder	33
2.4 Os coronéis e a construção da “Princesinha do Sul”.....	37
2.5 Economia Cacaueira: produção, crises e interesses	44
2.5.1 A produção de cacau no século XX.....	44
2.5.2 Vulnerabilidades do cultivo, intervenções e a crise de 1989.....	47
2.5.3 Produção e moagem pós-crise de 1989	55
2.6 Enfrentando a crise: avanços e entraves processuais.....	65
2.6.1 Articulações público-privadas: instituições, relações e efeitos	65
2.6.2 Ações de recuperação e perspectivas para a lavoura de cacau	70
3 CRISE E PROGRESSO: novos rumos nas terras do cacau.....	86
3.1 O turismo em Ilhéus-BA: profissionalismo ou exploração aleatória?	88
3.1.1 Evolução da política nacional de turismo.....	88
3.1.2 O desenvolvimento do turismo na Bahia.....	91
3.1.3 O turismo no nível local: histórico, perfil e natureza das articulações.....	95
3.1.4 A trajetória da atividade: caracterização e resultados pós-1990.....	103
3.1.5 Percepção de atores e perspectivas para o setor	108
3.2 Caminhos da industrialização na Bahia: um olhar sobre o Distrito Industrial de Ilhéus e a inserção do segmento de informática e eletro-eletrônicos	112
3.2.1 Histórico de implantação do Distrito Industrial	117

3.2.2 Pólo de Informática: políticas públicas e motivações	120
3.2.3 Pólo de Informática: caracterização, resultados e entraves operacionais	123
3.2.4 Instituições e formação de parcerias: um olhar sobre a cultura construída	135
3.2.5 Percepção de atores e perspectivas para o setor	140
3.3 Aspectos logísticos: situação atual e possibilidades de reversão	144
3.3.1 Situação Logística Atual: ênfase no porto e aeroporto.....	144
3.3.2 Complexo Produtivo Porto Sul Bahia	152
3.3.3 Área prevista para construção do Complexo	153
3.3.4 Um projeto de governo – a interiorização do desenvolvimento?	155
3.3.5 Complexo Intermodal Logístico Produtivo: proposições e expectativas	159
CONSIDERAÇÕES FINAIS	167
REFERÊNCIAS	173
ANEXOS	189

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização e justificativa

Esta tese tem por finalidade analisar a reorganização do desenvolvimento local no município de Ilhéus/BA, enfocando o Turismo e o Pólo de Informática, como alternativas de desenvolvimento, após a maior e mais duradoura crise da monocultura do cacau, atividade que exerceu papel preponderante no desenvolvimento do município e que ainda exerce papel de destaque no setor agrícola, apesar do desequilíbrio ainda em curso. Para complementar a construção das trajetórias e possibilidades de contribuição dessas duas alternativas, foi necessário verificar o (“re”) posicionamento ou não dos atores envolvidos na promoção dessas atividades mediante o projeto de construção do Complexo Logístico Produtivo do Sul da Bahia, em Ilhéus, considerando que a infraestrutura logística a ser construída impactará significativamente os dois vetores supracitados e as dinâmicas locais.

Nesse sentido, o primeiro passo foi elaborar uma análise acurada da implantação, desenvolvimento e declínio da cacaicultura com a difusão do fungo da vassoura de bruxa em 1989, bem como das ações mais recentes em prol de sua recuperação. A produção de cacau figurou como atividade econômica predominante no município de Ilhéus no período que vai das duas últimas décadas do século XIX até finais da década de 1980, perfazendo espaços, fazeres, lógicas, construindo a “civilização do cacau”. E é justamente por seu histórico de influência na construção de Ilhéus que se fez necessário evidenciar as características, as lógicas e os interesses vinculados à cacaicultura, como forma de elucidar as crises cíclicas e os entraves processuais, bem como as motivações à diversificação produtiva no início da década de 1990 e a persistência na recuperação da lavoura.

O cacau, conhecido na região, em seu apogeu, como “fruto de ouro”, foi motor de grandes disputas entre pequenos produtores e latifundiários, fonte predominante de tributos para o município e para o Governo do Estado da Bahia, gerador de emprego e riquezas, além de ter norteado a construção do tecido social. Desencadeou a expansão do comércio, das rodovias, do porto, da urbanização, da capacidade de importação e exportação e, em consequência, fomentou o crescimento populacional e a ampliação de serviços públicos e privados. Sustentou a construção de um imaginário de riqueza nas “terras do cacau”, mas também de concentração, segregação e conchavos entre coronéis e políticos (questões ilustradas nas obras literárias de escritores regionais, com destaque para Jorge Amado e Adonias Filho).

A disseminação do fungo *Crinipellis perniciosa* (conhecido como vassoura de bruxa em função do aspecto que tomam os galhos secos contaminados) que provocou, num contexto já frágil, um processo de derrocada da produtividade nas plantações de cacau não só do município de Ilhéus, mas de toda Região Cacaueira da Bahia, representa um ponto de inflexão na economia local, fator relevante para a delimitação do período de análise, 1990 a 2010. Anteriormente a essa ocorrência, a atividade sofria com instabilidades relativas ao mercado (oferta, demanda e formação de preços), a fatores climáticos (secas prolongadas ou chuvas excessivas) e doenças naturais da lavoura como a podridão parda, além do endividamento dos produtores, restrições ao crédito e ausência de políticas públicas eficientes, eficazes e contínuas para ampliação e usufruto do potencial da cacaicultura.

O contexto resultante de incertezas, desemprego e queda brusca da geração e circulação de riquezas em Ilhéus evidenciou a urgência de diversificação produtiva para superar a dependência econômica do cacau e viabilizar o desenvolvimento do município também por outras vertentes, já que o bom andamento da economia local dependia de bons resultados nas fazendas e no mercado de cacau. Essa relação de dependência e exclusividade traduziu, de certa maneira, um “gargalo estrutural”, ou seja, o retrato econômico do município estaria sempre vinculado às condições nas quais a atividade se encontrasse. Esse é um segundo fator para a delimitação do período central¹ de análise (de 1990 aos dias atuais), por ter sido nessa conjuntura que a diversificação da base econômica recebeu maior atenção e fomento. Logo, trata-se de um momento propício para criar ou expandir formas de ação, alternativas para o aprimoramento do desenvolvimento local. Noutra perspectiva, essa mesma urgência pode representar uma ameaça ao processo de conformação de novos rumos para o desenvolvimento local, no sentido de que o imediatismo possa concentrar esforços e visões em questões de curto prazo, restringindo o pensamento e a conformação de ações necessárias para se planejar o desenvolvimento do município no longo prazo.

Elucidadas as considerações para a definição do período de análise, cabe dedicar um espaço para esclarecer a escolha das atividades que compõem o objeto de pesquisa, visto que são distintas e com pouco diálogo. Optar pela temática do desenvolvimento local demandou, de antemão, um percurso pela história de implantação e desenvolvimento da produção de cacau em função da identidade criada no lugar e de seu peso ainda marcante no setor agrícola, no imaginário local e no setor de beneficiamento, visto que detém a maior concentração de multinacionais moageiras instaladas no Brasil. Dentre as cinco indústrias, uma está em operação no Estado de São Paulo, e quatro na Bahia, sendo que uma opera no município de Itabuna (que faz fronteira com Ilhéus) e três estão instaladas em Ilhéus.

Interessa ainda, verificar como se instalou a crise e como os atores locais reagiram, aos entraves e avanços processuais, as visões e os interesses em reproduzir o “ideário do cacau”, especialmente pelo forte apelo ambientalista calcado na técnica de cultivo conhecida como “cabruca”. Nesse tipo de manejo, os cacauais são plantados sob as copas das árvores em florestas raleadas, técnica que contribuiu significativamente para a preservação da Mata Atlântica no município. Desde 1990, o alastramento e a não erradicação da vassoura de bruxa, em consonância com o endividamento dos agricultores, escassez de crédito e de políticas públicas têm dificultado o desenvolvimento de mecanismos de controle do fungo e a elevação da produtividade para compensar as oscilações de preços no mercado internacional e gerar retornos ao produtor. Ao passo que a extração de madeira tornou-se uma espécie de saída para proprietários de terras, assim como o investimento em outros cultivos ou mesmo criação de gado extensivo.

Tomando esse cenário como fonte instigadora, utilizou-se material bibliográfico (teses, dissertações, artigos, relatórios oficiais), observações e notícias locais divulgadas na *internet* para mapear as atividades vislumbradas como novos caminhos para alavancar o desenvolvimento local, visto que a realidade e os discursos locais apontavam para a necessidade de se buscar alternativas diante dos efeitos desastrosos do declínio da produtividade do cacau em toda a região. Complementarmente, através de pesquisa exploratória, realizada entre os meses de agosto e setembro de 2009, com gestores do setor público e privado, bem como pesquisadores das temáticas propostas e que atuam no município, obteve-se confirmação plena para a primeira suposição de alternativa, o Turismo. Além de representar parte da “corrida” por diversificação na pauta produtiva, devido a sua capacidade de gerar rendimentos a prazos mais curtos, essa atividade também foi respaldada

¹ Foi feita referência a período “central” de análise entre os anos 1990 e 2010 porque houve uma construção mais ampla, desde o início do século XX, com o intuito de destacar os estágios no percurso da cacaueira, conforme temáticas relevantes para esta pesquisa.

pelos recursos locais disponíveis – natureza, cultura, acessibilidade, meios de hospedagem, infraestrutura (destaque para rodovias, porto e aeroporto) – visto que o turismo já era praticado na cidade de Ilhéus, só que sem a agregação de interesses públicos e privados. Outrossim, a mudança de perfil produtivo rumo à profissionalização do turismo também está fortemente relacionada ao fomento da atividade turística nos planos, programas e projetos do Governo Federal (Ministério do Turismo) e Estadual (Secretaria de Turismo). Outro elemento significativo para a escolha desse segmento é o fato de Ilhéus ser considerada a principal cidade e portão de entrada para a Costa do Cacau (em função da acessibilidade – rodovias, porto e aeroporto).

A segunda pressuposição de alternativa ao desenvolvimento local a ser estudada aqui foi formatada em torno do Distrito Industrial de Ilhéus. Contudo, na etapa exploratória desta pesquisa, a proposta foi reestruturada mediante argumentos de agentes locais acerca de baixa expressividade no caso das poucas e pequenas indústrias de roupas e alimentos e, falta de dados, no caso das multinacionais moageiras de cacau, nem a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Município dispõem desses dados, excetuando-se, claro, o Governo do Estado da Bahia, em função da prestação de contas. Logo, esse setor foi transmutado para a temática da cacaicultura, a fim de destacar o segmento de moagem ainda instalado em Ilhéus. Assim, a segunda pressuposição foi reduzida ao Pólo de Informática, pelas seguintes razões: i) foi implantado por meio de política pública do Governador do Estado, com a finalidade de superar a crise econômica instalada; ii) pela disponibilidade de dados; iii) tem em seu escopo a proposição de geração e circulação de riqueza num padrão organizacional horizontalizado e que motiva a integração entre empresas, assim como outros pólos de informática do Nordeste; e, iv) tem potencial para influir nos demais segmentos produtivos, caso seja feito um planejamento integrado do setor à economia local e regional.

O Pólo de Informática de Ilhéus (PII), definido como alternativa de desenvolvimento, foi implantado em 1995 e representa o fomento ao campo industrial após a crise do cacau. “Surgiu como uma tentativa de melhorar os indicadores socioeconômicos da região (renda, emprego) e gerar maior competitividade para a economia local” (GOVERNO DA BAHIA, 1999, p. 1). Sua importância para a economia local se deve ao perfil de encadeamento horizontal, constituído principalmente por pequenas e médias empresas eletroeletrônicas. Essa conformação contribui para uma redução no escoamento dos rendimentos da produção (mesmo que haja empresas âncoras, estrangeiras ou nacionais, com dinâmicas contrárias), reduzindo a concentração de riquezas e aumentando a competitividade. Embora a cadeia produtiva dessa atividade seja horizontal, existe potencialidade e interesse por parte dos empresários em verticalizar alguns ramos, beneficiando a todos com a redução de custos e da dependência por importação de componentes e outros materiais, visto que essas empresas têm o perfil de montadoras e distribuidoras de produtos finais.

Contudo, a escolha dessas duas alternativas, Turismo e Pólo de Informática, não reduz a evidência de que outros setores são essenciais para expandir a economia local e contribuir com o desenvolvimento do município, como o comércio e demais atividades/serviços, assim como a contribuição ainda significativa da cacaicultura. Ademais, focar nas duas alternativas possibilita a delimitação do tema (em função de variáveis como tempo e custo) e suplanta a ausência de dados. Configuram-se, igualmente, como atividades em disputa por espaço de atuação, permitindo refletir sobre as articulações entre os agentes, os interesses, conflitos e entraves, bem como as conquistas e visões dos atores em relação às perspectivas para as duas alternativas e mesmo para a recuperação da cacaicultura. Dessa forma, apesar de distintas, podem ser abordadas em conjunto posto que o objetivo subjacente às mesmas é, dentre outros, contribuir com o desenvolvimento de Ilhéus. Diálogo comum que também pode ser estabelecido pela variável espacial, tomando o município como área de análise prioritária,

mesmo ultrapassando suas fronteiras para discutir com outras lógicas e espacialidades a depender da abrangência das questões.

Complementarmente, serão abordadas as condições atuais de operação da infraestrutura aeroportuária visto que as três atividades em questão dependem dessas estruturas para conformação da logística de produção e escoamento de produtos, sofrendo prejuízos acompanhados de baixa perspectiva de expansão. No entanto, esse engessamento parece estar se aproximando do fim. O Governador do Estado da Bahia, Jaques Wagner, em parceria com o Governo Federal e o setor privado, projetaram o Complexo Logístico Produtivo do Sul da Bahia, inserido num Programa de Descentralização Econômica, que busca solucionar a precariedade logística e infraestrutural do Estado, bem como interiorizar o desenvolvimento, reduzindo as desigualdades territoriais. O Complexo já é apresentado como “uma infraestrutura fundamental e gigantesca para recolocar o progresso nos trilhos: Ferrovia Oeste-Leste, novo Porto Sul Bahia, Aeroporto Internacional e a Zona de Processamento de Exportações [ZPE]” (MAGALHÃES, 2010, p. 7).

De acordo com o Secretário de Planejamento do Governo do Estado, “a Bahia é um estado que sempre teve sua economia concentrada e centralizada na região metropolitana de Salvador”. Após a crise do cacau foram gerados bolsões de miséria, “o turismo e o pólo de informática ganharam força, mas não são suficientes para garantirem, sozinhos, a retomada do desenvolvimento” (SICM, 2010, [s.p.]). Através desse Complexo pretende-se interiorizar o desenvolvimento de forma sustentável, gerando empregos, ativos ambientais (até 2019 deverão ser investidos R\$ 30 milhões apenas pelo Governo do Estado), fomentando o turismo e a prestação de demais serviços, assim como a industrialização não só em Ilhéus, mas em toda área de abrangência logística do Complexo Intermodal (SICM, 2010).

Esse projeto colocou o Litoral Sul, mais propriamente o município de Ilhéus, no centro desta intervenção que atingirá proporções ainda não estimadas. A escolha de Ilhéus deve-se a condições naturais propícias para a construção de um porto *offshore* (a 3km da costa, com profundidade natural de 19m, dispensando escavações para construção e manutenção de profundidade) com área próxima adequada e suficiente para a construção de um aeroporto de porte internacional, instalação de uma zona de processamento de exportação – ZPE, pátios de estocagem e áreas para demais demandas operacionais. A recondução das dinâmicas econômicas e sociais promovidas por esse Complexo atingirá, diretamente, outros dois territórios de identidade, o Sertão Produtivo e o Oeste Baiano, visto que serão interligados pela citada ferrovia, reduzindo custos e aprimorando as condições de exportação de frutas, soja e minério de ferro. Essa conexão se estenderá a outros centros produtores por meio da vinculação com a ferrovia Norte-Sul, no município de Figueirópolis, Estado do Tocantins.

O processo ganha qualificação e fomenta ainda mais expectativas com o anúncio de execução do projeto da Petrobrás de distribuição de gás natural, através do GASENE e da rede de distribuição da Bahiagás, com sede em Salvador (MAGALHÃES, 2010). Essa mudança de cenário e seus efeitos reais não serão contemplados nesta tese em função da variável tempo para a conclusão da mesma, muito embora os processos continuem sendo observados e analisados em outros trabalhos. Mas, o contexto atual dos debates entre os diversos grupos e as perspectivas/expectativas que estão sendo levantadas ou defendidas conformam um campo propício para verificar se está havendo reposicionamento ou não dos atores locais (no que se refere a preparação para uma mudança em curso), e como analisam a relação custo/benefício de implantação do Complexo.

Após delineamento prévio das nuances do contexto analisado, pode-se perceber que esta pesquisa foi esboçada na contramão da maioria dos estudos que abordam a temática do desenvolvimento local. No geral, são construídos enfoques que demonstrem fazeres e/ou resultados positivos gerados após o desenrolar de um processo, da implantação de uma atividade, da criação de um arranjo produtivo, do aprimoramento das articulações entre atores

nas ou entre as esferas pública, privada e sociedade civil, em formas de lidar com a questão da sustentabilidade, dentre outras temáticas. Neste caso, o objeto de pesquisa foi formatado de maneira a explicitar interesses, conflitos, visões e alternativas que foram conformadas no processo de reorganização do desenvolvimento local no município de Ilhéus, após um estado de crise exacerbada instaurado na produção de cacau com a disseminação da vassoura de bruxa em 1989.

Assim, além de contribuir com os estudos na temática do desenvolvimento local, por empreender uma ótica pouco utilizada, espera-se complementar o arcabouço de pesquisas sobre o município de Ilhéus, abordando um tema pouco explorado, o desenvolvimento local, reconstruindo e relacionando processos ainda não analisados sob o escopo traçado. Há a expectativa de que, por um lado, o resultado da pesquisa possa auxiliar a todos aqueles que se interessem pelo tema, seja da esfera pública, da iniciativa privada ou sociedade em geral. Por outro lado, essa proposta reflete os interesses de pesquisa da autora, pois permitiu a continuidade da pesquisa sobre o tema “desenvolvimento local” tendo o município de Ilhéus como área de estudo, iniciada com a dissertação intitulada “Por uma Perspectiva Endógena do Turismo: avaliação, expectativas, participação e identidade de residentes da cidade de Ilhéus – BA”, defendida em janeiro de 2008, no Mestrado em Cultura e Turismo, da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC/BA), mesma Instituição onde foi cursada a graduação em Ciências Econômicas (2001-2004).

1.2 O município de Ilhéus, Bahia (BA)

1.2.1 Localização

O município de Ilhéus está localizado na Região Sul da Bahia, faz parte da zona fisiográfica Região Cacauera (Microrregião Ilhéus/Itabuna) e da região econômica Litoral Sul – vide Anexo A. O município limita-se, a leste, com o Oceano Atlântico, ao sul, com a cidade de Una, a sudoeste, com Buerarema e Itabuna, a oeste, com Itajuípe e Coaraci, a noroeste, com Itapitanga e, ao norte, com Aurelino Leal, Itacaré e Uruçuca (Figura 1).

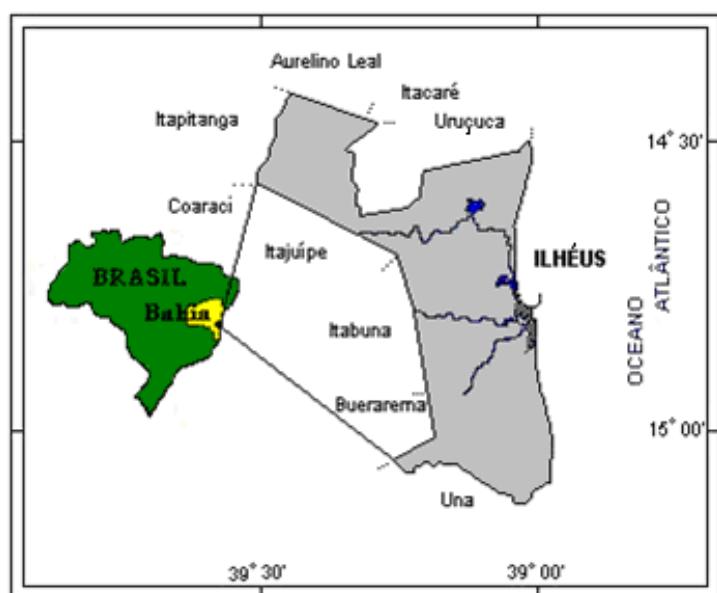


Figura 1 – Limites do município de Ilhéus (BA).

Fonte: FARIA FILHO; ARAÚJO, 2002.

O município integra, ainda, o corredor turístico Costa do Cacau em conjunto com as cidades de Canavieiras, Santa Luzia, Una/Comandatuba, Itabuna, Uruçuca/Serra Grande e Itacaré, na condição de portão de entrada (aeroporto e porto) e principal cidade. Dentre os municípios que compõem a Costa do Cacau, apenas o município de Ilhéus é detentor de 92 km de praias. O município abrange uma área de 1.840,99 km² com uma altitude de 52m. Sua distância em relação à capital, Salvador, é de 465 km e apresenta uma população de 222.127 habitantes (SEI, 2007). A divisão administrativa do município está constituída por nove distritos: Aritaguá (com nove povoados), Banco Central (nenhum povoado e três arraiais²), Castelo Novo (três povoados e um arraial), Couto (três povoados e dois arraais), Inema (um arraial), Japu (com quatro povoados), Pimenteira (um arraial), Rio do Braço (um povoado) e Olivença, uma estância hidromineral (com seis arraais) (ANDRADE, 2003).

1.2.2 Aspectos geoambientais

Esta seção tem como referência o trabalho desenvolvido por Faria Filho e Araújo (2003), intitulado “Zoneamento do meio físico do município de Ilhéus, Bahia, Brasil, utilizando a técnica de geoprocessamento”, escolhido por seu diferencial analítico. Ou seja, além de atender às descrições da composição geoambiental do município, apresenta proposições do que se pode chamar de remodelagem de usos, sugerindo uma redistribuição e exploração dos solos mais eficaz, definindo como parâmetros três aspectos naturais – solo, relevo e clima – e vocações agrícolas compatíveis.

A temperatura média verificada no município apresenta um intervalo de variação entre 22°C e 25°C, com maior temperatura e menor amplitude nas áreas litorâneas. O clima é do tipo úmido e subúmido. É uma região com abundância de chuva e certa regularidade anual. Costuma-se ter chuvas anuais que totalizem 1.000mm, sendo que nas áreas mais próximas do litoral, como é o caso da cidade de Ilhéus, é possível a ocorrência de 2.700mm (FARIA FILHO; ARAUJO, 2003).

De acordo com Velloso et al, citado por Faria Filho e Araújo (2003) a vegetação é composta por remanescentes da Mata Atlântica, cuja devastação resulta da extração de madeira, uso da terra para pecuária e outros cultivos. Cabe um parêntese para destacar que, apesar da cultura local de “brocar” a mata para plantio do cacau, mais conhecida como “cabruca”, os agricultores envolvidos com o cacau têm certo orgulho de poder definir esse manejo como uma tipologia sustentável, quando comparada aos impactos de outros cultivos. No que diz respeito à vegetação litorânea, podem ser identificados mangues e restingas. Os principais rios que cortam o município são: Cachoeira, Almada e Santana (com seus respectivos afluentes).

Quanto ao relevo de Ilhéus, são observados solos com forte ondulação, fator que impõe certas restrições ao uso de máquinas agrícolas. Os tipos de solos predominantes são o Latossolo, Alissolo e Argissolo, típicos de regiões com clima úmido. Apresentam profundidade elevada, entretanto, necessitam de correções contínuas por apresentarem, naturalmente, baixa ou média fertilidade. A porção mais fértil já se encontra ocupada com o cultivo do cacau. Os menos férteis estão sendo explorados com outros cultivos, mas, principalmente, pela atividade pecuária. Para Faria Filho e Araújo (2003, p. 18), “comparando essas áreas com a carta de uso atual, conclui-se que elas estão sendo utilizadas abaixo de suas

² Arraial - Povoação de caráter temporário, formada em função de certas atividades extrativas. Lugarejo (DICIONÁRIO AURÉLIO).

potencialidades, quando suas indicações deveriam ser para cultivos mais intensivos". Através da Figura 2 pode-se visualizar a menção dos autores à distribuição e usos do solo.

Com base nos dados coletados e cruzados e em outras fontes bibliográficas, os pesquisadores construíram análises que sustentam propostas de "zoneamento agroambiental do município", bem como suas potencialidades agrícolas, considerando fatores naturais como relevo, solo e clima. Como resultado, foi construído um mapa que revela três áreas a serem contempladas no planejamento dos usos agroambientais: Diversificação I, Diversificação II e Preservação (Figura 3).

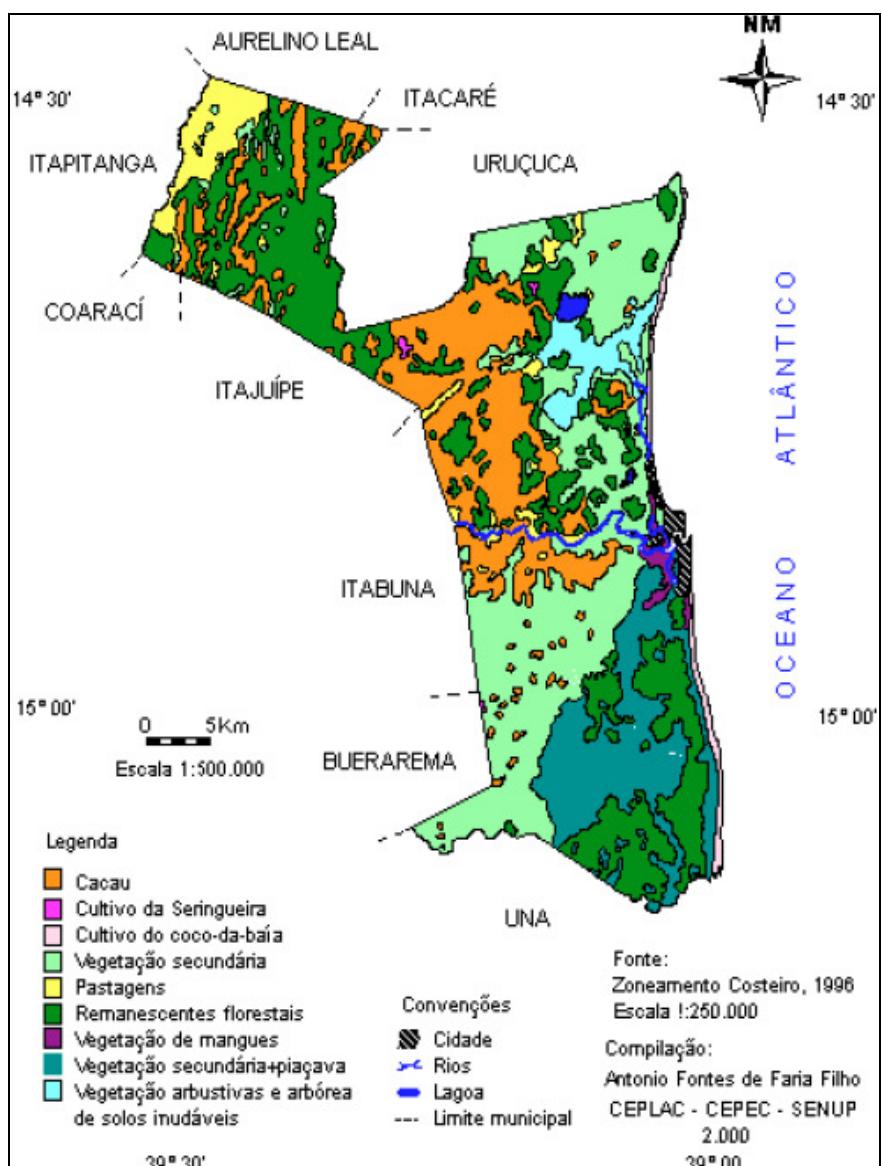


Figura 2 – Usos da terra, município de Ilhéus, Bahia.³

Fonte: SANTANA, 2003, p. 39.

³ Apesar de já terem transcorrido dez anos em relação ao ano de elaboração pela CEPLAC (2000), é o material disponível mais representativo, serve ao menos como um parâmetro, mesmo que não reflita a realidade atual.

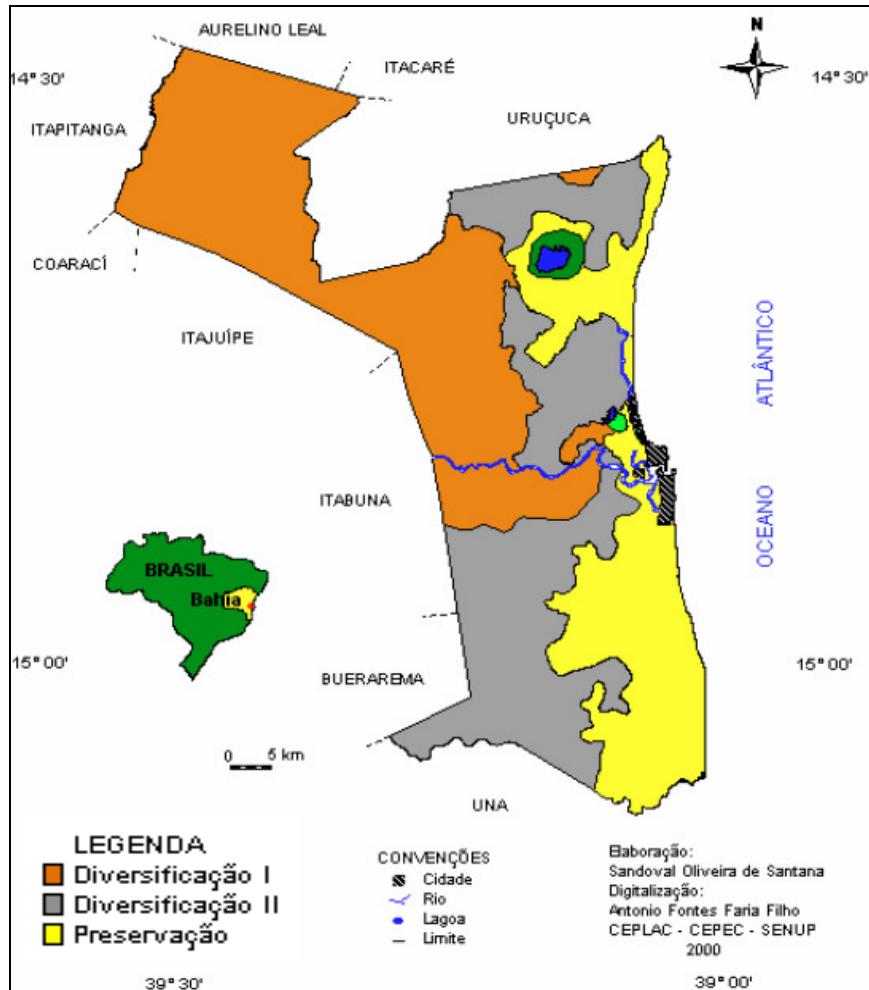


Figura 3 – Zoneamento agroambiental do município de Ilhéus

Fonte: FARIA FILHO; ARAUJO, 2003, p. 17.

Na zona “Diversificação I”, relativa a 69.800ha (ou 40,77%), Faria Filho e Araujo (2003, p. 18) sugerem a concentração dos seguintes tipos de produção: “cacau, maracujá, mamão, pupunha, dendê, piaçava, coco, açaí, pimenta do reino, cravo da índia, mandioca, milho, feijão, graviola, cupuaçu, jaca e pecuária intensiva”. Na “Diversificação II”, com uma área equivalente a 48.500ha (ou 28,33%), recomendam as seguintes vocações: “cacau, cupuaçu, banana, café, coco, reflorestamento e pecuária intensiva”. Na área III, referente à “Preservação Ambiental”, indicam a manutenção de 52.900ha (ou 30,90%) exclusivos para preservação, num total de 171.200ha de terras agricultáveis. Na Figura 3, ainda podem ser visualizadas duas APAS: a APA da Lagoa Encantada (na cor verde escuro) e a APA da Mata da Esperança (na cor verde claro).

1.2.3 Indicadores de qualidade de vida, geração e distribuição de riquezas

Esta seção tem a finalidade de demonstrar alguns indicadores socioeconômicos relacionados à população, qualidade de vida, geração de riquezas locais e distribuição de renda, extraídos do *site* da SEI/IBGE com a finalidade de compor um quadro atual do município em análise. São dados que além de apresentar a materialização de interesses de

grupos e/ou de políticas de investimento do setor público, podem servir também para sustentar discursos em processos de disputa por poder, por maiores condições de barganha de determinados grupos frente ao poder público em função da riqueza que geram no município.

O município de Ilhéus possui uma população de 222.127 habitantes, sendo 31,7% de 0 a 14 anos, 61% de 15 a 59 anos e 7,4% com 60 anos ou mais (SEI, 2007). Sendo que a taxa de crescimento das populações rural, urbana e total, na relação 1991/2000, foram de, respectivamente, -3,08, 1,31 e -0,08; seguida de uma evolução na esperança de vida, no mesmo período, de 64,59 anos para 66,13. Para uma avaliação relativa à qualidade de vida no município utilizou-se o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o Índice de Desenvolvimento Social (IDS).

O IDH é um índice construído por indicadores de educação (alfabetização e taxa de matrícula), de esperança de vida e de renda (mensurada através do PIB per capita). Como são considerados valores médios na composição de indicadores, os dados resultantes não destacam a concentração de renda, por exemplo, mascarando algumas situações vividas na realidade. Mesmo com limitações metodológicas esse indicador possibilita um direcionamento analítico sobre o nível de desenvolvimento humano local.

Em Ilhéus a relação entre os anos de 1991/2000 foi crescente, o IDH passou de 0,609 para 0,703 (ocupando o 22º lugar no Estado). Mesmo com o avanço, o IDH do município continua a figurar num intervalo de desenvolvimento humano médio (0,500 a 0,799). Conforme metodologia de mensuração, o IDH varia de 0 (nulo) a 1 (desenvolvimento total), sendo que até 0,499 é considerado como baixo desenvolvimento humano e acima de 0,800 verificam-se condições para um alto desenvolvimento humano.

O Índice de Desenvolvimento Social – IDS do município equivale a 5.157,09, sendo que a base de referência estabelecida foi de 5.000 (valor escolhido a fim de evitar a igualdade de muitos índices entre os municípios baianos). O IDS de Ilhéus está acima do índice para todo o Litoral Sul (4.994,39) e próximo ao índice da região metropolitana de Salvador (5.216,50). O IDS do município é composto pelos seguintes índices: Índice do Nível de Saúde (INS), de 5.065,07; Índice de Oferta de Serviços Básicos (ISB), no valor de 5.121,30; Índice do Nível de Educação (INE), relativo a 5.252,48; e, Índice de Renda Média dos Chefes de Família (IRMCH), da ordem de 5.191,45. Ou seja, todos os índices revelam condições precárias, não apresentando grandes disparidades em relação às demais regiões do Estado da Bahia.

Para avaliar a geração de riquezas e sua distribuição no município será utilizada a distribuição anual de tributos (ICMS, IPI, IPVA, FIES⁴), divulgada pela Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia, apresentada na Tabela 1, e o Produto Interno Bruto (PIB), municipal e per capita, a preços correntes para o ano de 2006 obtidos no *site* da SEI⁵. A título de esclarecimento metodológico, as informações consultadas no *site* da SEI, em parceria com o IBGE, foram disponibilizadas através de um mapa do Estado da Bahia, com legenda em valores intervalares. Procedimento que facilita a apresentação de dados por agregação reduzindo o número de informações em função do número de municípios do estado (417), mas que impede a identificação do valor monetário correspondente a cada município.

De acordo com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Município de Ilhéus – SEDEC (2009), tomando por base o ano de 2004, o município de Ilhéus apresentou uma taxa de crescimento tributário da ordem de 42,3% em relação a 2008, figurando em 11º lugar no ranking estadual dos municípios com as 15 maiores taxas de crescimento. Salvador ficou com

⁴ ICMS – Imposto sobre a circulação de mercadorias e prestação de serviços; IPI – imposto sobre produtos industrializados; IPVA – imposto sobre a propriedade de veículos automotores; FIES – financiamento estudantil.

⁵ Não havia registro de índices de anos anteriores aos apresentados.

a 12ª taxa de crescimento, no valor de 42,2% (evoluiu de R\$ 330.351.833,44 em 2004 para R\$ 469.921.969,69 em 2008)⁶.

Tabela 1 – Distribuição anual dos tributos estaduais (ICMS, IPI, IPVA, FIES), 2004-2008

ANO	TRIBUTOS MUNICIPAIS	
	Valores (R\$)	Posição (BA)
2004	27.049.331,38	10º
2005	29.686.390,11	12º
2006	34.532.893,59	10º
2007	35.228.004,20	11º
2008	38.485.335,76	12º

* Dados obtidos na Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Ilhéus/SEDEC.

Fonte: SEFAZ/BA, 2009.

No que se refere à riqueza total gerada, em 2006, Ilhéus figurou no intervalo de R\$ 511 milhões a R\$ 1.540 bilhão. Esse intervalo é composto por apenas 15 municípios e é o segundo maior. O primeiro, acima de R\$ 1.540 bilhão é representado por 10 municípios. 72 municípios tiveram o PIB entre R\$ 101 e R\$ 511 milhões, 148 municípios foram classificados entre R\$ 40 e R\$ 101 milhões e 172 municípios baianos foram agregados por um PIB igual ou menor que R\$ 40 milhões. De acordo com a Tabela 2, podem ser observados percentuais de contribuição na geração de riquezas monetárias que compõe o PIB de Ilhéus, desagregados por setores (agropecuária, indústria e serviços), entre os anos de 2002 a 2006.

Tabela 2 – Contribuição na formação do PIB por setor, Ilhéus/BA, 2002-2006*

ANO	SETORES (%)		
	Agropecuária	Indústria	Serviços
2002	3,76	39,93	56,30
2003	3,78	38,87	57,35
2004	4,81	38,72	56,47
2005	3,24	37,81	58,96
2006	3,33	36,01	60,56

* Tabela construída a partir de dados coletados no *site* da SEI, não havia registros anteriores ao ano de 2002.

Fonte: SEI/IBGE, 2009.

A agropecuária apresenta pequenas oscilações e a menor contribuição pelo fato de ser um setor que, ao comercializar produtos *in natura* possui baixa capacidade de geração de riqueza (valor agregado). Na pecuária, segundo IBGE (2007), destacam-se a produção de galos, frangas, frangos e pintos com 100.440 cabeças, de bovinos com 60.750 cabeças, de galinhas com 53.730 cabeças, suínos com 10.130 cabeças e 6.136 vacas para ordenha. Também foram produzidos 2.125.000 litros de leite, 326 mil dúzias de ovos e 7.680kg de mel (não há dados disponíveis no *site* acerca dos rendimentos gerados pelo setor). Quanto ao setor agrícola (Tabela 3), apesar das crises, o cacau mantém posição de destaque, seguido da produção de coco da baía com R\$ 3.640 milhões, de banana no valor de R\$ 3.466 milhões, de

⁶ Apenas 9 municípios da grande Bahia concentram 49,3% do total das distribuições de tributos em 2008: 1º Salvador (R\$ 469.921.969,69); 2º Camaçari (R\$ 284.892.298,12); 3º São Francisco do Conde (R\$ 246.402.909,55); 4º Feira de Santana (R\$ 87.837.105,70); 5º Madre de Deus (R\$ 68.085.997,08); 6º Simões Filho (R\$ 59.682.901,61); 7º Candeias (R\$ 53.940.141,29); 8º Dias D'Ávila (R\$ 49.417.686,32) e 9º Lauro de Freitas (R\$ 39.124.491,47) (SEDEC, 2009).

borracha (látex coagulado) gerando R\$ 1.305 milhão e de mamão no valor de R\$ 1.152 milhão (SEI, 2007).

De acordo com o IBGE (2007), logo após a produção de amêndoas de cacau (cultura responsável por parte considerável da constituição do valor adicionado do item agropecuária), a atividade que apresentou maior rendimento foi a produção de fibras de piaçava, com 20.800t (quantidade superior à de cacau) e receita equivalente a R\$ 24.960 milhões. Além desses cultivos o município também conta com outros de menor expressividade como café, mandioca, maracujá, abacaxi, pimenta do reino, coco de dendê e milho em grão. Grande parte dessa produção é destinada ao atendimento do consumo dos habitantes de Ilhéus.

Tabela 3 – Produção agrícola no município de Ilhéus/BA, 2007

CULTURA	ANO – 2007				
	Área Plantada (ha)	Área Colhida (ha)	Quantidade Produzida	Unidade	Valor (R\$ 1.000)
Abacaxi	15	15	315	1000 frutos	236
Banana	320	320	6.080	t	3.466
Borracha (látex coagulado)	1.600	1.450	1.305	t	1.305
Cacau (em amêndoas)	56.391	50.430	10.033	t	35.617
Café (beneficiado)	250	240	360	t	720
Coco da baía	700	700	5.600	1000 frutos	3.640
Dendê (coco)	40	40	160	t	29
Mamão	80	80	1.600	t	1.152
Mandioca	650	640	8.000	t	640
Maracujá	30	30	390	t	246
Milho (em grão)	25	25	15	t	8
Pimenta do reino	4	4	20	t	86

Fonte: SEI, 2009 (Pesquisa realizada pelo IBGE).

Alguns produtos hortifrutigranjeiros precisam ser comprados, principalmente, em Conquista (BA) e no estado do Espírito Santo para complementar o suprimento da demanda interna (SEC. AGRICULTURA, ILHÉUS/BA, 2009b). No segmento industrial, entre os anos de 2002 e 2006, foi registrada uma diferença de aproximadamente 4%. Já o setor de serviços, que apresentou 56,30% em 2002, produziu, em 2006, 60,56% do valor agregado contabilizado no PIB local.

Para traçar o perfil distributivo local das riquezas geradas, o indicador escolhido foi o PIB per capita de 2006 (em valores médios) e níveis salariais praticados no ano de 2000. Em 2006, a renda per capita no município de Ilhéus foi contabilizada entre R\$ 4.060,00 e R\$ 7.010,00. Caiu do segundo maior intervalo, considerando o PIB municipal, para o terceiro intervalo onde foram agregados 54 municípios. Os dois maiores intervalos foram: R\$ 7.010,00 a R\$ 14.200 com 20 municípios e 12 municípios apresentando PIB per capita igual ou superior a R\$ 14.200,00. Em contraposição, os dois menores intervalos foram: R\$ 2.440,00 a R\$ 4.060,00 com 229 municípios e 102 municípios com valores iguais ou inferiores a R\$ 2.440,00 reais ano (SEI, 2006).

Esses dados evidenciam a desigualdade econômica e a consequente concentração de benefícios no estado da Bahia, visto que, do total de 417 municípios, 331 ou 79% estão numa faixa de PIB per capita igual ou inferior a R\$ 4.060,00 por ano. Considerando o valor de 4.060,00 reais como teto, a renda mensal auferida seria de aproximadamente R\$ 338,33. A situação é ainda pior se o teto passa a ser de R\$ 2.440,00, o que implicaria numa renda mensal de R\$ 203,33. Quanto ao município de Ilhéus, especificamente, os níveis salariais no ano de 2000, também são elucidativos para compor um quadro da distribuição de renda

(considerando o salário de R\$ 151,00). Dentre os 177.671 habitantes em idade ativa, no grupo dos regularmente empregados, 23,8% recebeu até um salário mínimo, 12,7% mais de um a dois salários, 4,2% mais de dois a três salários, 4,5% mais de três a cinco salários, 3,5% mais de 5 a 10 salários, 1,2% mais de 10 a 20 salários e 0,8% mais de 20 salários (SEI, 2000).

Conforme dados da SEI (2000), 49,4% do total de indivíduos em idade ativa não possuem emprego regular, são trabalhadores autônomos ou desempregados. Esse é um fator que contribui para mascarar processos reais, dificultando a construção de indicadores com maior confiabilidade. Mesmo caracterizando cenários, os indicadores são parâmetros incapazes de revelar a realidade, por limitações técnicas e metodológicas. Ademais, não captam as especificidades e subjetividades de cada processo, local ou conjuntural, pelo fato de serem generalizações numéricas estáticas. Por isso, apesar de utilizados para demonstrar dados mais atuais da economia local, exigem um olhar com relativizações, fator que os leva a serem considerados em segundo plano frente ao objeto de pesquisa.

1.3 Referencial teórico e delimitação do problema

1.3.1 O conceito de desenvolvimento: caráter polissêmico e aspectos evolutivos

A temática do desenvolvimento é relativamente recente na acepção econômica. Em condições ainda “informais”, a noção de desenvolvimento econômico foi identificada, segundo Latouche (1998), num memorando de 1938, referindo-se ao nível de desenvolvimento econômico das sociedades, consubstanciando a ideia de que as sociedades primitivas são atrasadas por não haver progresso técnico/científico. No período transcorrido entre as duas grandes guerras mundiais o termo passou a ser relacionado à qualidade de vida da população (LATOUCHÉ, 1998). Durante a década de 1950, essa percepção foi fortemente motivada pela constatação de que a semi-industrialização que impulsionava o crescimento econômico dos países subdesenvolvidos, a exemplo do Brasil, “não se traduziu necessariamente em maior acesso de populações pobres a bens materiais e culturais, como ocorreu nos países considerados desenvolvidos. A começar pelo acesso à saúde e educação” (VEIGA, 2010, p. 19). De acordo com Maluf (2000) a palavra desenvolvimento só veio a obter o *status* de conceito em 1960. No ano de 1968, o conceito foi utilizado como um dos significados da palavra crescimento, que também estava relacionada a noções como evolução, expansão e progresso.

Mas, ao final dessa década e início da década de 1970, o conceito sofreu uma espécie de “involução semântica”. A qual, segundo Maluf (2000), é expressão do esvaziamento das forças utópicas do seu discurso ideológico. Para o conceito de “desenvolvimento” convergiam aspirações diversas, de natureza social e econômica mais igualitária, de políticas públicas mais estruturantes, alteridade e diálogo cultural, bem como maiores níveis de integração, cidadania, democratização e redução da pobreza. Mediante tais pretensões, o conceito de desenvolvimento acabou sendo extremamente ampliado, dificultando a precisão dos significados em sua aplicação. Nesse sentido, as adjetivações atribuídas ao conceito de desenvolvimento – econômico, humano, social, local, cultural e sustentável, por exemplo – passaram a figurar como tentativas de restringir o campo das análises, das políticas públicas (planos, programas e projetos), da amplitude das ações e resultados esperados, assim como das expectativas dos atores sociais.

Latouche (1998) acrescenta que, na década de 1960, a noção de desenvolvimento ganhou maior ênfase por ser comparado com o não-desenvolvimento, fazendo com que questões relativas ao bem estar e ao desenvolvimento dos povos assumissem a condição de “sagradas”, pressupondo que as nações desenvolvidas deteriam, portanto, os melhores métodos para conduzir, “tutelar” as não-desenvolvidas. Com base em pesquisas sobre países do “Terceiro Mundo”, desenvolvidas em 1961, Perroux, citado por Chartier (1996), acrescentou ao debate a pressuposição de que é possível iniciar o desenvolvimento independentemente do crescimento, mesmo considerando necessárias as interfaces das duas dimensões, atribuindo ao Estado a obrigação de compor programas de desenvolvimento em áreas básicas e fundamentais como saúde, alimentação, saneamento e educação, por exemplo.

Sua concepção de desenvolvimento evoluiu de um processo de transformações mentais e de hábitos sociais com a finalidade de aumentar o produto real global (âmbito produtivo) para as condições de inserção do homem em todo o processo, nas trocas simbólicas de bens e de informações. Tomando como pauta os entraves encontrados pelos países em desenvolvimento, na escalada a patamares mais qualitativos, Veiga (2010, p. 23) argumenta que o “vírus que dissemina a inviabilidade econômica da grande maioria dos países ‘em desenvolvimento’ atende pelo nome de miséria científico-tecnológica”.

A divisão internacional do trabalho e as diferentes capacidades de apropriação das riquezas pelas nações também são elementos abordados nas análises a respeito do desenvolvimento, em função da desvantagem hierárquica, temporal e de capacidades dos países “periféricos” em relação às economias centrais. Além dessas desvantagens, a dependência relativa, as desigualdades regionais e a diversidade dos povos evidenciam as fragilidades e distorções resultantes das estratégias de emparelhamento periferia-centro (ARRIGUI, 1998 citado por MALUF, 2000).

Na América Latina, os debates sobre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento foram forjados, a partir de 1950, essencialmente pela CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. Nesse contexto, os estudos sobre o desenvolvimento ainda estavam fortemente enraizados na matriz econômica. Contudo, segundo Reis (2006), os questionamentos sobre as mudanças pretendidas com as estratégias desenvolvimentistas podem ser vistos como avanços, pois de certa maneira fomentaram a construção de olhares para as dinâmicas e especificidades de espaços mais restritos que a escala mundial e nacional. Revisitando as questões do desenvolvimento e do subdesenvolvimento, Furtado (1992, p. 6) também agrega ao debate a complexidade, dinamicidade e influência dos processos sociais nas dinâmicas de mercado.

A partir dessa confluência de concepções, foi forjado, na década de 1970, o conceito de desenvolvimento endógeno, lastreado pela descentralização de poderes político-administrativos, como tentativa epistemológica e prática de reversão e/ou minimização dos efeitos negativos e disparidades enraizadas pelo modelo desenvolvimentista tradicional baseado em estágios e pelo esgotamento do Estado centralizador. A aplicação conjugada dessas visões implicava no acirramento das desigualdades regionais, visto que uma mesma política não seria adequada a realidades distintas, em tempo, recursos e capacidades acumuladas. Conforme Mattos (2008, p. 135), desenvolvimento significava “expandir produção interna e a oferta de bens e serviços padronizados para o mercado doméstico, esperando que os efeitos multiplicadores dos investimentos sobre a geração de renda e emprego produzissem os resultados desejados em termos de equidade”.

Para Zaoual (2003), as modelagens eurocêntricas e anglo-saxônicas de desenvolvimento perderam os sentidos de sua importação por outras nações, pelo fato de o sujeito da contemporaneidade estar imerso numa civilização da diversidade e do risco. Essa concepção é sustentada no paradigma dos “sítios simbólicos de pertencimento”. Sendo que “cada sítio é, ao mesmo tempo, singular e aberto. Ele se alimenta de sua diversidade e de

mundos mais afastados [...] as fronteiras do sítio são invisíveis [...]. Esse aspecto nebuloso dá ao sítio muita plasticidade" (ZAOUAL, 2003, p. 55-56). Essas transformações acabaram levando pesquisadores, governantes e gestores, dentre outros agentes, à percepção da perda de significado e utilidade da padronização das ações em prol do desenvolvimento.

Após esse breve percurso, pode-se delimitar os três pilares da concepção de desenvolvimento a ser empregada nesta pesquisa, sustentada na proposição de Albert Hirschman (1996, p. 89), que visualiza o desenvolvimento, primeiro, como um campo de soluções abertas, ou seja, não existe um padrão, "o melhor jeito". Isto é, o perfil do desenvolvimento varia ao levar em conta as especificidades locais, a conjuntura interna e externa, os interesses vinculados, as relações de poder que cunham "prioridades" para o tecido social, as estratégias adotadas e as dinâmicas próprias de cada contexto, construindo finalidades e operacionalizações distintas.

A segunda proposta teórica a ser considerada nesta pesquisa é verificar se as duas alternativas de desenvolvimento (Turismo e Pólo de Informática) têm um perfil "aceitador de características" facilmente enquadrado nas condições reais (resultantes da cultura do cacau), ou são "criadores de características", quando há esforços de transformação, reconfiguração de estruturas e dinâmicas (HIRSCHMAN, 1996, p. 147), mesmo que as mudanças sejam pontuais. O terceiro e último aspecto teórico relaciona-se ao que o autor considera como uma espécie de "conspiração para o desenvolvimento", no sentido de que uma junção de circunstâncias extraordinárias articule atores relevantes e seja capaz de desencadear forças reais que impulsionem o enfrentamento de estruturas dadas que porventura engessem as mudanças.

Assim sendo, pelo intermédio da concepção construída por Hirschman (1996), é possível aditar sustentação e direcionamento ao objeto de pesquisa em questão por três motivos. Primeiro, permite realizar uma análise flexível e situada das alternativas de desenvolvimento empreendidas em Ilhéus pós-1990, ponderando as articulações dos atores nas e entre as instâncias do setor público municipal, do setor privado e de associações, identificando os conflitos e interesses que conduzem o desenrolar dos processos, de acordo com os próprios agentes. Segundo, a identificação do perfil dessas alternativas, se aceitam ou criam características, pode elucidar fontes de entraves expressos pelos próprios atores que talvez ainda não tenham sido observadas ou esclarecidas. O sucesso e a expansão de novas alternativas podem exigir, concomitantemente, uma mudança relativa de comportamento organizacional e na estrutura existente, do contrário, em condições imutáveis, os resultados podem ser pouco expressivos. O terceiro motivo perfaz condições de análises de conjunto, evidenciando fragilidades na estruturação dos vetores de desenvolvimento, nos mecanismos de articulação, bem como na formação de interesses.

Com base em Amartya Sen (2000, p. 10), que preconiza a formação de condições favoráveis ao desenvolvimento a partir da "eliminação de privações de liberdade que limitam escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente"⁷, é possível não só destacar o papel central da agência humana nos processos de desenvolvimento local, como também, reconhecer o papel executado pelas instituições envolvidas. De acordo com Sen (2000, p. 23),

uma abordagem ampla desse tipo permite a apreciação simultânea dos papéis vitais, no processo de desenvolvimento, de muitas instituições diferentes, incluindo mercados e organizações relacionadas ao mercado, governos e autoridades locais, partidos políticos e outras instituições cívicas, sistema educacional e oportunidades

⁷ Condição de agente "[...] acepção mais antiga – e mais grandiosa – de alguém que age e ocasiona mudança e cujas realizações podem ser julgadas de acordo com seus próprios valores e objetivos, independentemente de as avaliarmos ou não também sobre algum critério externo" (SEN, 2000, p. 33).

de diálogo e debates abertos. Essa abordagem nos permite, ainda, reconhecer o papel dos valores sociais e costumes prevalecentes, que podem influenciar as liberdades que as pessoas desfrutam e que elas estão certas de prezar.

A adoção dessa concepção não significa, contudo, que esteja sendo sobrevalorizada a ação individual em detrimento da ação coletiva (EVANS, 2002), muito embora essas forças sejam construídas numa relação reflexiva entre indivíduos e grupos, objetiva-se, primordialmente, destacar que mesmo considerando a eliminação de liberdades para o aprimoramento da agência humana, essas mesmas ações sofrem interferência dos valores e costumes estabelecidos numa dada sociedade. Dessa forma, refletindo a proposta desta tese, apesar da crise do cacau ter delineado um cenário de urgência na reconfiguração socioprodutiva para reconduzir os rumos do desenvolvimento, os valores e costumes do cenário anterior não necessariamente corroboraram preceitos, comportamentos e visões necessárias para a reorganização do desenvolvimento local, visto que os padrões de funcionamento das alternativas empreendidas são diferentes daquele que conduzia a cacauicultura. Outrossim, é preciso refletir acerca das motivações a cooperar. Conforme Putnam (1996, p. 174), as decisões de cooperar ou não estão, igualmente, sustentadas em alguma racionalidade.

tanto “desertar sempre” quando “reciprocamente ajuda” são convenções fortuitas – ou seja, regras que se desenvolveram em certas comunidades e que, tendo se desenvolvido dessa forma, são estáveis, mas poderiam ter se desenvolvido diferentemente. Em outras palavras, tanto reciprocidade/confiança quanto dependência/exploração podem manter unida a sociedade, mas com diferentes níveis de eficiência e desempenho institucional. Uma vez inseridos num desses dois contextos, os atores racionais têm motivos para agir conforme suas regras. A história determina qual desses dois equilíbrios estáveis irá caracterizar uma dada sociedade (PUTNAM, 1996, p.188).

Para que seja estabelecida a cooperação, “é preciso não só confiar nos outros, mas também acreditar que se goza da confiança dos outros. [Além disso,] quando os atores são incapazes de assumir compromissos entre si têm que renunciar a muitas oportunidades de proveito mútuo” (PUTNAM, 1996, p. 174). Nesse sentido, um espírito mais cooperativo seria mais facilmente encontrado em comunidades onde as regras de participação cívica ou de reciprocidade tenham sido internalizadas na dinâmica social, ou seja, onde tenha sido construída base de capital social. Putnam (1996) ressalta que a confiança na qual se constrói os elos do capital social não pode ser cega.

A confiança implica uma previsão do comportamento de um ator independente. Você não confia em que uma pessoa (ou uma entidade) fará alguma coisa simplesmente porque ela disse que irá fazer. Você só confia porque, conhecendo a disposição dela, as alternativas de que dispõe e suas consequências, a capacidade dela e tudo o mais, você espera que ela preferirá agir assim.

Assim, os laços de confiança que são formados estão intimamente ligados à reputação dos indivíduos, e às normas formais e informais constituídas e, podem ser mais ou menos densos. Hirschmann, citado por Putnam (1996, p. 179) comprehende essas formas de capital social, como “recursos morais”, “isto é, recursos cuja oferta aumenta com o uso, em vez de diminuir, e que se esgotam se não forem utilizados”. A transformação e aprimoramento dos recursos morais esbarram em sistemas cuja funcionalidade é guiada por lógicas e regras internas viciadas, que minam a implantação de novos propósitos:

os modelos institucionais tendem a autorreforçar-se, mesmo quando são socialmente ineficientes. Primeiro, quase sempre é mais fácil para um agente individual adaptar-se às regras do jogo vigentes do que tentar modificá-las. Na verdade, tais regras costumam induzir à formação de organizações e grupos interessados em suas imperfeições. Segundo, depois que o desenvolvimento toma determinado rumo, a cultura organizacional, os costumes e os modelos mentais do mundo social reforçam essa trajetória. A cooperação ou a omissão e a exploração tornam-se entradas (NORTH citado por PUTNAM, 1996, p. 189).

Putnam (1996, p. 188) problematiza a construção desses cenários ao afirmar que

a história nem sempre é eficiente, no sentido de suprimir práticas sociais que impeçam o progresso e incentivem a irracionalidade coletiva. Teóricos da história econômica apelidaram recentemente essa característica dos sistemas sociais de “subordinação à trajetória”: o lugar a que se pode chegar depende do lugar de onde se veio, e simplesmente é impossível chegar a certos lugares a partir de onde se está.

Douglas North citado por Putnam (1996, p. 190) corrobora a relevância da análise histórica para compreender processos socioeconômicos:

A subordinação à trajetória significa que a história realmente importa. É impossível compreender as opções de hoje (e precisá-las na modelagem do desempenho econômico) sem investigar a evolução incremental das instituições. Mas estamos apenas começando a importante tarefa de pesquisar as implicações da subordinação à trajetória [...]. As restrições formais realmente importam. Para melhor responder a essas questões, precisamos saber muito mais sobre as normas de comportamento derivadas da cultura e sobre como elas interagem com as normas formais.

Essa concepção não é tomada como um determinismo histórico, ao contrário, esclarece a relevância em analisar as escolhas e rumos traçados historicamente, pautando-se não apenas em indicadores de desempenho (que apesar de subsidiar análises mascaram a concentração e centralização de recursos e riquezas), mas também em aspectos morais e culturais responsáveis por inferências pessoais e construção de visões de mundo. Assim, por mais imparcialidade que seja exigida para o cumprimento de um determinado papel social, a agência humana estará imbuída de interesses particulares, de preceitos e valores incutidos culturalmente. “Para North, o processo de desenvolvimento depende essencialmente da qualidade das instituições de cada sociedade, sendo que tais instituições são a síntese das crenças de seu povo. Ou ainda: a expressão concreta da mentalidade das pessoas” (VEIGA, 2010, p. 47).

Constatando-se essa teia social de inter-relações, percorrer a história de formação da cidade de Ilhéus, especificamente a partir da implantação da cacaucultura, significa empreender esforços para destacar as nuances e características desse trajeto, inclusive a força da cultura do cacau em construir o imaginário e materializar a “civilização do cacau”. Poder, pujança econômica e qualidade natural das terras para plantio do cacau traçaram comportamentos e visões que não se ajustam, de forma imediata, às lógicas de funcionamento do Turismo e do Pólo de Informática, destacados como alternativas de desenvolvimento pós-crise. A mudança nesses casos não é instantânea, exige escolhas sociais, pautadas num leque mínimo de consensos. É preciso que os atores envolvidos tomem consciência das demandas da nova realidade e se reposicionem, construindo novas visões, interesses e atitudes, reformulando instituições e as “regras do jogo”. Em outros termos, a influência da matriz cultural pode ser compreendida através da concepção de identidade nacional formatada por Stuart Hall (2005, p. 48): “as identidades nacionais não são coisas com as quais nós

nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da representação”. Acrescenta, ainda, que

as culturas nacionais são compostas não apenas de instituições culturais, mas também de símbolos e representações. Uma cultura nacional é um discurso – um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos. [...] Como argumentou Benedict Anderson, a identidade nacional é uma “comunidade imaginada” (HALL, 2005, p. 50).

Ao refletir sobre a história do desenvolvimento, Veiga (2010) verifica que a cultura assume o papel central de gerar diferenças. Isto é, as necessidades de consumo, seja de bens ou serviços primários, a bens de luxo, não são produzidas unicamente pela utilidade que possam ter para um indivíduo, são também guiadas pelas concepções sociais do que venha a ser um consumo digno dentro de uma determinada sociedade. A isso imputam valores, hábitos, costumes locais e tendências externas – elemento que complexifica a formação de necessidades, tendo em vista os processos de globalização.

Transpor essa interlocução de significados que ultrapassam as fronteiras do material, da escala nacional para a escala local, proporciona mecanismos profícuos para nem condenar nem criticar valores e padrões comportamentais estabelecidos durante a predominância da cultura cacaueira, mas, antes, reconhecer que a história do cacau e as demandas atuais fazem parte de mundos com imaginários distintos e que aqueles padrões comportamentais que ora sejam inadequados tinham justificativas em seu tempo, razão de ser. A essa trajetória evolutiva, transformadora, fica naturalmente patente certa lentidão, processos dessa magnitude não são construídos e consolidados com a mesma rapidez com a qual se implanta uma nova alternativa econômica em prol do desenvolvimento local.

O retrato que se extrai é de um palco, onde um número variado de óperas pode ser executado, mas os músicos encarregados, além de destoar, ainda não encontraram a harmonia para tocar em conjunto. Esses desencontros resultam de ações independentes, imediatistas. Segundo Veiga (2010, p. 52-53) o desenvolvimento depende de um princípio que denomina de “co-desenvolvimento”. Isto é, “não adianta pensar o desenvolvimento de forma linear, ou mesmo como um conjunto de linhas abertas. Ele opera como uma rede de co-desenvolvimentos interdependentes. Sem essa rede não há desenvolvimento”.

O desenvolvimento não é uma coleção de coisas, mas sim um processo que produz coisas. Como não compreendem isso, muitos governos, suas agências de ajuda, organizações internacionais, assim como a maioria das pessoas, supõem que o desenvolvimento econômico resulta da posse de coisas como fábricas, barragens, escolas, tratores e outras – geralmente montes de coisas englobadas sobre o nome de infraestrutura. No entanto, se o processo de desenvolvimento está falhando em uma cidade ou região, as coisas que lhe sejam dadas ou vendidas são apenas produtos de um processo que acontece em outro lugar. O processo não vai junto, magicamente. Pensar que as coisas, por si mesmas, são suficientes para promover o desenvolvimento cria falsas e fúteis expectativas. Pior ainda: evita providências que poderiam efetivamente promover o desenvolvimento. [...] As pessoas não precisam ser geniais ou extraordinariamente talentosas para desenvolver seu trabalho. Os requisitos são dois: iniciativa e diligência (VEIGA, 2010, p. 54-55).

Nesse contexto, para alcançar o desenvolvimento é necessário ter em mente um projeto social, visões e ações que persigam melhores condições de vida para a população. Para Celso Furtado (2004), citado por Veiga (2010, p. 82), a mera agregação de recursos e produtos/serviços não são condições suficiente para alcançar o desenvolvimento. “Mas quando o projeto social prioriza a efetiva melhoria das condições de vida dessa população, o crescimento se metamorfoseia em desenvolvimento”. Esse processo precisa, ainda, ser

conduzido de forma sustentável, conciliando crescimento econômico com equilíbrio ambiental, numa clara consciência de que o diálogo e as escolhas sociais precisam transcorrer pela via do consenso.

1.3.2 Desenvolvimento local: definindo um campo de operacionalização

Assim como o conceito de desenvolvimento, a adjetivação desenvolvimento local também foi construída sob uma multiplicidade de significados e interesses, dificultando a construção de um conceito bem delimitado. Essa abrangência pode ser exemplificada através de trabalhos desenvolvidos por autores da área, como Dowbor (2008, 2006, 1995), Acselrad (2002), Fernandes e Bonfim (2005), Fischer (2002), França, Vaz e Silva (2002) e Oliveira (2001), que exploraram temáticas como: ação política, busca por espaços de democratização, ampliação da cidadania, da participação e integração entre atores, melhoria da qualidade de vida, descentralização de poderes públicos, autonomização dos municípios, ampliação e usos das dotações de recursos.

De maneira geral, para todos os pesquisadores mencionados, a esfera local passa a ser concebida como um espaço próprio para a efetiva atuação dos atores, condicionada por formas de articulação, mobilização e iniciativas próprias da estrutura social. É um espaço onde se pressupõe que ações em prol do desenvolvimento local não se restringem a agentes ligados à sociedade civil, historicamente marcada pela atividade reivindicatória em prol de práticas mais equânimes, mas também aos agentes que compõem o mercado e o Estado, sendo que esses processos endógenos são permeados por tendências e lógicas exteriores. Em parte, Dowbor (1995) justifica que a construção desse olhar resulta da superação de condições passivas como deixar de esperar ações do governo federal ou estadual acrescida do reconhecimento da diferença entre as regiões e povos, fator que incompatibiliza a adoção de modelos de desenvolvimento.

Nesta tese, a noção de local está sendo atribuída ao município de Ilhéus que, na condição de ente político-administrativo autônomo (considerando os efeitos da descentralização), tem capacidade de decisão, intervenção e elaboração de propostas de desenvolvimento apropriadas à sua realidade e necessidades. “O desenvolvimento municipal é, portanto, um caso particular de desenvolvimento local com uma amplitude espacial delimitada pelo corte político-administrativo do município” (BUARQUE, 2008, p. 32). Muito embora, “a escala dos problemas e dos projetos supera, normalmente, o tamanho do município, demandando níveis mais agregados de planejamento e de tratamento do desenvolvimento local” (BUARQUE, 2008, p.33).

Segundo Boisier (2000) citado por Mattos (2008, p. 139), os processos que constituem o desenvolvimento local referem-se a “uma modalidade de desenvolvimento que pode tomar forma em territórios de variados tamanhos”, desde que permitam a coordenação de instituições e atores locais sem perder de vista lógicas externas de globalização. Para o contexto desta pesquisa, significa não desconsiderar as dinâmicas externas que permeiam as alternativas locais de desenvolvimento. Ou seja, embora o município seja tomado como referência para localizar processos, estará articulado oportunamente a outras espacialidades conforme demonstrado na Figura 4. Como por exemplo: as espacialidades Região Cacaueira e esferas de governo no caso da produção de cacau, Costa do cacau e esferas de governo para refletir sobre o turismo e Governo Estadual e Federal para refletir as políticas direcionadas ao ramo de informática e eletroeletrônicos, no caso do Pólo de Informática.

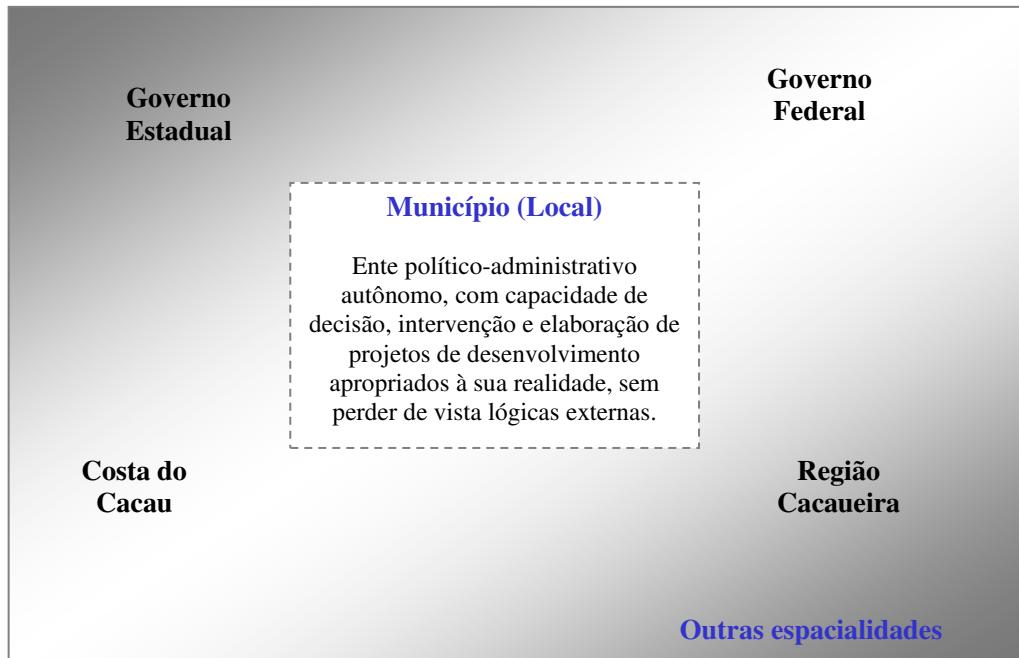


Figura 4 – O município de Ilhéus como referência local e outras espacialidades.
Fonte: Criação da autora.

Para buscar compreender processos de desenvolvimento local é preciso identificar os movimentos realizados em direção à organização e mobilização de atores locais com a finalidade de optar e conduzir os rumos do desenvolvimento, que logicamente deverá ter raízes compatíveis com a cultura e a formação socioeconômica. Dessa maneira, Buarque (2008, p. 25) conceitua o desenvolvimento local como

um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos. Para ser consistente e sustentável, o desenvolvimento local deve mobilizar e explorar potencialidades locais e contribuir para elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local; ao mesmo tempo, deve assegurar a conservação dos recursos naturais locais, que são a base mesma das suas potencialidades e condição para a qualidade de vida da população local.

Em outros termos, essa abordagem centraliza-se numa palavra-chave, destacada por Dowbor (2006),

a iniciativa, o sentimento de apropriação das políticas, que é devolvido ao espaço local, onde as pessoas podem participar diretamente, pois conhecem a realidade e a escala de decisão coincide com o seu horizonte de conhecimento. [...] O desenvolvimento deixa de ser uma coisa que se espera pacientemente, torna-se uma coisa que se faz, inclusive no aspecto da organização dos aportes externos (DOWBOR, 2006, p. 3).

Isto é, o desenvolvimento local não é algo que se espera, mas que se constrói. Concepção que referencia a centralidade dessa pesquisa, ao analisar como os agentes locais, em interação com dinâmicas extralocais, buscaram formas de reorganizar os rumos do desenvolvimento local após a crise da monocultura cacaueira. Silveira (2002, p. 239, grifo nosso) complementa essa visão ao definir o local como um “terreno de reconstrução de identidades e vínculos, *de reconfigurações socioprodutivas* e gestação de novas esferas

públicas". O destaque na citação refere-se à dimensão central de análise, pois, a noção de “reconfigurações socioprodutivas” sustenta a interlocução entre: i) dimensão econômica – evidenciando resultados e entraves na trajetória da cacaicultura, bem como nas alternativas promovidas pós-1990, sem a pretensão de estabelecer parâmetros de viabilidade; ii) dimensão política – ressaltando a questão do fazer local, da mobilização de atores em torno de interesses comuns; e, iii) dimensão social – demonstrando as articulações dos atores locais com atores externos. Nesses casos, possuir capacidades e vínculos adequados para acessar redes cruciais e promover alianças (BEBBINGTON, 1999), significa expandir as chances de obtenção dos recursos necessários, o que em certa medida viabiliza a constituição de alternativas de desenvolvimento mais estruturadas, com maior raio de intervenção e com melhores resultados para a sociedade.

Além disso, Buarque (2008, p. 26-27, grifos do autor) destaca algumas condicionantes cruciais para que a iniciativa local tenha condições de atuar e alcançar os resultados esperados para fomentar e empreender desenvolvimento local:

- a) Apenas com economia *eficiente* e *competitiva* gerando riqueza local sustentável pode-se falar, efetivamente em desenvolvimento local, reduzindo a dependência histórica de rendas geradas em outros espaços. [...] b) O desenvolvimento local não pode ser confundido com o movimento econômico gerado por grandes investimentos de capital externo, que não se internalizam e não irradiam na economia local, enclave que não se traduzem em mudanças efetivas na organização social e econômica local, com seus desdobramentos na capacidade de investimento endógeno. [...] c) Qualquer estratégia para promoção do desenvolvimento local deve se estruturar em, pelo menos, três grandes pilares: *formação de capital social local* (entendido como a capacidade de organização e cooperação da sociedade local); *agregação de valor na cadeia produtiva* (articulação e aumento da competitividade das atividades econômicas com vantagens locais); *reestruturação e modernização do setor público local* (descentralização das decisões e elevação de eficiência e eficácia da gestão pública local). [Contudo, é preciso] que tudo isso [esteja] associado com alguma forma de *distribuição de ativos sociais*, principalmente o ativo conhecimento, expresso pela escolaridade e pela capacitação tecnológica.

Essas posturas exigem, para sua implementação e continuidade, um fortalecimento institucional da governabilidade (reconhecimento da legitimidade) e da governança (construção de capacidades de efetivação das ações propostas e execução de investimentos necessários). Para tanto, é indispensável atingir em nível municipal a autonomia econômica, caminho pelo qual as inversões de recursos para investimentos tanto de caráter social quanto de natureza estratégica para o desenvolvimento podem ser assegurados (BUARQUE, 2008). “O município cuja economia se alimenta, em sua maior parte, de transferências externas de rendas compensatórias e que têm a base da arrecadação municipal formada pelos fundos de participação está longe de um desenvolvimento local” (BUARQUE, 2008, p. 27).

O sucesso de ações endógenas depende, portanto, de um cenário político, econômico e social favorável, para que seja construído um projeto coletivo, um “projeto da sociedade local, que mobilize os atores sociais e organize as ações convergentes dos diversos agentes de modo a implementar as transformações na realidade que preparam o futuro desejado” (BUARQUE, 2008, p. 83). Ao alcançar esse estágio, com definição de prioridades, especificidades locais e as vantagens comparativas e competitivas do local, o papel do setor público é expandido, por ser o representante legítimo da vontade coletiva, responsável pela execução de políticas públicas, coordenação, regulamentação e fomento a processos de desenvolvimento e parceria com a iniciativa privada e sociedade civil, um processo que nunca se esgota e sempre pressupõe avanços. Investir no desenvolvimento local implica, portanto, mudanças sociais, econômicas, políticas e institucionais. Nesse sentido,

quase tão importante como aprender – e condição para tanto – será a capacidade de “esquecer” de uma sociedade, vale dizer, de se libertar de hábitos e da força do passado que, muitas vezes, entravam sua visão da realidade e seu desenvolvimento. [...] As chamadas vocações econômicas são uma dessas memórias traiçoeiras e enganadoras do desenvolvimento local, na medida em que as condições mudam e suas vantagens competitivas podem ser radicalmente alteradas, desmontando antigas vocações e criando novas oportunidades (HAMEL; PRAHALAD, 1995 citados por BUARQUE, 2008, p. 32).

Assim, tomando como perspectiva as oscilações inerentes a trajetórias históricas de desenvolvimento de um local, reconhecendo a importância de superar entraves e aproveitar novas oportunidades, mesmo que para isso sejam necessárias inúmeras transformações, adotando a abordagem da iniciativa expressa por Dowbor (2006), as condicionantes para alcançar o desenvolvimento local estabelecidas por Buarque (2008) e as três vertentes para compreensão do desenvolvimento, extraídas da concepção de Hirschman (1996), tem-se um direcionamento teórico para obter respostas para as questões que inquietaram e estimularam o desenrolar desta pesquisa. Esse mapeamento abre caminho para explicitar três questões subjacentes à construção do objeto de pesquisa: As alternativas de desenvolvimento, Turismo e Pólo de informática, se constituem em propostas reais de como agir para o desenvolvimento local (mesmo que em construção e sofrendo com entraves estruturais)? São apenas legitimadas discursivamente pelos atores locais como alternativas de desenvolvimento em função de terem contribuído com aspectos econômicos vulneráveis pós-crise do cacau, sem intervenção efetiva no espaço local? Ou são dinâmicas esparsas provenientes de oportunidades de mercado que coadunaram grupos de interesse? Essas indagações foram elucidadas por meio da contraposição de visões dos próprios atores que representem grupos envolvidos na promoção dos vetores, na condição de pesquisador, de gestor público ou privados e representantes de segmentos da sociedade civil.

1.4 Objetivos

1.4.1 Objetivo geral

Analisar a reorganização dos rumos do desenvolvimento local no município de Ilhéus/BA, após a crise da monocultura do cacau, sob o enfoque de duas alternativas indutoras: o Turismo – dadas as vocações do município (belezas naturais e aporte histórico-cultural) – e o Pólo de Informática de Ilhéus – enquanto uma intervenção política estadual.

1.4.2 Objetivos específicos

1. Contextualizar historicamente a implantação da cacaicultura no município de Ilhéus, suas características, resultados, intervenções na economia e sociedade local, as crises cíclicas e o ponto de inflexão no desenvolvimento local com a crise de 1989. Destacando, também, as ações de recuperação da lavoura e as expectativas subjacentes.
2. Investigar a trajetória do turismo e do pólo de informática após a década de 1990, destacando as motivações à inserção das atividades, o perfil e os avanços

de cada setor, as limitações observadas e as potencialidades. Elucidando, também, o papel exercido pelo poder público municipal no sentido de apoiar iniciativas, regulamentar processos e fomentar/coordenar parcerias.

3. Analisar o estado atual das alternativas de indução do desenvolvimento local e suas perspectivas sob o ponto de vista de gestores do poder público, da iniciativa privada e da sociedade civil (associação, sindicato, ONG), ressaltando os elementos convergentes e divergentes nas visões exteriorizadas e as percepções que forjam para cada atividade.
4. Mediante a magnitude do projeto Complexo Intermodal Logístico Produtivo “Porto Sul” Bahia, a ser implantado em território ilheense, e seu poder de influência nas dinâmicas locais ora estabelecidas, constatar visões e expectativas de atores acerca dos benefícios e prejuízos inerentes a esse projeto.

1.5 Procedimentos metodológicos

As pesquisas desenvolvidas para a construção dessa tese foram conduzidas por uma abordagem essencialmente qualitativa por se tratar de levantamento e análise de documentos e informações subjetivas que envolvem questões sociais, políticas, históricas e escolhas econômicas, movidas não só a recursos, capacidades e infraestrutura, mas também a interesses, significados e visões de mundo diferenciadas. A abordagem quantitativa foi utilizada com o intuito de auxiliar na apresentação dos dados sistematizados ou ainda empreender maior visibilidade a determinados aspectos e indicadores relevantes à reconstrução de contextos socioeconômicos. Além da ênfase qualitativa, desenvolveu-se pesquisas descritivas (GIL, 2010) como suporte à descrição das características dos vetores de desenvolvimento elencados, buscando também explicitar possíveis relações entre os parâmetros analisados.

Em caráter mais específico, e também mais complexo, optou-se pela pesquisa de natureza explicativa, por configurar orientações factíveis no trajeto de pesquisa em direção a respostas ao problema estabelecido. De acordo com Gil (2010, p. 28), as pesquisas do tipo explicativo têm “como propósito identificar fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Estas pesquisas são as que mais aprofundam o conhecimento da realidade, pois têm como finalidade explicar a razão, o porquê das coisas”. Nessa mesma direção seguiu-se a opção em não trabalhar com hipóteses, visto que o objetivo da pesquisa distanciava-se do teste de respostas prévias, qual seja analisar a reorganização dos rumos do desenvolvimento local no município de Ilhéus-BA. Não interessava apenas apontar as falhas ou as condicionantes que entravam o desenvolvimento local de Ilhéus, mas, antes, compreender as motivações, relações e interesses que perfazem e caracterizam cada segmento, ou alternativas de desenvolvimento, e, por conseguinte, delineiam as consequências no campo do desenvolvimento local. Entretanto, é possível perceber, através dos questionamentos que compõem o problema desta tese, as inquietações que figuram, implicitamente, como visões prévias acerca do objeto, cujas respostas foram construídas à luz das percepções de atores envolvidos diretamente na promoção de cada segmento.

Cabe ressaltar que o uso de dados quantitativos ficou condicionado à disponibilidade de informações em fontes secundárias, especialmente em *sites* oficiais como o do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – CEPLAC, do Ministério do Turismo, da Superintendência de Estudos

Econômicos e Sociais da Bahia – SEI, das Secretarias da Fazenda, Turismo, da Agricultura, do Planejamento, de Ciência e Tecnologia e de Indústria e Comércio do Estado da Bahia e na Prefeitura Municipal de Ilhéus (Secretarias de Desenvolvimento Econômico, de Planejamento, Indústria e Comércio, de Turismo e de Agricultura).

A complementação das informações foi possibilitada com pesquisa bibliográfica em livros, artigos, monografias, dissertações e teses. Essa vertente configurou-se, portanto, como um fator limitador para a construção de cenários, de análises temporais, deixando vazios durante a reconstrução das trajetórias das atividades propostas como alternativas de desenvolvimento, principalmente no que se refere ao Turismo. A Secretaria Municipal de Turismo não dispõe de dados sobre a atividade local. O que é dito figura sempre numa perspectiva “aproximativa”, do “imagino que” seja de tal ou qual forma. Os dados oficiais, que também podem ser questionados pelas dificuldades inerentes à própria mensuração dos efeitos e fluxos da atividade turística, são da Secretaria de Cultura e Turismo do Estado, produzidos em parceria com a Bahiatursa.

Quanto ao sistema produtivo cacau, não foi difícil encontrar dados suficientes para reconstituir os traços relevantes para compor sua influência e estabelecimento de padrões de interesses e comportamentos que incidiram na construção do desenvolvimento local de Ilhéus. A exceção se aplica ao Pólo Moageiro instalado em Ilhéus e composto por três das maiores multinacionais que atuam no ramo. A prefeitura não dispõe de estatísticas e no *site* da SEI esse segmento não é contemplado. De tal forma que foi possível apresentar dados extraídos de estudos já realizados, sem condições de traçar uma série temporal.

Em relação ao Pólo de Informática de Ilhéus, apesar de não haver um conhecimento amplo dos dados, por parte dos gestores envolvidos na promoção do segmento, o percurso efetuado desde 1995, quando foi implantado, pode ser razoavelmente reconstruído. No que se refere ao Complexo Intermodal, por ser uma discussão pública, relativamente recente, com as primeiras notícias veiculadas em 2008, pode-se obter dados e identificar as dúvidas, os interesses, conflitos e expectativas com o projeto através de notícias na *internet*, artigos em revistas e entrevistas.

Para a obtenção de dados referentes ao aeroporto e ao porto, em funcionamento, as fontes oficiais foram o DAC (Departamento de Aviação Civil de Ilhéus) e a CODEBA (Companhia das Docas do Estado da Bahia/Porto de Ilhéus). Mediante a necessidade de complementar os dados, utilizou-se fontes secundárias como jornais e revistas ou trabalhos acadêmicos que tivessem abordado esses temas. A coleta de dados documentais e quantitativos acerca das alternativas de desenvolvimento – turismo e pólo de informática –, bem como do sistema produtivo do cacau e o Complexo Intermodal não teve um período pré-determinado, pois era patente a dependência da disponibilidade para atendimento, a complexidade e dificuldade no processo de levantamento e identificação de fontes relevantes e fidedignas, tendo que gastar muito tempo na exploração de diversos campos até encontrar todas as informações possíveis e necessárias para compor o arcabouço deste estudo. Para sistematização e apresentação desses dados empregou-se os métodos estatístico simples, descritivo, analítico e comparativo. Além de contribuir para a composição dos dados supracitados, a pesquisa bibliográfica também se fez útil para delimitar as abordagens teóricas centrais que norteiam a proposta desta pesquisa.

Concomitantemente à pesquisa bibliográfica, realizou-se pesquisa documental em planos, programas, projetos e relatórios. De acordo com Spink e Menegon (2004, p. 283) os “documentos de domínio público são produtos em tempo e componentes significativos do cotidiano, complementam, completam e competem com a narrativa e a memória”. Vale destacar que em pesquisa exploratória realizada nos meses de agosto e setembro de 2009, a fim de estabelecer uma maior familiaridade com o tema, verificar a disponibilidade de dados, coletar indicadores, foi possível conversar com representantes do poder público local para

falar sobre as intenções da pesquisa – na maioria dos casos a conversa foi feita pessoalmente. Nos casos em que não foi possível estabelecer o diálogo pessoalmente, foi feito contato por telefone. No ensejo das visitas, pôde-se constatar, junto à Secretaria de Planejamento do município, que não existe nenhum plano de desenvolvimento municipal nos arquivos do setor. O que há disponível são três planos plurianuais, referentes aos três últimos quadriênios e um plano diretor participativo elaborado e aprovado no ano de 2006. Segundo informações obtidas junto a funcionários do poder público municipal, as rotinas, ações e projetos são direcionados pelos orçamentos anuais.

É importante destacar que nenhum dos gestores públicos com os quais estabeleceu-se o primeiro contato na fase da pesquisa exploratória continuava no cargo quando foi feito o retorno às instâncias públicas municipais para realização formal de entrevistas. A natureza oscilante da ocupação de cargos públicos e a inexistência de uma cultura local para pensar o desenvolvimento do município inviabilizaram a intenção em expandir a construção da percepção de atores acerca das alternativas de desenvolvimento, tendo sido mais exequível, concentrar as análises nos atuais ocupantes de cargos públicos relacionados à temática em questão. Mesmo porque, através da pesquisa empírica, de conversas informais com pesquisadores, indivíduos da iniciativa privada e (ex)gestores públicos (nativos ou que residem na região há mais de 15 anos pelo menos) o cenário não teria avançado muito. E, estando a economia ilheense num estágio de letargia, a captação de percepções com indivíduos atualmente à frente de instâncias como poder público, mercado ou sociedade civil não comprometeria a qualidade e análise dos dados.

Reconhecida essa realidade e suas limitações, ficou claro, também com base no problema de pesquisa, que as entrevistas seriam semi-dirigidas e intencionais, tendo abarcado em dados segmentos o universo de atores “ativamente” envolvidos na promoção do vetor, em posição de “pensar” o vetor de desenvolvimento ou reivindicar ações não apenas compensatórias, mas de fomento, expansão e consolidação. Nesse sentido, definiu-se as seguintes categorias para a seleção de entrevistados: a) gestor público ligado ao segmento; b) representante da iniciativa privada ou empreendedor que seja destacado por algum motivo em especial, c) pesquisador (com concentração de estudos na área e capacitado a colaborar com o tema desta pesquisa em específico), d) representante da sociedade civil. Neste último e no primeiro caso, particularmente, em função de documentos oficiais e notícias divulgadas na *internet* foi possível expor percepções de atores externos à dinâmica local, no primeiro caso, e no último, eliminar determinadas entrevistas, em função dos documentos já contemplarem as avaliações que se desejava obter. As entrevistas foram feitas com representantes de cada segmento, ou seja, aqueles indivíduos que respondiam pelo setor/instituição/empresa ou que são estudiosos do tema. Por questões de delimitação da pesquisa, mesmo reconhecendo a relevância dos demais atores, foi preciso focar nas quatro categorias estabelecidas, visto que estão à frente e detêm maior poder de intervenção na maioria dos processos que envolvem a promoção das alternativas de indução do desenvolvimento em análise.

Foram realizadas vinte entrevistas, no mês de novembro de 2010, assim distribuídas: a) Vetor Cacau – quatro entrevistas (C1, C2, C3 e C4); b) Vetor Turismo – cinco entrevistas (T1, T2, T3, T4 e T5) – o maior número não significa maior importância, na verdade foram realizadas duas entrevistas numa mesma instância, dada a viabilidade e relevância; c) Vetor Pólo de Informática – quatro entrevistas (P1, P2, P3 e P4); e, d) Complexo Intermodal – sete entrevistas (CI1, CI2, CI3, CI4, CI5, CI6 e CI7). Neste último caso o número foi maior ainda em função de ser um projeto que influenciará a dinâmica local, portanto, respondentes dos demais segmentos também foram escalados nesse tema. A maioria das entrevistas foi realizada de forma presencial e gravada, para posterior transcrição. Em poucos casos foi utilizada a realização da entrevista por e-mail, em função da disponibilidade de tempo dos entrevistados. Importante destacar que a formação mínima do universo de depoentes é de

ensino médio completo (um único caso, ligado à iniciativa privada). No geral, observou-se uma concentração de indivíduos com nível superior completo, além de respondentes com mestrado e principalmente doutorado – no caso dos pesquisadores selecionados. As áreas de formação não serão explicitadas para evitar artifícios de associação e dedução dos nomes dos respondentes, visando assegurar o anonimato.

As entrevistas foram construídas com perguntas direcionadoras semelhantes, em função das questões que precisavam ser identificadas para compor o universo de percepções acerca das alternativas de desenvolvimento local, perspectivas para os setores e expectativas de mudanças com a execução do Complexo Logístico Produtivo Porto Sul Bahia. No caso do Complexo, dado que os impactos ambientais são tanto uma realidade quanto uma incógnita, questão a ser discutida no último capítulo da tese, para todos os segmentos a pergunta diretiva foi a mesma, solicitando apenas a análise relacionada ao segmento no qual o respondente estivesse vinculado.

A respeito da realização das entrevistas, é importante ressaltar o interesse dos entrevistados em colaborar com a pesquisa e o tratamento amistoso recebido já no primeiro contato pessoal e formal para a realização das entrevistas. Em alguns casos, o atendimento foi efetuado no mesmo turno solicitado, envolvendo certo tempo de espera, mesmo porque a entrevista não havia sido agendada. Na maioria dos casos o primeiro contato, realizado pessoalmente, por telefone ou por e-mail, serviu para agendar um horário para entrevista. No ensejo, os indivíduos a serem entrevistados eram informados acerca dos propósitos da pesquisa, da condição de anonimato e que participar, bem como responder todas as questões era facultativo. Para os contatos realizados por e-mail eram encaminhados os roteiros das entrevistas.

A análise das entrevistas foi centrada na identificação de interesses e elementos divergentes, convergentes e contraditórios para compor a complexidade das percepções de atores acerca dos rumos do desenvolvimento local, visões muitas vezes subsumidas na prática da cotidianidade, sem condições de uma reflexão mais profícua. Percepções estas que influenciam as atitudes e o posicionamento desses gestores frente ao problema do desenvolvimento em Ilhéus. Pós-crise do cacau em 1989, a região ainda em latência, tem vislumbrado novos caminhos, mas parece não ter identificado os melhores instrumentos e formas de construir, estruturar e dar vida às oportunidades.

Para realização deste trabalho, optou-se pela divisão em três capítulos, seguidos de considerações finais e demais elementos pós-textuais necessários. O primeiro capítulo constituiu-se de introdução, caracterização da área de estudo, revisão bibliográfica e justificativa, referencial teórico e problematização, objetivos e metodologia. No segundo capítulo, fez-se uma retrospectiva histórica da cacaucultura no município de Ilhéus, tendo como ponto de partida o século XX, com o intuito de elucidar o processo de implantação dessa cultura, sua trajetória, conquistas, interesses, conflitos, relação com a política da época, mudanças geradas neste espaço e crises cíclicas. Discutindo ainda as formas de articulação empreendidas entre o poder público e o setor privado, as ações de recuperação da lavoura e suas perspectivas. A montagem dessas cenas fornecerá indicativos para demonstrar porque a crise de 1989, que desencadeou processos de decadência e novas visões, representa um ponto de inflexão na condução do desenvolvimento local em Ilhéus. As fontes utilizadas nesse estágio foram preponderantemente secundárias como: livros de história de Ilhéus, boletins técnicos e relatórios disponíveis no Centro de Documentação e biblioteca da UESC e da CEPLAC, documentários, trabalhos acadêmicos como artigos, monografias, dissertações e teses; complementadas por fontes primárias (entrevistas semi-dirigidas).

No terceiro capítulo, foram descritos os caminhos e descaminhos das alternativas de desenvolvimento delineadas para o escopo de análise, o Turismo (a partir de 1990) e o Pólo de Informática (após 1995). Nesse momento o interesse maior foi o de apresentar dados,

características, articulações, perfis, entraves, conflitos, conquistas e influências na dinâmica socioeconômica do município de Ilhéus, bem como as perspectivas para cada setor e percepções de atores locais acerca da possibilidade de enxergar os segmentos como alternativas de desenvolvimento local pós-crise do cacau de 1989 (estágio do ponto de inflexão mencionado). Nesta mesma seção, discutiu-se as condicionantes que perfazem o projeto e a execução em curso do Complexo Logístico Porto Sul Bahia e como essas questões estão influenciando o posicionamento e as concepções dos atores acerca das oportunidades de desenvolvimento local. Concluindo a pesquisa, tem-se as considerações finais e demais elementos pós-textuais.

2 O CACAU E A “PRINCESINHA DO SUL”

2.1 Cacaicultura como vetor de análise

Por meio deste capítulo objetiva-se contextualizar historicamente o surgimento, a implantação, a expansão e a crise da cacaicultura no município de Ilhéus, evidenciando características, processos, intervenções na economia e sociedade local, as crises cíclicas e as ocorrências que tornaram a pior crise dessa lavoura (com a vassoura de bruxa, em 1989) um ponto de inflexão no desenvolvimento local. Para analisar esse sistema produtivo, a produção de cacau e suas influências regionais estão sendo consideradas como “um estágio determinado do desenvolvimento social, da produção de indivíduos em sociedade” (BAIARDI, 1984, p. 19). Significa dizer que, muito embora o cultivo do cacau orbite entre indicadores e interesses econômicos, seu poder de intervenção se perpetua na construção social, formando identidades e o *habitus* nas “terras do cacau”. Nesse sentido, segundo Bourdieu (2001), compreender o *habitus* local, ou seja, as disposições que norteiam a razão prática dos indivíduos, equivale ao ato de descortinar pré-concepções, identificando os reais significados dos interesses, dos valores e das lutas que dinamizam um local.

Mesmo o município de Ilhéus sendo a área central da pesquisa, far-se-á necessária a utilização de dados da Região Cacaueira, que é composta por 89 municípios, dentre um total de 417, perfazendo 21,34% da divisão político-administrativa do estado da Bahia. Com a magnitude desse conjunto, vislumbram-se artifícios para demonstrar a dimensão do alastramento desse cultivo e sua importância na economia regional, mas também a propagação dos prejuízos e o peso que as reivindicações dos atores locais e regionais podem adquirir junto a instituições estaduais e federais.

Por conseguinte, foram definidos cinco tópicos visando, em sua totalidade, evidenciar a força que a cacaicultura exerceu e que de certa forma ainda exerce na região. No primeiro, o item 2.2, buscou-se apresentar alguns aspectos históricos que demonstram a transição da economia açucareira para a economia cacaueira e os entraves administrativos, de adentramento e ocupação das terras, evidenciando os fatores que levaram à construção de interesses pelo cultivo do cacau. Partiu-se de um breve esboço de atividades realizadas na capitania de Ilhéus e que foram substituídas pelo plantio do cacau, cuja rentabilidade despertou fascínio naqueles que perfizeram essa história.

O item 2.3 expressa a natureza das disputas políticas instauradas nas “terras do cacau”, do início a meados do século XX, como forma de ressaltar os fazeres e concepções dos atores acerca do desenvolvimento de Ilhéus. Por outro lado, destacou-se a dualidade de versões (ora conservadora, ora liberal) sobre a história do cacau e seus agentes nessa região, bem como a força política e econômica dos coronéis e suas alianças com representantes políticos do Estado. No terceiro tópico, o item 2.4, foram descritas algumas das transformações empreendidas pelos coronéis no espaço urbano, seja por interesse em demonstrar riqueza e *status*, seja para romper com um passado retrógrado ou, ainda, por intenções em compor o quadro daqueles homens ilustres responsáveis pelas melhorias na cidade de Ilhéus. O fato é que a paisagem urbana foi transformada com a pujança da cacaicultura.

No item 2.5 foram abordadas questões como produtividade, vulnerabilidades e crises desse cultivo, com ênfase na de 1989, em função da disseminação do fungo *Crinipellis perniciosa*, conhecido por vassoura de bruxa, dado o aspecto das folhas secas nos galhos acometidos pela doença, e do declínio econômico resultante, não só para Ilhéus, mas para toda

a região cacaueira e o Estado da Bahia, fomentando a necessidade de reestruturação e diversificação da base produtiva. Esse é um momento no qual o desenvolvimento local é reavaliado, os atores se voltam para as necessidades, recursos e potencialidades internas na tentativa de reverter a crise. Por fim, serão destacados os avanços processuais e os entraves ainda enfrentados pela cacauicultura, as parcerias firmadas entre setor público, privado e instituições de ensino e pesquisa, demonstrando as ações empreendidas e em construção visando a recuperação da lavoura de cacau, não apenas como um cultivo gerador de emprego e renda, mas um lastro histórico-cultural da sociedade local.

Aproveitando essa abordagem serão apresentadas algumas discussões a respeito dos embates políticos e dos interesses envolvendo atores da região cacaueira. No último tópico, buscou-se reconstruir cenários pós-1990, delineando trajetórias com destaque para o comportamento da produção de cacau e indústrias moageiras em operação no município, as dificuldades, entraves, ações, resultados, potencialidades e oportunidades identificadas na luta contra a doença instalada nos cacaueiros e contra instabilidades intrínsecas ao mercado de cacau.

2.2 Um pouco da história local: dos engenhos de açúcar ao cultivo do cacau

A história de Ilhéus remonta ao período das capitania hereditárias, tendo sido a capitania de São Jorge dos Ilhéos⁸ dada, por carta régia, a Jorge de Figueiredo Corrêa, por D. João III, em 25 de abril de 1534⁹. A fundação da vila de São Jorge dos Ilhéus, então sede da capitania, data de 1536. Sua elevação à categoria de cidade só foi decretada através da lei nº 2.187, em 28 de junho de 1881, por ordem do Secretário da Província da Bahia, João Lustosa da Cunha Paranaú. Tal ocorrência deveu-se ao potencial econômico existente, não por condições infraestruturais (BARROS, 2004). De acordo com a pesquisadora Maria Luiza Heine (2007, [s.p.]), a elevação à categoria de cidade não foi acompanhada por emancipação política.

Durante o período colonial a atividade de maior interesse era a produção de açúcar, sendo o Engenho de Santana o centro econômico da Capitania de Ilhéus. Em 1570, existiam oito engenhos em toda a Capitania, restando, em 1724, apenas o Engenho de Santana, que persistiu por cerca de trezentos anos. A produção de açúcar no Brasil era muito cara, pois os equipamentos a serem utilizados eram trazidos da Europa, além disso, encontraram dificuldade em ocupar novas terras, mais para o interior, em função da resistência apresentada pelos índios que habitavam as matas (MARCIS, 2000). Segundo Heine (2004), a ênfase na produção de açúcar reflete o interesse do colonizador português, visto que Portugal destacava-se no mercado internacional do açúcar, sendo proveitoso expandir sua produção.

Conforme Freitas e Paraíso (2001), o extenso interstício temporal entre os eventos relacionados à ocupação das terras e a elevação à categoria de cidade deveu-se às dificuldades da Capitania em alcançar o seu desenvolvimento, as quais estão relacionadas a uma série de fatores como: os contínuos combates entre os índios e portugueses, dificultando a colonização no litoral e o adentramento do território; as tentativas de escravização dos índios nas lavouras de cana e consequentes revoltas; ausência de administração e de governo que impusesse

⁸ Denominação constituída a partir do nome do donatário e das ilhotas do litoral (na área central da cidade, onde foi dado início às edificações, por facilidade de tráfego marítimo, construção de porto e local estratégico para defesa do território – parte mais elevada, atual bairro da Conquista).

⁹ Em 2010, Ilhéus comemora 476 anos de existência.

ordem e leis; região povoada, maciçamente, por pessoas não letradas e manutenção do cultivo de subsistência, subutilizando o potencial das terras.

A partir de 1753, a Capitania de Ilhéus passou a ser Comarca da Coroa, subordinada à Capitania da Bahia (região composta pela atual capital Salvador e municípios do entorno). No ensejo, foi criado um Corpo de Ordenanças, mas o nível de investimento foi mantido em patamares insignificantes. Ao final do século XVIII, a extração de madeira para construção era a atividade econômica mais desenvolvida. Por outro lado, Silva Campos, citado por Freitas e Paraíso (2001, p. 34), destaca que a Capitania da Bahia tomou decisões que, de certa forma, dificultaram o desenvolvimento de Ilhéus, a exemplo do seguinte trecho:

Outro golpe no projeto de enriquecimento dos moradores de Ilhéus foi a determinação real de que se continuasse a plantar mandioca na área da Capitania para solucionar a carência de farinha na Bahia e na própria Comarca. A interferência da metrópole interrompeu a expansão do plantio de cana de açúcar e de arroz que tendia a superar o de mandioca. Da mesma forma, o novo Ouvidor, futuro Visconde de Cairu, proibiu a criação de gado no perímetro da vila (SILVA CAMPOS, citado por FREITAS; PARAÍSO, 2001, p. 34).

Independentemente da legitimidade de atuação, estratégias e interesses (de garantia da subsistência, por exemplo) por parte da Capitania da Bahia sobre Ilhéus, esses feitos demonstram condicionantes como submissão, fragilidade e dependência, resultantes de processos colonizadores com perfil de exploração. Como resultado de uma série de ações estrangulatórias, Freitas e Paraíso (2001, p. 34) descrevem a seguinte realidade da Capitania ao final do século XVIII: “hoje, porém, tudo está arruinado e desfeito, sem que já pareça vila, mas sim uma pobre aldeia [...] com duas mil pessoas vivendo em indigência”. Segundo Baiardi (1984, p. 14),

a crise do sistema açucareiro que ensejou no Nordeste setentrional a criação de uma alternativa em termos de produção para exportação do algodão [em Pernambuco] teve, em Ilhéus, face aos condicionantes ecológicos, sua correspondente lavoura de cacau, cuja implantação se deu sem o concurso da força de trabalho escrava e financiada pela burguesia mercantil que procurava encontrar substitutos na pauta do comércio internacional. Esta lavoura cujas bases foram lançadas já na segunda metade do século XVIII, surgiu, portanto, sob a égide do capital e com traços não muito distintos de sua formação atual.

Então, pode-se dizer que o cenário econômico regional começou a ser transformado com a introdução da cultura do cacau para fins comerciais. Conforme Ribeiro (2005), os interesses da coroa sobre essa região mudaram por volta de 1770 com a expansão do consumo de chocolate na Europa e Estados Unidos. “[...] Com o intuito de diminuir a dependência do comércio de açúcar, lavouras alternativas como o café, cacau e algodão tiveram seu plantio iniciado nas propriedades particulares e nas missões indígenas ao longo do litoral” (RIBEIRO, 2005, p. 26). Um elemento facilitador nessa transposição de culturas foi a transição da escravidão para o trabalho assalariado. Como a produção do açúcar deixou de ser valorizada na região, os instrumentos e a infraestrutura não foram preservados. Restaram apenas ruínas do Engenho de Santana, no povoado do Rio do Engenho.

O cultivo do cacau é antigo. A primeira denominação que se tem registro para essa árvore, “kakawa”, remonta ao ano 1.000 a.C. com o povo Olmec, habitantes do litoral do Golfo do México (nome também utilizado pelos Maias). Sua história foi permeada por uma lenda asteca que lhe atribuía origem divina e poder, de mesma natureza, conferido àquele que ingerisse a bebida, em geral restrita a nobres. A ampliação de seu valor conferiu-lhe a função de moeda de troca. Sendo que o estímulo ao crescimento produtivo e beneficiamento foi desencadeado na Europa com a primeira versão do chocolate criado pelos espanhóis a partir

da adição de açúcar. Começou a ser comercializado na Europa, no século XVII, mas sua base produtiva era na Guatemala, América Central (HEINE, 2004).

No Brasil, essa planta é nativa da Amazônia e em 1711 já era cultivada no Pará sem expectativas de comercialização externa. Segundo Heine (2004), em 1746, uma muda foi trazida para a Bahia pelo francês Louis Frederic Warneau e plantada na fazenda Cubículo, localizada no atual município de Canavieiras que, na época, fazia parte do território da Capitania de São Jorge dos Ilhéus. Em função disto, muitos trabalhos fazem menção a Ilhéus como local onde se iniciou o cultivo do cacau. No início, apresentou baixa atratividade devido ao longo período de maturação da árvore para que proporcionasse a primeira colheita e à necessidade de aclimatação que exigia o plantio às margens dos rios, tornando-a uma cultura marginal. Além desses, existiam outros fatores como: a falta de demanda pelo produto no mercado interno, por não ter tradição de consumo, e a incapacidade técnica para beneficiamento. Heine (2004) argumenta que a condição de planta ornamental começou a ser transformada em meados do século XIX, quando um crescimento significativo da demanda internacional pelo chocolate estimulou a expansão do plantio de árvores de cacau.

Ainda no início do século XIX, as tentativas do governo de fomentar o povoamento da região não tiveram sucesso. Os primeiros imigrantes, em geral alemães e suíços, buscavam uma vida melhor do que dispunham em suas pátrias. No período de 1818 e 1824 tem-se o registro de que 28 famílias alemãs se instalaram em Ilhéus. “Traziam dinheiro, ferramentas e meios de se estabelecer. Formaram a colônia do Almada e foram eles que iniciaram o plantio do cacau em substituição ao da cana de açúcar” (HEINE, 2004, p. 23). Enfrentaram dificuldades e precisaram inclusive de auxílio do governo para sobreviver. Só quando esse mesmo grupo fundou a Colônia de São Jorge o cacau começou a apresentar indícios de superar o cultivo da cana. De acordo com Freitas (1979 citado por HEINE, 2004), essa colônia já conseguia exportar amêndoas, em quantidades pequenas, por volta dos anos trinta do século XIX. O grupo se manteve no domínio desse cultivo até a década de cinquenta do mesmo século. Para os brasileiros, a preferência econômica ainda era a cana de açúcar. O desenvolvimento de outro cultivo exigia estímulos reais e resultados compensadores, principalmente no caso do cacau, porque as matas ainda intactas precisavam ser raleadas para seu cultivo (técnica “cabruca”).

Freitas e Paraíso (2001) argumentam que esse contexto foi modificado a partir de 1860, uma vez que o acesso a novas mudas, do tipo Forasteiro e Pará, mais resistentes e que podiam ser plantadas mais para o interior, criava a possibilidade de inserir a região no circuito econômico internacional. Essa atividade poderia se configurar numa solução para o balanço de pagamentos da província através das exportações, bem como absorveria a força de trabalho proveniente das zonas açucareira, algodoeira e pecuarista. Nessa mesma época, informa Heine (2004), os sergipanos que migraram para Ilhéus iniciaram a composição de um entreposto comercial no povoado de Tabocas (atual município de Itabuna).

Nesse contexto, a política do Governo da Província (Bahia) e das elites econômicas de escoamento de grandes contingentes populacionais para a zona cacauícola representou uma solução econômica, social e política. Ou seja, geraria renda a partir de um modelo agrícola primário exportador, alocaria a mão de obra ociosa e reprimiria, nas zonas em decadência, os conflitos que poderiam acarretar a desestruturação do modelo de dominação das terras. Os argumentos ideológicos que estimularam o adentramento contingencial em uma região inóspita foram a possibilidade de progresso individual e a libertação da subserviência. Após a proclamação da república do Brasil, em 15 de novembro de 1889, as comarcas foram divididas em municípios. O município de Ilhéus englobava, na época, um território amplo¹⁰,

¹⁰ A atual conformação territorial do município de Ilhéus foi instituída a partir de 1952 (HEINE, 2004, p. 55).

equivalente a 8 mil km². Era uma área de intensos embates pela posse da terra em função da qualidade do clima e da estreita faixa de terra propícia para o cacau.

Durante a difusão da cultura do cacau na região, o trecho Ilhéus/Itabuna¹¹, principal eixo produtor e exportador (porto de Ilhéus), apresentou o maior crescimento populacional, tendo evoluído de 7.620 habitantes em 1892 para 105.892 habitantes em 1920, apresentando taxa de crescimento de 6,98%, sendo superior à taxa do Estado da Bahia, de 1,99% ao ano (GARCEZ, 1977 citada por HEINE, 2004). A intensificação desse movimento migratório começou nos anos de 1877 e 1879. Freitas e Paraíso (2001) apontam como motivadores a seca na região norte do estado da Bahia e no estado de Sergipe e o decréscimo da produção açucareira para 9% na pauta de exportações do estado em 1880, já que comumente representava cerca de 30%. Essas ocorrências demonstram a atratividade exercida pelas histórias de enriquecimento com o cacau, responsáveis por parte do movimento migratório.

Conforme Cardoso (2006, p. 185), essas questões são ilustradas pelo romancista Jorge Amado em Terras do Sem Fim, apresentando as disputas pelas terras da região do cacau através de quatro elementos centrais – “terras, dinheiro, cacau e morte” – tanto em sua trama quanto na composição de um imaginário de fácil enriquecimento com a ocupação de terras para plantar cacau. Por outro lado, pode-se destacar na história da cacaicultura regional o “tributo aos *self made men* plantadores de cacau”, que exclui consequentemente a contribuição da elite agrária e comercial e os esforços iniciais dos colonos alemães e migrantes nordestinos na implantação da economia cacaueira (RIBEIRO, 2005, p. 57).

No princípio, “a ocupação das terras se deu muito mais na forma de pequena propriedade do que de grandes propriedades latifundiárias” (HEINE, 2004, p. 35). Podia ser caracterizada como uma produção de natureza familiar. No entanto, alguns esclarecimentos são pertinentes quanto à caracterização “familiar”. De acordo com Beskow citado por Baiardi (1984) na região cacaueira a unidade de produção familiar era distinta da concepção original do termo em quatro aspectos: i) as unidades de produção familiar subordinavam-se à grande unidade de produção capitalista que estava diretamente articulada com o capital comercial; ii) a acumulação capitalista era predominante na região; iii) quase toda a produção constituía-se em valor de troca, por não ser conveniente para o produtor reter a produção como valor de uso; e, iv) a família não se constitui como unidade de trabalho.

Neste último caso, Navarro e Asmar (citados por Baiardi, 1984, p. 98) afirmam que “um em cada três pequenos produtores tinha uma ocupação fora da UP [unidade de produção] familiar”. Essa relação foi ainda mais elevada quando os autores consideraram os demais membros da família, além do chefe de família. Outrossim, “quanto menor é a área da UP familiar, maior é o número de membros da família que trabalham fora”. Para Rezende (citado por Baiardi, 1984), no contexto capitalista e comercial esse grupo desempenhava um papel que assegurava baixos salários, apenas para fins de subsistência, e cobriam necessidades de força de trabalho, sem constituírem um “exército de reserva”. Resultava, portanto, na incapacidade de geração de poupança ou de investimento na pequena propriedade.

Assim, no início da implantação desse sistema produtivo, a quantidade de terra era demarcada de acordo com a capacidade do grupo em cultivá-la¹². Situação que foi se transformando até a maior concentração de propriedade, sem, contudo, eliminar os pequenos

¹¹ É curioso destacar um dado relativo às duas cidades e que evidencia o destaque de Itabuna enquanto eixo comercial da região: a Associação Comercial de Itabuna teria sido fundada, segundo Santos (2001) em 1908 e a de Ilhéus apenas quatro anos depois, em 1912. Uma comparação de datas evidencia uma maior preocupação dos “homens do comércio” em se organizarem.

¹² A menor propriedade era chamada de “burara”, era o mesmo que uma roça inicial (HEINE, 2004). Poucos burareiros conseguiram se manter na região do cacau. De acordo com Silva (1979, p. 12) “o burareiro produzia até 400 arrobas de cacau, o pequeno produtor produz de 401 a 1.500 arrobas, o médio produz entre 1.501 e 6.000 e o grande produtor produzia mais de 6.000 arrobas”. (1 arroba = 15 kg; 1 saca = 4 arrobas ou 60 kg – forma de acondicionar as amêndoas; 1 tonelada = 1.000 kg – medida usada para exportação).

produtores, estágio no qual se destacam as contendas e “caxixes” entre os grandes coronéis do cacau (FALCON, 1995). Além da coerção econômica e da violência utilizada na concentração de terras, a influência política da burguesia cacauzeira no aparelho de Estado também se fez destacar (BAIARDI, 1984). Vale ressaltar que o valor não era da terra em si, mas de sua qualidade para plantar cacau. Esses processos desencadearam a definição do caráter monocultor agrícola desde a última década do século XIX.

Freitas (1979 citado por HEINE, 2004) destaca outro fator, o crédito hipotecário disponibilizado pelas casas exportadoras e produtores de maior porte. Assim, o não pagamento da dívida implicava em desfazer-se da terra já cultivada e produzindo, tornando os pequenos produtores dependentes e sem poder de barganha. Eram vulneráveis também à política local de preços. Como não dispunham de muito capital para arcar com todo processo produtivo, beneficiamento (fermentação e secagem) e transporte até o porto de Ilhéus, vendiam sua produção para os grandes produtores que habitualmente pagavam preços inferiores ao valor da colheita. Essa relação de dependência é caracterizada por Baiardi (1984, p. 111) como “freguesia”.

Como o mercado tende para o oligopsônio [muitos vendedores e poucos compradores], o produtor direto busca compensar sua insegurança através de um relacionamento de caráter informal com os comerciantes, os quais se aproveitam para reforçar laços de dominação econômica. Estabelece-se então uma relação onde o dominado [os produtores] procura cultivar “a boa vontade” daqueles com quem comercia [e exportadores], o que na prática reflete na limitação da capacidade de reivindicar direitos (BAIARDI, 1984, p. 111).

No dia 08 de março de 1917, com a constituição da primeira agência do Banco do Brasil, essa submissão foi suavizada, por um lado, para os pequenos agricultores com título da terra e capital de giro; por outro lado, manteve os burareiros em desvantagem, pois suas propriedades não eram lucrativas. Além disso, muitos deles ainda não possuíam documentação das terras para fechar negócios. Em alguns casos levavam cerca de 30 anos para regularizar a documentação junto ao Estado, o que também os impedia de acessar o Banco de Crédito Hipotecário, criado em 1905, que praticava juros mais baixos que os grandes produtores e exportadores (HEINE, 2004). E é justamente por meio da junção entre capital agrário e casas exportadoras, com consequente acumulação e centralização de riqueza e mais poderes de gerir o sistema produtivo do cacau, que surge a classe social dominante na região – a burguesia cacauzeira (BAIARDI, 1984).

A produtividade do cacau foi ampliada sofrendo com o crescimento das taxações do Governo da Bahia que também não dava apoio financeiro. De “34 réis por quilo”, com o sucesso crescente e o potencial da lavoura, “a lei orçamentária de 1892 elevou o imposto para 16% sobre o preço” (HEINE, 2004, p. 28). A consolidação da lavoura de cacau trouxe consigo a dependência da economia local às demandas do mercado externo, pois, restringia-se à exportação de amêndoas de cacau. Como já foi dito, o mercado interno brasileiro não apresentava demanda pelo produto e não detinha capacidade técnica para o beneficiamento do mesmo, o que contribuiria para a exportação de derivados com maior valor agregado.

A política governamental também seguiu a dinâmica do mercado internacional, uma vez que obras de infraestrutura foram voltadas para o melhor escoamento da produção de cacau, seguindo os parâmetros de um modelo agro-exportador. Estimulando a construção do primeiro porto de Ilhéus, entre os morros de Pernambuco e Unhão, com contrato firmado em 06 de abril de 1911, e da ferrovia Ilhéus-Itabuna-Vitória da Conquista, viabilizando a logística de transporte das amêndoas. De acordo com Chiapetti (2009, p. 34) “a ferrovia nunca chegou a Vitória da Conquista e a ideia de integração não se realizou, mas o seu pequeno trecho

operou no transporte de cargas e pessoas de Itabuna a Ilhéus até 1964, ano em que foi desativada por determinação do governo federal”.

Na década de 1940, foi verificada a necessidade de construir um novo porto, de maior porte e em uma área que não estivesse frequentemente sujeita à formação de bancos de areia. Em 1971, foi inaugurado o novo porto, na ponta do Malhado, também localizado numa área central da cidade. Chiapetti (2009) informa ainda que a iluminação elétrica foi instalada em Ilhéus em 1911, atendendo a poucas casas e para fins de iluminação de áreas públicas, com interrupções em seu fornecimento. O autor problematiza ainda o fato de que “a ampliação e a regularização do fornecimento de energia elétrica em Ilhéus e região somente aconteceram em 1962, com a construção da hidroelétrica do Funil no Rio das Contas” (CHIAPETTI, 2009, p. 37) apesar de toda a riqueza gerada com a exportação do cacau no período.

2.3 Construção política e relações de poder

De acordo com Ribeiro (2005), na região do cacau as disputas políticas eram acirradas entre a elite tradicional que mantinha a resistência e a discriminação quanto à ascensão dos novos ricos ao poder municipal. Os pessoístas, que formavam a elite de novos ricos, cujo representante era o Coronel Antonio Pessôa, defendiam que o desenvolvimento da terra era resultado da ação dos desbravadores. Os adamistas, representantes da elite tradicional, cujo expoente era o Coronel Adami Sá, impunham, em contrapartida, a imagem e o poder dos coronéis aristocratas na construção de Ilhéus. As origens dos pessoístas variavam entre os afro-brasileiros, índios, descendentes de portugueses e de outros europeus. A família Sá provinha da elite colonial educada principalmente em Coimbra e que esteve envolvida no processo de independência do país, ocupando cargos no governo imperial.

Exemplificando a natureza das disputas políticas entre esses dois grupos, em 1901, foi fundada a *Gazeta de Ilhéos* que funcionava como um lugar para a construção e difusão de discursos em defesa das visões pessoístas, facção que costumava se referir aos adamistas como clã feudal escravocrata. A estratégia do coronel Antonio Pessôa, que não possuía os mesmos acessos políticos que os adamistas aristocratas, foi a de assumir o perfil de defensor dos pequenos lavradores, órfãos e viúvas. Justificava agir em prol do progresso municipal visando arregimentar grandes fazendeiros da mesma origem e compor um grupo de apoio para fazer frente à elite adamista. Outrossim, o argumento pessoísta de “classe produto do próprio esforço” adequava-se ao projeto político republicano da época (RIBEIRO, 2005).

As ideias sobre a elite do cacau, introduzidas por Antonio Pessôa, foram centrais no discurso político da região cacauera e nas discussões sobre a sua história [...] gerando uma memória coletiva da nova geração de fazendeiros. A imagem de uma região formada pelo trabalho assalariado e livre, de homens humildes permanecia como uma poderosa ferramenta da política local e um forte apelo na busca de recursos financeiros federais (RIBEIRO, 2005, p. 58).

A crença de que a riqueza dos fazendeiros de cacau tinha sido obtida pelo fruto do trabalho braçal, fornecia à elite agrária e comercial elementos para justificar sua proeminência regional e estadual. A noção de que a lavoura cacauera era o esteio do progresso numa Bahia decadente, distingua-a da enfraquecida elite açucareira (RIBEIRO, 2001, p. 123).

De acordo com Lipiello citado por Ribeiro (2001, p. 123), o mito pessoísta de formação da cidade, calcado nos desbravadores das terras dos “frutos de ouro”, forjou uma cultura regional marcante. Segundo Lipiello, citado por Ribeiro (2001, p. 123),

Ilhéus tem uma cultura unívoca. As suas raízes se aprofundam na saga heróica do cacau. Esta saga prendeu os ilheenses na sua tela dando a eles uma única referência cultural. Esta referência, o cacau, elimina qualquer diferença de origem étnica, acomodando portugueses, africanos, suíços, italianos, espanhóis... Esta unificação, esta sociedade coesa na reverência à epopeia heróica do desbravamento e plantio do cacau é o marco cultural ilheense.

Na tentativa de fortalecer e legitimar seus discursos e ideais de ascensão política, o coronel Antonio Pessoa chegou a encomendar trabalhos sobre a região que servissem para reforçar seus argumentos políticos e sua visão dos processos e significados envolvidos na construção de Ilhéus. Assim, a cada período de domínio político por uma facção, eram impingidas as visões ideológicas do grupo dominante no registro da história local desconsiderando os feitos relacionados aos rivais. Em 1936/37 foi lançada a obra “Crônicas da Capitania de São Jorge dos Ilhéus”, do historiador baiano Silva Campos, que referendou a colaboração das famílias aristocratas (adamistas – elite tradicional) na construção da economia cacaueira, tomando como período de análise a segunda metade do século XVIII até o final do século XIX. Contudo, não houve interesse por parte da nova geração de tradicionalistas em diferenciar a história do mito de formação da região cacaueira (RIBEIRO, 2005).

A elite adamista, cuja linhagem foi iniciada com a união matrimonial entre José Bittencourt e Sá e Maria Victória de Sá, ocupou a intendência municipal de Ilhéus entre o século XIX e início do século XX. “O poder municipal esteve nas mãos dessa família pelo espaço de quase um século ininterruptamente” (RIBEIRO, 2001, p. 95), considerando que o primeiro prefeito do município, Eusínio Gaston Lavigne, eleito para o mandato de 1930-1937, era tetrâneto de José Bittencourt e Sá. Como “o coronelismo se [inseriu] em uma relação de reciprocidade entre as oligarquias estaduais”, a elite aristocrática de Ilhéus detinha recursos e acessos para se manter no poder (RIBEIRO, 2001, p. 95).

Fato que justifica as deposições do coronel Pessoa eleito em 1895 e em 1899, já num contexto de federalismo, ambas cassadas pelo governo do estado que mantinha aliança política com a facção adamista. A destituição do poder público municipal foi solicitada via recurso dos adamistas após a eleição de um aliado político para o governo do Estado, Dr. Severino Vieira (RIBEIRO, 2001). “Em agosto de 1900 os coronéis Ernesto Sá de Bittencourt e Câmara e Domingos Adami de Sá foram reconduzidos respectivamente à Intendência e à presidência do Conselho Municipal de São Jorge dos Ilhéus” (RIBEIRO, 2001, p. 91).

Além das alianças com o governo do estado, o partido da situação impedia o curso normal da apuração das eleições com a invasão da cidade por seus jagunços (RIBEIRO, 2001). De acordo com Falcon (1995, p. 99), “ter a intendência [municipal, que foi criada entre 1880 e 1890] significava controlar a máquina administrativa, policial e jurídica, vitais numa região onde sempre inexistiu qualquer prática democrática”.

O momento das eleições era farsa com aparência de legalidade. O que realmente valeria para o poder verificador estadual seriam as atas lavradas posteriormente, geralmente na casa do chefe político local. As fraudes eleitorais começavam no momento do alistamento, feito nos municípios, atendendo aos interesses do partido governista. A oposição encontrava todos os tipos de dificuldades para incluir elementos de seus quadros nas listas eleitorais. Era prática da situação registrar analfabetos e “phosphoros” [pessoas inexistentes e defuntos]. [Além disso,] havia o voto de bico de pena, onde a mesma pessoa assinava vários nomes de eleitores,

usando uma caneta com bico de pena, para preencher o livro de presença (RIBEIRO, 2001, p. 97-98).

Esses procedimentos são ilustrados por Ribeiro (2001, p. 98, grifo do autor) através do seguinte depoimento oral do Sr. Gilberto Homem d'El-Rei:

Tinha o número dos eleitores no caderno. Então, havia aqueles cadernos já prontos. Tinha um cidadão aqui chamado Zé Ernesto, João Mangabeira chamava ele de “meu dicionário”. No dia das eleições, à noite nós íamos para lá, pegávamos a pena: “fulano de tal”. “Esse é carroceiro”, aí assinava fazendo aqueles garranchos. “Fulano de tal”, “esse é empregado no comércio”, aí assinava diferente. Nunca a mesma letra, nunca assinava igual.

Outro dado que evidencia as fraudes grosseiras encobertas nas eleições é o fato de que, em 1889, quando findou o período monárquico, Ilhéus possuía cerca de 200 votantes, mas o mandato político foi garantido para os adamistas com o registro de mais de 800 votantes “phósphoros”, além da garantia de apoio do então governador, Dr. Severino. Ou seja, a Lei Saraiva, de 09 de janeiro de 1881, que instituiu o direito de voto a indivíduos maiores de 23 anos, alfabetizados e residentes no distrito eleitoral era insignificante. “Da farsa local passava-se para a farsa estadual ou nacional, com a ‘degola’ dos adversários” (RIBEIRO, 2001, p. 98). Heine (2004) justifica esse tipo de aliança do governo do estado com as facções políticas locais em função da necessidade de impor a nova ordem, republicana, num ambiente onde ainda havia muitos defensores monarquistas. Além disso, as dimensões de caráter continental do país e a dificuldade de comunicação contribuíram para a concessão de poderes aos coronéis, fato que ocorreu em todo país com perfis diferenciados. A proteção do governador chegou ao ponto de nomear um “delegado regional com carta branca para sustentar Adami” (RIBEIRO, 2001, p. 99). Ato que impediu, segundo o autor, que o recurso dos pessoístas, injustiçados na eleição de 1889, fosse levado ao conhecimento do Tribunal de Apelação.

Apenas em 1912, os adamistas perderam o controle político para os pessoístas, devido à nomeação de um não aliado a Governador da Bahia, J. J. Seabra. Os adamistas só retornaram ao poder em 1930, quando Eusílio Gaston Lavigne foi empossado prefeito municipal, enfatizando o discurso político da “Bahia para os baianos”, conseguindo um feito inédito na conformação dos poderes locais, a união de antigos rivais políticos, adamistas e pessoístas, que passaram a se denominar “autonomistas”. Conseguiram ficar dezoito anos no poder, a partir dos anos 1930 (até 1948). Apesar da suavização dos embates entre as duas facções, Campos (2006, p. 657) transcreveu em sua obra um trecho de um jornal da época, o Diário da Tarde, descrevendo uma fraude eleitoral em primeiro de março de 1930:

Foi para nós uma tremenda decepção. A cidade, que deveria dar um raro exemplo de democracia republicana, registrou a mais clamorosa fraude de sua história política. Urnas abertas e voto livre? Sim: urnas abertas para a fraude e voto livre... da verdade eleitoral. O bico de pena, exercido por altos mandatários da política nacional e estadual, daquele tempo, campeou infrene [desenfreado], reduzindo à clamorosa bambochata [extravagância] a instituição do voto livre.

De acordo com Andrade (2003), a transformação dessa realidade política, com disputa acirrada entre as duas facções, se deu a partir da década de trinta, em função do surgimento do Estado Novo e da ampliação da intervenção regional do Estado, fator que supriu o espaço de ação dos coronéis. Apesar de terem perdido o poder de decisão e mando a figura dos coronéis ainda se manteve no cenário político ilheense até os idos de 1970, findando a influência do ciclo coronelista com a morte das personalidades centrais.

As patentes de coronel eram compradas à Guarda Nacional¹³ por grandes latifundiários na região do cacau, além de outros indivíduos que dispusessem de dinheiro suficiente para comprar o título. Além desse tipo de coronel existia um grupo, “formado de homens que, enriquecidos, conquistavam o poder político e o respeito da população que passava a chamá-los de ‘coronel’, como símbolo de respeito (ANDRADE, 2003, p. 32).

Além dos espaços políticos e econômicos para legitimação do poder, também utilizavam as festas religiosas dos santos de devoção das famílias para a renovação de compromissos políticos locais. Eram frequentadas não apenas por “moradores dos povoados e fazendas vizinhas, [...] parentes e vizinhos, mas [também] por autoridades municipais e importantes correligionários políticos” (RIBEIRO, 2001, p. 95).

Mesmo com a força de intervenção local, os coronéis do cacau não conseguiram ampliar suas relações políticas em nível estadual para garantir apoio financeiro e políticas governamentais que atendessem às reivindicações e necessidades do município de Ilhéus e da Região Cacaueira, tinham apenas proteção pelos atos que realizavam para controlar e conduzir suas áreas. De acordo com Heine (2004, p. 51) “os coronéis se preocuparam muito em expandir suas terras, em aumentar a produção das suas fazendas e não se preocuparam em aumentar seu poder político fora da região”. Outro agravante pode ser identificado a partir de 1930, quando “a segunda geração começou a se afastar da fazenda e até da região, sendo comum encontrarmos fazendeiros morando no Rio e em Salvador, mas vivendo ‘de rendas’, nunca na tentativa de ampliação do poder político” (HEINE, 2004, p. 51-52). A autora destaca como única exceção da época o advogado Gileno Amado que alcançou certa força política fora da região. Freitas e Paraíso (2001, p. 118) ressaltam que essa desagregação entre os atores ligados à cacauicultura não perdurou, o passar do tempo possibilitou “o aparecimento de um grupo unificado, com interesses simultâneos na produção e no comércio, que deu origem ao que poderíamos definir como burguesia cacaueira”.

Fora os dados já apresentados sobre essas facções nas disputas políticas, não foram encontradas, a partir da década de 1950, informações sistematizadas em livros de história regional ou mesmo pesquisas acadêmicas que expusessem a evolução das concepções e fazeres no campo político. Cabe, entretanto, destacar que o cenário político foi alterado, fazendo com que as disputas tomassem conformações distintas. A esta pesquisa não interessa recompor a trajetória política após essa mudança, até o estágio coberto pela análise, o interesse era demonstrar o poder de acesso e comando da burguesia cacaueira, inclusive no que diz respeito às práticas e desmandos políticos.

Porém, é importante reconhecer que o perfil da política praticada no período analisado não inseriu lastros de consciência e interesses coletivos. Conforme informações descritas no próximo item, o espaço urbano foi transformado com a expansão da economia cacaueira, mas as ações foram pontuais, em alguns casos, como expressam os autores regionais, exibicionistas, pois a grandiosidade das construções e da imagem que se criou de Ilhéus guardava relação intrínseca ao interesses dos coronéis. Ou seja, não foram resultantes de uma construção política voltada para os interesses sociais e estruturantes. Toda espécie de infraestrutura e benefícios foram sendo empreendidas para atender à produção e escoamento das amêndoas de cacau. De acordo com Baiardi (1984, p. 111-112) “qualquer possibilidade de mudança mais geral teria origem nas transformações das relações de sujeição econômica, para

¹³ “As origens históricas do coronelismo relacionam-se com a criação da Guarda Nacional pelo padre Diogo Antonio Feijó, Ministro da Justiça, a partir de 18 de agosto de 1831. Esta ficaria sob o seu comando ao tempo em que ele extinguiu outros corpos de milícia e ordenanças, como também as guardas municipais que eram comandadas pelo Ministro da Guerra. Com esta medida, ele fortaleceu seu poder, assim como aumentou a receita, pois as patentes da Guarda Nacional, na sua maioria, eram vendidas a grandes proprietários de terras” (HEINE, 2004, p. 44).

daí refletir no poder político local”. Assim, encontramos um setor político fraco, sujeito às crises, externalidades e oscilações do mercado do cacau.

2.4 Os coronéis e a construção da “Princesinha do Sul”

Em Ilhéus, a “Princesinha do Sul”, “a questão urbana emergiu como transformação da vida social. Era preciso mudar a cidade para mudar a vida” (RIBEIRO, 2005, p. 97). Pela aversão a um estilo colonial “ultrapassado”, o espaço material que ainda detinha essa imagem foi alterado com a finalidade de transformar as rotinas e imagens de Ilhéus. Em meados do século XIX,

[...] as vias públicas possuíam largura regular e uniforme, com casas assoalhadas, havendo diversas de gosto moderno, bonitas e de construção bastante sólida. Nesta época já haviam sido construídos alguns sobrados. A população era de pouco mais de mil habitantes. A cidade contava com três igrejas (São Jorge, Vitória e a capela de São Sebastião), duas fontes públicas, 120 casas comerciais e duas farmácias. Nesta época só havia duas escolas primárias na cidade. Sem a implantação da cacaueira, Ilhéus, certamente não teria se consolidado como cidade [...]. Mesmo no começo do século XX, a cidade não tinha grande importância, pois quando já havia prosperidade, os primeiros plantadores de cacau moravam nas fazendas, mudando para a cidade só a partir do início dos anos de 1910, quando a cidade se desenvolveu de forma acentuada e foi construído todo o patrimônio histórico e cultural que permanece até os nossos dias (HEINE, 2007, [s.p.]).

Portanto, a partir do início do século XX, foi iniciado um processo de urbanização da área central da cidade, uma vez que os coronéis do cacau começaram a construir palacetes (símbolo de *status* na região), além do estímulo à construção de prédios comerciais com padrões de arquitetura europeia, moderna e demais benfeitorias. Por meio da Figura 5 é possível observar os estágios de expansão urbana no município de Ilhéus.

De acordo com Ribeiro (2005), o primeiro interventor no plano de modernização da cidade foi Domingos Adami de Sá, entre os anos de 1904 e 1908, sendo o responsável pelo início da construção do primeiro porto e obras de calçamento e instalação de rede de esgotos. “O plano da Ilhéus ideal, a Capital do Cacau [...] foi levado a termo por um grupo de administradores, a maioria deles com formação superior, influenciada por concepções européias de urbanização” (RIBEIRO, 2005, p. 95).

Em 1924 foi gestada uma espécie de planejamento urbano, através das ações do intendente¹⁴ Mário Pessoa. As “obras de embelezamento” da zona urbana da cidade, descritas por Ribeiro (2005) foram regulamentadas por uma Lei municipal, sancionada em 1º de outubro do mesmo ano. Eram concedidos incentivos fiscais para quem adequasse suas casas ao padrão arquitetônico em uso, fazendo certas proibições, por outro lado, para que conseguissem harmonizar a cidade. A segunda zona que compunha esse planejamento era a suburbana, também composta por três quilômetros, num intermédio das áreas urbana e rural. Essa renovação também foi balizada por princípios higienistas, de modernização, embelezamento, civilidade e progresso como forma de apagar os reflexos do passado (RIBEIRO, 2005).

Esse preconceito em relação ao estilo colonial foi um dos fatores preponderantes para a demolição, sob as bençãos do bispo diocesano, na década de 1920, da igreja

¹⁴ O cargo de Intendente equivalia ao cargo de prefeito nos dias atuais (ANDRADE, 2003).

setecentista de São Sebastião [Figura 6], que deu lugar à nova catedral diocesana [Figura 7 e 8], construída em estilo eclético, templo da modernidade e do fausto” (RIBEIRO, 2005, p. 102).

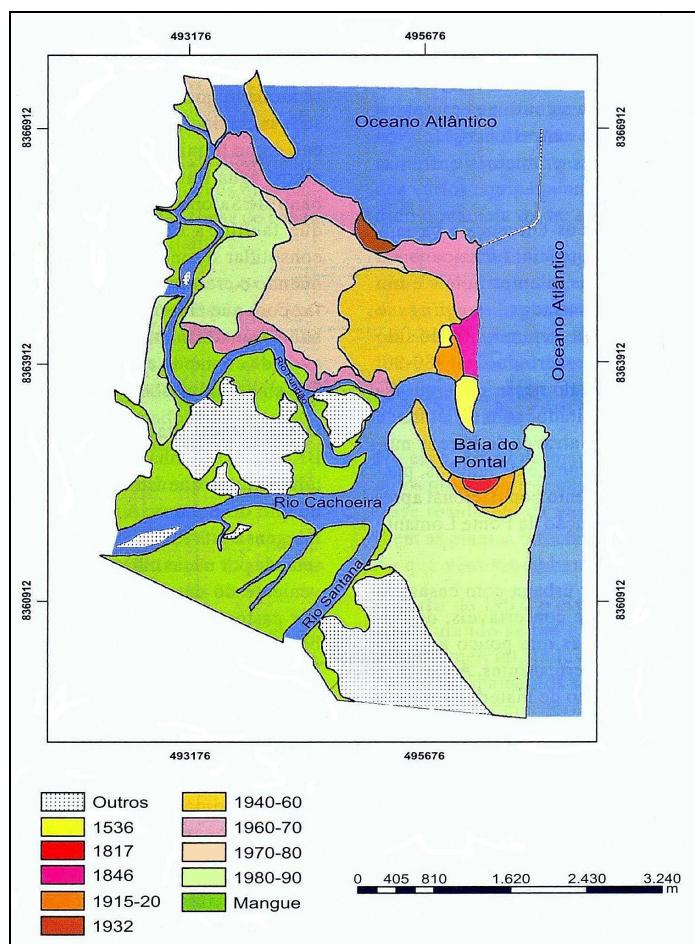


Figura 5 - Expansão urbana de Ilhéus.
Fonte: ANDRADE, 2003, p. 43.



Figura 6 – Antiga igreja jesuítica de São Sebastião (XVIII).
Fonte: RIBEIRO, 2005, p. 103 (foto: P. Pinillos).

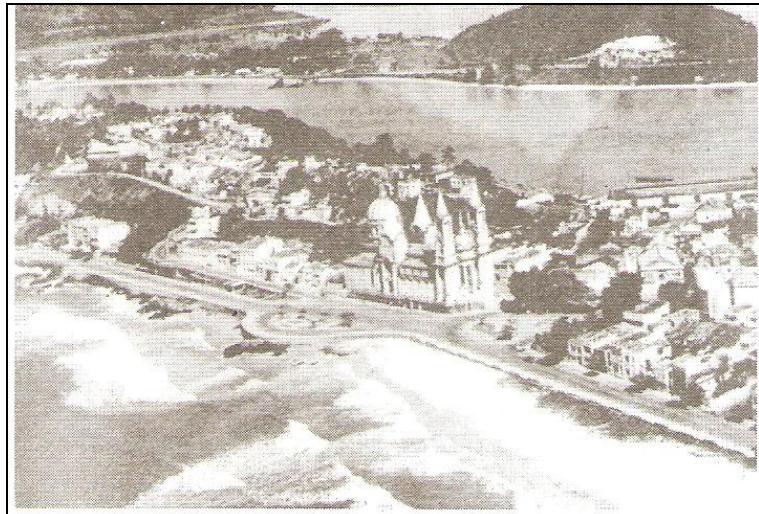


Figura 7 – Catedral de São Sebastião (década de 1930).
Fonte: RIBEIRO, 2005, p. 104 (foto: Brandão e Rosário).



Figura 8 – Catedral de São Sebastião.
Fonte: Acervo da autora, 2006.

“Esse processo permitiu à burguesia cacaueira dar materialidade aos símbolos de distinção relativos à sua nova condição no cenário econômico nacional” (RIBEIRO, 2005, p. 98). A cidade, em seu período de renovação, efetivamente no início do século XX, é descrita por Souza Brito, citado por Ribeiro (2005, p. 108), da seguinte maneira:

Cidade formosíssima e de estylo moderno. [...] Actualmente todas ou quase todas as construções estão reformadas, podendo gabar-se a cidade de Ilhéos, de ser uma das primeiras cidades do interior do Estado, em belleza de construções. Lindos palacetes ornam as suas ruas asseadas, quer públicos, quer particulares.

Ribeiro (2005, p. 108) esclarece que, por um lado

as intervenções imprimiram a monumentalidade e a grandiosidade ao espaço urbano. [Por outro lado,] esse processo trouxe em seu bojo a exclusão quando, ao produzir

um espaço público, privilegiou o seu uso pelas elites e deixou de fora as camadas populares, relegadas a um território da exclusão e da não vigência de normas.

A competição imobiliária, as desapropriações efetuadas em nome da renovação, do progresso, expulsaram os moradores pobres (feirantes, comerciários, ferroviários, prostitutas, pescadores, estivadores e pequenos lavradores) que começaram a construir os bairros periféricos de Ilhéus, naquela época restritos ao Malhado e aos morros da Conquista e Unhão. Em contraste foram empreendidas melhorias numa região muito valorizada, o bairro Cidade Nova, e em outra área utilizada para fins de veraneio, o bairro Pontal. Além disso, foram feitas obras de grande porte que beneficiaram toda a cidade como a abertura de duas grandes avenidas, a Avenida Itabuna e Canavieiras, exigindo cortes nos morros da Conquista, Vitória e Boa Vista (RIBEIRO, 2005).

Naquele tempo, a cidade do Rio de Janeiro serviu como inspiração para instaurar a modernidade em Ilhéus. A Avenida Atlântica foi uma espécie de molde para a construção de uma avenida à beira mar, com calçadões, postes de iluminação elétrica, representada em Ilhéus pela Avenida Soares Lopes, prolongada até a Avenida Dois de Julho, que finda no primeiro porto construído. Num segundo momento (1938 a 1942), Mário Pessoa ergueu uma réplica do Cristo Redentor, no prolongamento da citada Avenida, entrada dos navios e barcos para o porto (RIBEIRO, 2005). Além dessas intervenções, deve-se destacar a construção do primeiro hotel na cidade para oferecer hospedagem com conforto para aqueles que estivessem acostumados com isso, conforme descrição de Campos (2006, p. 634):

Para tanta gente que chegava, não sendo escasso o número de indivíduos habituados ao conforto, era necessário haver pousada à altura. Por isso, inaugurou-se em agosto [de 1928] o Ilhéus Hotel, estabelecimento digno das necessidades e do movimento da terra. Existiam mais dois hotéis, sendo um bem regular, e 22 pensões de todas as classes.

Fica claro, portanto, que a elite do cacau investiu seu poder econômico e político na reconstrução da realidade local em atendimento a seus ideais, como mecanismo para destacarem o prestígio social, político e econômico que possuíam. As intervenções diretas no espaço estavam carregadas de simbologia, “do culto à personalidade no espaço urbano, consagrado como lugar de expressão do poder social” (RIBEIRO, 2005, p. 113). Em parte, pode-se dizer que a cidade foi transformada numa arena de disputas de poder encabeçadas por ações que garantissem ao menos compor o quadro daqueles que colaboraram com a expansão da cidade. Os bens de consumo disponíveis na cidade de Ilhéus também era destaque na região do cacau. Com base em Campos (2006, p. 633), “tudo que se poderia encontrar no comércio da Bahia [leia-se: Salvador] topava-se no de Ilhéus. Todos os utensílios e trastes modernos para o lar, todos os artigos finos de qualquer espécie, todas as últimas invenções praticamente aplicadas no uso diário da existência”.

Nesse sentido, a perpetuação, características e importância dessa atividade na economia local ditaram a construção da memória regional. Tamanha era a concentração de interesses no cacau que os demais setores da economia não receberam a importância devida. De acordo com Campos (2006, p. 635), por volta dos anos de 1929 era “insignificante o avanço industrial, mencionando-se apenas neste ramo da atividade humana a abertura e bem montada oficina da Companhia Mecânica de Ilhéus”. Quanto ao setor de comunicações e transporte não houve grandes avanços, exceto quanto “a inauguração do serviço de passageiros pelos aviões da Condor Sindikat [...] e os vapores de Aapro & Co. começaram a frequentar o porto”.

Assim, a história local está fundamentada, essencialmente, na pujança da cacaicultura que legou a Ilhéus o título de terra dos “frutos de ouro” (Figura 9) e “Princesinha do Sul”

devido ao embelezamento da zona urbana, distinguindo-se das demais cidades em seu entorno. A expressão “frutos de ouro”, comum nas terras baianas do cacau foi destacada por Cardoso (2006, p. 185) no seguinte trecho extraído da obra *Terras do Sem Fim*, de Jorge Amado: “uma árvore que se chamava cacaueiro e que dava frutos cor de ouro que valiam mais que o próprio ouro”. Essa expressão traduz uma espécie de naturalismo que gravitava sobre o imaginário local, fazendo das contendas e caxixes práticas locais que conduziam a disputa de terras boas para se plantar cacau. Ultrapassado esse primeiro momento, o trabalho de produzir era da “árvore que dava frutos de ouro”, aos cortadores de cacau ficava a responsabilidade da colheita e manuseio, os produtores gozariam a posse dos frutos da fartura, da riqueza, do *status* e em alguns casos do esbanjamento.



Figura 9 – “Frutos de ouro” (esquerda) e fruto partido (direita) – amêndoas de cacau.
Fonte: CEPLAC, 2009a.

Além dos coronéis e dos intendentes municipais, os estrangeiros das casas exportadoras/importadoras e grandes comerciantes também detinham poder de influência. À margem ficavam os jagunços dos coronéis, os alugados das fazendas de cacau, pequenos comerciantes, empregados do comércio, dentre outros grupos sociais. A origem dos sujeitos que construíram a economia e a sociedade cacaueira era bastante heterogênea, contemplando os “habitantes locais, os indígenas, os sertanejos dos quais muitos se tornaram coronéis de cacau, os migrantes de outras regiões e os imigrantes estrangeiros” (AVENA, 2002, p. 72).

Todos que aqui aportavam atraídos pela fama mítica do cacau viam-no como o símbolo de sua redenção financeira, seu enriquecimento, seu poder sobre a terra na qual o cacau fosse cultivado. Dos analfabetos aos mais letrados, a boa safra do cacau era o sinal de um período de abundância que lhes prometia dinheiro farto, viagens, festas, vida mansa (ROCHA, 2006, p. 17).

A sugestividade do dinheiro fácil e de vida mansa também permeou o mundo das elites locais. De acordo com Guerreiro de Freitas (1992 citado por AVENA, 2002) os grandes

coronéis e seus filhos não se preocupavam com o futuro da produção do cacau, interessavam-se pelos benefícios provenientes dele. Em sua tese, Santos (2010, p. 228, grifo nosso) expressa algumas nuances desse padrão comportamental, identificado em pesquisas bibliográficas e entrevistas para composição de sua tese, onde analisa a formação da percepção dos gestores locais acerca da área turística:

Ao longo do século XX, símbolos dessa riqueza poderiam ser vistos na iluminação pública da cidade, cujos *postes foram importados da Inglaterra*, bem como as pedras que pavimentam algumas de suas ruas centrais (*nas primeiras décadas do século Ilhéus abrigava um vice-consulado britânico*). Mas o consumo perdidário e a ostentação eram percebidos com maior intensidade nas atitudes das famílias tradicionais, *com a exibição de pianos de cauda inclusive em casas de fazenda ou compra de apartamentos de “veraneio” em Paris ou mesmo em Tóquio*, como relataram alguns informantes.

Ilhéus tinha, junto com Itabuna, proporcionalmente mais veículos novos do que em São Paulo. *Nós éramos uma cidade rica*, a grande maioria dos fazendeiros tinha apartamento na Europa, passeava uma ou duas vezes pela Europa [...]. Eu vim do Rio de Janeiro, onde o máximo que um sujeito de classe média conseguia [lograr] era chegar numa faculdade com um pai que tinha uma casinha, um carrinho de classe média. *Classe média em Ilhéus era quem colhia três mil e quinhentas arrobas de cacau, quer dizer, o 'cara' podia comprar oitenta pick-ups por ano* (L., Hoteleiro).

Uma polêmica nesse cenário de riqueza e ostentação é a substituição da residência dos coronéis nas fazendas para os palacetes nas cidades, com investimentos não só na região cacaueira (principalmente Ilhéus e Itabuna), mas também em Salvador e no Rio de Janeiro. Para Baiardi (1984) esse é um argumento controverso. Pois, o simples fato de mudar o local de residência não significa absenteísmo, pode, ao contrário, ser vislumbrado como um processo de modernização, que induz os sujeitos a buscarem nas cidades melhores condições de moradia e de prestação de serviços. Outrossim, a corrida para a região do cacau em busca de promessas difundidas facilitou o alastramento de crises econômicas e sociais no município. Muitos dos sonhos e promessas não foram realizados, a exemplo dos migrantes que continuaram em posição de servidão e sofreram com as dificuldades de conquistar um espaço e se manter nele, com a concentração e centralização dos lucros na economia cacaueira.

De acordo com Guerreiro de Freitas (1992), citado por Avena (2002, p. 76),

a vida regional foi modificada intensamente no período de 1896 a 1937 pelas alterações das condições naturais e dos problemas phyto-botânicos bem como pelo aumento da oferta e da especulação de preços. Neste cenário a maioria da população ficava à margem dos resultados econômicos obtidos graças ao cacau. Havia uma falta de preocupação quanto ao futuro, uma crença de um poder infinito do cacau e um desinteresse pelas questões mais profundas do processo de formação da sociedade. Todos estes fatores levaram à gestação de uma crise social que se aproximava. Os trabalhadores, migrantes do sertão, continuavam sem terra e empregados a serviço dos coronéis. [...] Havia também outro fator que preocupava os chefes políticos. A chegada de pessoal qualificado – “os estrangeiros” – pois estes demandavam novas exigências administrativas. A preocupação inicial destes administradores foi o sistema de transporte para escoar a produção de cacau.

Foi a partir dessa conjuntura, já demonstrando as fragilidades da região cacaueira, que foi construído o primeiro porto de Ilhéus e em seguida a ferrovia Ilhéus-Itabuna-Vitória da Conquista. O cenário já gestava questões críticas e evidenciava o baixo interesse dos dirigentes locais em empreender ações visando o desenvolvimento socioeconômico do município, visto que até mesmo os empreendimentos logísticos teriam sido exigências dos

“estrangeiros” e não resultado de articulações de atores locais. Isto implica em outras questões, os “estrangeiros” estariam investindo em níveis mais elevados da cadeia produtiva – comercialização/exportação –, enquanto os produtores da região estariam concentrados na fazenda, nível com menor valor agregado.

Esse quadro remete à consideração de que a falta de qualificação dos atores, de respaldo técnico, científico, político e financeiro mantiveram a região distante de usufruir de outros potenciais econômicos, bem como explorar melhor o cacau. Para Chiapetti (2009, p. 30), “o processo de formação de Ilhéus se caracterizou pela inserção na economia mundial como um ‘espaço derivado’ [expressão cunhada por Milton Santos, 1978]”. Significa dizer que “a formação territorial de Ilhéus teve como vetor principal uma ordem forânea, que se sobreponha à ordem local, o que tem lhe outorgado constantes e contraditórios períodos de crescimento econômico e crise”. Ou seja, os padrões organizacionais e os interesses são predominantemente de atores externos, fazendo com que as organizações locais adaptem-se apenas para atender a demandas e exigências externas.

Baiardi (1984) argumenta que a cacauicultura figurou como atividade predominante, mesmo com o grau de dependência intrínseco ao sistema produtivo instalado. De acordo com o autor, tanto a produção de cereais como de fruticultura e hortifrutigranjeiros eram irrelevantes à época em que construiu suas análises, com exceção da produção de banana por servir como sombreamento na plantação de cacau. No setor secundário, também pouco expressivo, concentravam-se empresas familiares cuja produção de mobiliário de madeira e produtos alimentares esteve voltada para o mercado regional. “No setor terciário, o maior dinamismo se verificava naquelas atividades diretamente ligadas ao transporte e à comercialização da amêndoas de cacau” (BAIARDI, 1984, p. 51). Baiardi (1984, p. 68) complementa que

a região entra no estágio de industrialização um tanto tardiamente e não se diga que foi por falta de excedentes gerados pelo setor agrário-exportador. As explicações são de outra ordem e se inscrevem provavelmente em contextos onde as causas são mais políticas, seja do lado do investidor potencial, o produtor rural conservador, ou do lado do Estado e de sua política de divisão regional do trabalho, que privilegiou em um primeiro momento a Região Sudeste e em segundo momento determinadas regiões metropolitanas do Nordeste.

Conforme Chiapetti (2009) os delineamentos desse processo estavam intrinsecamente relacionados a diretrizes de política nacional. “As normas estabelecidas pelo Estado (como créditos, impostos, tarifas etc.) priorizavam os investimentos nas atividades industriais e agrárias, com possibilidades de exportação” (CHIAPETTI, 2009, p. 55). Na região cacauícola o modelo agro-processador não foi implantado, ficando a mercê do perfil agro-exportador, em função de condicionantes de política nacional e das dinâmicas do mercado internacional do cacau.

Segundo Baiardi (1984), em nível nacional, um estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas (em 1979) propunha a concentração dos esforços da Região Cacaueira para a exportação de amêndoas de cacau, pois na relação custo/subsídio/benefício ganhava-se mais com a exportação que com a industrialização na região. Quanto ao setor externo, os países importadores e processadores de amêndoas eram subsidiados, fator que reduziria o poder de competitividade do produto nacional. Ainda nesse campo, Chiapetti (2009, p. 57) destaca a política protecionista empregada por esses países: “apenas as amêndoas estavam livres de taxas, sendo que os produtos industrializados chegavam a ter, como na Suíça, 50% de taxação, o que inviabilizava a competitividade das empresas brasileiras de processamento de amêndoas”.

Fica claro, portanto, a falta de interesse em diversificar a economia local, o baixo nível de investimentos na verticalização da cadeia do cacau, em pesquisa e desenvolvimento (P&D), na manutenção e distribuição da riqueza gerada no território, bem como a preocupação com a geração de alternativas ao cacau, visto que o autor publicou sua obra em 1984 e as crises na lavoura de cacau da Bahia já se faziam frequentes. Nesse sentido, a Região Cacaueira, em estado frágil e instável e sem alternativas de peso para sustentar a economia local, sucumbiu com o surgimento da vassoura de bruxa na região, conforme será discutido amiúde no item 2.5.2. Ou seja, não se pode imputar à “vassoura de bruxa” todo o peso da crise econômica do sistema produtivo do cacau na Bahia.

2.5 Economia Cacaueira: produção, crises e interesses

2.5.1 A produção de cacau no século XX

Pode-se dizer que a cacaicultura exerceu certo fascínio em seus atores por ter sido capaz de inserir a região no circuito econômico internacional. Segundo a CEPLAC, citada por Baiardi (1984, p. 57) “1834 é o marco do estabelecimento de um fornecimento regular de amêndoas para o exterior e, consequentemente, o marco também de maiores adesões ao cultivo do cacau”. De acordo com Andrade (2003, p. 93) “em 1895, a exportação de cacau já atingia 112 mil sacos, sendo que, seis anos mais tarde, em 1901, o Brasil ocupava o primeiro lugar na produção mundial”. Nessa classificação, 85% da capacidade de exportação provinham da região cacaueira da Bahia. Pelos idos de 1927 o “sul da Bahia produziu mais de um milhão de sacas, ocupando o segundo lugar”, situação em que o Brasil¹⁵ estava perdendo para Gana (na África Ocidental). A partir da Tabela 4 pode-se observar a evolução da produção brasileira de cacau, com maior peso de participação da região cacaueira, entre os anos de 1900/01 a 1977/78.

Freitas e Paraíso (2001, p. 114) argumentam que no período de 1900 a 1930, a “participação desse produto no valor total apurado pelo Estado é de cerca de 20%. Em geral, o cacau contribuiu com aproximadamente 40% do valor total das exportações baianas na primeira república, alcançando, em 1927, a participação de 53,5%”. Nessa época, o transporte da produção regional para o porto de Ilhéus ainda era muito caro, devido à falta de uma rede rodoviária compatível com a movimentação da produção, não atendia a contento cerca de 80% dessa demanda. De acordo com Tosta Filho (citado por MARINHO, 2001, p. 22), antes de 1931, os custos com transporte chegavam a compor cerca de “40 a 50% do valor do cacau nos portos primários de embarque”.

¹⁵ “A colheita é feita duas vezes por ano. No Brasil, a safra principal é colhida de 1º de outubro a 30 de abril e a safra temporária de 1º de maio a 30 de setembro. A colheita, na Bahia, devido à incidência de chuvas, varia de 8 a 10 meses, enquanto nos países produtores de cacau da África Ocidental cerca de 80% da produção são colhidos num curto período de 3 meses, em virtude do fato deles terem uma estação seca prolongada” (SILVA, 1980, p. 70).

Tabela 4 – Produção brasileira de cacau (em mil ton.), ano agrícola - 1900/01 a 1977/78

PERÍODOS	VOLUME	PERÍODOS	VOLUME	PERÍODOS	VOLUME
1900-01	18	1927-28	73	1953-54	166
1901-02	20	1928-29	64	1954-55	142
1902-03	21	1929-30	69	1955-56	171
1903-04	23	1930-31	64	1956-57	163
1904-05	21	1931-32	98	1957-58	164
1905-06	25	1932-33	100	1958-59	177
1906-07	24	1933-34	84	1959-60	177
1907-08	33	1934-35	104	1960-61	129
1908-09	34	1935-36	126	1961-62	128
1909-10	29	1936-37	116	1962-63	110
1910-11	36	1937-38	140	1963-64	123
1911-12	30	1938-39	139	1964-65	124
1912-13	29	1939-40	120	1965-66	176
1913-14	41	1940-41	131	1966-67	176
1914-15	45	1941-42	138	1967-68	145
1915-16	44	1942-43	114	1968-69	165
1916-17	56	1943-44	125	1969-70	201
1917-18	42	1944-45	109	1970-71	180
1918-19	63	1945-46	140	1971-72	167
1919-20	67	1946-47	105	1972-73	160
1920-21	36	1947-48	84	1973-74	245
1921-22	59	1948-49	145	1974-75	269
1922-23	57	1949-50	150	1975-76	260
1923-24	68	1950-51	155	1976-77	234
1924-25	59	1951-52	56	1977-78	283
1925-26	72	1952-53	142		
1926-27	71				

Fonte: Fonte: CEPLAC, Anuário Estatístico do Cacau, 1978 citado por BAIARDI, 1984, p. 140.

O porto de Ilhéus chegou a ser o quinto colocado a nível nacional, exportando 98% desse produto. Com base em nota técnica divulgada pela SEAGRI (2009, p. 1), entre os anos de 1957 e 1980 a região cacaueira da Bahia conheceu “um ciclo de desenvolvimento, evoluindo a sua produção de 162 mil toneladas na safra 1956/1957 para 397.362 toneladas em 1986/1987, quando o Brasil¹⁶ produziu 448.577 toneladas, ficando a Bahia com a participação de 86,56%” (Figura 10). Compondo esse intervalo, Nascimento (1994) argumenta que, entre os anos de 1977 e 1979, o cacau chegou a representar 70% do total das exportações baianas, configurando-se, portanto, como o produto de maior arrecadação de impostos para o Estado.

¹⁶ No Brasil os outros estados produtores são: Espírito Santo, Pará e Amazonas (SILVA, 1980).

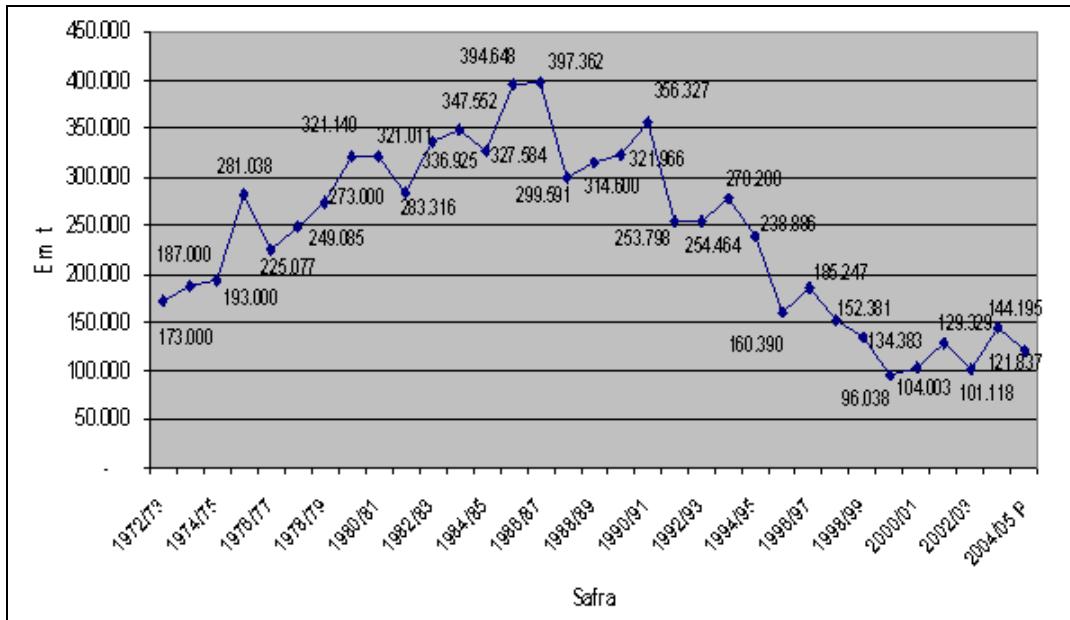


Figura 10 – Produção baiana de cacau.

* Valor da safra 2004/05 equivale a uma previsão (P).

Fonte: CEPLAC, 2005.

Com base nas informações apresentadas por Silva (1980, p. 93) a produção de cacau da Bahia estava concentrada, na década de 1980, em dez municípios que respondiam por 50,63% de toda produção: “Ilhéus (42.055t), Itabuna (13.200t), Camacã (12.600t), Canavieiras (9.000t), Itajuípe (8.143t), Ubaíra (7.734t), Ibirapitanga (7.533t), Una (7.299t), Buerarema (7.130t), Ipiaú (6.486t), Outros (118.172t – 49,37%)”. Exceto Ilhéus que detinha 17,57%, Itabuna com 5,52% e Camacã com 5,26% os demais municípios perfizeram percentuais maiores que 3% e menores que 4%, com ressalva para Ipiaú que colaborou na época com 2,71% (SILVA, 1980).

Estendendo o período 1977-79 até 1982, tem-se o que se chamou de “quinquênio de ouro do cacau”, uma temporada de grandes lucros para a região cacauícola em função de preços elevados e safras recordes, mas sem investimento em novas tecnologias de produção, visto que a alta produtividade então experimentada exigia um manejo relativamente simples. Nesse período, a África sofreu com uma forte seca, deixando para o Brasil grande fatia de mercado consumidor. Com a redução da oferta o cacau chegou a uma cotação de aproximadamente US\$ 4 mil dólares a tonelada. Em contrapartida, apesar dos problemas climáticos, estavam sendo feitos investimentos em novas áreas como Malásia e Indonésia (CARVALHO, 2003). Esse desequilíbrio na África gerou benefícios pontuais, pois, a “concorrência internacional com a produção de origem africana¹⁷, ‘protegida’ pelas nações industrializadas, tornava a produção baiana mais vulnerável às oscilações de mercado e mais enfraquecida diante das crises conjunturais” (FREITAS; PARAÍSO, 2001, p. 109).

Após esse período o mercado internacional experimentou uma queda sucessiva de preços, impactando diretamente o produtor (relação receita/custo e endividamento): “1987 (US\$ 2 mil/t), 1988 (US\$ 1,4 mil/t), 1989 (US\$ 1 mil/t), 1990 (US\$ 1,1 mil/t) 1992 (US\$ 1,05

¹⁷ “A Costa do Marfim, no período de 1963/1973, reabilitou 55% da área total que produzia cacau – cerca de 236.500 hectares – enquanto que no quadriênio 1969/1973 plantou 24.300 hectares só com híbridos. De 1975 a 1978, o Governo desse País implantou, através de apoio parcial com o BIRD, dois projetos de cacauicultores de grandes rendimentos. O governo da Nigéria, também com o apoio do BIRD, de 1970/1971 até 1974/1975, efetuou o plantio de 77.000 hectares com cacauais e estabeleceu como meta, para 1975/1980, a expansão de 120.000 hectares com plantações de cacau” (SILVA, 1980, p. 76-77).

mil/t)” (NASCIMENTO, 1994, p. 13). Nas exportações brasileiras o valor máximo da arroba de cacau (15kg de amêndoas) foi de “R\$ 232,20 entre 1977 e 1978. [...] período caracterizado por guerras civis no território africano e asiático” (CARVALHO, 2003, p. 37). Entre 1983 e 1985 a retomada do crescimento nos preços apresentou cotações inferiores e voltou a outro ciclo de queda, “chegando a atingir em 2000 o patamar de R\$ 24,32 significando em relação à média do período uma redução de 66,58%” (CARVALHO, 2003, p. 38).

De acordo com Silva (1979), no ensejo da realização de sua pesquisa, o município de Ilhéus possuía a maior área de cacau plantada em relação a toda região cacauíra, com cerca de 70% de superfície coberta por cacauíros. Ilhéus figurava como o “primeiro produtor, Camacã o segundo, Itabuna o terceiro e Uruçuca o quarto” (SILVA, 1979, p. 12). Ainda na década de 1970, Sauer (1981, p. 97) informa que na Região Cacauíra “a área destinada à plantação de cacau equivalia a 297.434 hectares, representando 86,48% em relação ao total de 343.932 hectares e 88,7% em receita gerada”. “Em 1980, as exportações de derivados como torta e manteiga contribuíram (juntamente com as amêndoas) para o Estado da Bahia, cerca de 15% do ICMS arrecadado” (LISBOA, 1998 citado por SIMÕES, 2000, p. 7).

Além do cultivo de cacau, destacava-se a produção de mandioca com 8,21% da área (28.244 hectares) e 6% na geração de receita; e a produção de banana utilizando 2,79% da área total (9.589 hectares) com a contribuição de 1,5% na receita da região. Ainda quanto a geração de valor, tem-se o reforço de 1,8% com coco-da-baía, sem informação de área plantada. Os demais cultivos apresentaram menos de 1% tanto em área plantada quanto em geração de valor (arroz, café, cana de açúcar, feijão, coco, laranja e milho) (SAUER, 1981).

Quanto às exportações baianas de amêndoas de cacau e derivados, Simões (2000) indica que em 1958, num total de 128.078 toneladas de exportações, 75,08% foram de amêndoas e 24,92% de derivados (tomando esse percentual como universo, a exportação de torta representou 53,08% e a manteiga de cacau 46,34%), sendo iniciada uma relação inversa de proporções exportadas a partir da década de 1980. Em 1969, as exportações de derivados atingem o menor percentual até então, 18,93%, sendo que desse total, a exportação de manteiga foi superior (60,48%) à de torta (35,36%). Em 1985, o percentual de derivados do cacau exportados na Bahia foi superior, no total de 45% – manteiga com 24,85%, torta com 17,65% e o líquor e outros derivados em crescimento atingiu 57,50%. Em 1998 os derivados exportados crescem significativamente para 90,95% (manteiga – 53,10%, torta – 20,45% e demais derivados 26,45%), se comparados a seu percentual no início desta década, 44,86%.

2.5.2 Vulnerabilidades do cultivo, intervenções e a crise de 1989

De acordo com Freitas e Paraíso (2001), as primeiras ocorrências conjunturais que impactaram a economia cacauíra foram as duas grandes Guerras Mundiais (1914-1918 e 1939-1945) e a crise econômica de 1929. As flutuações no comércio exterior reduziram as exportações brasileiras de amêndoas, sem nenhum apoio como paliativo por parte do governo. A necessidade de intervenção ficou patente com os resultados das safras de 1919/20 e 1921/22, ambas com redução de aproximadamente 10.000t e 27.000t, respectivamente, em relação à produtividade esperada. Em 1919, a tonelada de cacau chegou a ser cotada no mercado internacional a 90 libras, a tendência de queda de preços registrada desde então atingiu 39 libras em 1921. Esse fato resultou em solicitações do governo da Bahia ao governo federal para a abertura de uma carteira de crédito no Banco do Brasil exclusiva para o cacau.

Nos anos 1920, em meio aos desequilíbrios no mercado internacional, começou-se a perceber as fragilidades da lavoura de cacau, fato que motivou a implantação da Estação

Experimental de Uruçuca para desenvolver pesquisas na área. Com a crise de 1929, mais uma mostra de instabilidade no mercado internacional, ficou evidente a necessidade de uma instituição que auxiliasse a região cacaueira a enfrentar e superar reveses também de natureza interna, tendo sido criado em 1931, o Instituto de Cacau da Bahia – ICB (extinto na década de 1990). Vale compor um parêntese para falar da “inexistência de políticas de apoio à cacauicultura antes dos anos vinte. [...] Faltava à região, nos primeiros anos de exploração da cacauicultura, representatividade e reconhecimento de seus problemas” (FREITAS, PARAÍSO, 2001, p. 101). Essa baixa capacidade de construir dimensões político-institucionais sólidas é taxativa nas palavras de Falcon (1995, p. 38), “a lavoura do cacau não conseguiu estimular a formação de uma verdadeira economia, entendida como um complexo capaz de se articular e crescer a partir de suas próprias forças produtivas”. Além disso, a partir dessa década as fragilidades da lavoura começaram a ser refletidas no desgaste do solo e envelhecimento dos cacaueiros com consequente redução da produtividade. Fator que complicava ainda mais a superação das oscilações de preço no mercado internacional do cacau.

Dando continuidade aos esforços em equilibrar a produção e os rendimentos na região cacaueira, foi criada, em 1942, a Cooperativa Central dos Agricultores do Sul da Bahia, responsável pela venda de cacau e que chegou a ser considerada modelo no sistema nacional na década de 1970, também extinta (HEINE, 2008, [s.p.]). Como o ICB não conseguiu abarcar todas as demandas, a partir de esforços regionais foi criada a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – CEPLAC¹⁸ em janeiro de 1957, absorvida pelo Governo Federal pouco tempo depois. Nesse mesmo ano a região cacaueira se viu diante de sua pior crise. Andrade (2003, p. 93) afirma que a queda da produção e dos preços internacionais assolou a região. “Os produtores estavam empobrecidos, endividados e desiludidos, pensando ser o fim do ciclo do cacau”. Nesse momento as ações do ICB já não eram eficazes, justificando a criação da CEPLAC. Dufumier et al (2004, p. 871) faz um parêntese em sua análise antes da criação da CEPLAC para destacar a existência de um comportamento “viciado” de alguns proprietários perante as crises cíclicas que já se evidenciavam:

A depender da intensidade da crise, os produtores de tipo capitalista abandonam provisoriamente suas plantações de cacau até que os preços se recuperem. Enquanto esperam, parte dos seus recursos são transferidos para aplicações mais rentáveis. Essa estratégia traduz-se na liberação de mão de obra, provocando graves crises sociais na região. Pelo menos três aspectos viabilizam economicamente essa estratégia: o primeiro a ser considerado ocorre entre aqueles fazendeiros cujo capital imobilizado não é muito significativo e os investimentos já se encontram parcial ou totalmente amortizados (depósitos, barcaças para secagem do cacau, etc); o segundo refere-se ao tempo requerido para recuperação das plantações abandonadas; por último, os fazendeiros sabem que é fácil obter do Estado os recursos necessários ao financiamento da retomada da produção.

Uma das primeiras ações de impacto da CEPLAC foi o Plano de Recuperação Econômico-Rural da Lavoura Cacaueira. Seu princípio fundamental era colaborar com a recuperação da região e prover os cacauicultores de assistência financeira a fim de liquidar

¹⁸ A CEPLAC exerceu grande influência na região visto que também influenciou na constituição da Universidade Estadual de Santa Cruz que se configura como importante centro de graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão. Essa história se iniciou na década de 1960, com a criação das escolas isoladas, em Ilhéus a Faculdade de Direito e em Itabuna as Faculdades de Filosofia e Economia. Por intervenção da CEPLAC, em 1972, essas faculdades foram agregadas em um *Campus*, no município de Ilhéus, criando a Federação das Escolas Superiores de Ilhéus e Itabuna – FESPI (mantida por uma fundação de natureza privada), através do Parecer CFE 163/74; tendo se tornado uma escola pública superior do Estado da Bahia, pela Lei 6.344, em 06/12/1991. Em 1995, atingiu o *status* de Universidade, conforme Lei nº 6.898, de 18/08/1995 (UESC, 2009).

dívidas constituídas em função das crises. Até a década de 1960 “continuava-se a produzir cacau na Bahia como tinham produzido os pioneiros desbravadores. A forma de produzir cacau na Bahia só se alterará efetivamente na década de 1970 com as técnicas “modernas” implantadas pela CEPLAC” (MARINHO, 2001, p. 23). Em 1962 foi criado na CEPLAC o CEPEC – Centro de Pesquisas do Cacau, referendando a visão construída acerca da importância da pesquisa e experimentação agronômica para a expansão da produtividade do cacau e superação das crises. No mesmo ano foi criado o CCPC – Conselho Consultivo dos Produtores de Cacau, hoje CNPC – Conselho Nacional de Produtores de Cacau (ANDRADE, 2003).

Conforme Baiardi (1984) essa transformação foi um reflexo da política agrícola do Estado, a partir de 1964, nas regiões agrícolas com moldes capitalistas. “O Estado estimulou a concentração e centralização do capital ao lado de todos os incentivos no sentido da difusão e utilização intensiva de equipamentos e dos chamados insumos modernos” (BAIARDI, 1984, p. 113). Nesse sentido, o fato de o cacau integrar a política de exportações estava diretamente relacionado às cifras geradas com a comercialização das amêndoas produzidas na Região Cacaueira da Bahia. “Até 1960 o cacau era a segunda maior receita de exportação gerando cerca de 104 milhões de dólares, em média, no período de 1953 a 1960” (BAIARDI, 1984, p. 114). Para o autor, a própria criação da CEPLAC representou uma intervenção direta do Estado na região a fim de garantir os interesses da burguesia cacaueira e do capital mercantil, com modernização da agricultura. Para Chiapetti (2009, p. 102),

O impacto da CEPLAC é indiscutível quando se analisa a modernização tecnológica que elevou a produção e produtividade dos cultivos de cacau nas décadas de 1960/70/80, embora seja uma “modernização conservadora”, pois não promoveu mudanças na estrutura social regional, apenas seguiu a racionalidade econômica, orientando e fortalecendo a produção de matéria prima para a exportação e para as indústrias de processamento.

Em consequência, os privilégios de que dispunham a unidade de produção capitalista fragilizaram ainda mais a unidade de produção familiar, tornando-as fracas nas relações realizadas com fazendeiros e compradores de cacau. Ademais, Baiardi (1984, p. 146) considera que a relação entre o Estado e a unidade de produção capitalista conforma “um marco institucional, [...] [cujos] traços essenciais deste sistema produtivo desde fins do século passado têm sido responsáveis pela fisionomia peculiar de um extenso espaço no sul da Bahia”. Baiardi (1984) afirma ainda que,

a se manterem as atuais estruturas de poder e a ação do Estado nos moldes referidos e abstraindo-se pressões resultantes da organização e mobilização das classes subalternas, é possível afirmar que não ocorrerão grandes transformações no sistema produtivo nas próximas duas ou talvez três décadas (BAIARDI, 1984, p. 143).

As crises cíclicas foram aparecendo gradativamente na região cacaueira por volta de 1957 e assim se sucederam em 1961, 1971 e se acirraram a partir de 1987, atingindo situação extrema em 1989. Baiardi (1984, p. 63) informa que no período de 1931-1957

estavam dadas as condições para uma profunda crise de realização dos negócios que acarretou um estado de insolvência generalizado dos produtores junto às casas de exportação. Desta crise resultaram desmembramentos de propriedades e os segmentos produtivos menos afetados eram aqueles que realizavam também a comercialização da amêndoas. Foi expressivo o número de produtores que teve que se desfazer de suas terras para saldar dívidas junto aos bancos oficiais, agiotas e casas exportadoras.

Em geral, os fatores que desencadeavam as crises, estavam relacionados ao “cansaço do solo, à falta de assistência técnica e financeira (crédito caro e escasso), à inflação e à flutuação dos preços [na cotação do cacau]” (AVENA, 2002, p. 78), utilização de terras menos férteis e distantes dos centros de comercialização, seguidos do crescimento exacerbado da oferta de amêndoas de cacau no mercado internacional, estoques elevados e preços de comercialização muito baixos; efeitos de políticas cambiais; secas; ausência de investimentos em tecnologia nas lavouras de cacau, predominando lavouras extensivas vulneráveis a ocorrências *phitobotânicas* como a podridão parda (*Phytophthora palmivora*). Em 1989, o aparecimento e alastramento do fungo da vassoura de bruxa (*Crinipellis perniciosa*) que contaminou toda a Região Cacaueira¹⁹, configurou-se como aspecto ímpar para a derrocada da produtividade das lavouras de cacau. Essas etapas podem ser observadas através da Figura 11 em relação ao comportamento da trajetória de produção brasileira do cacau.

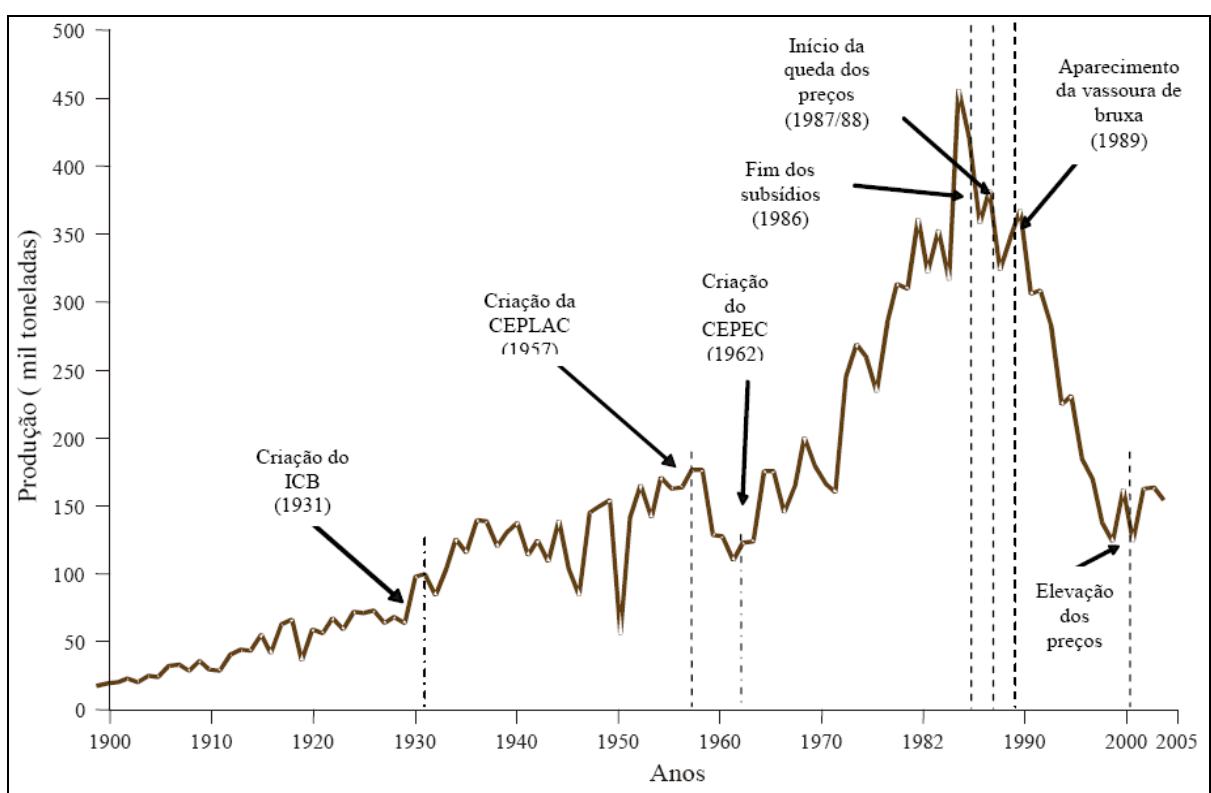


Figura 11 - Evolução da produção brasileira de amêndoas de cacau e os momentos de instalação dos sistemas técnicos e eventos que promoveram transformações da atividade – 1900 a 2005.

Fonte: Zugaib et al (2006). Elaboração: Jorge Chiapetti (2009, p. 86).

De desequilíbrios conjunturais, passou-se a uma luta constante para superar uma doença instalada na região e que é endêmica da Amazônia. Nesta área os efeitos da vassoura são menos devastadores do que foram e estão sendo na Região Cacaueira do sul da Bahia, devido a diferenciações climáticas. Naquela região os períodos de chuvas e secas são bem definidos, portanto o fungo tende a se manifestar em épocas distintas, diferentemente desta

¹⁹ De acordo com matéria veiculada no Globo Rural, não são apenas os produtores de cacau do sul da Bahia que sofrem com os danos do fungo da vassoura de bruxa, no Amazonas “o caso do agricultor Francisco Alves, que perdeu 70% da produção em dois hectares em que cultiva o cupuaçu” foi um exemplo dos problemas que agricultores da região enfrentam (GLOBO RURAL, 2006 citado por ROCHA, 2006, p. 117)

Região, onde há chuvas e calor o ano todo, com elevada umidade, portanto, um conjunto de condições favoráveis ao alastramento do fungo. Nascimento (1994) citado por Rocha (2006, p. 120) argumenta que

no início da infestação do fungo (1989), dos 600.000 hectares de cacau no Sul da Bahia, 400.000 eram ocupados por cacaueiros comuns, suscetíveis ao fungo. O restante era formado por cacaueiros híbridos, os quais são o resultado do cruzamento entre plantas comuns do fruto e genótipos da Amazônia e de outros países produtores de cacau, ou do cruzamento desses últimos.

Muito se especula sobre o “surgimento” do fungo, já que ele não é típico das lavouras do estado da Bahia. Existem argumentos diversos, desde a inserção criminosa, sem identificação dos culpados, até a possibilidade, conforme Andrade (2003, p. 94), de que o fungo teria sido trazido durante a vigência do PROCACAU – Programa de Diretrizes para Expansão da Cacaicultura, por meio do “deslocamento de técnicos entre as duas áreas e de material botânico”. O programa, implantado a partir de 1976, tinha por finalidade, em um período de “10 anos, renovar 150 mil hectares de plantações decadentes e implantar 300 mil hectares em outros estados, onde as condições fisiográficas permitiam o cultivo, como no Espírito Santo e Amazônia (Pará, Rondônia, Amazonas)”.

Andrade (2003, p. 95) aponta que “o primeiro foco da vassoura foi encontrado em Uruçuca, no dia 23 de maio de 1989, na fazenda do produtor Francisco Lima Filho e o aparecimento dos seguintes, a grande distância dos demais, em Camacã”. Configuração que levantou as suspeitas de crime contra a lavoura. Segundo Chiapetti (2009, p. 81) existem especulações de que “o fungo foi introduzido na região criminosa por técnicos da CEPLAC, motivados por lutas ideológicas contra a hegemonia da elite do cacau no comando da política regional”. Não entrando na polêmica da disseminação por disputas políticas, questão que não pareceu coerente, pesquisadores posicionaram-se quanto ao fato de o fungo ter sido introduzido por ação humana, portanto criminosa. Muito se especulou a respeito de uma possível introdução criminosa do fungo, mas nada foi provado. Rocha (2006, p. 125) chama a atenção para o posicionamento do professor Gonçalo Pereira, pesquisador da Unicamp, o mesmo admitiu que a introdução do fungo teria sido humana pois, para ele,

[...] pela história apresentada [na Revista Veja] pode-se apenas concluir que a introdução do fungo não se deu dessa forma, mas o evento chama a atenção de toda a sociedade para o fato de que a introdução do fungo na Bahia foi de forma criminosa. Em vista da biologia do fungo, é altamente provável que tenha sido doloso. [...] Ao contrário de outras doenças, os esporos do fungo precisam estar sincronizados com o ciclo da planta para conseguirem colonizar. Por essa razão, a forma de infecção mais efetiva é pendurar vassouras secas em uma roça de cacau. Nesse caso ela pode ficar alguns meses, com os cogumelos eclodindo em resposta a condições de temperatura, ciclo de chuva e sol e luminosidade. As mesmas condições da brotação do cacau.

Pesquisadores da CEPLAC, citados por Rocha (2006, p. 129) também se posicionaram frente às ocorrências através de um artigo publicado em 1996.

Os pesquisadores destacam claras evidências técnicas características da ação humana deliberada e constatam que os dois focos notificados estavam exatamente no núcleo dos dois maiores agrossistemas da região cacauícola da Bahia: Uruçuca, com 189 mil hectares, e Camacan, com 101.110 hectares. Em Uruçuca, o foco detectado foi na propriedade de um líder da União Democrática Ruralista (UDR) e, em Camacan, na de um ex-deputado e ex-prefeito desta cidade. Em linha reta entre os dois focos, há uma distância de aproximadamente cem quilômetros, com diversas lavouras. As doenças, segundo o professor de Agronomia da UESC, Célio Kersul,

espalham-se em círculo, havendo maior tendência para locais aonde o vento se dirige. Diante disso, ainda segundo o mesmo professor, a introdução da doença foi proposital e criminosa.

Por meio da Figura 12 podem ser observados os primeiros pontos de disseminação e o alastramento da doença. Segundo Andrade (2003), essa propagação é facilmente efetuada quando os cogumelos da vassoura de bruxa secam, pois chegam a espalhar, com o vento, mais de três milhões de esporos.

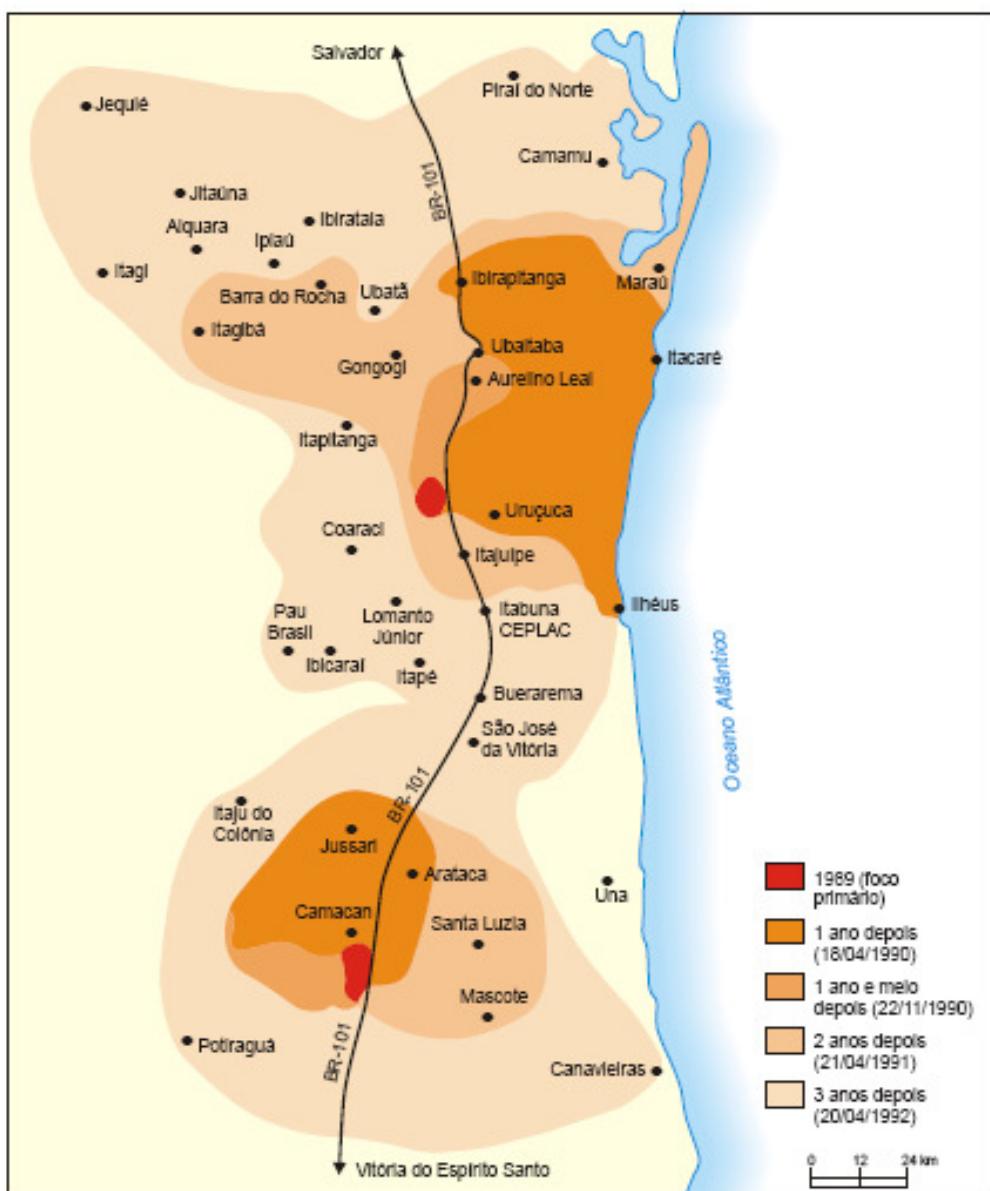


Figura 12 - Expansão da vassoura de bruxa na área cacauícola da Bahia, 1989-1992. Fonte: ROCHA (2006, p. 127).

A vassoura ataca o fruto, flores e brotos. Estimula a formação excessiva de novos brotos num mesmo galho que após sofrer necrose toma o aspecto de uma vassoura, daí o nome vassoura de bruxa (Figuras 13 e 14). Os efeitos negativos do fungo se acirraram com a baixa precipitação pluviométrica, prejudicando o ciclo de produção dos frutos.



Figura 13 – Vassoura de bruxa antes da necrose.

Fonte: CEPLAC, 2009a.



Figura 14 – Cacau acometido pela doença vassoura de bruxa.

Fonte: CEPLAC, 2009a.

Segundo Simões (2000) num intervalo de vinte anos, 1975 a 1995, o ano de 1993 foi o que apresentou a menor incidência de chuvas, 884mm, sendo que no mês de setembro verificou-se apenas 23mm (a média mensal seria de 73,67mm). Em contrapartida, o ano que mais choveu no período considerado foi 1977, com precipitação anual de 2.101mm, sendo que no mês de outubro observou-se o maior nível, 316mm (a média seria 175,10mm). A crise de 1989 marcou a região cacaueira da Bahia pelos estragos causados na lavoura, principal atividade econômica da região. Um dos efeitos negativos com a crise da lavoura, segundo Costa Júnior e Saturnino (2006) citados por Rocha (2006, p. 135) foi a migração da zona rural para a zona urbana, gerando ocupações desordenadas como no caso de Porto Seguro “uma das cidades que mais inchou após a crise da vassoura viu nascer o bairro Baianão, quase todo ocupado por migrantes do cacau”, do bairro Teotônio Vilela e manguezais do entorno na cidade de Ilhéus e a ocupação do entorno do anel rodoviário em Itabuna dando origem a uma favela. Após a crise de 1989, sua contribuição na pauta de exportações baiana registrou 13,4% em 1992, não ultrapassando US\$ 150 milhões (NASCIMENTO, 1994). “Das 25 exportadoras

de cacau, sobreviveram apenas três: Chaves, Brandão Filho e Calheira Almeida, mesmo com atividades reduzidas" (ANDRADE, 2003, p. 97).

Em Ilhéus esse momento pode ser considerado um divisor de águas, marcando a necessidade de diversificação produtiva para a geração de receita, emprego, renda e diminuição da dependência, visto que a cacaueira figurava como uma atividade de destaque na economia local. Essa concepção pode ser corroborada nos argumentos de Rocha (2006, p. 166) de que "essa crise sacudiu os alicerces de toda uma região, obrigando a que todos que nela vivem tomassem uma posição, saíssem da letargia, procurassem novas alternativas para a economia local sem, contudo, descartar a lavoura cacaueira". Segundo a Associação Brasileira de Cacaueiros, "se o cacau desaparecer fará ruir não apenas uma atividade econômica, mas toda uma forma de vida, a chamada 'civilização do cacau'. Por isso, a cacaueira é mais importante do que o próprio cacaueiro" (ROCHA, 2006, p. 234). Isso não significa, contudo, a defesa pela manutenção das formas pelas quais a cacaueira foi implantada na região, buscando sim o profissionalismo e distribuição equitativa das riquezas geradas. De acordo com Augel e Guerreiro de Freitas, citados por Freitas e Paraíso (2001, p 111-112),

a exclusividade do cacau repercutiu não só na vida rural, inibindo, por exemplo, a prática de outros cultivos, como também não permitiu o surgimento de alternativas econômicas nas próprias cidades, incapazes que se mostraram, mesmo Itabuna e Ilhéus, de desenvolver um setor industrial que se responsabilizasse pela diversificação da economia, fortalecendo a própria cacaueira e se apresentasse como saída às sucessivas crises com as quais os grapiúnas²⁰ se acostumaram a conviver.

Tendo por base os resultados apontados na pesquisa de Marinho (2001), focada entre as décadas de 1960 e 1980, e levantados pela CEPLAC, essa exclusividade chegou a níveis extremos nos municípios de Itajuípe e Barro Preto, onde não foi identificado qualquer outro tipo de cultivo, mesmo que em proporções irrelevantes. Em todo o restante da região cacaueira encontrava-se a produção de banana, pois era utilizada para o sombreamento de mudas de cacau. Nessa área, também verificou-se a extração de madeira, o cultivo da mandioca, mesmo em pequenas quantidades em alguns municípios, destacando-se "Gandu com 25.120 toneladas e Wenceslau Guimarães com 16.262 toneladas" e a produção extensiva de gado de corte, com destaque para os municípios de "Itabuna, maior produtor, com 32.761 cabeças de gado e 31.596 hectares destinados à pecuária, Aurelino Leal e Belmonte com 19.232 e 18.766 cabeças respectivamente" (MARINHO, 2001, p. 33).

De acordo com Marinho (2001) a rede de comercialização se constitui, sob a perspectiva dos produtores da região cacaueira, num fator limitador para a diversificação agrícola, ou seja, como desenvolver outros cultivos sem nenhum aparato técnico, operacional e financeiro? A rede de comercialização para o cacau começou a ser aprimorada a partir de 1931, tendo evoluído ao longo do tempo, atingindo todos os elos da cadeia, buscando apoio e acordos que beneficiassem os produtores, estrato com menores recursos para reter renda com a produção pelo baixo valor agregado das amêndoas de cacau. Alguns pesquisadores e atores também se sustentam no discurso da vocação natural da região para produzir cacau, debate que não se esgota, que é polêmico e não será aprofundado nessa pesquisa.

Cabe ainda, ressaltar uma perspectiva defendida por Nascimento (1994), quando chama a atenção para um discurso muito comum em relação à atividade cacaueira na Bahia: *a derrocada econômica da região em função de estar sustentada na monocultura*. Segundo o

²⁰ Esse termo era utilizado para designar aqueles que moravam em Itabuna (ou itabunense), mas, com o tempo, passou a ser utilizado para caracterizar as pessoas que chegavam na região e tinham no cacau sua fonte de trabalho e de enriquecimento.

autor, o atraso é reflexo da estrutura de poder atuando de fora para dentro, sem lastro com os interesses locais, gestando uma espécie de “relação colonial”, onde o dinamismo gerado era escoado para fora de suas fronteiras. Além disso, pelo fato de o produtor ser tomador de preço fica a mercê dos segmentos comerciais, dos exportadores e das multinacionais que processam as amêndoas no Brasil. O autor diz estar sustentado em análises referentes a outras regiões de perfil monocultor, tomando como exemplo a produção de soja. Esse argumento não é contrário aos benefícios da diversificação produtiva, mas rechaça a hipótese de que a crise econômica regional está sustentada na perpetuação da monocultura do cacau.

Por outro lado, é factível refletir que apesar de ter conseguido compor um grupo de atores não necessariamente coeso, mas conectado por interesses comuns, as ações provavelmente não estivessem centradas nos interesses e necessidades coletivas. Gerou-se renda em nível regional que não foi invertida proporcionalmente em infraestrutura e demais serviços públicos básicos essenciais como educação, saúde, moradia dentre outros. Sauer (1982 citado por MARINHO, 2001, p. 33) acrescenta a esse gargalo o fato de grande parte da renda gerada nas terras do cacau ter sido escoada para outras regiões, onde a elite do cacau e principalmente seus descendentes passaram a viver “de rendas”. A princípio, os centros urbanos procurados foram Ilhéus e Itabuna, depois Salvador e Rio de Janeiro. Para Menezes (1993 citado por MARINHO, 2001, p. 59)

a montagem e a formação dos setores econômicos do cacau – produção, exportação, comercialização e indústria – resultou de um conjunto de interesses isolados e não convergentes. Cada um desses esteios repousa sobre interesses colocados em planos diferentes – produtores na região, exportadores em Salvador, industriais nas multinacionais, indústrias chocolateiras no Sul do Brasil e consumidores no exterior. É óbvio que esse comportamento não assegura coesão nem garante coerência nos resultados.

Asmar (1985 citado por MARINHO, 2001, p. 32) também ajuda a compor esse cenário de desigualdade distributiva comparando os municípios de Ilhéus e Itabuna. Conforme dados de 1985, a faixa dos “10% mais ricos de Itabuna concentravam 52,99% da renda, contra 41,68% dos 10% mais ricos de Ilhéus”. No extremo inferior, “os 10% mais pobres de Itabuna [0,70] e Ilhéus [1,02] concentravam menos rendas que seus equivalentes no Brasil [1,16]”. Observando a estrutura fundiária da região cacaueira entre os anos 1960 e 1985, Silva e Mendes (1998) obtiveram, através do Índice de Gini²¹, indicadores acima de 0,6 para a concentração de terras na região: 0,685 (1960); 0,672 (1970); 0,655 (1975); 0,701 (1980); e, 0,705 (1985).

2.5.3 Produção e moagem pós-crise de 1989

Segundo a SEAGRI (2009, p. 3), o processo de estagnação dessa atividade se deu no período de 1987 a 2003, em razão de “irregularidades climáticas, excedentes de produção, estoques elevados, longo período de preços baixos, altas inflacionárias onerando os custos de produção, excessiva tributação, defasagem cambial e retirada do crédito ao produtor”. Consequentemente, a economia regional absorveu uma série de impactos negativos como a “redução da produção e da produtividade; diminuição da renda do produtor; desemprego em

²¹ Índice de Gini – varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 0 maior a igualdade, ou seja, menor concentração de terras, e quanto mais próximo de 1 maior a desigualdade, no caso exposto, mais concentração na posse de terras.

massa; descapitalização dos produtores; alto endividamento; desarticulação do sistema cooperativista; ociosidade do parque de processamento de cacau e perda de mercados". Nenhuma outra região passou por essa sucessão de infortúnios. O fungo da vassoura de bruxa acabou assolando uma região que foi pega de "surpresa". Rocha (2006, p. 121-122) argumenta que

a ciência, durante as três primeiras décadas do século XX, não estava preparada para dar assistência ao cacaueiro a fim de que melhorasse a sua produção. Os avanços na área da bio-química, da virologia e da química só chegaram no final da primeira metade do século XX. O Brasil não ficou fora desse contexto e, por isso, o cacaueiro do Pará viu sua lavoura ser dizimada pelo fungo da vassoura de bruxa, fato que ocorreu também em todo o norte da América do Sul e na Ilha de Trindade, cuja produção caiu de 8 a 10 mil toneladas para duas a três mil. Junto com a descoberta da presença incômoda do *Crinipellis perniciosa* nos cacauais, a região Sul da Bahia despertou para uma outra realidade: o total despreparo para lidar com tal doença. Se, por um lado, os produtores em geral não estavam em condições de enfrentar o problema, por outro, a CEPLAC, órgão responsável para estar à frente com novas tecnologias, prevenção e combate às pragas da lavoura cacauícola, foi pega de surpresa, apesar de atuar também na Amazônia, onde o *Crinipellis perniciosa* é endêmico e convive com os cacaueiros.

Dentre as ações que refletiram o total despreparo da CEPLAC, Rocha (2006) destaca que ao tomar conhecimento de dois focos do *Crinipellis* em duas fazendas do município de Uruçuca, com 140 e 20 hectares, respectivamente, a instituição indicou a erradicação total da plantação para evitar a disseminação. O resultado da ação não surtiu efeitos positivos e os proprietários viram-se sem sua base produtiva e sem resarcimento. Após essa atitude, que não constava no Informe de Pesquisas de 1985, manual que orientava ações em ocorrências ainda não vivenciadas, o pânico se alastrou na região e a vassoura de bruxa continuava se espalhando até contaminar toda a Região Cacaueira da Bahia, tendo chegado ao estado do Espírito Santo. Muitos fazendeiros ao descobrirem focos do fungo em suas propriedades não informavam à CEPLAC com medo de terem suas plantações de cacau dizimadas. Resultado disso foi a derrocada da produtividade da região cacauícola da Bahia e seu impacto na produção brasileira, como pode ser observado na Figura 15.

Como pode ser observada, a distância entre a linha pontilhada azul (produção baiana) e a linha cheia verde (produção brasileira de amêndoas de cacau) equivale às safras nos demais estados produtores do país, como Espírito Santo, Amazonas e Pará, muito inferiores²² à contribuição do cultivo na Bahia, apesar dos infortúnios cumulativos e gerados pelo fungo *Crinipellis perniciosa*. A partir da safra de 1999/2000 é que se consegue manter certa estabilidade na produção total, evitando a continuidade da tendência de queda (como poderá ser verificado na Figura 19 no tópico seguinte). O desequilíbrio observado desde 1989, somado a interesses de diversificação agrícola, não gerou efeitos imediatos na base agrícola. Mazzarenhas *et al* citado por Simões (2000, p. 6) afirma que "em razão da pouca diversificação do setor agrícola regional, em 1994, o cacau representava, em termos de valor da produção, a importância de 48,71% dessa economia".

²² Pode evidenciar também fragilidades frente à dinâmica do mercado internacional, com menor volume de produção podem estar menos preparados para enfrentar oscilações, ou, ainda, não possuírem solos muito propícios para o cacau como exaltado na "vocação" da região cacauícola. Essas são apenas considerações levantadas, visto que a análise da produção desses estados não é abrangida na conformação desta pesquisa.

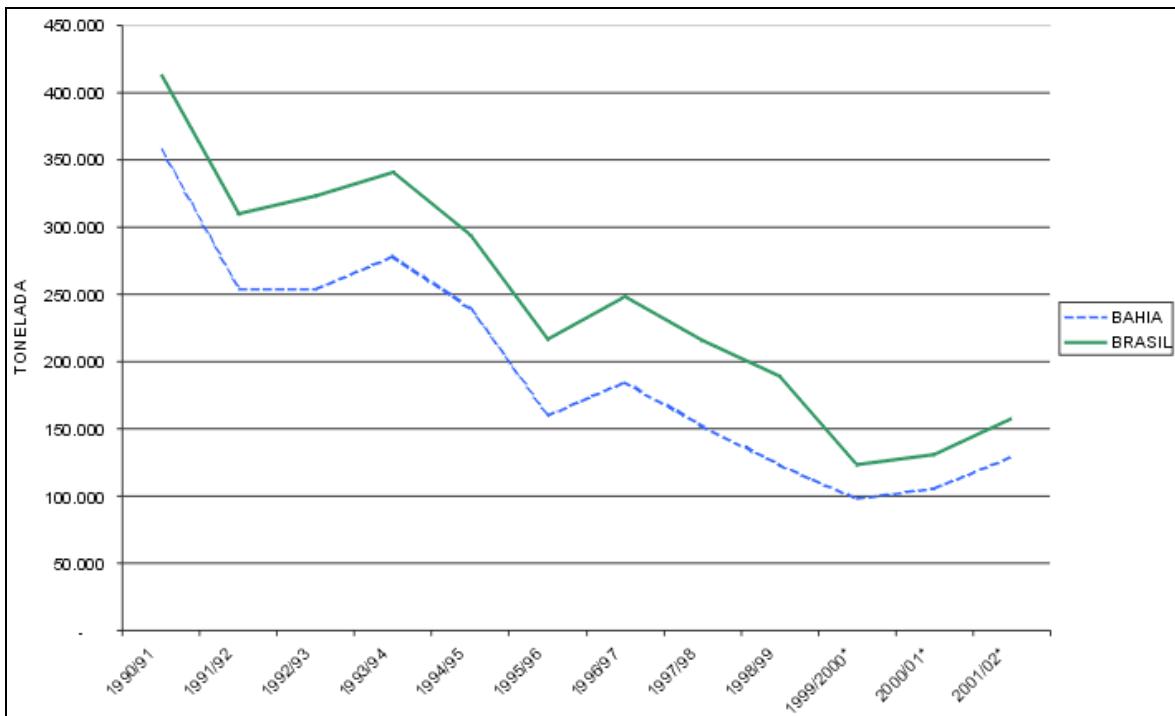


Figura 15 – Produção de cacau brasileira e do estado da Bahia.

Fonte: CEPLAC, 2009c.

Com todas as dificuldades enfrentadas, em 1999, no estado da Bahia, o agronegócio cacau aparece em primeiro lugar como gerador de divisas, perdendo apenas para setores de grande valor agregado, como químicos e petroquímicos. Em 2000, ocupa o segundo lugar entre o agronegócio, desta feita superado por grãos, óleos e ceras vegetais. Considerando as atividades agrícolas da região, o cacau representou 44% da receita bruta em 1999, contra 24% da fruticultura, 18% de cultivos industriais, 6% de cultivos alimentares e 8% de palmaçeadas/especiarias, isso depois de 15 anos de crise ininterrupta, com a concomitância de uma doença grave (PACTO DO CACAU, 2001 citado por NASCIMENTO, 2004, p. 26).

Em 2001, nova oscilação no mercado internacional de cacau gerou expectativas nos produtores da região cacauera. “Mesmo com a produção a níveis baixos, novos conflitos na África e desvalorização do real frente ao dólar, os preços da tonelada de cacau voltaram a reagir, [...] o preço da arroba chegou a R\$ 158,00” (CARVALHO, 2003, p. 40). Esse é um mercado complexo onde o cacau figura como uma *commodity* que possui o maior grau de instabilidade de preço e os maiores ciclos de baixa renda.

Entre os anos de 1993/94 e 2003/04, a produção de cacau estava concentrada no continente africano com 72% da produção mundial, sendo que só a Costa do Marfim era responsável por 56% desse total, evoluindo, nesse período, de 840 mil toneladas para 1.405 mil toneladas. Ou seja, Costa do Marfim ocupava o 1º lugar na produção mundial, seguido de Gana (736 mil t), Indonésia (415 mil t), Nigéria (175 mil t), Brasil (caiu de 300 mil t chegando a 123,5 mil t em 1999/00 – sendo que só a Bahia foi responsável por 96,04 mil t – e cresceu para 164 mil t na safra de 2003/2004 – a Bahia contribuiu com 144,19 mil t, valor de pico após a infestação da vassoura de bruxa) e Camarões (145 mil t) (CEPLAC, 2005). No ano de 2007, apenas a produção de amêndoas de cacau foi responsável pela geração de R\$ 35.617 milhões. Conforme informações da International Cocoa Organization – ICCO (2006), citada por Chiapetti (2009, p. 87),

a produção mundial de amêndoas de cacau na safra 2005/06 alcançou 3,4 milhão/t, somadas a produção da África (70 %) com 2.355,6 toneladas – ocupando o primeiro lugar a Costa do Marfim (1.320t), em segundo lugar Gana (550t) em quarto lugar Nigéria (200t) e quinto lugar Camarões (190t), Ásia e Oceania (16,3 %) com 547,5 toneladas – destaque para o terceiro lugar ocupado pela Indonésia com 445t e a produção da América Central e do Sul (13,7 %) com 454,07 toneladas – destaque para o Brasil em sexto lugar com 170t, seguido do Equador, em sétimo, com 116t.

Mesmo com os esforços, manejo melhorado e tecnologias em uso, a produção baiana continua obtendo produtividade ainda insuficiente para cobrir todos os custos, liquidar dívidas e investir em técnicas e manejo de combate à vassoura de bruxa. Na safra de 2007/08 (maio/abril), atingiu 104,70 mil toneladas de amêndoas, apresentando queda em relação ao período anterior (2003-2006) (vide Figura 11). A safra de 2008 não apresentou melhoria razoável em função de fatores climáticos como a estiagem em períodos nos quais a chuva era fundamental para o lançamento e desenvolvimento dos frutos. Contudo, segundo matéria do Jornal A Região, de 15 de janeiro de 2009, os rendimentos de 2009 deverão ser melhores, já que a cotação da arroba de cacau no eixo Ilhéus-Itabuna alcançou R\$ 96 (em 14/01/2009), valor superior em R\$ 30,00 em comparação à mesma data do ano de 2008. Nos três últimos anos o maior preço foi registrado no dia 19 de dezembro de 2008, equivalente a R\$ 98,00.

Até aproximadamente o ano de 2008, Ilhéus figurava como o maior produtor baiano e brasileiro de cacau, sendo sucedido, em nível estadual, pelos municípios de Itajuípe, Uruçuca e Gandu. Os três primeiros apresentam produtividade por volta de 15 a 25 arrobas por hectare. No caso de Gandu, a área destinada ao cultivo é menor, porém mais densa em número de árvores por hectare, apresentando a maior produtividade da região no momento, por volta de 35 a 40 arrobas por hectare. Dados que refletem o peso dos investimentos realizados no combate à vassoura de bruxa por produtores com capacidade financeira como, por exemplo, uma fazenda da Odebrecht. Enfrentando déficits contábeis estão conseguindo combater a doença e aumentar a produtividade. Outrossim, as tecnologias utilizadas por grandes produtores no combate à vassoura acabam beneficiando os pequenos produtores da área por difusão de conhecimentos em técnicas de manejo. Além disso, o clima da região favorece o combate à praga, por ser mais quente e menos úmido que o clima do município de Ilhéus, onde o cultivo do cacau representa aproximadamente 80% (SEC. AGRICULTURA, ILHÉUS/BA, 2009c). No entanto, Ilhéus perdeu essa posição de destaque para o município de Medicilândia no Pará, conforme descrito por Motta (2008, [s.p.]):

Com manchas de terra roxa que ocupam cerca de 7% de seu território, Medicilândia, na Região de Integração Xingu, no oeste paraense é o maior produtor isolado de cacau do Brasil e o de maior produtividade do mundo. De acordo com dados da Secretaria da Agricultura (Sagri), o Pará produz anualmente cerca de 40 toneladas de sementes de cacau/ano; Medicilandia sozinha responde por 16 mil toneladas/ano. O Pará é o segundo maior produtor de cacau do Brasil, atrás apenas da Bahia, tradicional polo cacauceiro. A maior parte da produção de cacau de Medicilândia é vendida *in natura* para a Bahia, o grande mercado comprador do Brasil. [...] Pela importância econômica e seu potencial produtivo a meta do Pará é tornar-se o primeiro produtor da cultura no Brasil. A produtividade média em Medicilândia varia de 800 a 1.200 quilos de sementes por hectares, enquanto que a média do Brasil é de apenas 250 quilos. Em Medicilândia a atividade é desenvolvida por pequenos e médios produtores e surge na região a produção do cacau orgânico. A região também se caracteriza pela pecuária leiteira e a produção de grãos, hortaliças, frutos e pequenos animais, dentro do programa de segurança alimentar destinado à população de baixa renda e à comercialização do excedente. Com o apoio da prefeitura, pequenos produtores já beneficiam o cacau em forma de chocolate, geleia, licor e compotas comercializados na própria região. A ideia da prefeita Lenir Trevisan é ampliar a escala dessa produção, a fim de que mais benefícios, como a geração de emprego e renda e mais impostos fiquem no município. Do cacau se

aproveita até as folhas, que desidratadas tornam-se delicadas películas utilizadas para acondicionar o chocolate em barras e ornamentar embalagens. De grão em grão o cacau se destaca no Pará.

Quanto à moagem de amêndoas de cacau, é preciso fazer um parêntese para situar sua trajetória na Bahia para, então, focar as ocorrências pós-1990. De acordo com Chiapetti (2009), a industrialização nesse ramo pode ser divida em três etapas. A primeira, de 1927 a 1940, tendo sido implantada em Ilhéus a Usina Vitória, Hugo Kauffmann & Cia, e em Salvador, distante do centro produtivo, a Cia. Bhering com o intuito inicial de fabricação de chocolate, tendo sido revertida apenas para a produção de derivados. Santos (1957) citado por Chiapetti (2009) analisa esse período como de baixa influência na Região Sul da Bahia por se tratar de efeitos isolados resultantes do potencial empreendedor de certos empresários. Sendo que a capacidade de processamento girava em torno de 2% em relação à produção de amêndoas na região. Esse valor evolui para cerca de 20% da produção regional no ano de 1944.

No segundo período, de 1940 a 1970, Chiapetti (2009) avalia que a capacidade de industrialização foi expandida, concentrando-se na capital do estado, Salvador, devido à infraestrutura disponível e qualidade dos serviços de fornecimento de água tratada e luz elétrica. Também contribuíram para essa onda de industrialização a criação do ICB que passou a controlar as exportações das amêndoas e a destruição causada nos parques produtivos na Europa em função da Segunda Guerra Mundial. Foram instaladas as seguintes empresas para a produção de derivados para a exportação: “a Atlântica Óleos Vegetais Indústria e Comércio, a Chadler S.A, a Joanes Industrial S.A., a Barreto de Araújo Produtos de Cacau, Ceras e Óleos da Bahia Ltda e a Oleífera Piatan S.A.” (LIMA, 1964 citado por CHIAPETTI, 2009, p. 59).

O terceiro período inicia-se nos anos 1970 e segue até os dias atuais. Nesse estágio, a industrialização do cacau volta-se para a Região Sul da Bahia traçando uma refuncionalização da Região Cacaueira. É um momento em que o aparato técnico e científico da região já está mais desenvolvido, a exemplo da atuação da CEPLAC, além de melhorias infraestruturais como o Porto do Malhado com capacidade de exportação internacional, a construção da rodovia federal BR 101. Mas, é na década de 1990 que esse cenário se consolida, alcançando moagem de 250.000 toneladas de amêndoas por ano, sendo o mercado dominado por subsidiárias de multinacionais. É preciso destacar que no período de 1990/2000 as taxas de exportação dos países importadores foram eliminadas para os derivados do cacau, fator que estimulou a produção no Brasil e garantiu poder de competitividade no mercado europeu. Mesmo assim, a produção de chocolate continuou concentrada na Europa e nos Estados Unidos (CHIAPETTI, 2009). Esse comportamento resulta não só de domínio de processos e estruturas de produção já consolidadas, mas também pelo baixo consumo do produto no Brasil²³. Mascarenhas (1999, citado por SIMÕES, 2000, p. 9) informa que

cinco indústrias moageiras [de capital nacional tiveram problemas de liquidez] e interromperam suas atividades: Barreto de Araújo, Berkau, Intercacau, Chocolates

²³ Com base em dados da ICCO (2008) citada por Chiapetti (2009) o consumo do brasileiro gira em torno de 2,5 kg/habitante (2006), em 2005 registrou 2kg, menor consumo registrado entre os treze países pesquisados. No ano de 2005 os maiores consumidores foram Bélgica (11 kg/hab), Suíça (quase 11kg), Alemanha (acima de 10kg), Reino Unido (acima de 10 kg) e Áustria (quase 10kg). Em 2006, a Alemanha ficou com o primeiro lugar com pouco mais de 11kg, seguido do Reino Unido e Suíça com mais de 10kg e Bélgica com mais de 9kg. Cabe destacar que nos dois anos avaliados, nenhum país apresentou os valores de consumo registrados para o Brasil. O segundo menor nível de consumo observado foi o da Irlanda em 2005 com 5kg/habitante, passando para quase 8kg/hab em 2006.

Vitória e Itaísa²⁴. Atualmente apenas quatro processadoras atuam no eixo Ilhéus-Itabuna: Nestlé (Companhia Produtora de Alimentos – [Delfi Cacau – em Itabuna]), Chadler Industrial da Bahia S/A [absorvida pela Barry Callebaut], Cargil Cacau Ltda e Joanes Industrial S/A [ou ADM Cocoa] [instaladas no município de Ilhéus].

De acordo com Zugaib *et al* (2009, p. 15), os percentuais de participação das indústrias no mercado de moagem brasileiro em 1990/1991, eram os seguintes: “Itaísa (4%), Barreto (10%), Nestlé (10%), Indeca (11%), Berkau (13%), Cargil (15%), Chadler (18%), ADM Joanes (19%)”. No período de 2004/2005 o mercado nacional tornou-se concentrado em cinco multinacionais: “Cargil (35%), ADM Joanes (25%), Barry Callebaut (25%), Delfi Cacau do Grupo Petra Foods (9%) e Indeca (6%)” (Figura 16), cujo histórico de implantação pode ser visualizado no Quadro 1. No mercado mundial, nos anos de 2006/2007 “a Cargil Agrícola S.A. tem participação de 15%, a ADM 14%, a Barry Callebaut tem 13%, a Petra Foods tem 7%, a Nestlé 3% e a Cadbury Schweppes 3%, totalizando 55% do mercado internacional de processadoras de cacau” (CHIAPETTI, 2009, p. 117). De acordo com Zugaib (2006) citado por Chiapetti (2009), a capacidade mundial de processamento de amêndoas de cacau é de 3.423.076 mil toneladas, na seguinte ordem de participação: Holanda (14%, 445 mil/t), EUA (13%, 410 mil/t), Costa do Marfim (9%, 305 mil/t), Malásia e Indonésia (9%, 300 mil/t), Alemanha (6,5%, 224 mil/t) e o Brasil (6%, 202 mil/t).

Na década de 1990, as indústrias processadoras concentraram subsidiárias no município de Ilhéus, em 2004/2005 essa realidade persiste só que o mercado passa a ser dominado unicamente por empresas multinacionais. Dentre as cinco multinacionais, em Ilhéus estão em funcionamento as três empresas com maior fatia de mercado (85%), a Cargil, a ADM Joanes e a Barry Callebaut. Em Itabuna, município vizinho, opera a Delfi Cacau (Nestlé) com 9% e em São Paulo a Indeca, com 6%.

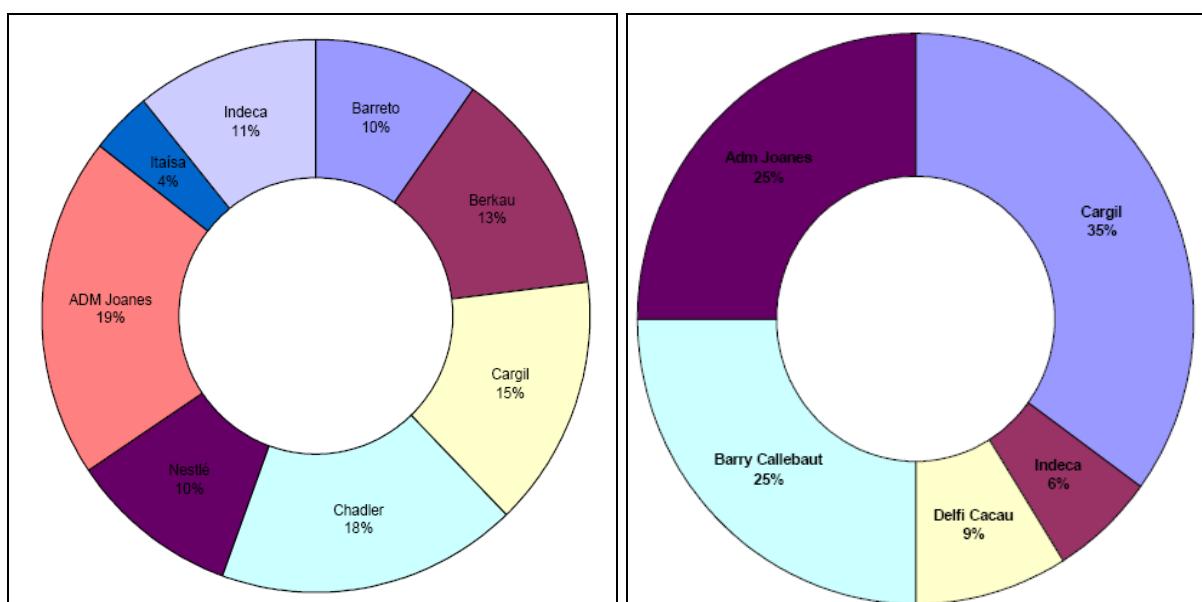


Figura 16 – Processamento de Cacau no Brasil, 1990/1991 (esquerda) e 2004/2005 (direita).
Fonte: ZUGAIB *et al*, 2009, p. 15.

²⁴ “Indústria de beneficiamento de cacau criada pelos cacauicultores da região através da cooperativa de classe, a COPERCACAU” (SANTOS, 2001, p. 94).

Quadro 1 - Caracterização das empresas de processamento de amêndoas de cacau no Brasil

NOME	ORIGEM	INÍCIO BRASIL	CARACTERÍSTICAS
Cargill Agrícola S.A	1895 - EUA	1979 - Ilhéus	Fundada em 1965 por W.W.Cargill em Iowa nos EUA. Na fundação, era uma empresa de compra, estocagem e venda de grãos. Atualmente, sua sede é em Minneapolis (Minnesota), EUA. Atua em 59 países com comercialização, processamento e distribuição de produtos agrícolas, alimentícios, financeiros e industriais. Possui 97 mil funcionários. Está presente no Brasil desde 1965 e atua nos mercados agrícola, de alimento, financeiros e industriais. Em 2007, iniciou a produção de chocolate industrial e <i>compound</i> , em uma unidade construída em Porto Ferreira SP. Com isso tornou-se a primeira processadora de cacau do Brasil, produzindo chocolate industrial.
Barry Callebaut	1996 – Zurich /Suíça	1999 – Ilhéus	Foi fundada em 1996, numa fusão entre a fabricante de chocolate Belga, <i>Callebaut</i> e a processadora de amêndoas de cacau Francesa, <i>Barry</i> , formando a nova empresa <i>BarryCallebaut</i> . Com sede em Zurich, atua em 20 países da Europa, África, América Latina, América do Norte e Ásia Pacífica. É a líder mundial na fabricação de derivados de cacau, chocolates e confeitos. Em 2002, a <i>Barry Callebaut</i> adquiriu o grupo Alemão <i>Stollwercke</i> e representa hoje um conglomerado de 150 empresas de produção de derivados de cacau e chocolate.
Nestlé (Delfi)	1867 – Suíça	1980 – Itabuna	Foi fundada por Henry Nestlé, em 1867, na Suíça, para produzir farinha Láctea. Presente no Brasil desde 1921, a Nestlé é a maior empresa mundial na área de alimentação, atuando em 81 países, com 468 fábricas e 229.765 empregados. Em 1971, construiu uma fábrica de chocolates em Caçapava – SP e, em 1980, construiu uma unidade de processamento de cacau em Itabuna-BA, com recursos do Fundo para Industrialização do Nordeste (FINOR). Em 1998, a Nestlé adquiriu a unidade da Cargill na Argentina. Em 2003, arrendou a sua unidade de processamento de cacau para a <i>Petra Foods</i> (Delfi) da Indonésia, a quarta maior empresa processadora de cacau.
Delfi (Petra Foods)	1968 Indonésia	2003 – Itabuna	Com sede em Singapura, o grupo <i>Petra Foods</i> possui duas divisões comerciais. Uma de derivados de cacau (Delfi) e outra de doces e chocolates. Atua em 30 países. Seus principais clientes de derivados são grupos internacionais de alimentos e bebidas, empresas como a Nestlé, Cadbury, o Grupo Marte, Arnott's, AB Foods, Barry Callebaut e do Grupo Meiji. Possui seis unidades de processamento de amêndoas de cacau (Indonésia, Malásia, Filipinas, Tailândia, Brasil e México) e duas indústrias de produção de chocolate (Indonésia e Filipinas), totalizando mais de 4.000 funcionários.
Indeca	1969 – São Paulo	1969 – São Paulo	A empresa foi fundada em 1969, na cidade de Embu das Artes, São Paulo. Produz derivados de cacau e atua no mercado nacional, fornecendo produtos para fabricantes de chocolates, balas, doces e alimentos

			matinais. No mercado externo, atua, principalmente, na América do Norte e em países do MERCOSUL.
ADM	1923 Illinois/EUA	1997 - Ilhéus	Iniciou suas atividades no Brasil em 1997, quando adquiriu as unidades de processamento de soja e derivados da Sadia, passando a comercializar as marcas do óleo de soja Sadia, Corcovado e Concórdia. No mesmo ano, adquiriu a processadora de cacau Joanes Industrial SA em Ilhéus.

Fonte: CHIAPETTI, 2009, p. 116.

Essas empresas dominam o mercado nacional de comercialização das amêndoas que são produzidas na Bahia, Rondônia, Pará e Espírito Santo. Em função dos reveses na produção da Região Cacaueira, a quantidade de amêndoas foi reduzida significativamente no mercado interno, forçando as indústrias a assumirem a condição de importadoras a partir da safra 1998/99 a fim de complementar os estoques e manter em funcionamento viável o parque moageiro, como demonstrado nas Tabelas 5 e 6. A importação realizada para constituir estoque viável de produção teve como países fornecedores a Malásia e a Costa do Marfim. Essa condicionante passa a influir na conformação de preços internos da amêndoas, tendendo a forçar os preços locais para baixo, o que pode ser considerado como um fator negativo para os produtores que não têm produção suficiente para exportar e ficam à mercê da comercialização com as multinacionais.

Tabela 5 - Quantidade de amêndoas de cacau importada pelas empresas processadoras da Região Cacaueira do Sul da Bahia (1992 – 2008)

ANO	IMPORTAÇÃO (ton.)	ANO	IMPORTAÇÃO (ton.)
1992/93	2.171	2001/02	32.996
1993/94	1.402	2002/03	75.461
1994/95	8.278	2003/04	40.100
1995/96	259	2004/05	47.303
1996/97	29.501	2005/06	53.695
1997/98	23.765	2006/07	74.714
1998/99	20.886	2007/08	69.643
1999/00*	85.102	2008/09	30.681
2000/01	60.865		

* Fase em que a exportação de amêndoas cessa.

Fonte: CEPLAC (2005); Zugaib (2008). * Posição em 25/01/09. Elaboração: CHIAPETTI, 2009, p. 89.

Tabela 6 – Moagem e importação de amêndoas de cacau pelo Parque Moageiro de Ilhéus, 1995 a 2002

ANO	PERÍODO - 1995 a 2002*							
	94/95	95/96	96/97	97/98	98/99	99/00	00/01	01/fev
Moagem tonelada (x1000)	210	184	181	177	186	200	197	200
Importação tonelada (x1000)	0	4	0	0	60	82	60	66
Total tonelada (x1000)	210	188	181	177	246	282	257	266

* Medição dos valores feita de maio (de um ano, exemplo 94) a abril (do ano seguinte, exemplo 95)

Fonte: Parque Moageiro de Ilhéus, 2002, extraído de CARVALHO, 2003, p. 42.

Além disso, considerando a existência do endividamento, a redução de preços fragiliza ainda mais a relação de receita/custo e capacidade de solvência ou de novos investimentos. Segundo Chiapetti (2009) a competitividade dessas moageiras frente ao mercado internacional foi garantida em função da comercialização ter sido efetuada através do mecanismo de importação denominado *Drawback*, regime aduaneiro especial instituído pelo Decreto Lei nº 37, de 21 de novembro de 1966, onde “matérias-primas [são importadas] livre de taxas e de tributos, com o objetivo de suprir a demanda de amêndoas de cacau para serem processadas pelas indústrias da região e depois exportar o produto elaborado” (CHIAPETTI, 2009, p. 89-90). Através da Figura 17 é possível verificar os países importadores dos derivados de cacau produzidos em Ilhéus, principalmente. Quanto à rede internacional de comercialização do cacau, esta pode ser melhor apreendida por meio da Figura 18.

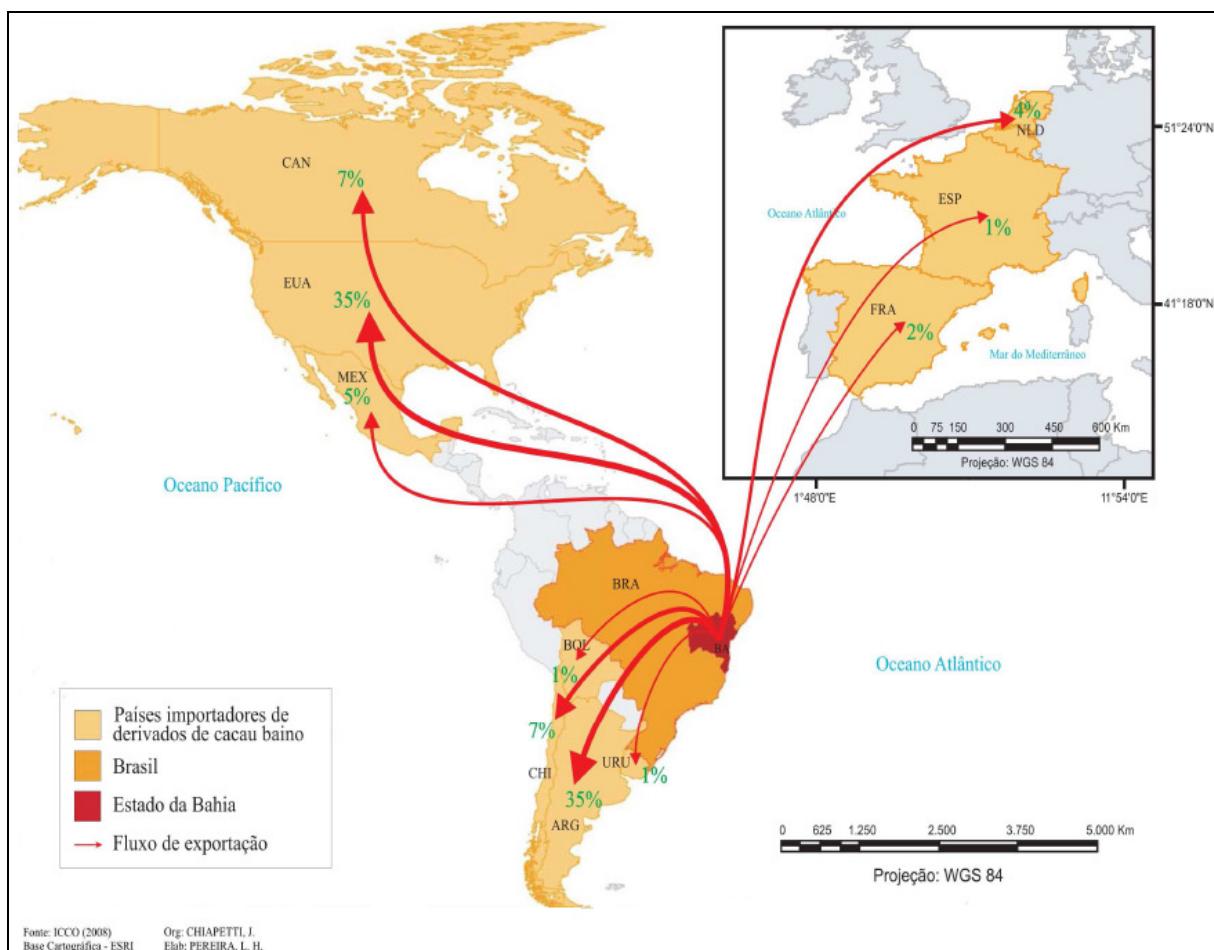


Figura 17 - Destino das exportações baianas de derivados de cacau em 2008.
 Fonte: ICCO, 2008 (in CHIAPETTI, 2009, p. 120).

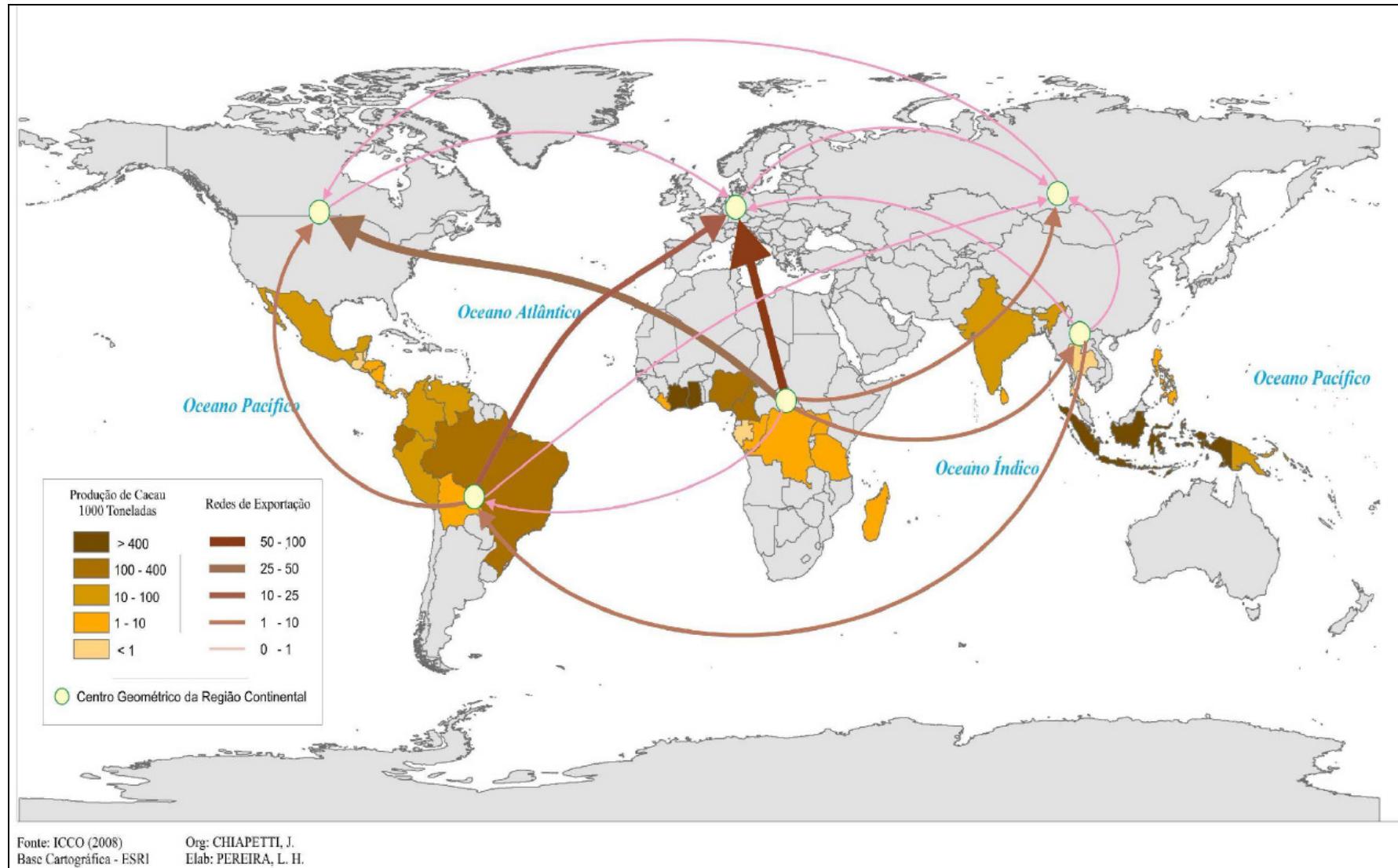


Figura 18 – Produção e rede mundial de importação/exportação de cacau por continente, 2005/2006.
Fonte: CHIAPETTI, 2009, p. 88.

2.6 Enfrentando a crise: avanços e entraves processuais

2.6.1 Articulações público-privadas: instituições, relações e efeitos

Esse tópico tem a intenção de problematizar o peso atribuído ao comportamento dos produtores de cacau e da manutenção dessa monocultura como motivos para a crise econômica regional. Alguns elementos e fatos serão destacados para questionar processos comumente generalizados acerca da composição da trajetória da cacaicultura e da postura de seus atores. Além das demais referências que subsidiam a construção deste tópico, a pesquisa realizada por Marinho (2001) enriquece o propósito descrito, pois, o autor analisou o período entre as décadas de 1960 e 1980 tomando como perspectiva as relações estabelecidas entre fatores endógenos e exógenos conectados à monocultura do cacau, buscando identificar se foram geradas, através da base de exportação, condições de desenvolvimento regional.

Marinho (2001) tomou como ocorrências exógenas a dinamização e propagação da base de exportação, o financiamento regional e as políticas implementadas; e como caráter endógeno, um olhar sobre os atores locais (alguns com espacialidades mais amplas de atuação), as disputas e rivalidade entre a elite canavieira do recôncavo baiano (tradicional e ligada ao Governo do Estado da Bahia) e a elite cacaueira (emergente), em consonância com o papel exercido pela CEPLAC, instituição fundada em 1957, sob forte intervenção de cunho regional (cacaicultores).

Quanto ao primeiro tópico analisado, a dinamização e propagação da base de exportação, pode-se verificar que os primeiros impactos significativos na cadeia de produção do cacau na Bahia provieram da criação do Instituto de Cacau da Bahia (ICB) em 1931, uma cooperativa semi-estatal. Em cinco anos, desde sua criação até 1936 o problema com o transporte entre a região produtora foi minimizado com uma rede rodoviária abrangendo um total de 531 km, dentre trechos construídos e reconstruídos (inclusive a rodovia Ilhéus-Itabuna, rota de integração dos dois principais centros urbanos da época) (RELATÓRIOS DO ICB, 1931-1936 citado por MARINHO, 2001). A melhoria no deslocamento da produção contribuiu para a redução dos custos, mas, ainda nesse tempo, as estratégias de redução de custos de produção, aumento nos lucros do produtor e melhoria das condições de competição no mercado internacional eram realizadas através da baixa remuneração ao trabalhador rural.

Nessa classe existiam três formas de relações trabalhistas: i) o assalariado podia ser “permanente por morar na fazenda ou temporário – podia ser contratado por diária (salário/8 horas diárias) ou contratado por empreitada (um valor definido por determinada tarefa)” sendo que na condição de trabalhador temporário, os acordos eram feitos verbalmente, possibilitando alterações ao final do processo em prejuízo para o trabalhador. ii) o contratista – o trabalhador rural que recebe “uma terra por 3 a 6 anos para plantar cacau, utilizando-a também para agricultura de subsistência. Quando devolve recebe um percentual por pé de cacau plantado” (MARINHO, 2001, p. 24). iii) o burareiro – este possui uma pequena faixa de terra (figurava como posseiro) compreendendo por volta de 20 a 40 hectares, com plantação de cacau e produtividade de 400 arrobas. Devido às dificuldades desse trabalhador para acessar o mercado, dependia do médio e grande produtor para comprar sua produção (MARINHO, 2001).

Os assalariados, no início da implantação da cultura do cacau, sucumbiam à condição de alugados. O termo designa os “homens presos nos latifúndios por dívidas impagáveis” (CARDOSO, 2006, p. 167), já que entravam na fazenda devendo ao coronel a compra de instrumentos para trabalhar na lavoura (foice, facão, enxada, machado), bem como faziam a compra de alimentos nos “barracões” da fazenda. Já começavam com dívidas que cresciam

com os juros, com os preços altos estabelecidos para os produtos além de, em alguns casos, os fazendeiros incluírem produtos não comprados e o salário nunca era suficiente para o sustento e para pagar a dívida que sempre crescia. Os burareiros, por sua vez, ficavam à mercê dos preços que os produtores maiores davam por sua produção. Contudo, as relações de maior exploração podem ser verificadas na condição de contratista. Em geral eram descapitalizados, por isso pegavam parte do dinheiro que seria recebido ao final do contrato para iniciar o cultivo. Como o contrato era verbal e só recebiam por pé de cacau que vingasse, assumiam os prejuízos e, era comum o fazendeiro reduzir o valor acordado inicialmente entre as partes (MARINHO, 2001).

Com a implantação da CEPLAC, em 1957, por questões emergenciais e posterior consolidação entre os anos de 1963 a 1965, passou-se a desenvolver técnicas agrícolas modernas que foram transferidas para o manejo da lavoura. Esses benefícios ajudaram a restringir a exploração da mão de obra na redução dos custos de produção, pois, produzia-se mais com o emprego de tecnologias. O Estatuto do Trabalhador Rural (1963) também contribuiu para a redução da exploração do trabalhador. Além disso, a partir da década de 1960, a região recebeu melhorias que contribuíram com a redução dos custos de produção como a construção da BR-101 (1971) com modernização de outras estradas e reestruturação do porto de Ilhéus (1972), alcançando a qualidade e funcionalidade de um porto internacional (MARINHO, 2001). A atuação da CEPLAC, após sua consolidação, foi fundamental para a expansão da produção e da produtividade na região cacaueira.

Analizando os anos de 1965-1980 observa-se que a produção de cacau, medida em toneladas, aumenta em 113,97%; a área ocupada, medida em hectares, aumenta 37,83% e a produtividade passa de 375 kg/ha para 733 kg/ha. Sendo assim, pode-se afirmar que o aumento na produção de cacau verificado no período deveu-se essencialmente ao aumento da produtividade. Ou seja, resultou das inovações tecnológicas implementadas pela CEPLAC, especialmente as inovações físico-químicas. Segundo Baiardi (1984), em 1960, apenas 74 estabelecimentos na região cacaueira baiana utilizavam fertilizantes e corretivos químicos, esse número passa para 2.731, em 1970 e chega a 6.244 estabelecimentos em 1975 (MARINHO, 2001, p. 28).

Portanto, no que se refere à dinamização e propagação da base de exportação, Marinho (2001, p. 36) chegou à conclusão de que, “entre 1960 e 1980 a região cacaueira da Bahia criou forças determinantes para o crescimento regional, mas não conseguiu transformar tais forças em elementos constitutivos para o desenvolvimento regional”. Ou seja, apesar das dificuldades estruturais e conjunturais, o produtor conseguiu acessar recursos e até mesmo gerar oportunidades que não foram aproveitadas o suficiente, nem transformadas em ativos geradores de novas capacidades e oportunidades.

Na segunda etapa de análise da geração de elementos para o desenvolvimento regional, Marinho (2001) ateve-se a duas esferas exógenas: o financiamento regional e as políticas setoriais efetuadas (especialmente crédito). Afirmando que a cultura do cacau se autofinanciou por muito tempo é uma forma utilizada para evidenciar, em determinado período, a falta de apoio governamental e de financiamento proveniente de outros setores. Inicialmente, o financiamento utilizado provinha do capital comercial acumulado pela burguesia açucareira, antes da substituição da cana pelo cultivo do cacau no sul da Bahia, tendo se sustentado no recôncavo baiano. Alguns “desbravadores” precisavam de dinheiro e a burguesia canavieira buscava novas formas de investir, era uma relação proveitosa. Com o tempo, antes da criação de agências bancárias na região, as casas exportadoras e os grandes produtores de cacau dominaram a posição de emprestadores. Nesse cenário era comum a relação de exploração e de dependência entre os menos dotados de recursos, de poder e de informações.

Com a atuação do ICB (1931) a falta de financiamento foi um pouco reduzida. Até 1936 foram realizados 567 empréstimos hipotecários e 100 empréstimos de custeio. Em 1948, o Instituto deixa de dispor de recursos para financiamento. Em 1961, a falta de recursos foi solucionada através da “criação do Fundo do Cacau, constituído de uma cota de contribuição cambial incidente sobre o produto”. Através do Decreto Federal nº 539 de 23 de janeiro de 1962, essa cota foi definida em 15% do total das amêndoas exportadas. Em 1972, o Conselho Monetário Nacional reduziu a contribuição para 10% sobre amêndoas e derivados exportados. A cultura do cacau passou a literalmente se autofinanciar. Eram destinados 50% do total arrecadado para custeio da CEPLAC e os outros 50% eram destinados à CACEX²⁵ para despesas com viagens internacionais e compromissos do Acordo Internacional do Cacau, firmado entre os países produtores, com a finalidade de interferir no mercado internacional por meio da oferta (MARINHO, 2001).

Em 1972 esse contexto sofre alterações. O Governo Federal decide repassar todo o recurso proveniente da cota de exportação do cacau e o Conselho Monetário Nacional institui a liberação de crédito para a Região Cacaueira por meio do Sistema de Crédito Rural (criado em 1965). A CEPLAC deixa de ser responsável por financiamentos. Essa cota destinada à CEPLAC garantia uma atuação com independência em relação ao poder público, os recursos financiavam as pesquisas e o desenvolvimento de novas tecnologias. Por motivos diversos, os montantes acumulados com a cota chamavam a atenção e começaram a serem assediados, segundo José Haroldo Castro Vieira, Secretário Geral da CEPLAC, em entrevista concedida a Marinho (2001). Em 1981, passou a ser contabilizada como imposto de exportação, a ser arrecadado pela União. A CEPLAC perdeu sua independência regional, tornando-se uma instituição submissa ao Ministério da Agricultura.

De acordo com Marinho (2001) o segundo item – políticas – precisou ser concentrado entre as décadas de 1970 e 1980, devido à insuficiência de dados entre os anos de 1960 e 1970. No geral, pôde concluir que as exportações apresentaram percentuais crescentes, tanto em amêndoas quanto em derivados, os preços pagos ao produtor e de exportação também foram crescentes, demonstrando que políticas monetária (crédito), fundiária e cambial, por exemplo, não representaram empecilhos à produção do cacau. Conforme Silva (1979), os produtores conseguiram acessar financiamentos nesse período, ainda que insuficientes, e em sua maioria para custeio e não para investimento e comercialização.

O terceiro e último tópico de análise escolhido por Marinho (2001) comprehende algumas relações estabelecidas principalmente entre atores regionais e estaduais, olhando também para o estrangeiro que se fez membro dos grupos de interesse, buscando identificar a atuação desses indivíduos, algumas relações de poder e quais os efeitos e estrangulamentos que geraram durante a trajetória. Nesse item, é recorrente a avaliação do comportamento do produtor de cacau em relação à região, visto que é comum encontrar argumentos que os responsabilizam pelo afastamento do acompanhamento direto da produção de cacau.

O produtor de cacau é uma figura polemizada nos romances de Jorge Amado através da figura dos grandes coronéis. Esse é um primeiro ponto a ser relativizado: o perfil traçado para os “coronéis do cacau” não se aplica a toda classe de produtores de cacau. Mesmo tendo havido alguns que esbanjavam riquezas, representavam poucos casos. Quanto ao afastamento das fazendas e da região, em pesquisa desenvolvida em 100 fazendas de cacau, Asmar (1985 citado por MARINHO, 2001, p. 55) alcançou os seguintes resultados: “23 proprietários moravam na propriedade ou no município da propriedade, 74 proprietários moravam em outras cidades da região e 3 proprietários moravam na capital do Estado [Salvador] ou em outras regiões”. Esse último dado (“3 proprietários”) evidencia que poucos coronéis detinham

²⁵ Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil, criada em 1952, no Governo Getúlio Vargas e desativada em 1990. Foi substituída por Secretarias e Agências com funções específicas, antes concentradas na CACEX.

condições financeiras que os permitia morar em grandes centros urbanos distantes de sua(s) propriedade(s).

Marinho (2001) problematiza essa questão, destacando que a transferência da moradia para um centro urbano não chega a compor um problema, mas sim a não interferência na cadeia de produção, deixando nas mãos de capatazes a gestão das propriedades. Ressalta ainda, que a saída dos grandes proprietários pode ter gerado um efeito imitativo, dificultando a identificação da classe dominante na zona agrícola, fator que influenciaria as dinâmicas na sociedade regional. Portanto, o autor afirma que a figura do produtor é insuficiente para verificar falhas na organização social que tenham impactado o desenvolvimento regional. Foi naturalizada, por exemplo, a caracterização dos produtores como individualistas.

Alguns eventos históricos põem esse “atributo” à prova. Pois, a “fundação da Associação dos Produtores de Cacau de Ilhéus, em 14 de agosto de 1926, marca o início da organização do cacaueiro”. E mais, “o ICB²⁶ chegou a ter 700 associados numa região que até então não conhecia cooperativismo” (MARINHO, 2001, p. 57). As décadas de 1940 e 1950 foram marcadas pelo fortalecimento dos sindicatos patronais e criação de cooperativas, com destaque para a Cooperativa Central dos Produtores de Cacau – COOPERCACAU. Somado a esta, o Conselho Consultivo dos Produtores de Cacau (CCPC), criado em 1963, eram as instâncias legítimas de representatividade das classes dos cacaueiros. Conforme exposto por Marinho (2001), a COOPERCACAU foi idealizada para monitorar a CEPLAC, mas acabou sendo um espaço legitimador daquela instituição. Nascimento (1994, p. 9) também referenda as mudanças de postura do produtor de cacau do Brasil, após 1957, por meio da constituição de três frentes de ação: “tecnológica (pesquisa, extensão rural e treinamento da mão-de-obra), política (conscientização e organização do produtor, papel político, sindicatos) e econômico-estratégico (cooperativismo – para garantir ao produtor maior apropriação da renda gerada)”.

A elite dominante tradicional da Bahia, com poder e espaços de ação, consolidados antes do surgimento da elite cacaueira, é representada pelos senhores de engenho (período açucareiro), pelos comerciantes estrangeiros (comércio externo) e baianos (comércio interno, intermediação com os produtores de açúcar e comércio de escravos). Se, por um lado, os comerciantes foram vitais para fazer investimentos iniciais na produção do cacau e transformaram-se em produtores, por outro, a elite composta pelos senhores de engenho, fizeram alianças com poder público, inclusive indicando nomes que os convinham, conseguindo conduzir situações para proveito particular. Essa classe continuou fortalecida, apesar do declínio sofrido na Capitania de São Jorge dos Ilhéus, em função da elite açucareira instalada no Recôncavo Baiano (região metropolitana de Salvador) (MARINHO, 2001).

Outra incoerência, segundo Marinho (2001) é o discurso de que o produtor de cacau não buscou domínio político extra-regional. Nesse caso, o autor avalia a política como arena de embates entre duas elites, a açucareira e a cacaueira (“emergente”), descrevendo algumas das limitações que os cacaueiros encontravam:

- a) o comportamento da classe dirigente estadual, presa à tradição e ao interesse de identificar o estado da Bahia com o recôncavo, foi o de ignorar ao máximo a sociedade cacaueira e ver nela apenas o seu lado exótico; b) o grupo produtor da elite cacaueira não pôde ser identificado como formador de uma totalidade, já que se apresentava estratificado. Os grandes proprietários (os novos ricos) não se identificavam com os médios e pequenos produtores; c) tomando-se a ausência da

²⁶ “O Instituto de Cacau da Bahia (ICB) criado em 1931 como uma cooperativa semi-estatal, foi transformado em autarquia pelo governo do estado da Bahia mediante o Decreto Lei nº 11.861 de 27 de março de 1941. Segundo Costa Filho (1992), a exitosa administração do ICB entre 1931-1941 deveu-se essencialmente ao seu fundador e primeiro presidente, Inácio Tosta Filho, defensor incontestado dos cacaueiros e da região cacaueira da Bahia” (MARINHO, 2001, p. 57).

tradição como traço determinante da sociedade cacaueira, a própria figura do coronel do cacau é questionada, isso porque, quando da formação da oligarquia cacaueira, o próprio fenômeno coronelismo já passava por transformações; d) a distância entre o Sul da Bahia e Salvador, centro do poder político estadual, e o fato de os novos ricos do cacau não serem provenientes dos grupos sociais instalados em Salvador e arredores, os quais sempre se comportaram como se essa cidade fosse a capital do Recôncavo; e) a fração comercial da elite cacaueira, enquanto parte da elite regional, compunha com a fração produtora, mas tinha uma posição dúbia quando das suas reivindicações regionais, dubiedade decorrente dos seus vínculos históricos, comerciais e efetivos com a elite [açucareira] detentora do poder político (MARINHO, 2001, p. 61-62).

Conforme acessos ao governo da Bahia já mencionados, é a partir da década de 1930, com a criação do ICB, que começaram a ser gestados e executados acordos entre a elite e o poder político de Salvador e a região cacaueira. Vale lembrar que o Estado garantiu a tutela do ICB, não permitindo atuação independente de acordo com os interesses dos atores da Região Cacaueira. Marinho (2001, p. 63) informa que Inácio Tosta Filho, “fundador e primeiro presidente do ICB [tentou transformá-lo,] em 1939, em uma cooperativa de natureza civil autônoma” respaldando-se no Decreto Federal nº 581, de 01/08/1938, “que nenhuma cooperativa poderia permanecer sob o controle ou a dependência de qualquer entidade ou associação”. Mas, o Governo da Bahia venceu o embate com a anulação da proposta, transformando-o, no ano de 1941, em autarquia estadual.

Ou seja, o ideal que motivou sua criação por Inácio Tosta Filho foi transformado em instrumento de disputas políticas. A CEPLAC, idealizada por um cacaueiro, Antônio Boaventura Carvalho Freitas, foi fundada tendo como líder Inácio Tosta Filho. “A criação da CEPLAC constituiu-se uma demonstração de independência da região em relação ao Governo do Estado da Bahia” (MARINHO, 2001, p. 64). Com a retenção da cota de exportação exerceu caráter emergencial para equilibrar as dívidas da região. Firmando-se, *a posteriori*, como um órgão de intervenção regional. Essa taxa foi central na composição de críticas do Governo do Estado e da Confederação Nacional da Agricultura (sustentada por alguns grandes produtores) contra a CEPLAC.

Esses conflitos se acirraram no Primeiro Congresso Brasileiro do Cacau, realizado na cidade de Itabuna, entre os dias 28 e 30 de junho de 1967. As discussões deveriam ser direcionadas por três objetivos principais: “1º) a redução da taxa de retenção para 5% e sua extinção, posteriormente; 2º) a incorporação da CEPLAC ao ICB; e 3º) o fortalecimento do cooperativismo” (MARINHO, 2001, p. 66). Em entrevista concedida a Pedro Lopes Marinho (2001, p. 66), Brandão, que não permitia interferências políticas, disse: “Guerra é guerra. Preparei previamente, com auxílio de lideranças regionais, a defesa da CEPLAC. Comandei pessoalmente todo trabalho de defesa da organização. Derrotamos, de forma irrefutável, todas as teses da Confederação. O Congresso do Cacau foi um fracasso para eles”.

Mais uma ofensiva foi realizada em julho de 1968, pelo governador do estado, Luiz Viana Filho, ao encaminhar uma minuta de projeto intitulada Política Nacional do Cacau. Através do documento apresentava críticas à organização e atividades executadas pela CEPLAC, solicitando a revogação dos decretos de regulamentação da mesma e a divisão da cota de exportação do cacau com o ICB. As discussões tornaram-se públicas e recorrentes, o que levou à saída “espontânea” de Carlos Brandão, decisão incoerente com seu perfil e incompatível com o momento positivo para a Instituição com projetos como o “CEPEC e a Escola Média de Agricultura da Região Cacaueira (EMARC) mostrando resultados” (MARINHO, 2001, p. 67-68). Provavelmente a saída teria sido negociada entre os Governos Federal e Estadual e o próprio Carlos Brandão (MARINHO, 2001).

O fato é que o substituto escolhido por Carlos Brandão, José Haroldo Castro Vieira, também ex-funcionário do Banco do Brasil, mostrou uma competência política diferenciada

em relação a Brandão, de perfil mais técnico. O padrão de atuação mais maleável garantiu a Haroldo Vieira 14 anos à frente da CEPLAC. Os trechos seguintes, de entrevista concedida pelo próprio Haroldo Vieira a Marinho (2001, p. 69), demonstram que a CEPLAC passou a sofrer influência do governo da Bahia a partir de 1969:

Somar esforços para crescer. Com esse *slogan* Vieira consegue transformar antigos inimigos da CEPLAC em aliados. Justifica-se ele: [...] o que fiz foi ter um diálogo abrangente e direto com todos os setores que tinham interesse na economia cacauícola, tendo em mira sempre somar esforços e ideias. [...] quando tinha dinheiro da CEPLAC para aplicar na região eu consultava o governo do estado da Bahia para saber em que município ele tinha interesse que o dinheiro fosse aplicado.

No discurso de comemoração dos 25 anos da CEPLAC, o Governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães expressa a aprovação da gestão realizada por Haroldo Vieira na CEPLAC:

[...] de fato, de um órgão federal interveniente exógeno e espúrio à lavoura e à Bahia, a CEPLAC, ao comemorar seu quarto século de vida, já adquiriu foros de baianidade, tornara-se coisa baiana [...] não há dúvida de que a direção da CEPLAC em mãos de um baiano [Carlos Brandão era mineiro] pesou suficientemente no processo de transformação do órgão que representava uma intromissão na economia da Bahia, em coisas da casa (GARCEZ, 1985, citada por MARINHO, 2001, p. 69).

Não interessa a esta pesquisa verificar se as mudanças de perfis de atuação da CEPLAC foram positivas ou não. O que importa no exposto é destacar as influências partidárias. Isto é, o governo do estado da Bahia e as instituições criadas “pelo bem da cacauicultura” não funcionavam em uníssono. O cacau não parecia ser visto por alguns como projeto de desenvolvimento com raios de influência até extra-regionais, mas sim um campo de disputas de poder, de exercício da rivalidade.

Assim, as ameaças naturais, as pragas, o endividamento e a instabilidade do mercado do cacau não são os únicos fatores que fragilizaram a cultura do cacau. As disputas, os interesses heterogêneos e a organização social resultante também compõem parcela desse contexto. É claro que não se exime, nesse contexto, a difusão da vassoura de bruxa como responsável por grande parcela da crise econômica gerada na Região Cacaueira. São todos elementos interconectados e complexos. De acordo com Marinho (2001), mesmo com todos os entraves pontuados, a trajetória da cacauicultura acessou recursos importantes, explorou algumas oportunidades, mas não conseguiu dinamizar o desenvolvimento regional. Fato que é preciso ser ressaltado no município de Ilhéus, como produtor principal e escoadouro da produção.

2.6.2 Ações de recuperação e perspectivas para a lavoura de cacau

Com a vassoura de bruxa associada aos demais fatores que já desequilibravam a lavoura de cacau na Bahia – como o clima, os reveses do mercado, falta de crédito, endividamento e tecnologia – Araújo (1997, p. 6) aponta uma tendência decrescente na produtividade dos cacaueiros: “a produtividade que era de 690 kg/ha em 1980, caiu para 556 kg/ha em 1991. Essa produtividade foi reduzida em 1994 para um nível inferior, 450 kg/ha”. Conforme Figura 19, abaixo, o fungo da vassoura de bruxa desencadeou redução sucessiva de produtividade na região cacauícola da Bahia impactando a produção total.

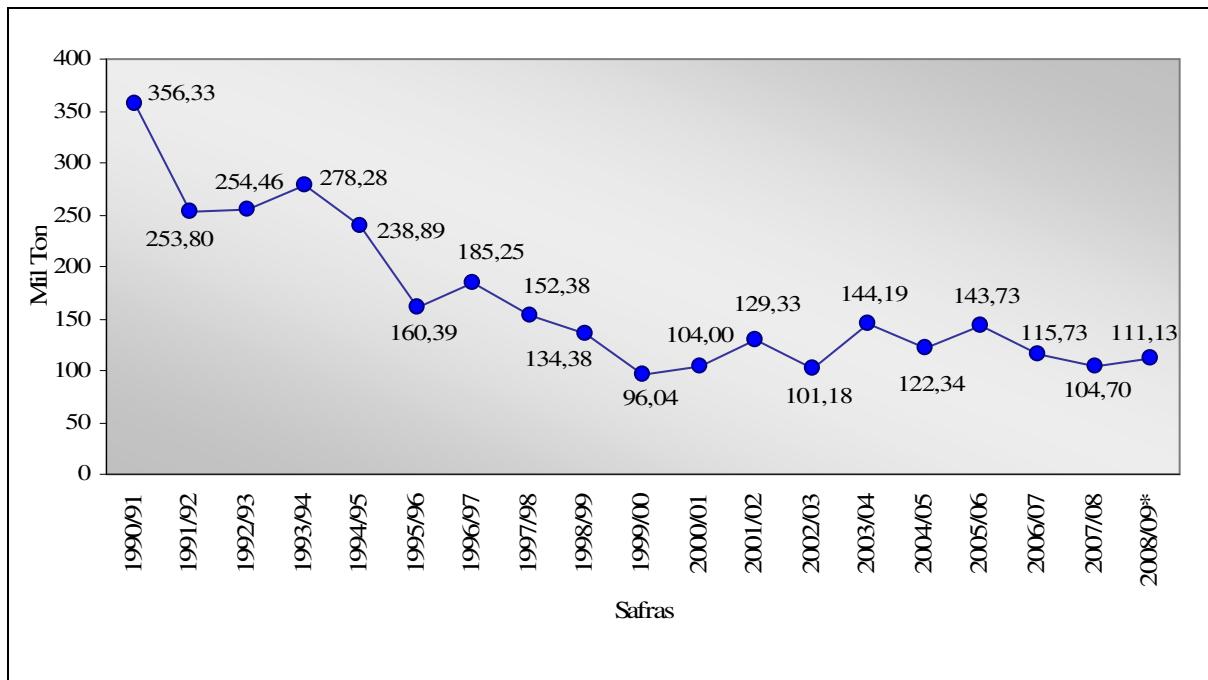


Figura 19 – Produção de cacau na Bahia, 1990/91-2008/09.

* Estimativa nov./2008.

Fonte: CEPLAC, 2008b.

Como muitas árvores foram dizimadas no início do processo de combate à doença, por desconhecimento do melhor manejo a ser utilizado, a produção das safras seguintes foi ficando comprometida, atingindo o menor nível de produção na safra de 1999/00 (96,04 mil toneladas). Contudo, percebe-se que o enfrentamento da doença apesar de não suficiente, tem conseguido manter certa estabilidade, evitando a derrocada da lavoura. Um ponto extremamente frágil nesse contexto é a falta de apoio governamental e o endividamento de grande parte dos produtores, impedindo acesso a crédito para investimento.

De acordo com o Relatório “Endividamento do Cacau” (SEC. DA AGRICULTURA, IHÉUS/BA, 2009a), com o acirramento da crise após as estiagens de 1993 e 1994, o Governo Federal em parceria com o Governo Estadual, lançou, em 1995, o Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira, disponibilizando através do BNDES recursos da ordem de R\$ 340 milhões (prazos e condições longas de pagamento, mas com encargos financeiros elevados) a cerca de 8.500 produtores listados pela CEPLAC. Nem todos puderam participar desse programa por falta de solvência, apenas alguns casos foram considerados como excepcionalidades. Dentre os selecionados 57,6% (4.891) compunham a categoria mini produtores, 19,7% (1.672) pequenos produtores, 18,6% (1.579) produtores de médio porte e 4,2% (356) grandes produtores (totalizando 8.498 produtores).

Na situação de descapitalização não tinham condições de executar e manter as atribuições de manejo indicadas pela CEPLAC, bem como introduzir mudas de cacau clonado. A liberação dos recursos foi condicionada a quatro anos, em consonância com as quatro etapas de recuperação da lavoura propostas pela CEPLAC. Esperava-se que as melhorias nas primeiras etapas gerariam efeitos positivos em relação à doença instalada, melhoraria a receita do produtor, a capacidade de solvência, de custeio da produção e de investimentos futuros. Na primeira (1995-1996) e segunda (1996-1997) etapas foram efetuados, respectivamente, 4.243 e 3.136 contratos (SEC. AGRICULTURA, ILHÉUS/BA, 2009a). Em ambas as etapas,

o pacote técnico [da CEPLAC] resumiu-se no rebaixamento da copa dos cacaueiros, no controle cultural das plantas infectadas através do corte das partes vegetais atingidas, transporte para fora da área e enterro ou queima, seguido de pulverizações de oxicloreto de cobre. O escopo desse tratamento era quebrar o ciclo reprodutivo do patógeno que, impedido de se desenvolver e produzir seus danos seriam eliminados e a agressividade da doença seria contida (SEC. DA AGRICULTURA, ILHÉUS/BA, 2009a, p. 2).

Na terceira (1996-1997) e quarta (2001-2003) etapas o número de contratos de financiamento apresentou redução em relação às duas etapas anteriores, 2.363 e 2.605 respectivamente. Essas etapas previam a inserção de cacaueiros (clones²⁷) mais resistentes ao fungo da vassoura de bruxa, destinando recursos para “pré-enxertia, enxertia, adensamento das áreas para uma população de 1.100 plantas/ha e controle do sombreamento” (SEC. AGRICULTURA, ILHÉUS/BA, 2009a, p. 4). No terceiro estágio, a insuficiência de material botânico forçou um escalonamento nas áreas necessitadas, atendendo a apenas 50% de área, numa distribuição de 20% no primeiro ano (1996) e 30% no segundo ano (1997). Na quarta etapa também foram feitos enquadramentos das dívidas acumuladas na 1^a e 2^a etapas e redução dos encargos financeiros da 3^a etapa para 8,75% a.a (SEC. AGRICULTURA, ILHÉUS/BA, 2009a).

No entanto, os produtores da região cacaueira vêm passando por dificuldades de recuperação, visto que esse pacote de intervenções não gerou os resultados esperados. Ou melhor, contribuiu com a expansão dos efeitos negativos da doença, visto que esta atua em brotos, logo, a redução das copas dos cacaueiros com as podas recomendadas eliminou a área mais produtiva e estimulou o alastramento da vassoura com a brotação. Com base no relatório sobre “Endividamento do cacau”, apresentado ao Ministro da Agricultura, em reunião realizada no final do mês de agosto de 2009 em Brasília, fornecido pelo Secretário de Agricultura de Ilhéus-BA, Presidente do Sindicato Rural e Cacaueiro, Sr. Isidoro Gesteira, está sendo solicitado o perdão da dívida dos produtores da região cacaueira no valor de “R\$ 707 milhões” (CEPLAC – PAC CACAU, 2008a, p. 2), ou uma renegociação condizente com a situação atual dos produtores, pelos seguintes motivos: a disponibilização de crédito feita após a crise de 1989 foi estabelecida em padrões pouco acessíveis e de difícil solvência, “em 1995, para os grandes e médios produtores a taxa chegou a 29,29% a.a. e para os pequenos produtores 27,29%” (SEC. AGRICULTURA, ILHÉUS/BA, 2009a, p. 5); falha na 1^a e 2^a etapas do Plano de Recuperação da Lavoura Cacaueira, desenvolvido pela CEPLAC²⁸ e ao fato da vassoura de bruxa ter sido introduzida de forma criminosa nessa região.

²⁷ “As mudas clonadas, mais resistentes à vassoura de bruxa, são distribuídas aos produtores por um preço mínimo (R\$ 0,40 por unidade), sendo o restante subsidiado pelo Governo do Estado (R\$ 0,80). Nestas estações, além de clones de cacau, são produzidas também essências florestais compatíveis com o ecossistema da Mata Atlântica e fruteiras tropicais, num claro indício da mudança de mentalidade no sentido de sair da monocultura do cacau. Esta ação indica o empenho de pesquisadores, produtores, governo e comunidade em geral para recuperar a lavoura do cacau e diversificar as culturas” (ROCHA, 2006, p. 139).

²⁸ “A ineficácia desse pacote técnico já foi reconhecida pelo Conselho Monetário Nacional, em reunião de 28/06/2001, quando embasa a Resolução BACEN nº. 2.848, de 29/06/2001 (substitutiva da original, nº. 2.811, de 28/12/2000), e permite que os financiamentos contratados nessas duas primeiras etapas do Programa fossem renegociados nas bases da Resolução BACEN nº. 2.471, criada para sanear as dívidas dos produtores alijados do processo produtivo pelo seu alto e inadimplente endividamento” (SEC. DA AGRICULTURA, ILHÉUS/BA, 2009a, p. 5). O reenquadramento das dívidas possibilitou acessar recursos para o financiamento da 3^a e 4^a etapas. Esse resultado também foi alcançado em função do reconhecimento das falhas cometidas pela CEPLAC: “sob intensos pedidos dos produtores, a CEPLAC acabou por reconhecer, em Nota Técnica dirigida ao Sr. Ministro da Agricultura em 2004, que os pacotes técnicos recomendados, objeto das duas primeiras etapas de financiamentos, foram infrutíferos e não surtiram quaisquer resultados econômicos, apenas endividando os produtores” (SEC. DA AGRICULTURA, ILHÉUS/BA, 2009a, p. 6). Os clones mostraram-se improdutivos, esperava-se após a maturação uma produtividade gradativa de 30, 60 até 100 arrobas por hectare, mas o que se

Segundo notícia veiculada na Revista Veja, no ano de 2004, com as declarações de um réu confesso, a introdução da vassoura de bruxa na região cacaueira teria sido criminosa. Essa conclusão foi obtida através de um inquérito instaurado após a referida confissão. O mesmo “aduz que o ingresso da doença na região teria sido promovido por um grupo de pessoas, com conhecimento técnico, cuja finalidade seria desestabilizar a economia cacaueira e vínculos políticos predominantes” (SEC. DA AGRICULTURA, ILHÉUS/BA, 2009a, p. 4). Muitos nomes foram envolvidos na época, mas os supostos culpados por essa destruição em massa não foram descobertos.

Ou seja, a doença instalada é alheia a qualquer instabilidade estrutural, conjuntural ou natural desse cultivo na Bahia. Caberia, nessas circunstâncias, a utilização de recursos do Fundo de Catástrofe, por parte do Governo Federal, como forma de socorrer a região. A própria CEPLAC, ao reconhecer o erro, sugeriu a transferência dos débitos dos cacaueiros para um fundo específico. No entanto, a dívida dos cacaueiros foi transferida do Banco do Brasil para a União, tornado-se uma dívida fiscal. Por conta disso, muitos agricultores alegam dificuldade de renegociação, estão perdendo suas propriedades por “baixa produtividade”, correm o risco de perder outros patrimônios e ainda restar dívidas. Nesse sentido, o perdão ou revisão das condições para solvência da dívida daria certo fôlego para repensar novos financiamentos e investir na recuperação dessa região, se não na erradicação do fungo, ao menos alcançar um estágio de convívio controlado (SEC. DA AGRICULTURA, ILHÉUS/BA, 2009a).

Nesse cenário, a desapropriação de fazendas com baixa produtividade (menos de 47 arrobas por hectare) feita pelo INCRA para reforma agrária²⁹ está se tornando, na visão dos produtores, um afrontamento. Essa perspectiva tem sustentação na difusão de uma patologia externa à região, seguida de ações de controle da CEPLAC que assolaram ainda mais o problema. Argumenta-se que nem nos momentos áureos da produção do cacau esse era um valor médio de produtividade por hectare. Interessante notar que mesmo nos assentamentos resultantes o cultivo do cacau continua sendo relevante. Nestes casos, a produtividade média cai ainda mais, figurando em torno de 15 arrobas por hectare, em alguns casos já foi alcançado apenas 5 arrobas por hectare (SEC. DA AGRICULTURA, ILHÉUS/BA, 2009a).

Outro entrave destacado pelos agricultores é a exigência de uma reserva legal na propriedade, proposta difícil de se efetivar burocraticamente junto ao IBAMA. Ressaltam-se ainda as dificuldades ligadas ao perfil dos solos para efetivação da diversificação produtiva. Os “solos são rasos, declivosos e, sobretudo, estão obrigados a conservar a Mata Atlântica” (SEC. DA AGRICULTURA, ILHÉUS/BA, 2009a, p. 9). Além disso, o apelo ambiental subjacente à técnica de cultivo conhecida como “cabruca”³⁰, colabora com a preservação da Mata Atlântica e toda a biodiversidade que abriga, a exemplo do Mico Leão da Cara Dourada, além de manter interfaces de usufruto com a atividade turística desenvolvida no município.

verifica de resultado é apenas a geração de uma média de 15 arrobas por hectares, insuficiente para o próprio custeio da produção.

²⁹ Segundo Dufumier et al (2004), com o desemprego massivo da mão de obra resultante do abandono do cultivo de cacau em muitas fazendas da região, os movimentos sociais intensificaram sua ação no sentido de cobrar ações mitigadoras.

³⁰ No início do cultivo do cacau, quando a Mata Atlântica tinha que ser raleada – corte seletivo, era hábito dizer “vem cá brocar” resultando no nome “cabruca” (cultivo sob a copa das árvores). Atualmente, a CEPLAC (2010, [s. p.]) “prevê, com projeto já em curso, uma primeira fase de renovação de 300 mil dos 615 mil hectares existentes. Desta área total, há uma estimativa de que pelo menos 150 mil foram implantados através do sistema conhecido regionalmente como “derruba total”. Neste sistema de plantio, a vegetação natural foi totalmente eliminada, com posterior reposição de um número reduzido de outras espécies com fins específicos de prover sombra provisória (mandioca e bananeiras) e permanente (eritrianas, ingazeira, cajazeira, gmelina)”.

Um vídeo³¹ acessado no *site* Costa do Cacau (2009), ressalta a importância da preservação dessa mata em função de um recorde mundial de biodiversidade reconhecida em 1993, tendo sido identificado por pesquisadores da CEPLAC e do Jardim Botânico de Nova Iorque. Na análise de apenas um hectare de uma floresta foram encontradas 456 espécies diferentes de árvores, apresentando maior biodiversidade que toda costa atlântica da América do Norte. A partir de então foram somados esforços e discursos em prol da manutenção da Mata Atlântica nessa região bem como a recuperação de áreas desmatadas, tendo sido alcançado, em dezembro de 2006, aprovação, no governo Lula, da Lei da Mata Atlântica, quando foram criados dois corredores: o Corredor da Serra do Mar (perpassando os estados do RJ e ES) e o Corredor Central da Mata Atlântica (no litoral baiano). O entrevistado, Rui Rocha, é biólogo, pesquisador, professor da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC e presidente da ONG Floresta Viva.

A insistência na cultura do cacau após esses 20 anos de crise exacerbada deve-se a fatores como: necessidades dos grupos envolvidos (só de produtores em grave situação são 10.000, em sua maioria mini produtores), contribuição cultural, mercado consumidor, rede de comercialização, geração de emprego³², preservação da Mata Atlântica, clima e solos propícios marcando seu potencial produtivo – só área de cultivo do cacau está relacionada a 40% de todo território municipal de Ilhéus, 68.300 hectares (SANTANA, 2003). Com base em dados do Censo Agrícola de 2007, Chiapetti (2009, p. 103) afirma que o cacau ainda ocupa posição de destaque quanto se fala em agricultura regional, “ocupando em média 87% da área plantada nos 43 municípios da Microrregião Ilhéus/Itabuna. Em alguns municípios, o cultivo do cacau chega a ocupar 95% da área agrícola”.

Pelo fato de a economia e a sociedade de Ilhéus ter sido conduzida, por longo período, sob o crivo da monocultura do cacau, a cacaicultura assume a posição de vetor de desenvolvimento mais antigo, abrangente e com uma rede articulada de atores, mesmo não obtendo os resultados almejados com suas reivindicações. Nessa rede, a constante luta dos cacaicultores em obter apoio para superar as dívidas e a crise da lavoura, desencadeou esforços no sentido de motivar o Governo Federal a elaborar e executar um novo plano de recuperação, já que o programa aplicado na década de 1990 não surtiu os efeitos esperados. Voltando a atenção para o agronegócio regional, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em parceria com instituições regionais, elaborou o “PAC-CACAU”, Plano Executivo para a Aceleração do Desenvolvimento e Diversificação da Região Cacaueira da Bahia” (CEPLAC – PAC CACAU, 2008a). No referido plano foi destacado o equacionamento da dívida dos cacaicultores como ação prioritária, indispensável para a reestruturação da economia regional. À dívida atual dos produtores baianos no valor de R\$ 707 milhões é contraposta no Plano a rentabilidade desse agronegócio:

O agronegócio cacau representa R\$ 6,376 bilhões considerando as exportações de cacau e derivados envolvendo cinco indústrias processadoras e o faturamento do setor chocolateiro representado por 98 indústrias filiadas à Associação Brasileira dos

³¹ Em nenhum momento do vídeo foi inserida a data de gravação (provavelmente posterior a 2006).

³² Segundo o Secretário de Agricultura de Ilhéus (2009b), nos anos de 1989 chegou-se a verificar a geração de 250.000 empregos nas lavouras da região cacaueira. Conforme dados dos IBGE, citado por Chiapetti (2009), na Microrregião Ilhéus-Itabuna (principal centro produtor da Região Cacaueira, compreendendo 43 municípios) “o número de pessoas ocupadas na lavoura permanente de cacau era de 121.983, o equivalente a 77,53% de todo o pessoal ocupado no setor agropecuário (Dados da Tabela 14, p. 91). Apesar do número ser significativo, Chiapetti (2009, p. 95-96) ressalta que “em 1980, um dos ‘períodos áureos do cacau’, 58,2% das pessoas economicamente ativas recebiam até 1 (um) salário mínimo (SM) e em 2000, em plena ‘crise do cacau’, a situação dos trabalhadores não mudou, pois 57 % das pessoas continuavam ganhando até 1 (um) salário mínimo, o que nos mostra que a atividade cacaueira não conseguiu internalizar e nem distribuir as riquezas geradas, tornando-se uma região, além de concentradora de riquezas, exportadora também de riquezas para outros lugares”.

Chocolateiros (ABICAB). O agronegócio envolve ainda 47.340 propriedades agrícolas localizadas em seis estados brasileiros sendo 29.539 no Sul da Bahia [região cacaueira, com um percentual equivalente a 62,4% do total]. Este importante agronegócio exportou em 1979 US\$ 956 milhões, reduzindo em 2000 para US\$ 161 milhões e em 2007 já mostra uma pequena recuperação exportando US\$ 364 milhões. Portanto, é um agronegócio que responde bem aos investimentos realizados (CEPLAC – PAC CACAU, 2008a, p. 15).

A previsão era iniciar a execução do Plano em 2008 e finalizá-lo em 2016, ou seja, com investimentos distribuídos ao longo dos nove anos.

O Plano Executivo envolve recursos totais no valor de R\$ 1.998.082.698,64 para investimento e R\$ 180.000.000,00 para custeio inicial a ser desembolsado em um período de nove anos. O investimento mais especificamente em clonagem e adensamento do cacau será da ordem de R\$ 975.006.500,00; as alternativas econômicas para consorciação cacau com seringueira substituindo a eritrina de R\$ 157.450.000,00; seringueira e cacau em plantio simultâneo R\$ 512.880.000,00; dendê para produção de biodiesel R\$ 97.261.315,00; fruticultura tropical R\$ 91.354.883,64 e os palmiteiros R\$ 164.130.000,00 (CEPLAC – PAC CACAU, 2008a, p. 15).

Mas não havia saído do papel. Essa situação foi modificada, de acordo com notícia veiculada no *site* da CEPLAC (2009b), no dia 27 de outubro de 2009, durante a terceira reunião da Câmara Setorial do Cacau no Estado da Bahia (Figuras 20 e 21), realizada no Auditório Hélio Reis de Oliveira, do Centro de Pesquisas do Cacau (CEPEC), nas instalações da CEPLAC. A “saída do papel” foi celebrada com assinatura de contratos de renegociação por dois cacauicultores, Carlos Alberto Fraife e José Batista Bonfim. A proposta é que sejam efetuadas adesões até o final do mês de dezembro de 2009.

Segundo Roberto Muniz, secretário de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária da Bahia (Seagri), “a reunião marcou o início do mutirão da renegociação para aproximadamente 5.000 produtores que vão poder contar com o Banco do Brasil e o BNB, que juntos vão disponibilizar R\$ 200 milhões para novos empréstimos”. Relembra também as dificuldades que os produtores enfrentam na condição de tomadores de preço num mercado instável, visto que “o preço da arroba de cacau (15kg) varia entre 80 e 90 reais, sendo que o quilo do chocolate vale 25 vezes mais, o que requer mais trabalho e mais negociação em benefício do produtor”. Além disso, a burocracia que permeia o estabelecimento da exigência de uma reserva legal nas fazendas de cacau, a diretora geral do Instituto do Meio Ambiente da Bahia (IMA), Bete Wagner, assumiu o compromisso de auxiliar na desburocratização do processo (CEPLAC, 2009b).

Roberto Muniz (SEAGRI) reforçou também o papel do trabalho coletivo dos atores locais que insistentemente vêm lutando pela cultura do cacau, exemplificando a mediação feita pela CEPLAC, o Instituto Cabruca e a Associação dos Produtores de Cacau (APC) junto ao poder público estadual. O atual diretor da CEPLAC, Jay Wallace da Silva e Mota, ressaltou o reconhecimento do trabalho executado por Henrique Almeida na liderança da APC e de Fausto Pinheiro à frente da Câmara Setorial do Agronegócio Cacau. De acordo com o diretor, “a CEPLAC não pode mais se comportar como forma de poder paralelo e sim deve capitalizar o processo de todos os atores”. Destacou ainda, a parceria com “a UESC, o Instituto Cabruca e a Seagri, a instituição [CEPLAC] se engajou e colocou o cacau como política da agricultura do estado. Hoje os produtores podem destacar que não estão mais sozinhos. *Através de argumentação técnica conseguimos chegar até aqui*” (CEPLAC, 2009b, [s.p.] grifo nosso).



Figura 20 – Reunião marca o início da execução do PAC CACAU.

Fonte: CEPLAC, 2009b.



Figura 21 – Folder de divulgação do PAC CACAU.³³

Fonte: CEPLAC, 2009b.

Buscando ampliar a atual cobertura do PAC CACAU, o presidente da APC, Henrique Almeida, acompanhado por outras lideranças regionais, reuniu-se com o Ministro da Agricultura, em 29 de outubro de 2009, mesma semana na qual se deu o início do mutirão para renegociação da dívida de 5.000 produtores, solicitando apoio do ministro Reinhold Stephanes, através de um documento formal de reivindicações, para a redução das barreiras burocráticas de acesso ao financiamento do PAC, visando atender à totalidade dos

³³ Propostas discriminadas no lado direito da imagem: “PAC DO CACAU: 1) PNE Verde do Banco do Nordeste – Até 8 anos de carência e mais 12 para pagar; 2) Renegociação de 8.700 contratos; 3) Descontos de até 80% na liquidação ou renegociação das dívidas; 4) Constituição da Câmara Setorial do Cacau; 5) Distribuição de mudas – tecnologia e diversificação; 6) Implantação de fábricas de chocolate para verticalizar a produção; 7) Prorrogação do prazo para renegociação; e, 9) Ampliação da assistência técnica e capacitação”.

cacaueiros (CHAME, 2009). “A principal [reivindicação da categoria] é a inclusão dos seis mil cacaueiros que ficaram à margem do PAC do Cacau, além dos que aderiram ao Programa Especial para Saneamento de Ativos (Pesa) e já hipotecaram suas fazendas ao tesouro nacional”. Aproveitando o ensejo, Henrique Almeida, agradeceu a presença do Ministro no Salão Internacional do Chocolate, realizado em Paris, no início de outubro de 2009, e o apoio concedido através da “liberação de R\$ 198 mil pelo governo federal para garantir a nossa presença no evento, onde ocupamos um *stand* de 40 metros e mostramos ao mundo que a lavoura cacauícola baiana é um negócio viável” (CHAME, 2009, [s.p.]).

C2 (representante do setor público) reconhece que a negociação da dívida com o PAC-CACAU é um avanço, porém o estado de endividamento dos cacaueiros ainda constitui-se num dos grandes entraves para que possam investir em espécies mais resistentes (clonagem) e no aprimoramento das formas de manejo nas roças de cacau:

Já tem variedade apresentando essa resistência, tolerância e uma boa produtividade. A limitação disso é que os proprietários das fazendas estão endividados e então não têm como fazer esses investimentos. Esse endividamento é fator limitante, única e exclusivamente, porque tem avanços no enfrentamento da vassoura, porque a coragem, a vontade e a tradição... [não faltam]. Eles não querem deixar de ser agricultores, ninguém quer vender suas fazendas, ninguém quer mudar de ramo, são quantos anos a gente produzindo cacau? A nós, a Ilhéus, foi dado o papel de produzir cacau e esse papel nós cumprimos, nós produzimos o melhor cacau do mundo, nós fomos o município maior produtor de cacau do mundo. Então esse é nosso legado, essa era nossa missão. Fizemos isso com a preservação, conservação da Mata [Atlântica]. Novamente fomos no salão do cacau na França e ganhamos [prêmio de qualidade na produção de amêndoas]” (C2, representante do setor público, grifo nosso).

O trecho em destaque remete a um termo, “trauma social”, explicitado por T1 durante a entrevista (representante em pesquisa) – que teria ouvido de outra pessoa. A isso remete não só o impacto econômico e social da crise, mas também o emocional. Numa escala que não permite mensurações e que teria gerado uma espécie de “choque coletivo”, com um cenário que fora pujante e passa à ruína, em termos relativos. “Choque” transmite, aqui, a dificuldade em desprender-se da imagem passada, em superar a crise e criar novos mecanismos, pois apesar da reconhecida viabilidade em recuperar o produto, só que “em patamar inferior ao registrado na década de 1970” (C3, representante em pesquisa/sociedade civil), ainda é comum ouvir relatos que guardam a representação próspera do cacau, o sentimento de perda, de destruição de uma região com vocação natural para o cacau.

Ademais, existem possibilidades de superar o endividamento e controlar a vassoura de bruxa visto que é uma região com aparato técnico-científico local especializado (considerando principalmente a CEPLAC e a UESC), com parcerias efetuadas com outros centros de pesquisa. Exemplo disso é a constituição da Rede Genômica do Estado da Bahia, executando o Projeto Genoma (ou Projeto VB – vassoura de bruxa) desenvolvido pelo CEPEC/CEPLAC em parceria com a UNICAMP, a UESC, a EMBRAPA, a UEFS e a UFBA. O objetivo do projeto é sequenciar o DNA do Fungo *Crinipellis perniciosa*. Os resultados “permitirão identificar as relações que existem entre o patógeno (fungo) e o hospedeiro (cacau) e, a partir daí, definir as estratégias para a criação de plantas altamente resistentes ou imunes à VB” (ROCHA, 2006, p. 143). Também relevante a essa luta são os resultados preliminares de uma pesquisa que está sendo desenvolvida na UESC, por uma doutoranda³⁴ em Genética e

³⁴ “Fabiana Aparecida da C. Silva, cursa o 2º ano do Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Genética e Biologia Molecular da UESC, tendo como professores orientadores Abelmon Gesteira, Fabienne Micheli (Cirad/França), Marcio Costa e Karina Gramacho (CEPLAC/Cepec). Natural de Pernambuco, é graduada em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e mestre em Melhoramento Genético do

Biologia Molecular, com a qual obteve o segundo lugar, na categoria Doutorandos, no concurso Ideias Inovadoras – 2009, promovido pela FAPESB – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia e SECTI – Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado da Bahia, por se tratar da descoberta de uma proteína no cacau, denominada PR10, que tem ação antifúngica e vem apresentando resultados promissores contra a vassoura de bruxa (JORNAL DA UESC, 2009).

É evidente o desejo dos cacaueiros em superar as mazelas instauradas na região. Além de a CEPLAC ter reconhecido os erros cometidos ao propor soluções imediatas num contexto de alastramento de uma doença desconhecida na região, os Governos Estadual e Federal já se pronunciaram quanto ao problema e a necessidade de revertê-lo (SEC. DA AGRICULTURA, ILHÉUS/BA, 2009a). Algumas alternativas têm sido gestadas, como o adensamento das lavouras (aumento do número de pés de cacau³⁵ por hectare), aprimoramento do manejo das plantações com “práticas culturais, tratos fitossanitários (controle de formigas, tratamento do solo, de semente e de transporte de água), controles químicos (como a aplicação de fungicidas), biológicos e genéticos para reduzir a incidência de enfermidades” (VELOSO, 2006, p. 11). Também estão sendo introduzidos clones de cacau mais resistentes à vassoura, desenvolvidos pela CEPLAC.

Nas palavras de Gonçalo Pereira [pesquisador da UNICAMP], criou-se no Brasil uma comunidade de altíssimo nível para o suporte técnico-científico à cacaueiro, o que faz do nosso país um caso único, e, portanto, o lugar certo para se plantar cacau com segurança. Agora é sofisticar o setor, agregar valor, ganhar peso político. Estamos no caminho certo e iniciando a fase pós-genômica com envolvimento de mais massa crítica; já se tem um diagnóstico sobre a doença, ação do fungo e metabolismo do cacaueiro, partes que inicialmente atacam as defesas da planta. A fase inicial do projeto está concluída, com vários projetos decorrentes do Genoma cacau, que podemos agora chamar de fase pós-genômica. Nós já estamos entendendo como o gene funciona, como a planta reage e isso vai permitir em poucos anos que esses conhecimentos sejam transferidos (UESC NOTÍCIAS, 2005, citada por ROCHA, 2006, p. 144).

Além disso, a CEPLAC tem antecipado as pesquisas sobre outra doença que pode vir a afetar os cacauais da Bahia, a monilíase. Onde existe a vassoura de bruxa fatalmente poderá existir a monilíase e vice-versa. Ainda não existem mecanismos para erradicar a doença, apenas formas de manejo. É uma doença que infecta apenas os frutos e cada fruto infectado é capaz de “produzir até sete bilhões de esporos do patógeno em temperaturas entre 25 e 30°C. Os esporos são viáveis em condições adversas até um período de nove meses. Esporos secos toleram temperaturas de até 55°C” (RAM *et al.*, 2004 citado por ROCHA, 2006, p. 146). Ainda complementando o cenário de tentativas para superação crise regional da lavoura, C4 (representante do setor público/iniciativa privada) ressaltou que

As práticas de sucesso para o controle da vassoura de bruxa foram iniciativas particulares tais como a aplicação de cal hidratada e dessincronização do ciclo da vassoura de bruxa do ciclo de produção do cacaueiro através de poda. A CEPLAC, além do desenvolvimento de clones resistentes a praga, desenvolveu técnicas de manejo com a aplicação de sacarose e outros. Novos estudos recentes por parte a UNICAMP e da ESALQ tem indicado possibilidade potencial da erradicação desta

Campo pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Sua equipe conta ainda com o apoio de duas mestrandas do mesmo Programa da UESC (Sara Pereira Menezes e Luciana Cardoso Cidade” (JORNAL DA UESC, 2009, p. 12).

³⁵ Na formatação antiga cada hectare continha 400 cacaueiros, o ideal são 1.100. “Um cacaueiro plantado a partir de uma semente levará por volta de três anos para frutificar, porém, levar-se-ão dez anos para sua produção comercial em larga escala” (VELOSO, 2006, p. 32).

doença. Porém existem ainda ameaças sobre esta cultura por parte de outras doenças, principalmente a monilia, endêmica em outros países produtores da AL [América Latina]. O relaxamento por parte do serviço de vigilância fitossanitária do Ministério da Agricultura também é uma ameaça que paira sobre a cultura do cacau. Recentemente uma portaria do MAPA [– Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento –] abre um precedente nas medidas de proteção fitossanitárias para evitar contaminação por produtos agrícolas importados de outros países – no caso a castanha de caju. Se a medida for estendida ao cacau importado, este pode tornar-se vetor de pragas inexistentes por aqui, na maioria provenientes da África. [...] Outro fator de relevância é o desenvolvimento de técnicas de plantio de cacau irrigado e a pleno sol. Tradicionalmente, o cacau é plantado à sombra da mata, no sistema de cabruca ou mesmo em sistemas agroflorestais, em consórcio com outras culturas pioneiras (pimenta do reino, banana, mamão papaia, seringa, castanha do Pará, etc.) como no extremo sul baiano, Espírito Santo, Amazônia e Pará. Até no cerrado estão sendo feitas experiências bem sucedidas (C4, representante do setor público/iniciativa privada).

É preciso reconhecer, também, que as experiências resultantes da crise fomentaram novos nichos como a produção de cacau orgânico (sem adubos químicos e agrotóxicos) e de cacau fino (demandado para a fabricação de chocolates finos por chocolateiras da Europa). São mais valorizados que o cacau comum e exigem procedimentos diferenciados no manejo das árvores e das amêndoas. No segundo caso o beneficiamento das amêndoas é ainda mais cuidadoso.

De acordo com o CENEX/CEPLAC, citado por Rocha (2006, p. 239) o valor da produção de cacau orgânico sustenta-se na disponibilização de produtos sem agrotóxicos (utilizando-se apenas biofertilizantes como esterco e cascas do cacau), além da “possibilidade de atender mercados diferenciados (onde consumidores estão dispostos a pagar um sobre-preço como prêmio à qualidade dos produtos), nas relações justas de produção e na preservação ambiental”. Seguindo essa tendência mundial de consumo de alimentos “limpos”, em 2001, foi fundada a Cooperativa dos Produtores Orgânicos do Sul da Bahia (CABRUCA), com cerca de 40 produtores associados, com o intuito de aprimorar processos, alcançar melhores preços e satisfação no mercado internacional.

No mercado de cacau o produto orgânico não se aplica à formação de preço convencional, ou seja, não é influenciado pela cotação da *commodity* na bolsa de valores de Nova Iorque, na condição de oligopsônia – poucos compradores e muitos vendedores. Em média o preço mínimo verificado para o cacau orgânico tem sido de 1.800 a 2.000 mil dólares a tonelada, sendo que o preço do cacau produzido de forma convencional varia entre 1.000 e 1.500 dólares a tonelada. Em 2005, a CABRUCA alcançou um montante de produção equivalente a 180 toneladas, com preço acima de 2.000 dólares, exportando dois containeres para a Itália e um para a França. Uma das moageiras instaladas em Ilhéus, a Barry Callebaut foi a primeira indústria a se inserir nesse processo no Brasil, recebendo em 2005 a certificação do IBD (Associação de Certificação Instituto Biodinâmico – com credibilidade internacional) para o processamento de cacau orgânico. Além do processamento, a Barry também está envolvida em reconversão da produção convencional para orgânica em mais de 3 mil hectares, agregando 71 fazendas da região. A Cargil também já está se adequando para explorar esse nicho. A própria CABRUCA tem a intenção de se capacitar e constituir estrutura adequada para processar o cacau orgânico (ROCHA, 2006).

Segundo Hoffmann (2008), a parceria da Barry Callebaut com produtores da região pode ser considerada uma medida de auxílio na recuperação das lavouras de cacau do sul da Bahia. Mas, Josiane Kremer, porta-voz da multinacional, informou que a empresa não dá dinheiro, é uma parceria que atende aos interesses e posicionamento da Barry Callebaut no mercado chocolateiro.

“Nosso projeto no Brasil consiste em instruir os agricultores sobre as vantagens e as técnicas da agricultura orgânica. A Barry Callebaut primeiro verifica quais agricultores estão interessados em produzir organicamente, os informa sobre as exigências dessa forma de cultivo e apoia a formação deles através de técnicos de campo”, informa Kremer. A multinacional suíça garante que o projeto é de longo prazo. A meta é atingir 7 mil hectares ou mais de cacau orgânico, com um volume de pelo menos 1500 toneladas por ano, até 2010. Isso corresponderia à área de mais de 100 fazendas de cacau. Ao contrário do que ocorre na África Ocidental, onde o plantio do cacau é feito por pequenos agricultores, no Brasil predominam as grandes fazendas. [...] Atualmente, cerca de 70% da safra global de cacau são produzidos na África Ocidental, de onde também vem a maior parte da matéria-prima processada pela Barry Callebaut. Para evitar uma dependência excessiva dessa região, a empresa precisa do cacau brasileiro, “que é de alta qualidade”, segundo Kremer. Apesar da ajuda da Barry Callebaut, o sul da Bahia ainda não recuperou a paisagem das “belas roças de cacau” descritas por Jorge Amado. “A região está falida. É preciso ter muita energia para recomeçar. Faltam incentivos em nível regional para retomar a produção”, afirma Nüschele [presidente da CABRUCA] (HOFFMANN, 2008, [s.p.]).

No segmento de cacau fino, a designação Prêmio ou *Flavor* é reconhecida no mercado de cacau como o rótulo de um produto com qualidade diferenciada, com sabor, cor, aroma e textura aprimorados, além de avaliação do tamanho das amêndoas. De acordo com Rocha (2006) esse produto representa cerca de 5% da produção mundial de amêndoas de cacau. Desse total, 80% da produção é proveniente da América Latina (Equador, Colômbia, Venezuela) e Caribe (Jamaica, Trinidad e Tobago, Costa Rica, Granada). “Com esse processo diferenciado, trabalhando novas formas de *marketing*, deixa de produzir um cacau para *commodities* e passa a oferecer um cacau para artigo de luxo” (ROCHA, 2006, p. 250). Mundialmente os países que mais demandam cacau fino são: Bélgica, Luxemburgo, França, Alemanha, Itália, Suíça, Inglaterra. Os Estados Unidos consomem de 15% a 20% de cacau fino.

No que se refere ao Brasil, e mais propriamente a Bahia, esse tipo de produto não passava, segundo Rocha (2006, p. 246), de “uma utopia até os anos 2000”. A autora argumenta, que o interesse regional de produzir cacau fino começou a ser efetivado com a criação, em julho de 2004, da através da Associação dos Profissionais do Cacau Fino e Especial – APCFE, por um grupo de cacaueiros formado por Chistinaldo de Menezes Gally (cacaueiro de Uruçuca e consultor de mercado), Adauto Virgílio Ribeiro de Souza (cacaueiro em Buerarema e terapeuta), Nicolas Maillot (cacaueiro em Ilhéus e gourmet) e Olivier Pierre (assessor em normas fitossanitárias e certificação). Esse é um produto extremamente valioso e ainda escasso no mercado, de tal forma que seu preço, de acordo com a classificação da qualidade da amêndoa pode variar entre 50% e 100% acima do valor de mercado das amêndoas convencionais. De acordo com informações da CEPLAC (Espírito Santo) um produtor de Linhares já conseguiu produzir cacau tipo 2, alcançando um preço de 75% superior. Na Região Cacaueira, a APCFE conseguiu um preço médio de 44% acima do praticado nacionalmente. “No último trimestre de 2005, foram exportadas 36 toneladas para a França, que reexportou uma parte para a Itália” (ROCHA, 2006, p. 253). Conforme expresso por Santana, Sodré e Marrocos (2008, p. 58), apesar do *marketing* ainda ineficiente para o cacau brasileiro, sua qualidade é reconhecida no exterior e apresenta potencialidades:

Na França, a fábrica Bonnat há 15 anos utiliza cacau brasileiro na produção de dois bombons batizados com o nome de Brasil e Bahia. Os dois produtos estão entre os mais vendidos, diz o dono Stéphane Bonnat. Mas manter esses bombons na prateleira não tem sido fácil, pois está cada vez mais difícil o contato com cacaueiros brasileiros. Bonnat acredita que o problema maior é mesmo a queda da produção no Brasil. Este ano [2008] não consegui comprar sequer uma tonelada.

Mas ainda assim ele acredita que o cacau brasileiro não pode ficar de fora de fábricas como a dele, que faz um produto diferenciado. Um bom cacau não tem preço. [...] Durante do Festival do Chocolate em Turim na Itália, realizado em março de 2005, Chloé, gerente de compras da Fortunit & Mason da Inglaterra, afirmou que até a década de 1970 o mercado de chocolate tinha conhecimento do cacau brasileiro por causa principalmente do volume. Para ela o governo deve ajudar os produtores a divulgar a qualidade das amêndoas. [...] Ela diz que é preciso criar o conceito no mundo do chocolate. [Além dessa percepção,] o presidente da Associação dos Chocolateiros Artesãos da Itália, Silvio Bessoni, em visita à Região Cacaueira da Bahia, disse que percebeu o grande potencial do *marketing* do cacau voltado para a preservação ambiental. [...] Bessoni conclui que acredita que dentro de pouco tempo o cacau fino brasileiro será conhecido mundialmente como um dos melhores de qualidade e aroma.

Nesse sentido, Santana, Sodré e Marrocos (2008) destacam que o cacau brasileiro já detém a qualidade necessária para dar visibilidade para o produto. No mesmo evento, dentre os quatro prêmios de qualidade de produção de amêndoas entregues, três foram para propriedades do Sul da Bahia. Com menor visibilidade pode-se citar a intenção de ampliar a produção local de chocolate, a exemplo da empresa Chocolate Caseiro de Ilhéus, com a finalidade de verticalizar a cadeia produtiva e agregar mais valor ao produto dinamizando a economia. Alguns testes vêm sendo desenvolvidos num laboratório da CEPLAC, para a fabricação de chocolates com maior teor de cacau e com boa aceitação no mercado consumidor, para posterior difusão da tecnologia de produção.

Outrossim, vale destacar duas iniciativas: a primeira, na produção de chocolate artesanal, de Orson Voerckel Galvão que vem desenvolvendo a partir de pesquisas próprias chocolates artesanais com variados teores de cacau, combinando com frutas desidratadas. Ele é um bom exemplo de que é possível produzir chocolate de qualidade de forma artesanal e incrementar a renda familiar. A segunda, de Adeir Boida de Andrade, da cidade de Camacan, investindo no consumo de amêndoas de cacau in natura, da qual tomou-se conhecimento em visita ao II Festival do Chocolate da Bahia³⁶, realizado entre os dias 2 e 6 de junho de 2010, no Centro de Convenções de Ilhéus. Nesse mesmo evento, Orson Galvão fez uma palestra sobre o “Desenvolvimento de tecnologias para a produção de chocolate em escala artesanal”, onde pode compartilhar suas descobertas e a viabilidade da produção artesanal. Seu exemplo foi, inclusive, divulgado em um vídeo no site www.mercadodocacau.com.br. Ele ainda não produz o chocolate a partir das amêndoas, mas da combinação de seus derivados. Porém, vem estudando para que em breve possa produzir chocolate dessa forma.

³⁶ O II Festival do Chocolate da Bahia, apesar de ser um incentivo positivo ao fortalecimento da rede de atores que compõem o sistema produtivo do cacau, foi realizado com estrutura de pequeno porte, com falhas organizacionais na divulgação do evento, de produtos e processos de produção e participação dos atores. O quesito atratividade foi marcado por diversos shows programados para os quatro dias de evento, com destaque para o segundo e terceiro dia, que além de cantores regionais estiveram presentes, respectivamente, Ana Cañas e Adriana Calcanhoto. A programação não estava disponível no site, foi distribuído um folheto apenas no local do evento. Dentre os *stands* existentes no local: havia apenas um com exposição de maquinário (www.jafinox.com.br) para beneficiamento de cacau da linha *Flavor*, um da CEPLAC, SEBRAE, Kibon, Chocolate Caseiro Ilhéus, Banco do Nordeste, Assentamento Cascata (um modelo de sustentabilidade), Chocolate Nativo (produto artesanal), Casa de embalagens, Intervig Segurança, Instituto Cabruca, Atil, Cacau Cream (creme de cacau fino – com adição de açúcar, leite...) e Chocolate du Galva – Orson Galvão (ambos de produção artesanal), Cooperativa de Turismo – COOPERBOM Turismo, Villas de São José Resort, Território Imóveis, Faculdade Madre Thais, UESC, Bahia Mineração e uma área para recreação infantil. Não havia representação das moageiras instaladas em Ilhéus e Itabuna, não foram bem explorados através do chocolate aspectos sensoriais como visão, olfato e paladar. Além do Chocolate Caseiro Ilhéus, havia um *stand* vendendo brigadeiros e um com os produtos artesanais de Orson Galvão (chocolate e frutas desidratadas) e o Cacau Cream (II FESTIVAL DO CHOCOLATE DA BAHIA, 2010).

Filho da região, Adeir Boida, um engenheiro agrônomo e cacauicultor que também amargou os reveses da crise, dilapidando seu patrimônio para saldar dívidas, está investindo na produção de cacau orgânico e fino ainda em pequena escala e vem se dedicando em fomentar o consumo de amêndoas de cacau cru – Nibs de cacau fino não torrado (vide Figura 22) – dada sua elevada concentração de antioxidantes, 12 vezes maior que o percentual do vinho tinto, seguido do Açaí. Curiosamente, a perspectiva para inserção no mercado não se sustenta na própria Região Cacaueira assim como os demais processos do sistema produtivo do cacau. Ou seja, o cacauicultor tem investido na qualidade do processo e buscado mercado consumidor na região sudeste do Brasil e principalmente no exterior por avaliar que não há público consumidor de tal produto na região (ANDRADE, 2010a).



Figura 22 – Nibs de cacau fino não torrado.

Fonte: Acervo pessoal.

Os “nibs” nada mais são do que as amêndoas granuladas de cacau fino, selecionadas e processadas em baixa temperatura (garantindo que fiquem cruas) a fim de conservar todos os seus nutrientes. O cacauicultor, ainda sozinho nessa empreitada, tem comercializado o produto, já certificado pelo IBD, em embalagens de 280g a R\$ 12,00. As amêndoas granuladas ficam com uma textura levemente crocante e mantém o sabor amargo da amêndoas, porém mais suave do que o sabor natural sem nenhum nível de processamento. O produto já foi divulgado na Revista dos Vegetarianos, nº 43, maio de 2010, falando sobre a marca Planeta Cacau, criada por Adeir. Ressaltou, ainda, que as vendas do produto pelo *site* são realizadas em pequena escala e tem verificado, via registros no *site*, uma demanda mais elevada proveniente dos EUA e Alemanha. Vale ressaltar, que esse tipo de produto não é uma inovação, ele apenas verificou que poderia desenvolver processos semelhantes e beneficiar sua própria produção, vendendo diretamente ao consumidor final (ANDRADE, 2010a). Na I Feira Expo Brasil de Chocolate 2010, realizada na cidade de São Paulo entre os dias 22 e 25 de julho, Adeir Boida de Andrade conquistou o título de qualidade com a tecnologia utilizada

pelo Planeta Cacau, um estudosso e amante do tema, dentre dezenas de produtores brasileiros, ficou em segundo lugar nos quesitos aroma, sabor e qualidade (ANDRADE, 2010b).

No que se refere à perspectiva para cultura do cacau, os atores entrevistados demonstraram percepções relacionadas à viabilidade do cultivo, e nesse caso, a fala de C1 (representante do setor público) é elucidativa:

Nós conservamos a Mata Atlântica, nós temos o problema do relevo e qual cultura é que nós vamos substituir o cacau, qual cultura iria sobreviver com a Mata Atlântica. Eu acho que enquanto riqueza, enquanto negócio, o cacau é uma opção viável. A gente precisa é agregar valor ao cacau, verticalizar a cadeia. A região precisa fazer isso. Cacau é viável sim, de verdade. Não é por amor, nem por tradição ou para manter nossa cultura, é viável (C1, representante do setor público).

A essa viabilidade, C4 (representante do setor público/iniciativa privada) agrupa uma visão acurada e traça uma tendência no setor que impactaria diretamente a região. Segundo C4 (representante do setor público/iniciativa privada), “a tendência é o aumento da produção do cacau de forma bastante acentuada. Vai faltar cacau no mundo daqui a vinte anos. Novos mercados estão se abrindo (China em particular) e o público tornando-se cada vez mais exigente”.

Muito embora a viabilidade do cultivo seja uma realidade, desde que se consiga ao menos “domar” o alastramento e ataque do fungo da vassoura de bruxa, para que a perspectiva promissora se realize, é necessário empreender mudanças nos padrões de articulações estabelecidos entre os atores locais com vistas à superação da crise. De acordo com C4 (representante do setor público/iniciativa privada),

Isto não existe. [São] apenas ações pontuais, a maioria com propósitos escusos, travestidos de ações saneadoras. O setor público é ineficiente e sem compromisso, a não ser com os seus próprios componentes. As instituições de pesquisa não divulgam para o público os resultados de suas pesquisas e principalmente, não querem se comprometer ou correr riscos. Também, não se pergunta para o público o que ele quer que seja pesquisado. As políticas sempre tem viés assistencialista e as ações voltadas para um público totalmente incapaz (às vezes por opção e não por falta de condições) de lidar com tecnologia. [Quanto à principal instituição responsável pelas pesquisas com o cacau e seu manejo, a CEPLAC, informou que], na verdade, a CEPLAC está totalmente desacreditada na região, desde que as recomendações que fez aos fazendeiros a quinze ou vinte anos atrás para erradicar a VB [vassoura de bruxa] não funcionaram. Como as práticas recomendadas eram condição “*sine qua non*”, para a obtenção de financiamentos para compra dos insumos necessários às práticas recomendadas, quem embarcou na viagem se viu de uma hora para outra com uma dívida impagável nas mãos (C4, representante do setor público/iniciativa privada).

A esse perfil de articulação e posicionamento dos atores locais, C3 (representante em pesquisa/sociedade civil) atribui os seguintes adjetivos como características constituintes e responsáveis pelo atual cenário: “confusa, desarticulada. Em suma: individualista, conformista, imediatista e utilitarista”. A esse contexto adiciona-se a necessidade de verticalização da cadeia de produção, visão explicitada por C1 (representante do setor público), C2 (representante do setor público) e C4 (representante do setor público/iniciativa privada), estimulando atores locais a avançarem o estágio de meros produtores de amêndoas. Segundo críticas destacadas por C4 (representante do setor público/iniciativa privada) a impressão que se tem é de que existe um jogo de interesses e de poder que possa estar travando o desenvolvimento e consolidação de um segmento que possibilitaria agregação de valor, geração e retenção de riquezas na região,

pois nunca se investiu de forma séria na verticalização da produção do cacau. Não existem profissionais ou pesquisadores voltados para criação de tecnologias para o beneficiamento das amêndoas, de forma a se obter os subprodutos possíveis, com altíssimo valor agregado. A atuação pára exatamente na colheita dos frutos. Sequer era abordado o processamento pós-colheita, destinado a produção de uma amêndoas de qualidade superior (o tal do cacau fino) destinada unicamente à produção do chocolate de qualidade e não à produção de manteiga e pó de cacau ordinários, produtos nos quais o componente sabor não tem importância. [...] Recentemente, com o PAC do governo federal, foi elaborado pela CEPLAC, um plano de revitalização da lavoura cacauícola que inclui a instalação de usinas de beneficiamento de amêndoas de cacau. A primeira foi instalada em Belmonte. Porém os equipamentos não são adequados, e a usina, por brigas políticas regionais, até hoje não funciona. O equipamento é o mesmo comprado há tempos atrás pela própria CEPLAC e depois substituído por outro, de outro fabricante, pois simplesmente não se pode fazer um produto de qualidade com o primeiro. Na verdade são usinas destinadas a deliberadamente não darem certo. A exemplo, temos outra usina em Linhares no ES, financiada com dinheiro do BNDES que uma semana depois de inaugurada foi comprada pela gigante belga Puratos. O ágio foi bastante interessante; quase 100%. O equipamento? O mesmo que o da usina de Belmonte. Agora a Puratos, nas mesmas instalações, está montando uma estrutura com maquinário de fora para produzir dez vezes mais do que a usina original. [...] O que ninguém enxerga é que a situação está ótima para as grandes moageiras. Elas sabem perfeitamente que a produção do cacau mundial é gigantesca e que mais de 80% é fora do nosso país. Mas cacau de qualidade, em escala suficiente para suprir o mercado futuro do chocolate de qualidade superior, só o Brasil tem e terá. Portanto, estão expandindo sua capacidade moageira e se aproximando cada vez mais do produtor de cacau com diferencial. Cada fábrica vai criar o seu “feudo” de fornecedores sob os mais variados mecanismos e pretextos (principalmente selos de certificação de todo tipo: identificação de origem geográfica, manejo orgânico, plantio em sistema cabruca, do agreste – e neste último caso sem VB – isento disso ou daquilo). E principalmente torpedear qualquer iniciativa de desenvolvimento de tecnologias para processamento de sementes de cacau (C4, representante do setor público/iniciativa privada).

Esses argumentos remetem à parceria já formada entre a Barry Callebaut e produtores regionais de cacau orgânico, tendo ficado claro o reconhecimento, por parte da multinacional, conforme sua porta-voz, Josiane Kremer, que as amêndoas de cacau do sul da Bahia são de elevada qualidade. Mesmo com a força econômica das grandes moageiras, o mercado comporta o incentivo a novas iniciativas, mesmo que de pequeno porte, para a verticalização da cadeia, mas para isso é necessário a formação de vínculos, muito mais que articulação, e compromissos entre as lideranças locais, o poder público nas três esferas e instituições de pesquisa, para que se constitua uma rede com capacidade técnica para dar início às mudanças necessárias, que não são poucas e nem apresentam soluções imediatas.

Mediante a reconstrução desse percurso histórico do cacau enquanto sistema produtivo e símbolo da cultura regional fica evidente a persistência na defesa pela recuperação da lavoura, a tematização cultural na saga do cacau, responsável pelo perfil da cidade, construindo, acima de tudo, a noção de pertencimento à civilização do cacau. Analisando notícias do jornal local Diário da Tarde, Chiapetti (2009) destaca a frequência com que o termo “crise do cacau” é empregado nas notícias. Para o autor, essa expressão aparenta a intenção de “difundir propositalmente o ideário de convencimento, para justificar ideologicamente, de modo funcional, os investimentos em novos sistemas de objetos e ações ou exigir a própria refuncionalização dos já existentes” (CHIAPETTI, 2009, p. 131).

Nesse sentido, Chiapetti (2009) aborda o turismo, o pólo de informática e o projeto do Porto Sul, como projetos de reorganização da economia regional, porém, até então incapazes, em sua visão, de “promover vínculos sociais fortes, ao contrário, tais projetos têm conduzido a uma degradação dos vínculos de solidariedade, fragmentando o território, os lugares, ali

onde se instalaram” (CHIAPETTI, 2009, p. 135). Retomando Santos (1998) Chiapetti (2009) discute os riscos e fragilidades de transferir essa reorganização do território às grandes empresas, com lógicas mercantilistas discrepantes em relação aos interesses e necessidades locais de desenvolvimento. No que se refere particularmente ao turismo, Santos (2005) citado por Chiapetti (2009, p. 136) argumenta que seu modelo de implantação encontra-se submisso a

ações verticais, isto é, um sistema reticular de fluxos adequados às tarefas produtivas hegemônicas exigentes de fluidez e sequioso de velocidade. São atores do tempo rápido, que plenamente participam do processo, enquanto os demais raramente tiram todo o proveito da fluidez. É assim que Ilhéus passa a ser alvo de uma nova solidariedade, a solidariedade organizacional – vinculada mais a racionalidades de origem distantes, das imposições das grandes empresas e das instituições internacionais – que passam a comandar a dinâmica regional.

Nesse contexto, gerar produto regional, evolução de indicadores de crescimento como emprego e renda, não significam, necessariamente, em reversão de benefícios para a sociedade local. Entretanto, é importante reconhecer, que apesar das vulnerabilidades e riscos que a atividade turística carrega, desde a década de 1990, o turismo vem sendo trabalhado na Bahia como uma estratégia de crescimento. Cujas dimensões formatadas assemelham-se ao que Hirschmann denominou como projeto de impacto estruturante, nos quais as repercuções atingem as esferas econômica, social, política, cultural e ambiental (CHIAPETTI, 2009). Por ora, esse breve delineamento de perspectivas geradas pós-crise do cacau, 1989, tem o intuito de percorrer as novas perspectivas para o município, destacando que a sociedade vem construindo novas concepções, reorganizando as dinâmicas locais.

3 CRISE E PROGRESSO: novos rumos nas terras do cacau

Esse capítulo pretende discutir as visões, escolhas e posicionamentos dos atores locais diante da crise econômica instaurada no município de Ilhéus após o alastramento do fungo da vassoura de bruxa. Como em outras regiões, o caso de Ilhéus é um retrato das consequências do desenvolvimento dependente de uma atividade principal, a monocultura do cacau. Nesse sentido, após o início da década de 1990, além dos interesses dos agricultores (trabalhadores e proprietários) na recuperação da lavoura, ficou evidente para os demais atores que, independentemente dos diversos fatores que motivaram a crise e as dificuldades em revertê-la, era necessário diversificar a pauta produtiva para evitar a vulnerabilidade resultante da dependência econômica da cultura do cacau.

Um contexto de crise como esse pode ser um momento fortuito para traçar novos rumos para o desenvolvimento e visões de futuro, mas também pode suscitar reações imediatistas ou não coordenadas conjuntamente e, portanto, pouco produtivas para a condução do progresso e do desenvolvimento do município. Progresso... Segundo Heidemann (2009, p. 23) a “ideia do progresso surgiu durante o período da Renascença, significando uma noção de que os acontecimentos históricos desenvolvem-se no sentido mais desejável, realizando um aperfeiçoamento crescente”. Desde então, esse é um termo amplamente utilizado para justificar uma sucessão de mudanças almejadas, cuja aparência é benéfica à coletividade, porém, podem trazer em seu fulcro a realização de interesses de grupos específicos. Ou seja, progresso e desenvolvimento podem transitar em vias inversas.

De acordo com Dupas (2006, p. 13) o termo pode ser submetido a questionamentos por ser utilizado discursivamente como “um atestado de que estamos nos tornando uma sociedade melhor e mais justa”. Nesse sentido, as análises do passado e ações do presente estariam conduzindo a humanidade a condições de vida mais desejáveis. De forma geral, alcançar o progresso, além da obtenção de bens materiais e melhores formas de vida, estaria em jogo a qualidade das mudanças espaço-temporais e o maior esclarecimento dos atores, o que auxiliaria em posturas e posicionamentos mais conscientes e seguros.

Muito embora esse conceito esteja comparativamente ligado ao conceito de decadência, as concepções são relativas entre os diversos grupos sociais, por envolver um conjunto de valores, hábitos, crenças e interesses na construção dessas perspectivas. Atualmente, essa noção de progresso apenas reflete esperanças futuras, não figura mais como um “princípio diretivo de interpretação historiográfica, apesar de continuar sendo pano de fundo para muitas concepções filosóficas e científicas. Suas esperanças e suas promessas foram em parte assumidas pela ideia do desenvolvimento” (HEIDEMANN, 2009, p. 24).

Assim, conforme explicitado no Capítulo I, para compreender os trajetos percorridos para a reorganização do desenvolvimento local, em Ilhéus-BA, identificou-se a atividade turística e o Pólo de Informática como os dois segmentos enfatizados para a diversificação produtiva e superação da crise. Para o Turismo os atores enxergaram imediatamente as belezas naturais e a cultura local como recursos a serem trabalhados, visto que as políticas de turismo vinham se expandindo a nível nacional e estadual. O Pólo de Informática foi reflexo de uma frente de política estadual de atração de indústrias para a Bahia através de uma forte política de isenção fiscal, como mecanismo de interiorização do desenvolvimento. Contudo, desde o início, os dois segmentos enfrentaram os entraves resultantes da baixa qualidade do aparato logístico instalado.

Atualmente, esse gargalo tem a possibilidade de ser superado caso seja executado o projeto do Complexo Intermodal Produtivo Porto Sul, em parceria com o Governo do Estado

da Bahia e Federal (recursos do Plano de Aceleração do Crescimento – PAC para infraestrutura). Mesmo o projeto ainda estando em fase de discussão, dados os impactos ambientais envolvidos – com destaque para a destruição de parte da reserva de Mata Atlântica do município – insere-se no contexto desta pesquisa como um elemento desestabilizador de posturas, causando efervescência de visões, disputas de interesses e reflexões sobre o que significa desenvolvimento e qualidade de vida da população.

Mas, essas atividades tornaram-se vetores de desenvolvimento para o município? As respostas a essa indagação serão dadas sob o ponto de vista dos atores locais que estiveram à frente da organização e gestão dos processos de desenvolvimento. Por outro lado, é preciso ter clareza de que esse questionamento guarda estreita relação com as subjetividades e interesses que permeiam a construção da verdade para cada indivíduo, impactando assim as respostas a partir de sua visão de mundo, o que, noutra perspectiva, enriquece o debate acerca das reflexões da trajetória construída até o presente e das visões de futuro que os mesmos conformam para o desenvolvimento local.

Adotando a concepção de Dupas (2006, p. 95), “verdadeiro transformar-se-ia apenas no nosso pensamento mais conveniente, exatamente como correta seria apenas a nossa conduta mais conveniente. Quem julgaria o grau de conveniente seria a sociedade”. Entretanto, é preciso esclarecer se as mudanças destacadas pelos atores são motivadas por pensamentos críticos acerca do percurso histórico transcorrido e seus efeitos, ou suas concepções são levadas pela ilusão de que ocorrências imediatistas conduzirão sempre a um maior bem-estar coletivo. Nessa discussão, Dupas (2006, p. 127, grifos do autor) evidencia a concepção de Merleau-Ponty “quando afirma que *caminhamos*; e não *progredimos*. Transformar *caminhada* em *progresso* seria, assim, uma mera elaboração ideológica das elites”. Afirma ainda que

o máximo que podemos fazer, e o que nos permite sermos julgados, não é a intenção e não é o fato, é ele ter ou não ter feito passar valores para os fatos. Quando isso ocorre, o sentido da ação... abre um campo, às vezes até institui um mundo, de qualquer modo delineia um futuro. A história é, em Hegel, essa maturação de um futuro no presente, não o sacrifício do presente a um futuro desconhecido; e, nele, a regra da ação não é ser eficaz a qualquer preço, mas principalmente ser fecunda (MERLEAU-PONTY, 1991, p. 76 citado por DUPAS, 2006, p. 127).

Dessa maneira, é preciso desconstruir o discurso sobre progresso que acompanha a construção do desenvolvimento, pois pode estar representando um mero instrumento ideológico para legitimar as regras da acumulação capitalista, com diferenciação contínua dos produtos e serviços gerando a sobreposição de necessidades para a ampliação do consumo. Não fazer parte dessa ciranda significa não estar integrado ao progresso e não dispor dos elementos que “prometem” produzir o bem-estar desejado. Dupas (2006, p. 270) traduz esse cenário como uma espécie de “surto determinista de otimismo temporal destituído de qualquer fundamento, como se o que virá depois será necessariamente melhor do que o que veio antes”. A cautela analítica prevê ainda a identificação do lugar de onde fala aquele que fala, refletindo *status* com relativa comodidade discursiva e até mesmo com ferramentas de legitimação, consensual ou não, de visões elitistas cunhadas sob parâmetros coletivos.

Em primeiro lugar será analisada a atividade turística pelo fato de ser promovida no município antes da década de 1990, mesmo que de forma desintegrada e com parâmetros de profissionalização inadequados. Com os avanços normativos nacionais e estaduais, descentralização da gestão e exigências de maior preparo técnico as posturas ao nível municipal tiveram que evoluir para adequarem-se ao novo contexto, inclusive para conseguir acessar financiamentos de projetos do governo federal e estadual bem como de organismos internacionais.

Em seguida, será analisada a trajetória de implantação do Pólo de Informática no Distrito Industrial de Ilhéus, ressaltando como a política pública estadual fomentou o segmento industrial no município, sendo que, desde sua implantação vem sofrendo com entraves de natureza logística, considerando o porto e aeroporto, acrescida a fragilidade do perfil produtivo das empresas instaladas – figuram como montadoras e não geradoras de tecnologia e inovação, o que exigiria investimentos maciços em pesquisa e desenvolvimento (P&D). Assim, foram analisadas as potencialidades, conflitos e acessos até então realizados para ponderar as oportunidades do seguimento como um vetor de desenvolvimento local.

Nesse contexto, como ambos os vetores, Turismo e Pólo de Informática, têm no aparato logístico instalado um entrave para seu processo produtivo, ficou evidente a essencialidade de inserir as discussões em torno do Complexo Logístico Produtivo do Sul da Bahia, o Porto Sul, como um instrumento de política pública que abala comportamentos e visões de futuro, forçando uma maior movimentação dos atores em torno de suas arenas para a construção de perspectivas que possam abarcar uma espécie de consenso legitimado sobre os rumos que podem ser construídos para o município de Ilhéus.

3.1 O turismo em Ilhéus-BA: profissionalismo ou exploração aleatória?

3.1.1 Evolução da política nacional de turismo

Com base em Beni (2006) e Dias (2003) pode-se inferir que o turismo enquanto atividade produtiva passou a ser valorizado e pensado significativamente a partir da década de 1990. Antecedendo esse período, Dias (2003) comenta alguns fatos isolados que representam as primeiras ações do Estado em relação ao turismo. Em 1938 garantiu autorização para comercialização de passagens por via aérea, marítima e por ferrovias. Em 1939 foi criada a primeira instituição federal, a Divisão de Turismo, vinculada ao Departamento de Imprensa e Propaganda. No ano seguinte, foi criado um decreto que regulamentaria as agências de viagens e turismo. Em 1945 a Divisão de Turismo passava a ser subordinada ao Departamento Nacional de Informações, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, visto que o Departamento anterior teria sido suprimido.

Contudo, Dias (2003) ressalta que com a queda do Estado Novo as divisões recém criadas foram todas suspensas. A supervisão da comercialização das passagens ficou a cargo do então Departamento Nacional de Imigração e Colonização que depois passou a ser designado como Instituto, e, no ano de 1962 passou a ser responsabilidade da Superintendência de Política Agrária. Apenas em 1958, observou-se uma primeira tentativa de formular uma política nacional de turismo, por meio da criação da Comissão Brasileira de Turismo – COMBRATUR. Essa proposta não teve tempo de maturação visto que em 1961 o Ministério da Indústria e Comércio foi reestruturado com uma nova Divisão de Turismo, forçando a extinção da COMBRATUR em 1962.

Beni (2006) destaca, no ano de 1966, a criação da EMBRATUR – Empresa Brasileira de Turismo e o CNTUR – Conselho Nacional de Turismo, sendo que ambos estavam submetidos ao Ministério da Atividade e Comércio. Entretanto, o papel da EMBRATUR foi restrinrido por não dispor de dotações financeiras próprias, isto é, apenas auxiliava na gestão de recursos originários de incentivos fiscais e financeiros. Essa realidade avança alguns

passos na década de 1970 com a criação de fundos³⁷ de financiamento para atender as demandas de projetos que, para serem contemplados, deveriam estar sob avaliação da EMBRATUR.

Apesar de terem sido gerados montantes significativos para investimento com a criação dos fundos, Beni (2006) critica o direcionamento e o posicionamento de mercado definidos pela EMBRATUR. Atualizando valores gastos, estima-se que grande parte dos recursos (cerca de 75 milhões de dólares) teriam sido aplicados em hotéis da categoria luxo, sem estudos econômicos detalhados e de demanda turística, inclusive que destacasse os custos de oportunidade dos investimentos. O resultado observado foi uma baixa taxa de ocupação duradoura. Com a experiência, observou-se um filão de mercado nos hotéis econômicos. Além disso, Dias (2003) pontua a parceria entre a EMBRATUR e o DAC – Departamento de Aviação Civil que viabilizou a realização de voos de turismo interno com políticas de desconto nas tarifas, expandindo o fluxo dos aeroportos do país. A década de 1980 não apresentou ocorrências relevantes, excetuando-se a percepção da necessidade de compor um colegiado responsável por pensar o turismo no país, que se deu, por hora, de maneira muito restrita, portanto, pouco construtiva, visto que foram somados esforços apenas da EMBRATUR, do CNTUR e do Ministério da Indústria e Comércio.

A década de 1990 é palco de mudanças marcantes para o começo do reconhecimento e valorização da atividade turística. Em 1991, a EMBRATUR passa a ser denominada Instituto Brasileiro de Turismo, na condição de autarquia, vinculada à Secretaria do Desenvolvimento Regional. Logo no início desse período foi elaborado um Plano Nacional de Turismo (Plantur, em 1992), mas limitou-se ao papel, pois não havia uma Política Nacional de Turismo que garantisse a sustentação de sua execução. Em 1994, com a criação do PNMT – Plano Nacional de Municipalização Turística que preconizava a descentralização da gestão da atividade, houve o fomento dos debates e das parcerias entre o poder público, o setor privado, a sociedade e pesquisadores da área. O objetivo central era melhorar a qualidade dos produtos turísticos enfatizando as singularidades dos brasis, sob o cunho de maior conscientização da população de seu papel perante a atividade, bem como dos impactos provenientes da mesma (BENI, 2006; DIAS, 2003).

No entanto, o modelo de execução proposto era externo, da OMT – Organização Mundial do Turismo, e pressupunha um conhecimento prévio das condições e estrutura nacional para desenvolver o setor, ou seja, certo grau de maturidade gestora e estratégica. Essa não era a realidade do Brasil. Além das contradições inerentes ao próprio plano, que desconsiderava a diversidade regional, o despreparo da época e a queima de etapas (ausência de inventário turístico nacional) abriu margem para que os municípios auto-intitulassesem suas vocações turísticas (BENI, 2006). Também nessa época foram desenvolvidos pelo Ministério da Indústria, Comércio e Turismo os “programas de pólos turísticos, turismo interno, formação de recursos humanos, produtividade e qualidade no setor turístico, MERCOSUL e marketing internacional” (BENI, 2006, p. 27).

São também desse período os programas que visavam contemplar questões territoriais, como o PRODETUR-NE I (Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste), o PROECOTUR (Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal, Centro-Oeste e Pantanal matogrossense), PRODETUR-SUL e o PRODETUR-SE (Programa de Desenvolvimento do Turismo do Sudeste), sendo que apenas o PRODETUR-NE e o PROECOTUR começaram a ser executados na mesma época. Para ambos, a maior parte dos recursos eram provenientes do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Banco

³⁷ (1971) – FUNGETUR – Fundo Geral de Turismo: sistema de captação de incentivos fiscais direcionados ao setor de hotelaria e o primeiro plano governamental a contemplar explicitamente o turismo dentre as demais atividades produtivas; (1976) – FINOR – Fundo de Investimento do Nordeste, FINAM – Fundo de Investimento da Amazônia, e o FISET – Fundo de Investimentos Setoriais (BENI, 2006; DIAS, 2003).

Mundial. No Programa “Parques do Brasil” o caso de sucesso é o Parque Nacional do Iguaçu (BENI, 2006; DIAS, 2003).

Na primeira década do século XXI, as conquistas e resultados do setor turístico ganham relevo. Foi reestruturado o Conselho Nacional de Turismo – CNTUR, agora integrado por representantes dos ministérios, de empresas e entidades de classe ligadas ao setor. A EMBRATUR passa a cuidar da “promoção do país no exterior e a centralizar a elaboração de estudos e pesquisas para orientar os processos de tomada de decisão, avaliar o impacto da atividade na economia nacional e formatar novos produtos e roteiros turísticos” (BENI, 2006, p. 29). Em janeiro de 2003 foi criado o Ministério do Turismo que garantiria as condições necessárias para conduzir os interesses e estruturar a atividade. Criou-se a Secretaria Nacional de Políticas Públicas e o Plano Nacional de Turismo – PNT (2003-2007) divulgado em abril do mesmo ano, prevendo uma estrutura cooperativa entre os governos federal, estadual e municipal.

Na perspectiva do Ministério do Turismo – Mintur (2003, p. 10), o PNT foi elaborado com o propósito de solidificar “uma estrutura turística integrada e duradoura, baseada na força das parcerias e na gestão descentralizada”. A criação do Ministério significou, por outro lado a viabilização de articulações entre atores de diversas instâncias, o que já vinha sendo reivindicado para que a atividade fosse tornada viável economicamente e fosse trabalhada com sustentabilidade, figurando como um indutor do desenvolvimento e redução das desigualdades regionais e sociais, gerando mais emprego e renda. Para o PNT (2003/2007) a visão sobre o produto turístico nacional estava pautada na formatação e qualificação através de temas como diversidade regional e brasiliade (MINTUR, 2003).

Nesse contexto, a execução do Plano Nacional de Turismo foi estrategicamente realizada através dos Programas de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, expandindo a descentralização da gestão preconizada com o PNMT, apesar de seu insucesso. Para instrumentalizar os gestores estaduais (e difundir informações nas esferas locais) na aplicação do Programa, projetos, parcerias e políticas que se fizessem necessárias foi criado o Fórum dos Secretários Estaduais de Turismo. Dessa forma, as diretrizes da política nacional de turismo passaram a ser sustentadas em dois princípios: descentralização e participação. Nesse sentido, os Conselhos Municipais de Turismo deveriam estar ativos e capacitarem-se para atuar em consórcios visando desenvolver a proposição do Plano Nacional de compor roteiros turísticos integrados (BENI, 2006; DIAS, 2003).

Em vista das conquistas e avanços da política nacional de turismo implementada por meio do PNT 2003/2007, o Ministério do Turismo dá continuidade ao processo com o Plano Nacional de Turismo 2007/2010, ousando ao introduzir o *slogan* “Uma Viagem de Inclusão”. Muito embora as metas e interesses que perpassam a expansão e solidificação da infraestrutura turística sejam mantidas por sua própria indispensabilidade, assim como o caráter descentralizado e integrado da gestão turística, o MINTUR (2007) expressa nesse novo plano uma preocupação de cunho social:

O sentido profundo deste Plano Nacional do Turismo 2007/2010 é a inclusão social. Trata-se de erguer pontes entre o povo brasileiro e as esferas de governo federal, estadual e municipal, bem como da iniciativa privada e do terceiro setor, para construir um lazer que seja também uma visão compartilhada da nossa terra, da nossa gente, da nossa imensa vitalidade econômica, cultural e ambiental. Trata-se de um importante estímulo para o turismo interno, que vai retribuir em empregos, desenvolvimento e inclusão social. Não se trata apenas de incentivar um negócio, mas de transformar em cidadania o direito de conhecer o nosso país e a nossa identidade (MINTUR, 2007, p. 5).

Assim, o fortalecimento do turismo doméstico passa a ser uma prerrogativa não só de fortalecimento do mercado turístico nacional e de novos destinos, ampliando a demanda

interna e reduzindo efeitos de dependência do fluxo turístico estrangeiro, aumento dos postos de trabalho e de geração de renda e divisas para o país, mas também um alargamento das possibilidades de lazer, de vivenciar novas experiências culturais com o aumento do consumo de classes sociais antes marginalizadas, estimulando a expansão de tipologias pouco desenvolvidas no turismo como forma de atender um público em potencial, seja com algum tipo de deficiência (turismo dos sentidos) ou que demandem atenção e gostos diferenciados, como a composição de roteiros e pacotes turísticos voltados para o segmento da melhor idade. Apesar do crescimento do turismo nacional e da visibilidade do país no exterior, a expansão e a consolidação sustentável do produto turístico brasileiro ainda defronta com dois entraves críticos:

- i) Insuficiência de dados, informações e pesquisas sobre o turismo brasileiro, o que reflete uma deficiência do sistema nacional de informações turísticas, como a precariedade da base de dados e a falta de integração entre os agentes do sistema e as fontes que geram informações nessa área; ii) Inexistência de uma processo de estruturação das cadeias produtivas relacionadas ao turismo, direta e indiretamente, afetando a qualidade e a competitividade do produto turístico brasileiro (SCT, 2005, p. 20).

Essa pequena trajetória reflete os avanços no planejamento e construção de políticas públicas para o turismo numa perspectiva nacional, mas, por outro lado, ressalta o despreparo evidente dos estados para atingir o melhor usufruto da atividade com redução dos impactos negativos, seja econômico, sociocultural ou ambiental. Para Beni (2006, p. 31),

Se, por um lado, o Ministério do Turismo apresenta hoje uma estrutura institucional correta e apta a planejar o espaço turístico nacional com diretrizes norteadoras e estruturantes do processo de regionalização do turismo, por outro, os Estados e municípios ainda enfrentam enormes dificuldades e obstáculos para entender, aplicar, operacionalizar e dar continuidade, em seus limites político-territoriais, às diretrivas prescritas e aplicáveis em suas respectivas conjunturas.

Como causas principais dessas limitações Beni (2006) destaca a insuficiência de recursos humanos qualificados, em alguns casos é possível pensar em ausência de indivíduos qualificados satisfatoriamente, e a precariedade da gestão do turismo no país, inviabilizando as propostas sucessivas de planejamento integrado como caminho para alcançar a regionalização sustentável do turismo, proposta no Plano Nacional.

3.1.2 O desenvolvimento do turismo na Bahia

A partir da proposta de desenvolvimento turístico contida no PNT (2003/2007) o Governo do Estado da Bahia compreendeu que sua aplicabilidade no estado deveria ser sustentada por intervenções planejadas que cobrissem aspectos de infraestrutura, de formação e qualificação dos recursos humanos e definição de estratégias de *marketing*, percepção que deu origem a um documento onde foram explicitadas as estratégias para o desenvolvimento dos destinos turísticos da Bahia, intitulado “*Século XXI: consolidação do Turismo – Estratégia Turística da Bahia, 2003-2020*” (SCT, 2005).

No caso da Bahia, as ações públicas voltadas para o turismo começaram a ser gestadas na década de 1950 ainda inexpressivamente. “Entre os anos de 1953 e 1964 foram tomadas algumas iniciativas embrionárias [como:] a criação do Conselho de Turismo de Salvador e a

Diretoria Municipal de Turismo” (SCT, 2005, p. 39). Além disso, vale ressaltar a elaboração de um Plano Municipal que não apresentou desdobramentos. Apesar dessas ações, o turismo não figurava como uma atividade econômica promissora, pois estava fragilizado pela falta de infraestrutura, de capital humano qualificado, baixa qualidade dos produtos ofertados, carência de meios de hospedagem e baixas condições das vias de acesso (como rodovias e aeroporto) (SCT, 2005). De acordo com a Bahiatursa (1998; 2000), citada por Santos (2010, p. 205),

a capital do estado, Salvador, foi a primeira cidade do Brasil a organizar uma política oficial de turismo, com a elaboração do Plano Diretor de Turismo em 1954. Doze anos depois criou-se o Departamento de Turismo, com o objetivo específico de definir o Plano Estadual de Fomento ao Turismo, além de supervisionar e administrar as estâncias hidrominerais do estado.

Apenas em 1966 foi criado um Departamento de Turismo que estava vinculado à Secretaria de Assuntos Municipais. Em 1968, foi criada, dentro dessa Secretaria, a Bahiatursa, denominada Hotéis de Turismo do Estado da Bahia, cuja função “limitava-se à construção, ampliação e administração de hotéis e pousadas” (SCT, 2005, p. 39). O crescimento da importância econômica do turismo pode ser deduzido quando da transferência da Bahiatursa para a Secretaria da Indústria e Comércio em 1971. Passa a exercer funções de órgão executivo, representando o primeiro passo efetivo em direção ao planejamento turístico na Bahia. Durante essa trajetória até o contexto atual, observa-se uma concentração de ações, projetos e, portanto, investimentos na região metropolitana de Salvador (SCT, 2005). A partir de então, foi criado, no âmbito da Secretaria da Indústria e Comércio o Plano de Turismo do Recôncavo – vislumbrado como uma primeira estratégia em prol do desenvolvimento turístico –, o Conselho Estadual de Turismo e a Coordenação de Fomento ao Turismo (CFT) conformando o que se reconheceu como uma

estrutura de planejamento do turismo no Estado. A CFT elabora os planos de desenvolvimento da Baía de Todos os Santos, da orla de Salvador (estendendo-se até a Praia do Forte), de Ilhéus e de Porto Seguro e inicia estudos para a implantação de um Centro de Convenções e Feiras em Salvador. [...] A partir de 1972 tem início o *boom* da hotelaria baiana, com o surgimento de hotéis de nível internacional em Salvador, a exemplo do Salvador Praia Hotel, Ondina Praia Hotel, Bahia Othon Palace Hotel e Hotel Le Meridièn. Em 1973 a razão social da Bahiatursa é alterada para Empresa de Turismo da Bahia, S.A.. Em 1976 firma convênio com a EMBRATUR, [criando] uma subsidiária denominada Empreendimentos Turísticos da Bahia, S.A. (EMTUR), com a função de construir e administrar [meios de hospedagem]. Em 1977 foi criada a empresa Bahia Convenções, S.A. (CONBAHIA) para gerir o Centro de Convenções da Bahia, S.A. [...] Com a reforma administrativa realizada em 1979, a BAHIATURSA é visivelmente fortalecida ao assumir as funções do Conselho Estadual de Turismo e da Coordenação de Fomento ao Turismo – ambos extintos –, passando a presidência dessa empresa a centralizar o comando da EMTUR e da CONBAHIA, reestruturando-se, assim, o Sistema Estadual de Turismo (SCT, 2005, p. 40-41).

Em 1979, foi elaborada a segunda estratégia para o desenvolvimento turístico estadual, pautada no programa Caminhos da Bahia, centrado em capacitação de mão de obra, e melhoria com expansão do setor hoteleiro, utilizando o *slogan* “Bahia – Terra da Felicidade”. Ilhéus fez parte dos municípios integrados ao Programa. O diferencial desse período está sustentado, também, pelo foco político no mercado internacional. Em 1989, a EMTUR e a CONBAHIA são extintas e suas funções são integralizadas pela BAHIATURSA (SCT, 2005).

Mas, foi em 1991, que o Governo do Estado realizou sua maior intervenção no cenário turístico baiano, por meio do Programa de Desenvolvimento Turístico da Bahia –

PRODETUR-Ba, com vigência prevista entre os anos de 1991 e 2002, estrategicamente formulado para atender ações de infraestrutura pública como saneamento, rodovias, aeroportos, melhorias em áreas urbanas e fornecimento de energia/qualidade da iluminação, *marketing* turístico (valorizar as cidades ícones que funcionam como portão de entrada – Salvador, Porto Seguro, Ilhéus, Lençóis, dentre outras), proteção ambiental e educação turística, sendo todas as vertentes estruturadas sob uma perspectiva multisectorial (SCT, 2005). Expandindo as metas estratégicas até 2020, os projetos previstos exclusivamente para Ilhéus são: “implantação do contorno rodoviário, implantação do Projeto Orla Ilhéus-Pontal, recuperação do Quarteirão Jorge Amado – 2^a etapa, construção do terminal de passageiros do porto, construção do aeroporto internacional da Costa do Cacau, construção do pavilhão de feiras no Centro de Convenções” (SCT, 2005, p. 118).

Inicialmente, a BAHIATURSA foi a responsável pela coordenação das primeiras etapas, papel que foi transferido para a Secretaria da Cultura e Turismo do Estado (SCT), criada em janeiro de 1995. Esse processo foi viabilizado pela parceria firmada com o Governo Federal, integralizando o Estado à execução das ações forjadas primeiramente no PRODETUR-Ne I e sua continuidade no PRODETUR-Ne II. Com essa parceria foi possível acessar recursos do Governo Federal e de instituições como: BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), Banco Mundial, BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Caixa Econômica Federal e EMBRATUR (SCT, 2005).

A execução do PRODETUR-Ba foi facilitada com a criação estratégica de sete Zonas Turísticas (vide Figura 23) a serem visualizadas como prioritárias para o desenvolvimento da atividade turística no estado, a saber: Costa dos Coqueiros, Baía de Todos os Santos, Costa do Dendê, Costa do Cacau, Costa do Descobrimento, Costa das Baleias e Chapada Diamantina. Atualmente a Bahia possui 11 zonas turísticas e duas em processo. Dentre as 11, sete já estão consolidadas (Costa dos Coqueiros, Baía de todos os Santos, Costa do Dendê, Costa do Cacau, Costa do Descobrimento, Costa das Baleias e Chapada Diamantina – sendo que nesta última o circuito Chapada Velha está em expansão) e quatro estão em formação (Lagos do São Francisco, Caminhos do Oeste, Caminhos do Sertão e Vale do Jiquiriçá).

As zonas foram formatadas a partir das semelhanças de características históricoculturais, socioeconômicas, fisiográficas e ambientais para atender às seis motivações que sustentam a intervenção pública no turismo: Litoral, História e Cultura, Esporte e Aventura, Negócios e Eventos Profissionais, Entretenimento e Lazer Urbano e Natureza³⁸. Cabe destacar que a Costa do Cacau (Ilhéus como portão de entrada) tem potencialidade para atender a todas as motivações, assim como a Costa dos Coqueiros (portão de entrada – Salvador, destaque de produtos – Praia do Forte, Complexo Sauípe e Mangue Seco), a Baía de Todos os Santos (Salvador como portão de entrada) e a Costa do Descobrimento (Porto Seguro como portão de entrada). Essa proposta não exclui a formatação de produtos específicos que visem atender novas demandas ou tendências de mercado. Nesse sentido, o golfe, a exploração em cavernas, a pesca esportiva e a observação de baleias, a tentativa de observar a materialização do

³⁸ De acordo com as motivações é verificada a potencialidade de cada zona: **Litoral** (Costa dos Coqueiros, Baía de Todos os Santos, Costa do Dendê, Costa do Cacau, Costa do Descobrimento, Costa das Baleias), **História e Cultura** (Costa dos Coqueiros, Baía de Todos os Santos, Costa do Cacau, Costa do Descobrimento, Caminhos do Sertão e Chapada Diamantina/Chapada Velha), **Esporte e Aventura** (Costa dos Coqueiros, Baía de Todos os Santos, Costa do Dendê, Costa do Cacau, Costa do Descobrimento, Costa das Baleias, Chapada Diamantina/Chapada Velha, Lagos do São Francisco e Caminhos do Oeste), **Negócios e Eventos Profissionais** (Costa dos Coqueiros, Baía de Todos os Santos, Costa do Cacau, Costa do Descobrimento, Lagos do São Francisco e Caminhos do Oeste), **Entretenimento e Lazer Urbano** (Costa dos Coqueiros, Baía de Todos os Santos, Costa do Cacau e Costa do Descobrimento) e **Natureza** (Costa dos Coqueiros, Baía de Todos os Santos, Costa do Dendê, Costa do Cacau, Costa do Descobrimento, Costa das Baleias, Chapada Diamantina/Chapada Velha, Lagos do São Francisco e Caminhos do Oeste) (SCT, 2005).

imaginário ficcional da saga do cacau, divulgado nas obras literárias de Jorge Amado são exemplos da necessidade de *marketing* localizado.

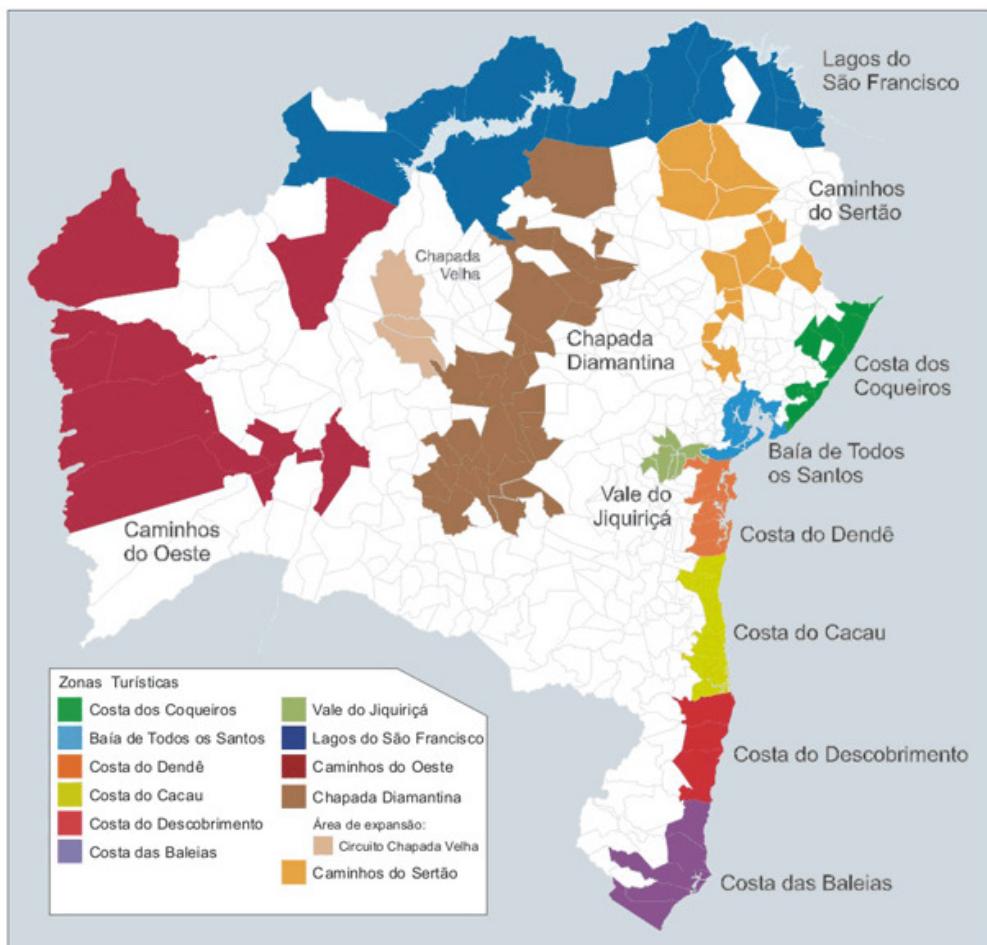


Figura 23 - Zonas Turísticas da Bahia.

Fonte: Google imagens, 2010. (sem crédito do autor)

Os desdobramentos desse Programa podem ser observados pelo crescimento do fluxo turístico no período entre os anos de 1991 e 2004. Na categoria nacional, cresceu de 1.988.041 turistas para 4.232.780. O fluxo estrangeiro deslocou de 200.889 turistas em 1991 para 664.220 em 2004. Com a soma das duas categorias, o fluxo turístico total na Bahia cresceu de 2.188.930 para 4.897.000 (SCT, 2005). Dentre os investimentos públicos realizados, Ilhéus foi contemplado com obras de infraestrutura com melhorias na urbanização, merecendo destaque a construção do Centro de Convenções Luís Eduardo Magalhães e a Rodovia Ilhéus-Itacaré. Entretanto, observa-se que a execução exprime uma concentração de projetos e, portanto, aplicação de recursos do Programa na Baía de Todos os Santos, com destaque para Salvador (SCT, 2005).

A partir da análise dos resultados obtidos com o Programa, em 2001, o Governo da Bahia percebeu a necessidade de um trabalho integrado entre fornecedores de serviços e insumos para atribuir maior competitividade e atratividade ao destino, o que fomentou a criação do Cluster do Entretenimento, Cultura e Turismo da Bahia que tomou um caráter de organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP). É curioso notar que as experiências de integração regional ocorreram de formas distintas entre as Zonas Turísticas, mas, apenas na Costa do Descobrimento, cuja integração tomou a forma de Arranjos

Produtivos Locais – APL, a iniciativa se deu por parte dos empresários, que estão recebendo o apoio do SEBRAE e do Governo do Estado. Na Costa do Cacau, o município de Itacaré representa o palco das discussões de integração, tendo como espaço institucionalmente formatado, o Instituto de Turismo de Itacaré. Além desses, existem as experiências do Cluster de Turismo da Costa dos Coqueiros e a Rede de Gestão Compartilhada dos Caminhos do Oeste (SCT, 2005).

Destaca-se, nesse processo de regionalização turística, os reflexos da descentralização da gestão empreendida a nível federal, iniciada com o Plano Nacional de Municipalização Turística que motivou a criação de Conselhos e Secretarias de Turismo no nível municipal. Para que o mote da governança participativa fosse viabilizado, foi motivada a articulação entre os diversos atores da iniciativa privada, poder público e sociedade civil em nível local, cujos debates e consensos seriam mais efetiva e oportunamente construídos em instâncias voltadas para a discussão de assuntos específicos e de áreas determinadas, o que justificou a criação das Câmaras Temáticas.

A partir de 2003, novas mudanças institucionais são efetuadas como a criação da Superintendência de Investimentos em Pólos Turísticos – SUINVEST (unidade executora do PRODETUR-Ba), dentre o amadurecimento de outras instâncias relacionadas ao desenvolvimento do turismo e ao tratamento da cultura, resultando em redesenhos e realocação de funções. Assim, o período que compreende os anos de 1991 e 2004 pode ser considerado como de expansão turística, para isso, foram investidos pelo governo baiano 1,6 bilhão de dólares em projetos de infraestrutura, sendo 250 milhões provenientes do PRODETUR/NE, a soma de recursos privados foi da ordem de 1,2 bilhão de dólares. Quanto ao crescimento do investimento privado o cenário não está aquecido para o município de Ilhéus. Além disso, pode-se observar a concentração de investimentos em Salvador – principal cidade da zona turística Baía de Todos os Santos (vide Figuras do Anexo B).

3.1.3 O turismo no nível local: histórico, perfil e natureza das articulações

O início do segmento hoteleiro em Ilhéus tem em seu percurso a influência das promessas de enriquecimento nas terras do cacau, para onde muitos migravam em busca de trabalho e posses, certamente haveria necessidade de local para pernoite, ou se estabelecer temporariamente. Assim, um novo espaço de exploração econômica se fazia frutífero na emergente região do cacau. Os primeiros passos dessa história ficam a crédito da criação de três rancharias: a do Dendê, do Sapo e da Pimenta. Já nos idos de 1910, há registros de funcionamento da Pensão Sergipana, da Pensão Brasil e do Hotel Vitória.

Mas é somente na década de 1920 que, a normalização hoteleira na cidade³⁹, empreendida por Mário Pessoa, fomentou a construção, em 1930, do primeiro hotel de porte em Ilhéus, o Ilhéus Hotel, de propriedade do Coronel Manoel Misael da Silva Tavares, atualmente gerido por seu neto, Gilberto Tavares. Segundo consta, parte do material utilizado em sua construção (cimento, aço, esquadrias, ferragens e vidros) teria sido importado da Europa – Inglaterra, França e Alemanha. Como não houve quem tivesse condições de atender

³⁹ O incentivo à construção de um hotel de porte na região foi assim expresso na Lei nº 328, de junho de 1927: “isenção de todos os impostos municipais pelo espaço de dez anos, exceto as taxas de esgoto e lixo, àquele que, por si ou empresa que organizar, vier estabelecer nesta cidade um Hotel de primeira ordem, instalada em prédio amplo, elegante e especialmente destinada a este fim, dispondo de instalações que a intendência exigir, seguindo o plano mais aconselhável, sob o ponto de vista arquitetônico e higiênico, inclusive canalização d’água em todas as dependências, telefonia e elevador” (ALVES, 2000, p. 8).

ao valor solicitado para arrendamento, o referido hotel teria ficado fechado até 1938, quando foi reinaugurado. Importante notar que a motivação à construção do hotel seria proveniente do *status econômico* progressista no qual se encontrava a cidade, palco de um fervilhar de oportunidades de negócios com os frutos de ouro (ALVES, 2000).

Somente a partir de 1975, com a projeção da cidade na mídia nacional, devido à veiculação, pela Rede Globo de Televisão, da novela *Gabriela, Cravo e Canela*, adaptada da obra dos anos 1930 do romancista Jorge Amado, é que os empresários locais começam a atentar para o nível de visitação na cidade, mas, especialmente, pela entrada de investidores de origem suíça interessados em explorar esse segmento, dinâmica materializada sob a iniciativa de Hans Schaeppi, com a construção do Pontal Praia Hotel e do Ilhéus Praia Hotel, ambos ainda hoje em funcionamento, sendo que o primeiro estabelecimento opera no bairro do Pontal e o segundo no centro histórico da cidade, em frente à Catedral de São Sebastião, com proximidade ao Bar Vesúvio, o Teatro Municipal e a Casa de Jorge Amado.

Essa onda de expansão tem seu ápice com a construção do Hotel Jardim Atlântico, empreendimento que passa a ocupar o primeiro lugar em qualidade de instalações, sendo acompanhado posteriormente pelo Arraial Canabrava e o Opaba Hotel. Antes dessa expansão hoteleira, restava ao elenco da novela apenas duas opções de hospedagem o Britânia Hotel (localizado no centro da cidade) ou o Barravento Hotel (instalado nas imediações da praia do Malhado, bairro próximo ao centro em direção à zona norte), onde a equipe ficou hospedada (ALVES, 2000). Desde então, o crescimento do número de visitantes e o concomitante avanço em infraestrutura e equipamentos turísticos deu vulto à vocação turística da cidade, por suas belezas naturais e apelo histórico-cultural largamente divulgado pelas obras de Jorge Amado.

A combinação desse momento com a implantação do Plano Cruzado, em 1986, fará florescer novas inversões. A princípio, sem a participação do capital local. Mais tarde, com a crise do cacau, investidores regionais passam também a apostar na atividade emergente. Inauguram-se novos hotéis, pousadas, locadoras de automóveis, agências de viagens. O parque turístico de Ilhéus especializa-se em um turismo de lazer voltado para uma clientela de médio/alto padrão de renda. Os equipamentos expandem-se ao longo do litoral, na direção do vetor sul da cidade – estrada Ilhéus-Olivença (QUEIROZ, 1993, p. 28).

O desenvolvimento da economia do turismo se dá, contudo, sem planejamento e definição de estratégias para a atividade. Com uma estrutura frágil, o turista não encontra em Ilhéus atrativos turísticos formatados, possui uma rede hoteleira de qualidade com alguns hotéis de padrão internacional, nos quais se esgotam boa parte das possibilidades de lazer. Ao dia, as opções concentram-se em sol e praia. Quanto ao período da noite, Ilhéus se torna pouco atraente e diversificada, contando com alguns bares, restaurantes, festas esporádicas, programação cultural e desconectada de eventos de porte nacional. Quando Queiroz (1993) compara o desenvolvimento do turismo entre Ilhéus e Porto Seguro, pontua que mesmo as trajetórias sendo construídas em paralelo, Porto Seguro se destacou rapidamente. Construiu sua imagem como a “Terra da Lambada”.

Ressalta que Porto Seguro se concentrou no atendimento de um público de padrão de renda mediano, mas não deixou escapar a formatação de produtos para demandantes com perfil mais sofisticado. Para Queiroz (1993), o avanço do turismo no local não se deve apenas aos atrativos naturais, assim como Ilhéus, mas antes, ao fato de não haver àquela época uma atividade que centralizasse os interesses e esforços de atores locais, inclusive do setor público, fez o cenário ser favorável à expansão turística. Diferentemente de Ilhéus, onde o turismo foi sendo promovido de forma marginal, pois, à época de análise da autora a maior crise da

monocultura do cacau demonstrava seus efeitos, fazendo convergir as ações e interesses das lideranças locais para essa atividade.

Muito embora as necessidades internas relativas à superação da crise instalada no município tenham motivado a expansão do turismo, as mudanças no projeto turístico local também foram impulsionadas através de políticas públicas nacionais desenvolvidas nessa década, como o Plano Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT (1994-2002) que fomentou a constituição de Conselhos Municipais de Turismo, PRODETUR-Ne (programa de investimentos para o desenvolvimento do turismo regional), executados ainda sob o crivo da EMBRATUR (Empresa Brasileira de Turismo). Mais recentemente, foi criado o Ministério do Turismo (2003) e o Plano Nacional do Turismo (2003-2007; 2007-2010), seguido do Programa de Regionalização (iniciado em 2004), que delimitou zonas turísticas visando o desenvolvimento regionalizado do turismo.

No entanto, o planejamento turístico de Ilhéus não avançou do estágio de construção de um documento. Consta que apenas dois Planos Estratégicos de Turismo – PET foram elaborados e estão disponíveis na *internet*⁴⁰. À primeira vista, a impressão que se tem é que o primeiro PET, com 16 páginas, teria sido elaborado em finais da década de 1990, uma vez que os prazos para a realização das ações propostas são estabelecidos entre os anos de 2000 e 2003, envolvendo a Ilhéustur, a Bahiatursa, o Governo do Estado, a Prefeitura e o *Trade*. Quando se chega à última página é que se encontra a apresentação dos nomes dos responsáveis e quando foi elaborado:

Este Plano Estratégico de Turismo *foi elaborado* pelos consultores Afonso Maria Zeni, João Batista Vissirini e Marcel Leal durante os meses de março e abril de 2000, com base nas sugestões e problemas levantados no Fórum de Marketing de Turismo de Ilhéus, realizado no dia 22 de fevereiro de 2000 (PET ILHÉUS – I, 2006, p. 16, grifo nosso).

O segundo PET, mais elaborado, com 46 páginas, apresenta uma parceria em sua elaboração: a Ilheustur com a Zorthea Consultoria e Treinamento. É interessante notar que os prazos das ações também figuram entre os anos 2001 e 2004. Fica a dúvida se seria um aprimoramento do primeiro plano ou teriam sido construídos ao mesmo tempo. Também não teria sido executado. Após esses dois planos, nenhum outro foi construído. Conforme avaliações de Costa e Gândara (2009, p. 100), o PET ILHÉUS – I “é um exemplo de como não se deve conceber um planejamento estratégico”. A estrutura não atende aos requisitos de um plano estratégico, confundem variáveis internas e externas e fraquezas com potencialidades.

No PET Ilhéus-I, em nenhum momento é considerado o mercado. Simplesmente os autores ignoram a existência de consumidores, fornecedores, concorrentes e distribuidores. Definem um plano como se fossem os únicos atores da atividade, capazes de determinar todos os fatores e padrões de consumo e comportamento. É uma total miopia mercadológica (COSTA; GÂNDARA, 2009, p. 111-112).

Costa e Gândara (2009, p. 117) acrescentam ainda que “não houve uma análise macro-ambiental, não existe como identificar reais oportunidades e ameaças geradas pelo ambiente

⁴⁰ Ressalta-se que o acesso a esses PETs foi disponibilizado pela Secretaria de Turismo de Ilhéus, quando foi feita a primeira pesquisa exploratória, em 2006, para a construção do projeto da minha dissertação, defendida pelo Mestrado em Cultura e Turismo da UESC-BA. Portanto, já constavam em meu arquivo pessoal. Conforme informações obtidas na época, os planos teriam sido feitos “dentro de gabinetes”, expressão que esclarecia o não cumprimento, por exemplo, de etapas de inventariação, discussão com a comunidade, de um estudo aprofundado para o destino Ilhéus, tendo em vista que foram elaborados em um tempo inapropriado para que fossem coerentes, viáveis, aplicáveis, que contribuíssem realmente para a expansão e consolidação da atividade.

externo para o destino". Conjugando essa falha com a falta de análise sobre o mercado (comportamento do consumidor, destinos concorrentes e canais de distribuição) fica inviabilizada a “definição de estratégias de *marketing* e estabelecimento de objetivos organizacionais”. Concluem que o PET avaliado não se configura nem mesmo num adequado plano de ação.

Conforme argumentos, não falta vontade para desenvolver o planejamento turístico para a cidade de Ilhéus. A justificativa para que nada tenha sido feito até o presente momento é recorrente: não há recursos financeiros. E portanto não tem como contratar uma equipe técnica que atenda às demandas inerentes à elaboração e execução de um plano turístico e demais funções necessárias para a promoção do destino ao nível institucional.

Não temos inventário turístico. A gente não tem o básico. A gente não sabe o que tem. Foi feita uma proposta para a realização de inventário no valor de 90 mil reais, foi preparada a proposta, mas não saiu do papel. Espera-se primeiro que o turismo gere retorno [numa referência a todo poder público]. Não tem nenhum produto totalmente formatado em Ilhéus. Com o endividamento da prefeitura, a utilização do CNPJ nos projetos inviabiliza qualquer projeto e não tem como conseguir recurso pelo ministério, não tem como ter acesso a recursos de programas. O que conseguimos foi por via de emenda parlamentar. [Além disso,] com as descontinuidades de governo as ações também são descontinuadas. [Por exemplo,] as ações para o verão, a gente sabe o que quer fazer, mas ainda não tem nada fechado [por falta de recurso]. A questão é que qualquer projeto implica num custo. Ninguém vem com a proposta de um projeto com fonte, patrocínio. A falta de recurso é o maior impedimento. Mas a gente tenta, conseguimos fazer o Triathlon, com patrocínio de grandes empresas [instaladas na região]. Recursos próprios para investimento é zero. No início de 2010, tinha-se apenas uma semana para organizar o carnaval com apenas 200 mil reais (T5, representante do setor público).

A falta constante de recursos faz com que apenas ações pontuais possam ser desenvolvidas, concentrando-se na área de eventos e de capacitação. No trecho acima, T5 argumenta que as ações para o final do ano (2010) e início de 2011 ainda não estão fechadas, porque demandam recursos. No entanto, T2 (representante do setor público/iniciativa privada) informou que serão executados projetos culturais como: “cortejos afro na Av. Soares Lopes, réveillon, lavagem da escadaria da Catedral com a festa dos estivadores e puxada do mastro de São Sebastião”. Contrapondo o argumento da falta de recursos, T1 (representante em pesquisa) comentou o seguinte:

[Em conversa com] um ex-secretário de turismo aqui, dizendo-lhe que um vereador me havia dito que o orçamento votado para o turismo de Ilhéus era de cerca de 8 milhões de reais e como que com um orçamento desse não se faz praticamente nada relacionado ao turismo. Ele [o ex-secretário] disse que esse orçamento é nominal, votado pela câmara de vereadores e o poder executivo tem a obrigatoriedade de fazer a dotação, acontece que o executivo tem a discricionariedade de pegar o recurso e alocar para outros setores.

Assim continuam os processos político-administrativos-institucionais que “conduzem” o turismo no município. Para utilizar a expressão do pesquisador Roque Pinto (2008), o turismo em Ilhéus estaria “navegando à deriva”. Não se elaboram planos e projetos. Os dois elaborados pós-1990 apresentam inconsistências e não têm viabilidade de execução (falhas de posicionamento, de definição temporal, de pré-requisitos, de análises de mercado, de corpo técnico preparado...). Por outro lado, ainda não se construiu comprometimento com a atividade turística.

A atribuição de se pensar o turismo ao nível municipal foi incitada com a descentralização da gestão do turismo, iniciada com o Plano Nacional de Municipalização do

Turismo – PNMT, que previu a criação de conselhos locais como espaços de discussão das necessidades de cada destino e através dos quais os atores poderiam pensar e elaborar projetos de ação, servindo ainda como canais de acompanhamento e fiscalização dos recursos recebidos e respectivas aplicações. Todavia, a realidade não chancela a proposta das funções de um conselho na teoria, e isso não se restringe apenas a Ilhéus, mas a todos os demais conselhos, principalmente em cidades interioranas com cultura cooperativa incipiente. Não desconsiderando a falta de preparo daqueles que atuam no ramo, prejudicando a construção de focos de ação, prioridades, caminhos, custos/benefícios e abrangência/complexidade da atividade, bem como a imaturidade do planejamento turístico em nível nacional que resvala num cenário ainda mais frágil nas instâncias municipais que assumem um papel crítico, o de executar os planos/programas.

Para T2 a maior dificuldade em aplicar as políticas nacionais e estaduais de turismo é a falta de recursos: “Se um lindo projeto é elaborado fica impedido de captar recursos fora. Isso inviabiliza também receber recursos de programas federais” (T2, representante do setor público/iniciativa privada). Na percepção de T3 (representante da iniciativa privada/sociedade civil), os entraves nesse campo ultrapassam as barreiras financeiras, acredita que:

Nossa sociedade não está acostumada a ficar opinando, pensar os caminhos e escolher, está acostumada a ser mandada, a dizer por onde caminhar. Da mesma forma, o Estado também não sabe qual é o melhor caminho. Hoje o governo admite as fragilidades, mas que é preciso fazer de baixo para cima. Fazem-se as propostas, mas não diz como desenvolver, não dá as armas, nem ensinam a usar. E cobram os resultados (T3, representante da iniciativa privada/sociedade civil).

T1 (representante em pesquisa) se posiciona de forma contrária a esse comportamento, mesmo porque, para qualquer lugar que tenha potencial e se proponha formatar como destino turístico será necessário construir todo o caminho, o Governo igualmente está avançando nas perspectivas do turismo para o Brasil, então,

essa de dizer que as coisas não funcionam porque não foi dito como fazer... Aqui é muito comum as pessoas não reconhecerem os próprios erros, sempre atribui a outros, é Salvador que nos sabota, é o Banco do Brasil que não fornece o crédito, é fulano, é tal coisa, é a conjuntura mundial... Ou seja, é hábito muito recorrente numa sociedade em que as pessoas viveram num mundo em que as coisas eram muito fáceis de se conseguir. Alguns autores disseram que a cacaicultura poderia ser muito mais caracterizada pelo ramo do extrativismo do que da agricultura dado o fato de que podia-se viver do cacau sem jamais ter que lidar de uma forma mais incisiva com a lavoura. Essas escusas são muito típicas desse padrão de sociedade que enriqueceu muito rápido e fácil e nunca passou por agruras ou necessidade de organizar-se para atingir determinados objetivos. Logicamente isso está no “DNA cultural” [expressão de outrem ouvida por T1] do sul da Bahia. (T1, representante em pesquisa).

Espera-se que essas questões sejam minimamente solucionadas em espaços institucionalizados, próprios para essa demanda, que são os conselhos. Os elos entre as instâncias são formados de tal forma que o Conselho Municipal de Turismo de Ilhéus integra também a Câmara da Costa do Cacau, o Conselho do Pólo Litoral Sul (espaço de diálogo para duas zonas turísticas: a Costa do Cacau e a Costa do Dendê), até chegar à Secretaria Estadual de Turismo. Só que, na prática, os resultados não atendem à concepção de origem dos mesmos.

É quase unânime a reclamação tanto de políticos quanto, sobretudo, de empresários de que tais conselhos debatem temas genéricos, giram em torno de questões pouco concretas e que “discutem problemas, mas não soluções”. Diz-se que a grande

quantidade de conselheiros que (teoricamente) representariam amplos segmentos da sociedade – empresariado do setor turístico e não-turístico, políticos, sindicatos, associações comunitárias, universidades e bancos – “incham” as reuniões e as tornam improdutivas. Na prática, essas reuniões são muito mais reativas do que propositivas. Em que pese a periodicidade dos encontros, em geral se discute alguma demanda “urgente” do governo para o trâmite de algum recurso, o encaminhamento de algum projeto específico ou a implementação de alguma normativa local que necessite da aprovação dos conselhos (SANTOS, 2010, p. 284).

Quanto ao funcionamento do Conselho Municipal de Turismo de Ilhéus – COMTUR, desde sua criação em 1995, vem apresentando períodos constantes de inatividade, que costumam a figurar, em média, por volta de dois anos. As reativações, no geral, são incitadas por algum gestor ou assessor público ligado à Secretaria de Turismo, e segundo informações obtidas não só nesta pesquisa, mas também durante a pesquisa de campo realizada, nos anos de 2006 e 2007, para a construção da dissertação de mestrado, existe sempre uma resistência geral. Na verdade, a função de um conselho teria se esvaziado, talvez em nenhum momento se consolidado, na visão dos atores locais. T5 (representante do setor público) informou que

o COMTUR estava parado. Acho que tinha parado em 2004. Foi reativado, mas a demanda foi reduzindo, a participação foi ficando fraca e o Conselho parou. Agora está sendo feito contato com as entidades para discutir a retomada, rediscutir o estatuto – se serão feitas mudanças ou se vai manter o mesmo. Estava há uns dois anos ou mais já desativado. Quando foi falado com empresários sobre a reativação do conselho foi falado: pra quê, mais uma reunião que não se resolve nada.

Além da falta de legitimidade e da baixa reputação relativa às ações ou propostas construídas no âmbito do conselho, não é perceptível hábitos de cooperação e reciprocidade entre seus membros. Para que se inicie inclusive alguma espécie de articulação é preciso que os agentes visualizem benefícios a curto prazo, sendo que em alguns casos o benefício só poderia ser percebido a médio e longo prazo. A noção de juntar recursos e capacidades individuais para constituir um produto coletivo mais consistente ainda não se estabeleceu na região. Para T1 (representante em pesquisa)

o grau de desagregação social é tão grande que é necessário que se imponha de cima para baixo que as pessoas se reúnem para discutir o futuro de Ilhéus. As reuniões são sempre reativas e nunca ou quase nunca de uma forma propositiva. Isso demonstra o grave problema da ausência da ideia coletiva, corporativa e no sentido mais amplo da cidade como um todo. O entrave para os empresários, embora tenha a ATIL, é que não há articulação efetiva. Eles não são unidos, não pensam dentro de uma perspectiva corporativa. Eu faço meu trabalho da porta para dentro, para fora a responsabilidade é da prefeitura. A prefeitura por sua vez diz que os empresários não procuram apoio. E ninguém assume a própria responsabilidade.

T3 (representante da iniciativa privada/sociedade civil) observa que,

a coisa está caminhando, mas podia estar mais avançada. O turismo está aí para transformar a cidade, enquanto alguém não sentar e comprar a ideia politicamente, não se consegue desenvolver. Mas ainda é preciso preparar o solo, tanto com os colaboradores [empregados que atuam nos diversos ramos da atividade – foi uma ressalva à baixa ou quase nula capacitação da mão de obra disponível] quanto empresários. Ainda não estamos preparados para trabalhar em conjunto. Sem compromisso da causa, abraçar projetos, sem compromisso não adianta nada. É preciso acreditar.

Percebe-se algumas tentativas isoladas, como a tentativa de cerca de um ano e meio, ainda em fase de consolidação, para a formação de arranjos produtivos locais de Turismo, com forte apoio do SEBRAE. Para fazer parte do APL tem que estar vinculado a alguma rede de atuação dentro da Costa do Cacau. É preciso evoluir e estruturar as noções de redes, objetivos, continuidade, a natureza e qualidade dos elos que estão sendo formados, quais os acessos são necessários para que se amplie a margem de recursos e seja possível aproveitar as oportunidades que surgem no setor. Nesse sentido, indivíduos envolvidos no APL já conseguiram fazer viagens este ano para o exterior, como Costa Rica e mais recentemente Espanha, (custeadas, segundo T5, pelo SEBRAE e pela Secretaria de Indústria e Comércio do Estado), para observar outras realidade e também divulgar o destino Ilhéus. É uma iniciativa interessante, mas que na raiz, já demonstra fragilidades: Ilhéus ainda não está formatado como destino, não tem produtos turísticos formatados (não tem nem inventário), na formação do APL a base do poder público é insignificante, pois é necessário fazer parte de uma rede para ser um candidato ao arranjo.

Os indivíduos que estão fazendo essas viagens são apenas pessoas com grande interesse em melhorar a qualidade do turismo, e nisso não há nenhum demérito, mas é preciso que existam no grupo indivíduos com capacitação técnica específica em turismo com um olhar mais acurado sobre o tema – suas relações, abrangência e complexidade –, para que se consiga enxergar as especificidades dos destinos visitados, as semelhanças com Ilhéus e as possibilidade de reverter as experiências observadas em ações para Ilhéus. Sem “arrumar a casa” fica difícil vender uma imagem adequada do destino. Não que seja preciso cumprir uma etapa por vez, como diria Hirschman (1996), ao analisar as “etapas” do desenvolvimento, mas é preciso um esforço conjunto para que possa ser construído um círculo virtuoso, para que a atividade tenha condições de ser consolidada sustentavelmente.

Ainda sobre a fragilidade das articulações, T5 (representante do setor público) informa que um parceiro que merece destaque é o SEBRAE, pois vem auxiliando no processo de conscientização dos agentes envolvidos no turismo, capacitação da mão de obra e ultimamente aprimorando e/ou capacitando os empresários locais, pois havia a preocupação com os funcionários, mas os proprietários, por não terem formação em turismo, continuavam com visões e comportamentos incompatíveis às necessidades desse segmento.

um grande parceiro que a gente tem é o SEBRAE. Muitas das conquistas tem sido dessa parceria. Vamos sentar e fazer um planejamento para definir o que a gente espera do SEBRAE para 2011-2012. Nos dois últimos anos, o SEBRAE atuou com 900 mil reais. A sociedade cobra pouco, a contribuição da UESC pode ser maior para pensar o turismo. Tem que haver essa proximidade, porque saem profissionais capacitados e a gente não consegue absorver para a região. Conseguir formas de transferir conhecimentos produzidos a nível do mestrado e do núcleo de turismo (T5, representante do setor público).

As reclamações, motivos e entraves que impedem o turismo de deslanchar são inúmeros e perpassam todos os segmentos envolvidos, poder público, iniciativa privada e sociedade civil. Interessante que “não se entende direito” porque isso acontece já que a cidade tem tantos potenciais e está longe da fase de declínio do destino, podendo ainda ser estruturado de maneira consistente, qualitativa e sustentável.

Todo esse cenário de inconstância, vulnerabilidade e de ações desencontradas é permeado por uma espécie de desinteresse do poder público local, ou talvez desconhecimento da dinâmica operacional, de geração de riquezas direta, indireta e induzida, em investir no desenvolvimento da atividade. De acordo com G, Secretário Municipal de Turismo, citado por Santos (2010, p. 288-289), a baixa arrecadação “observada” com o turismo reduz o interesse

pelo mesmo, não justificando investir num setor que não dá lucro aos cofres públicos, como expresso no trecho a seguir:

comentar, de que o turismo sempre foi encarado de uma maneira assim muito financeira no sentido prático. Por exemplo, quanto que se arrecada de ISS [imposto municipal sobre serviços] dos hotéis e pousadas da cidade? “X”, isso é pouco, não compensa investir nessa área porque não dá retorno [financeiro]. O retorno é sempre visto primeiramente através dos impostos, dos tributos, então o gestor acaba às vezes desprezando um pouco esse segmento porque no ponto de vista financeiro ele não trás um recurso imediato para o caixa do município. Então (não se tem) aquela visão de que às vezes (a compensação do investimento) não vem diretamente pelo tributo do empreendimento, mas vem pelo tributo de outros empreendimentos, de toda uma estrutura social que também você pode fomentar, catalisar, consumo que gera consumo. Eu acho que essa visão ainda é muito pequena em relação à gestão. [...] Ilhéus arrecadou agora, no ano de 2005, dois milhões de reais em tributos, que é praticamente oito por cento da receita do município, o resto é receita que vem de transferência desses fundos [recursos estaduais e federais para saúde, educação, saneamento e infra-estrutura, dentre outros fins]. Com esses dois milhões necessariamente todas as áreas têm que ser atingidas, mas dois milhões que você investe em turismo geralmente volta cem vezes. Então, essa visão não é concretizada e aí o que acontece? Não se investe quase nada em turismo, e o turismo por si não dá o resultado que se esperava, e outro fator importante nesse sentido é que eu acho que o município também acaba não percebendo a quantidade de recursos federais disponibilizados (G., Secretário Municipal de Turismo, citado por SANTOS, 2010, p. 288-289).

Nesse sentido, o turismo estaria sendo absurdamente resumido à hotelaria. A falta de uma percepção político-institucional coerente e, por consequência, de uma cultura política interessada, compromissada com valores, projetos coletivos, não deprimindo os interesses individuais, tem impossibilitado a construção de processos articulados, com a clareza e a consciência de funcionalidade que os mesmos exigem. Santos (2010) analisa essas vicissitudes sob uma perspectiva expressa por alguns de seus entrevistados, um “vácuo de poder”.

Na realidade, não se trataria exatamente de estruturas de poder que não estariam sendo “ocupadas” no espaço burocrático-partidário ou nas instâncias formais de governo, mas sim de que tais estruturas, no contexto regional, nunca foram exatamente ativadas no seu sentido político-institucional, mas sim substituídas pelo poder econômico puro e duro. O exemplo mais patente disso é a execução de obras públicas com o capital privado dos coronéis para a logística do escoamento do cacau, no começo do século XX ou, num passado mais recente, com a promoção de atividades “culturais” (acadêmicas, literárias) ou até mesmo a abertura de estradas feitas pela CEPLAC (SANTOS, 2010, p. 334).

No contexto empírico investigado, as ações mais produtivas se dão basicamente através de contatos vis-à-vis personalizados, isto é, as relações pessoais entre tal empresário e tal ou tal político têm peso maior do que as relações ou as decisões que se dão num plano formal e institucional. Os agentes discretos, inseridos numa teia clientelista, possuem mais peso no plano decisório do que as entidades representativas de suas categorias. Com isso se tem, no nível municipal, uma atrofia do Estado enquanto agência indutora de políticas econômicas e agente político impessoal, ao tempo em que seu aparato segue funcionando como um lastro de negociação, replicando disposições sociais verificadas na tradição política brasileira de quase indivisão entre o público e o privado (SANTOS, 2010, p. 384).

T1 ouviu muito que os empresários de turismo não se fazem representar, os empresários não conseguem eleger um vereador. Se for olhar o perfil dos

vereadores, a gente vai perceber uma coisa curiosa, a maioria dos vereadores representam grupos muito específicos, é de um bairro, um líder comunitário ou de um distrito. A ocupação do município é muito espalhada, a parte urbana é de apenas 50% com cerca de 100 mil habitantes e as demais partes não se conectam. Não há perspectiva de uma coisa para Ilhéus, querem garantir benefícios para pescadores, para o distrito tal. Isso dificulta muito para pensar o local do ponto de vista integrado. Dificuldade intrínseca da política partidária. Na medida em que você não consegue enxergar a cidade como uma coisa integrada fica muito difícil pensar o turismo como uma atividade integrada dentro desse contexto (T1, representante em pesquisa).

Assim, mesmo reconhecendo a influência do *ethos* formado a partir da monocultura do cacau, Santos (2010) acredita que não é possível atribuir ao primeiro a responsabilidade pela realidade atual do turismo em Ilhéus. Por outro lado, sua pesquisa empírica lhe permitiu realizar o que chama de “inferência colateral” da mentalidade cacaueira sobre a visão empreendedora local, nos seguintes termos: “*a.* de uma visão imediatista e atomicista e *b.* de uma ideia de ciclo agrícola transplantada para o turismo, sendo a alta estação o período da “safra”, e na baixa, o tempo de usufruir dos dividendos do turismo e “arrumar a casa” para o verão” (SANTOS, 2010, p. 383). Outrossim, a natureza dessa inferência é apenas parcial, pois, segundo T1 (representante em pesquisa), “grande parte dos empresários [no ramo da hotelaria] veio de fora. E a minoria de cacaueiros falidos que entraram no ramo se concentrava no bairro do Pontal, onde tinham casas de veraneio e transformaram em pousadas”.

3.1.4 A trajetória da atividade: caracterização e resultados pós-1990

Até finais da década de 1970 o turismo em Ilhéus não era considerado uma atividade em evidência, restringia-se ao segmento de viagens e negócios para atender a demanda crescente de “negociadores do cacau” no eixo Ilhéus-Itabuna que se destacava em termos produtivos e comerciais de toda região cacaueira. O porto de Ilhéus era o ponto de escoamento e exportação de toda produção, além disso, a existência do aeroporto e da BR 101 eram referências de acessibilidade, forçando atores privados a construírem pequenos hotéis no centro urbano da cidade (FUNDAÇÃO CENTRO DE PROJETOS E ESTUDOS (BA), 1992).

Ainda de acordo com o trabalho realizado por essa Fundação (1992), a expansão da infraestrutura turística foi se dando em meio à crise do cacau. Há que considerar que o primeiro passo em direção ao turismo como uma atividade empresarial, que exige gestão diferenciada em relação à simples hospedagem de negociadores, foi dado por um ator externo à região do cacau, um grupo suíço (Corviglia) que construiu um *resort* seguindo padrões internacionais, na costa sul da cidade, elevando significativamente o valor da terra, principalmente nessa área.

Entre os anos de 1984 e 1986 a região sofria com crises sucessivas na lavoura de cacau, o declínio de sua rentabilidade estimulou o redirecionamento de capitais do setor cacau para empreendimentos turísticos de pequeno e médio porte. “O turismo em Ilhéus [voltou-se] a um público de médio/alto e alto padrão de renda. Cerca de 40% da rede hoteleira da cidade [atendia] à categoria quatro e cinco estrelas” (FUNDAÇÃO CENTRO DE PROJETOS E ESTUDOS (BA), 1992, p. 27), como pode ser observado na Tabela 7.

Tabela 7 – Indicadores da evolução do Turismo em Ilhéus, 1987 a 1991

INDICADORES	1987	1988	1989	1990	1991
Hotéis	12	14	15	20	20
Pousadas	9	12	18	28	37
Total Rede Hoteleira	21	26	33	48	57
Leitos (unidades)	950	1.196	2.277	3.569	4.953
Agências de Turismo (unidades)	2	2	4	5	9
Locadoras de Automóveis (unidades)	2	2	4	5	8

Dados Ilhéustur (Empresa de Turismo de Ilhéus)

Fonte: FUNDAÇÃO CENTRO DE PROJETOS E ESTUDOS (BA), 1992, p. 27.

O número de hotéis cresceu no período, mas não tanto quanto o número de pousadas, que exigem investimentos de pequeno e médio porte. Segmento que recebeu os capitais dos agentes que lidavam com o cacau. Em comparação com Porto Seguro, Ilhéus já possuía um número consideravelmente menor de leitos e fluxo turístico, o que reflete o interesse tardio pela atividade (Tabela 8).

Tabela 8 – Número de leitos e fluxo turístico em Ilhéus e Porto Seguro, 1989 a 1991

INDICADORES	ILHÉUS			PORTO SEGURO		
	1989	1990	1991	1989	1990	1991
Leitos	2.277	3.569	4.953	10.713	-	14.000
Fluxo	200.000	150.000	250.000	500.000	-	-

(-) Corresponde a informações não disponíveis.

Dados da Ilhéustur e Associação Comercial de Porto Seguro.

Fonte: FUNDAÇÃO CENTRO DE PROJETOS E ESTUDOS (BA), 1992, p. 28.; QUEIROZ, 1993, p. 29.

O público turístico de Ilhéus era constituído, principalmente, de turistas nacionais, do Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Brasília, acrescidos os turistas baianos. Santos (2010) argumenta que há uma discrepância na visão do poder público sobre as origens dos turistas de Ilhéus, enquanto a pesquisa empírica realizada demonstra que o turismo desenvolvido em Ilhéus é em grande parte regional.

Pôde-se verificar a origem dos usuários das praias pelas placas dos automóveis, com relativa incidência de locais como Jequié, Vitória da Conquista, Itapetinga e Brumado, cidades localizadas num raio de 300 Km de Ilhéus, na região sudoeste da Bahia, uma zona montanhosa e relativamente fria. Mas a grande maioria era composta por automóveis matriculados na micro-região cacaueira, em cidades como Camacan, Itajuípe, Ipiáu, Buerarema, Ubaitaba, Coaraci e Aurelino Leal, com uma clara predominância de Itabuna. Verificaram-se carros oriundos de outros grandes centros urbanos não litorâneos de outros estados, numa proporção de aproximadamente 10%, como as cidades de Brasília (1.378 Km de Ilhéus), Goiânia (1.587 Km de Ilhéus), Anápolis (1.470 Km de Ilhéus), Belo Horizonte (1.075 Km de Ilhéus), Uberlândia (1.326 Km de Ilhéus) e São Paulo (1.638 Km de Ilhéus). Essa constatação primária está em conformidade com o que disseram os pousadeiros, de que o turismo em Ilhéus se torna cada vez “mais regional” – e com a renda média relativa dos turistas cada vez menor, diminuindo ano após ano (SANTOS, 2010, p. 249-250).

Atualmente, Ilhéus possui uma boa estrutura de acomodação, contando com 8.000 leitos distribuídos em 3 resorts, 16 hotéis⁴¹, 103 pousadas e 12 chalés. Há ainda albergues e

⁴¹ Queda no número de hotéis com referência a 1991. Algumas possibilidades podem ser consideradas: rebaixamento de categoria (para posada), ou fecharam, ou ainda alguma falha de contagem.

camping. Em pesquisa realizada no ano de 2000, foi constatado que a atividade turística gerava, em média, 2.500 empregos diretos e 7.500 indiretos. Porém, o nível salarial é muito reduzido, R\$ 390,66, para o caso dos empregos de garçom, camareira, ajudante de cozinha, limpeza em geral, ou mesmo contratos temporários, refletindo a concentração de renda gerada com a atividade (MAGALHÃES, 2006). Também pode-se abstrair dessa realidade o baixo nível de capacitação daqueles que trabalham com o turismo, tanto na condição de proprietários quanto de empregados.

Caso se definisse o empresário de turismo em Ilhéus como um tipo-ideal, se teria que esse sujeito é um forâneo residente na cidade há não mais do que 15 anos, nunca teve experiências anteriores com o turismo, possui rendimentos regulares oriundos de outras fontes (aposentadoria, bens de raiz ou outros empreendimentos), e que elegera a cidade para viver como uma alternativa de “qualidade de vida”, um lugar onde se poderia concretizar “o sonho de se aposentar e abrir uma pousada num paraíso em frente ao mar” (SANTOS, 2010, p. 272).

Os dados mais recentes que se tem sobre a quantidade de empreendimentos e leitos em Ilhéus são de um trabalho produzido pela Secretaria de Cultura e Turismo – SCT (2005, p. 140), onde Ilhéus teria evoluído para 141 empreendimentos hoteleiros, com 2.914 quartos hoteleiros e 8.699 leitos. Se somados os números de quartos especificados em todo o município de Ilhéus esse total passa para 2.927 quartos. De acordo com a Secretaria de Turismo do Município (2010), Ilhéus já teria alcançado por volta de 12.000 leitos e na alta estação, especialmente dezembro e janeiro os hotéis têm uma ocupação média de 70% a 80%, com picos de 100%. No restante do ano, Santos (2010) pontua que a ocupação não costuma ser superior a 30%, com exceção do mês de junho (festas de São João) quando figura entre um intervalo de 40% e 60%.

Quando analisado o nível de ocupação na rede hoteleira, Ilhéus apresenta resultados melhores que Porto Seguro, deixando claro que atraía público de renda elevada. Enquanto em Ilhéus hospedava-se por volta de 20.000 pessoas na rede hoteleira entre os anos de 1986 e 1987 (com pequeno crescimento nesse último ano), Porto Seguro registrava aproximadamente 16.000 pessoas em 1986 e 12.000 em 1987. Para 1988, Ilhéus apresentou queda, recebendo por volta de 17.000 turistas. Porto Seguro se manteve estável em relação a 1987. Contudo, a permanência média no destino Ilhéus é inferior, o que implica em redução de gastos no local. Em 1987, a permanência em Ilhéus era em média de 2,14 dias em Porto Seguro 3,40 dias. Em 1991, Ilhéus apresentou queda, passando para 1,80 dia e Porto Seguro continuou crescendo, obtendo o indicador de 7 dias. Essa média baixa para Ilhéus está relacionada a carências infraestruturais, falhas no abastecimento do setor, exigindo compras de produtos fora da região, à falta de opções de diversão noturna, mas também, a fatores adversos no contexto nacional que inibem gastos com viagens, falta de planejamento e promoção do destino turístico (FUNDAÇÃO CENTRO DE PROJETOS E ESTUDOS (BA), 1992).

No âmbito do estado da Bahia, no ano de 2006, excetuando-se a capital Salvador (cidade principal da zona turística Baía de Todos os Santos), os dois destinos mais procurados são, respectivamente, Porto Seguro (cidade central da Costa do Descobrimento) e Ilhéus (principal cidade da Costa do Cacau), conforme dados da Tabela 9 e Tabela 10. De acordo com dados da Secretaria de Turismo do Estado da Bahia, divulgados através do Relatório Anual de Atividades do Governo – 2006, a Bahia recebeu nesse mesmo ano, 5.469.500 visitantes, representando um acréscimo de 5,1% em relação ao ano de 2005.

Tabela 9 – Fluxo global de turistas – Bahia, 2003-2006

DESTINOS	ANOS			
	2003	2004	2005	2006
Bahia	4.708.650	4.897.000	5.204.100	5.469.500
Salvador	2.192.820	2.280.530	2.426.220	2.553.600
Porto Seguro	1.177.160	1.224.250	1.301.030	1.367.380
Ilhéus	282.520	293.820	312.250	329.420

Fonte: Relatório Anual de Atividades do Governo da Bahia/Secretaria de Turismo, 2006.

Tabela 10 – Receita gerada com o turismo no verão – Bahia, 2003-2006

DESTINOS	ANOS			
	2003	2004	2005	2006
Bahia				
Receita gerada (US\$ 1.000,00)	281.734	295.693	319.348	338.314
Salvador				
Receita gerada (US\$ 1.000,00)	156.519	161.140	174.032	187.954
Porto Seguro				
Receita gerada (US\$ 1.000,00)	76.068	76.837	86.224	91.345
Ilhéus				
Receita gerada (US\$ 1.000,00)	19.721	20.698	22.354	23.682

Fonte: Relatório Anual de Atividades do Governo da Bahia/Secretaria de Turismo, 2006.

Considerando o período de 2003-2006 o crescimento do índice de receptivo na Bahia foi de 16,2%; alcançando a posição de segundo maior destino turístico do país e um dos maiores pólos de receptivo estrangeiro. Pois, recebeu, nesse período, 2.809.330 turistas estrangeiros, gerando receita de US\$ 1,8 bilhão, sendo que 73,5% (US\$ 1,3 bilhão) foram gerados na capital Salvador. O fluxo turístico para Ilhéus também foi crescente no período, passando de 282.500 turistas em 2003 para 329.420 em 2006. Com receita também crescente, auferindo US\$ 19.721 milhões em 2003 e US\$ 23.682 milhões (por volta de R\$ 40 milhões de reais) em 2006.

O destaque do destino Ilhéus foi rebaixado, segundo dados da Secretaria de Cultura e Turismo – SCT (2010a, [s.p.]), para a quinta posição. Salvador e Porto Seguro continuam com a primeira e segunda colocação, contribuindo, respectivamente, com 28,8% (2.458.944) e 10,8% (922.104) do total do fluxo turístico no estado da Bahia, da ordem de 8.538.000. Por meio de uma suposição média de participação na composição do fluxo, a Secretaria, obteve os seguintes dados: 1º) Salvador com 60%; 2º) Porto Seguro com 16,1%; 3º) Mata de São João (Praia do Forte, Sauípe e Imbassaí) com 4,5%; 4º) Cairu (Morro de São Paulo) com 4,2%; 5º) Ilhéus com 2,6%; 6º) Itaparica com 0,8% e 7º) Itacaré com 0,7%. Quando avaliada a participação das zonas turísticas na composição do fluxo turístico para a Bahia, a Costa do Cacau ocupa o sétimo lugar com 3,8% de participação. O primeiro e o segundo lugar continuam gravitando em torno dos destinos Salvador – o principal da zona turística Baía de Todos os Santos, com 35,1%, e Porto Seguro – também destaque na zona turística Costa do Descobrimento, com 10,8%. Em sequência encontram-se as zonas Caminhos do Oeste (7,0%), Costa dos Coqueiros (5,3%), Caminhos do Sertão (5,1%) e Costa das Baleias (5,0%).

Além disso, Ilhéus não foi considerado pelo Ministério do Turismo um destino “indutor” do desenvolvimento turístico, posto que foi atribuído a Itacaré. A Ilhéus foi atribuída a condição de destino âncora pela diversidade de eixos de acessibilidade para a Costa do Cacau e infraestrutura instalada. Essa indicação está sendo questionada pelos atores que compõem o *trade* de Ilhéus, em função das disparidades de infraestrutura entre Ilhéus e Itacaré. No entanto, Santos (2010, p. 235) destaca a visibilidade de Itacaré na Costa do Cacau ao construir a seguinte afirmação:

Não resta dúvida que Itacaré figura como um grande atrativo da região sulbaiana e proporcionalmente ao incremento de turistas (e consequente ingresso de recursos) muito superior a Ilhéus, apresentando alternativas de turismo de relaxamento (praias), esportivo (surf, arvorismo, trilha) e de aventura, embora seja uma cidade com cerca de 10 mil habitantes (de pequeno porte para o contexto brasileiro), e carente de uma infraestrutura adequada à demanda turística efetiva.

T5 (representante do setor público) posicionou-se da seguinte maneira diante do fato:

Ilhéus ficou fora como destino indutor. Passou para Itacaré. Maraú também é indutor. E nisso a gente perdeu muita coisa. Essa pesquisa foi feita em 2004, quando vieram alguns técnicos na cidade, talvez as pessoas que acompanharam esses técnicos não levaram nos lugares que deveriam ter levado e isso dificultou bastante o trabalho deles a ponto de acharem que Itacaré e Maraú tem mais infraestrutura que Ilhéus. Isso prejudica porque a gente está fora do Olá Turista, a gente está fora de qualquer recurso que vem para ajudar para a Copa do Mundo.

Quanto ao fluxo no aeroporto de Ilhéus, nos anos de 2003 a 2005, a correlação entre número de voos e desembarque de passageiros foi inversa, ou seja, a disponibilidade de voos caiu, mas o número de passageiros nacionais e estrangeiros desembarcando na cidade manteve o crescimento. O número de voos passou de 6.584 em 2003 para 6.168 em 2004 e 5.018 em 2005 e o número de passageiros desembarcando foi de, respectivamente, 176.706, 210.597 e 238.076. Esses deslocamentos se devem, em parte, às políticas promocionais efetuadas pelas empresas em competição no trecho, maior divulgação do destino ou de produtos específicos através dos pacotes das agências de viagem. Outrossim, alterações cambiais do dólar que tornam as viagens mais caras para o exterior reduzem a procura por pacotes dessa natureza, favorecendo o mercado de turismo nacional. A relação entre voos e desembarques passa a ser diretamente proporcional de 2005 para 2006 (dados até agosto). Em 2006 o número de voos cai para 3.057 e o número de passageiros segue a queda para 179.825 em função de alterações nas e entre as companhias áreas devido a fatores externos (interesses dos turistas, custos) e internos como normatizações e interferências da ANAC (Agência Nacional de Aviação Civil).

Com cruzeiros marítimos na Bahia, foi gerada uma receita de US\$ 4,9 milhões em 2003/2004, com 25 navios, 68.574 passageiros e 94 atrações nos portos de Salvador e Ilhéus. Os indicadores cresceram no período 2004/2005 nos portos de Salvador, Ilhéus e Morro de São Paulo, exceto as atrações que caíram para 81. Foram recebidos 34 navios e 86.665 passageiros responsáveis por uma receita na ordem de US\$ 6,1 milhões. Entre 2005/2006, nos três portos já citados, houve 101 atrações de 39 navios com 104.827 passageiros e receita de US\$ 7,5 milhões (RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO GOVERNO – BA, 2006).

No que se refere aos investimentos públicos, em conformidade ao Prodetur/BA (1995-2004), foram programados US\$ 96.229 mil para a Costa do Cacau, sendo Ilhéus o principal destino e portão de entrada em função da acessibilidade – terrestre, marítima e aérea. Parte desse recurso foi aplicada em Ilhéus na construção do Centro de Convenções, inaugurado em 2000 e orçado em R\$ 8,2 milhões e na estrada ecológica que liga Ilhéus a Itacaré. Na Baía de Todos os Santos (principal cidade: Salvador) foram investidos US\$ 779,370 mil e US\$ 133,970 mil na Costa do Descobrimento (principal cidade: Porto Seguro). Os investimentos foram prioritariamente aplicados em obras de saneamento, transporte, reestruturação de aeroportos e sistemas de controle e na preservação ou restauração de patrimônio histórico, respectivamente. Os investimentos privados foram reduzidos no período, refletindo o baixo avanço na área de empreendimentos turísticos. Entre 1995/2004, os investimentos deste setor restringiram-se a R\$ 74.304 na Costa do Cacau, R\$ 305.966 na Baía de Todos os Santos e R\$

415.987 na Costa do Descobrimento (RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO GOVERNO – BA, 2006).

Perante a vocação turística do município – belezas naturais (praias, rios e cachoeiras), cultura, história, patrimônio local, infraestrutura e equipamentos turísticos instalados – e os resultados observados, tanto atores envolvidos com a promoção da atividade, motivados por interesses diversos, quanto pesquisadores regionais e locais do turismo defendem a ampliação dos investimentos na atividade turística a fim de aprimorar sua qualidade e os ganhos. Cabe ressaltar que nesses processos estão envolvidos interesses locais coletivos e particulares, os impactos e mudanças que serão provocadas, as disparidades entre recursos e acessos disponíveis, os conflitos intra e intergrupais, as oportunidades, as externalidades e diferentes relações de poder. São condicionantes que permeiam todo o desenvolvimento da atividade e interferem nas escolhas dos atores. Nesse caso, a compreensão da dinâmica desse conjunto de relações é indispensável para não relegar alguns setores à dependência exclusiva do turismo.

3.1.5 Percepção de atores e perspectivas para o setor

Por meio das entrevistas realizadas, ficou patente que, na maioria das percepções captadas, o turismo recebeu maior atenção do poder público e iniciativa privada enquanto atividade econômica por volta da década de 1990. Não obstante o turismo já fosse praticado na região, as ações em busca de maior profissionalização da atividade foram intensificadas a partir de então, só que de forma imediatista visando à geração de emprego e renda numa economia em declínio. Os discursos elaborados e reproduzidos desde então, pautam a vocação da região (belezas naturais e história – divulgada mundialmente por Jorge Amado) como uma espécie de produto em si mesma. A essa falta de visão pragmática e domínio técnico de como desenvolver a atividade de forma adequada também foi remetida à própria imaturidade do desenvolvimento turístico mais consistente e integrador a nível nacional, tendo sido destacado a criação recente, em 2003, de um ministério exclusivo para o turismo. Os traços que compõem essa visão podem ser claramente percebidos nos fragmentos seguintes:

Eu concordo que o turismo foi uma válvula de escape, porque quem tinha uma boa casa transformou em pousada porque com o cacau não podia mais contar. A maioria dos hotéis são depois de 1990. Tinha as belezas, a história de Ilhéus, tinha recursos e nada foi feito para desenvolver o turismo antes da crise. Mas isso é a nível de Brasil, a gente não tinha Ministério agora tem. Existe planejamento, mas é uma coisa difícil, está caminhando, a cabeça do empresário ainda não está preparada, até para investir o empresário não planeja. As preocupações já estão surgindo. Acho que estamos na fase da sensibilização ainda. Mas ainda um pouco distante da consolidação (T3, representante da iniciativa privada/sociedade civil).

Que alternativa ficou pra gente, alternativa que Deus deu, Jorge Amado espalhou, que são as belezas naturais, nós temos cultura, nós temos história, nós temos gastronomia. Uma cidade de interior que tem porto, aeroporto. Daí em diante é que as pessoas começaram a estudar e buscar entender o turismo (T2, representante do setor público/iniciativa privada).

Eu acho que o problema do turismo de Ilhéus hoje é justamente por ter começado errado, não porque viram que Ilhéus tinha esse potencial e sim pela necessidade de se criar uma nova fonte de renda. Muitos casarões foram sendo transformados em pousadas sem estudo de mercado, sem o planejamento devido (T5, representante do setor público).

O turismo [em Ilhéus] não é uma atividade induzida, é uma atividade espontânea, considerando que já havia uma estrutura hoteleira que tinha sido montada antes para atender a demanda do cacau, dos comerciantes. De algum modo, as pessoas que vêm instalar esses negócios aqui tem um perfil muito específico, não vieram por terem sido atraídos pelo turismo (T1, representante em pesquisa).

Nesse sentido, a espontaneidade abre precedente para outras fragilidades: as pessoas que vieram para Ilhéus não eram do ramo, em sua grande parte; estavam sustentando a vinda para Ilhéus em desejos pessoais – no caso de empreendimentos no ramo da hotelaria – e não com a visão primeira de um negócio, portanto, as decisões e atitudes podiam se esgotar na esfera individual, no universo do próprio empreendimento. De acordo com T1,

o empresário do turismo: vem de áreas completamente distintas e não tem formação e turismo, segundo, vêm fugindo da cidade grande, do estresse buscando tranquilidade, terceiro, muitos desses empresários vieram influenciados pela própria projeção midiática de Ilhéus, direcionados especialmente pelas novelas que foram feitas aqui. A primeira leva, na década de 70, vai coincidir com a novela Gabriela e a segunda leva, na década de 1990, com a novela Renascer (T1, representante em pesquisa).

A isso acrescenta-se a formação de uma postura pouco exigente quanto ao posicionamento e cumprimentos dos papéis da alçada do poder público municipal. Consequentemente, a concepção de juntar forças também não se fazia, e ainda não se faz, em algum termo, indispensável. Como resultado, a atividade foi sendo simplesmente praticada ao gosto do ofertante. As dificuldades em desenvolvê-la são inúmeras. Esse contexto pode ser facilmente ilustrado pela seguinte resposta de um indivíduo entrevistado por Santos (2010, p. 287):

Eu vou citar um exemplo aqui para você ver como é difícil falar em turismo em Ilhéus, hoje. A gente às vezes faz sessões especiais aqui [na câmara de vereadores] para debater o turismo, para debater as deficiências dentro da cidade. E a ATIL praticamente não vem às reuniões. Quer dizer, você fica imaginando como é que vai se resolver os problemas... Por que tudo tem passar aqui pela casa, pelo legislativo, que pode encaminhar ao executivo, mesmo sabendo que o executivo muitas vezes não executa, mas você pelo menos tem até uma ação legal, e a ATIL não participa... A omissão é muito grande. A crítica destrutiva é muito grande. Você só vê as pessoas no meio de rua falando: 'ah, a cidade está isso, está aquilo... Mas eu acho que a sociedade organizada tem que participar mais, isso é uma deficiência muito grande nossa.

De tal forma que “o poder legislativo atribui a falta de perspectivas do turismo na cidade à escassez de diálogo e à imobilização política do setor empresarial e às deficiências e volubilidades do poder executivo” (SANTOS, 2010, p. 287). Além do reconhecimento da ausência de integração também do poder executivo, especificamente no âmbito das secretarias municipais, um ex-secretário teria dito que o “então prefeito pensava a questão turística como um ‘problema dos empresários’, algo restrito ao âmbito da hotelaria, e que *por Ilhéus ser Ilhéus os turistas vêm de qualquer jeito*” (SANTOS, 2010, p. 288, grifo nosso). Conforme T5 (representante do setor público),

A mentalidade do setor público e do empresariado ainda não avançou, eles acham que o turismo é custo e não o contrário, não veem o quanto de retorno pode trazer. E o empresariado espera muito da prefeitura, eles não se reúnem para fazer a parte deles, enquanto não tiver esse *link* e todo mundo fazer a sua parte e não jogar para o outro Ilhéus vai continuar assim.

Afora o entrave financeiro com a falta de recursos para investimento e a limitação de caráter político-institucional, ou seja, a falta de articulação, mobilização e vínculos consistentes entre os atores locais, no aspecto operacional, os respondentes (entrevistas, nov/2010) pontuaram os problemas com a “malha aérea” (T2), a necessidade de uma “mão de obra um pouquinho mais lapidada. Sensibilizar também os empresários para fazer cursos” (T3, representante da iniciativa privada/sociedade civil), a pouca exploração “da Mata Atlântica e da cultura do cacau como um atrativo turístico com um apelo turístico interessante e diferenciado” (T4, representante do setor público), seguidos de menções generalizadas da necessidade de melhorias na infraestrutura, tendo sido destacada a necessidade de intervenção dos Governos Federal e Estadual. Nesse sentido, T4 (representante do setor público) destaca como avanço

a construção de obras estruturantes como o novo acesso do centro da cidade à zona sul. Essa obra já foi prometida pelo Governo do Estado e se compromete a entregar pronta até 2012. Já apresentamos dois projetos para o governador fazer sua escolha: ou duplicar a ponte já existente ou construir um novo acesso [da Avenida Dois de Julho na altura] do Cristo até o Morro de Pernambuco [no Pontal]. A duplicação da BR-101, não é só ligar Ilhéus a Itabuna, é você ligar Ilhéus como destino à BR-101.

Um outro avanço observado é, segundo T5, a importância da implantação de cursos especializados na área de turismo, em especial o Mestrado em Cultura e Turismo, da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC, bem como o curso técnico de Guia de Turismo, de responsabilidade do Governo do Estado, sem falar nas oficinas e cursos promovidos pelo SENAC/SEBRAE. Pelo lado da demanda turística, T1 observou que o pequeno crescimento observado, desde a década de 1990, pode ser considerado pouco significativo em termos de qualidade. Mesmo em termos quantitativos, uma média do período apresentaria uma tendência quase estável. De acordo com T1 (representante em pesquisa),

O turista vem mudando com o tempo. O turista que vem [para Ilhéus] é mais pauperizado, embora o número seja quase o mesmo, o perfil vem mudando, exige-se mais e paga-se menos. Isso também é estimulado pela oferta com serviços cada vez mais precários cobrando-se preços maiores. Na medida em que se promove Ilhéus e o produto ainda não está formatado o que se vende é o lugar genérico, turismo de sol e praia, que poderia ser em qualquer lugar, por não ter diferenciação. Alguns hotéis são vendidos como se fossem o próprio destino, nem citam a cidade. Um *city tour* em Ilhéus dura 30 minutos. Os guias turísticos [locais] costumam dizer que Ilhéus é o receptivo de Itacaré porque segundo eles cerca de 70% dos turistas que vêm para cá vão para Itacaré.

No que se refere à essa competição velada com Itacaré, T4 (representante do setor público) apresentou uma visão distinta dos demais ao afirmar que

Itacaré ajuda Ilhéus a alavancar o turismo, mesmo alguns achando que Itacaré disputa o turismo, acho que ajuda muito mais do que atrapalha. Quem chega a Itacaré tem que passar por Ilhéus. Itacaré não tem infraestrutura para suportar o turista por 3, 4 ou 5 dias, o turista estando em Ilhéus e tendo curiosidade vai ficar mais um dia e vai conhecer Itacaré [mas volta para Ilhéus].

Todos os respondentes reconhecem o imenso potencial turístico de Ilhéus ainda inexplorado. Citaram as belezas naturais – ressaltando o contato com a Mata Atlântica, as variadas tipologias de turismo que poderiam ser desenvolvidas e a história e cultura local – inclusive a possibilidade de explorar o turismo rural em fazendas de cacau. Aqui a saga da “civilização do cacau”, romanceada por Jorge Amado, pode ser explorada, pois tece um imaginário que gravitou em torno da proposta dos *self made man*, que com muita luta, suor,

sangue “ergueram” a Princesinha do Sul. Importante ressaltar que a capacidade de Jorge Amado em expressar cor, humanidade e sensações através de um conjunto de palavras contribuiu seguramente para que se despertasse a curiosidade dos turistas em conhecer Ilhéus, embora nem sempre o contato com a realidade local, sem a devida ambiência e interpretação patrimonial supra as expectativas construídas antes da viagem, na fase em que o contato com o local é idealizada.

Formatando atrativos pautados nesses recursos é possível concentrar a ação local para atrair um público mais seletivo, evitando o turismo de massa de caráter mais predatório. De acordo com T1 (representante em pesquisa) a opção seria trabalhar com

um tipo de turismo mais elitista, turismo de qualidade, eufemismo para dizer que é o turista que tem mais dinheiro e gasta mais, que depreda pouco, que é mais velho, que está interessado em turismo cultural, ecológico, em se inserir no contexto local, tem maior escolaridade. Mas, para isso, é necessário que a cidade ofereça uma infraestrutura. A casa de Jorge Amado, por exemplo, você tem que adivinhar o horário que está aberta, é difícil encontrar restaurantes para almoçar no domingo. É curioso que eu ouvi uma história algumas vezes de que alguém ouviu dizer, que alguém chegou num restaurante no centro de Ilhéus por volta do meio dia para almoçar e tinha uma placa “fechado para almoço”.

T3 (representante da iniciativa privada/sociedade civil) apresentou uma visão incisiva com relação ao potencial turístico de Ilhéus ao afirmar que:

Potencial tem muito, o que falta é foco. Quando um quer o lado natural, outro quer o cultural, outro o esportivo e no final ninguém faz nada. Está faltando um catalisador. Acho que não se explora o turismo em Ilhéus, ainda se explora o turista. Não tem nenhum atrativo formatado. É melhor você assumir que tem a doença do que ficar no paliativo. Mas isso cria um certo desconforto. É uma grande dificuldade nossa, passar por cima do desconforto e reconhecer que não temos produtos formatados. As agências vendem o peixe de que existem os produtos [quando se sabe que não estão formatados, foi citado como exemplo o caso da Lagoa Encantada e do Rio do Engenho, que não dispõem sequer de formas de acessibilidade adequada e constante, sem falar na precariedade da infraestrutura desses lugares para receber os turistas]. Quando você fala em formatar só se fala que não tem recurso, não é só isso, mas a vontade de fazer os projetos, a vontade, o compromisso político. Se não virar essa página, a gente vai morrer na praia por mais estrutura que se coloque, por mais beleza que se tenha, não vai adiantar nada.

Já T1 (representante em pesquisa) visualiza o seguinte cenário:

considerando os atores principais da arena, acho pouco provável que a coisa mude, pode ser que mude a longo prazo. Mas precisa-se de fatores que não se encontram aqui: uma mentalidade pragmática focada na atividade turística, segundo, focada também no turismo, mas como atividade sustentável. Sem essa mudança de mentalidade é muito difícil.

A título de reflexão mais abrangente, Santos (2010, p. 338) acredita que

o que os autores apontam como sendo “o problema” do turismo em Ilhéus (mão de obra, hospitalidade, serviços públicos, equipamentos turísticos), na verdade parece representar apenas “a parte visível” de algo mais entranhado no tecido social local. De acordo com as evidências empíricas, o fulcro do “problema Ilhéus” está, portanto, *na inconsistência do turismo como projeto político e sua invisibilidade junto às administrações municipais como um agente econômico e um vetor de desenvolvimento local.*

A respeito das possibilidades de colaboração da atividade com o desenvolvimento local, T1 (representante em pesquisa) pontua que o turismo “ao contrário do que muitos pensaram nunca será a salvação da região”. Essa visão redentora é completamente incompatível com a dinâmica turística. Quanto começa a exploração aleatória e desordenada de um destino, como vem sendo feito em Ilhéus, a tendência é de que um dia seu ciclo de vida tenda ao esgotamento. Sob esses termos, enxergar o turismo como uma alternativa de desenvolvimento que pode salvar a região e retomar os tempos de riqueza traduz certa miopia analítica.

O turismo tem potencial para reduzir desigualdades sociais, gerar emprego, renda, qualidade de vida dentre outras oportunidades e benefícios que proporciona direta e indizidamente em todo o restante da economia. Mas essa realidade não é dada, ela só se realiza se for construída e isso exige muito trabalho, pensamento coletivo e integrado sobre os rumos que se quer para o local, agregando recursos e expandindo competências e capacidades. Algo que não se constrói no imediatismo, nem na espontaneidade. A economia de mercado tem suas lógicas e tendências, mas a responsabilidade pelos rumos traçados ou apenas seguidos no nível local é dos agentes locais. Nesse sentido, o interesse em fazer, portanto o poder, da iniciativa local se torna um recurso crucial para conduzir o turismo como uma alternativa de desenvolvimento.

3.2 Caminhos da industrialização na Bahia: um olhar sobre o Distrito Industrial de Ilhéus e a inserção do segmento de informática e eletro-eletrônicos

Por longo período marcadamente concentrada na base agrícola, a exemplo das culturas do açúcar, algodão e fumo, traçar novos rumos para a economia baiana implicava gerar conflitos e disputas internas. Assim como as contradições levantadas em nível nacional com a produção do café e transferência de recursos desse sistema produtivo para alavancar a industrialização nacional à época da substituição de importações, na Bahia, o processo de industrialização foi subsumido com a inserção de uma nova cultura que veio a sustentar a economia do estado, em crise pela decadência do açúcar e estagnação do algodão e do fumo. Ressurgia a força econômica do estado com a produção do cacau (PESSOTI, SAMPAIO, 2009).

Devido ao caráter de endogeneidade da cultura cacaueira, durante seu processo de expansão e consolidação como novo vetor dinâmico da economia baiana, poucos reflexos foram percebidos na transformação do cenário econômico estadual por meio da diversificação dos capitais. A concentração dos recursos, voltada ao desenvolvimento do cacau, lembrava a devoção dos agentes econômicos nacionais à cafeicultura, que permaneceram surdos durante longas décadas aos apelos de buscarem uma política industrial efetiva para o país. [...] Se, na Bahia, não foi o capital cacauero que alavancou o processo de industrialização, ao menos ele contribuiu para retirar a economia baiana do marasmo em que se encontrava (PESSOTI, SAMPAIO, 2009, p. 37).

As discussões relativas à industrialização são retomadas na década de 1950 devido a uma conjunção de fatores favoráveis: implantação da Refinaria Landulfo Alves, o surgimento do Banco Nordeste, a usina hidrelétrica de Paulo Afonso, o início do planejamento econômico para o desenvolvimento da Bahia (aspecto essencial para a mudança dos rumos econômicos) com ações executadas pela Comissão de Planejamento Econômico (1955), de perspectiva industrialista, com apogeu em 1970 com a construção do Complexo Petroquímico de

Camaçari. A partir de 1980, “a ausência de uma política nacional de desenvolvimento regional e as mudanças na Constituição de 1988 — que fortaleceu as jurisdições subnacionais — são, por sua vez, as principais explicações para a competição fiscal que se estabeleceu entre os estados brasileiros ao longo da década de 1990” (CAVALCANTE, 2008, p. 122).

Tendo sido transferida aos estados a responsabilidade pela gestão do desenvolvimento, aqueles que participaram diretamente da formação e acumulação de riqueza tiveram um cenário promissor, os que ficavam à margem do processo, como foi o caso da Bahia, viram-se diante da abertura comercial com entrada de capitais estrangeiros. Assim, sem base infraestrutural, socioeconômica e logística consolidadas, à dinamização da indústria na economia baiana restaram as guerras de isenção e incentivos fiscais para atrair os novos investidores e diversificar a estrutura produtiva do Bahia, frente ao novo paradigma – o neoliberalismo. A “saída” do Estado deixou as economias regionais periféricas em situação vulnerável e tendo que brigar para construir seu próprio espaço (BALANCO; NASCIMENTO, 2005; PESSOTTI; SAMPAIO, 2009).

Dessa forma, o perfil do desenvolvimento regional da Bahia assemelha-se às condicionantes que conformaram o desenvolvimento no Nordeste. De acordo com Andrade (1987), a desigualdade dos processos é marcante quando comparados, principalmente, às Regiões Sudeste e Sul que se tornaram eixos dinâmicos de desenvolvimento do país, apontando a fuga permanente de capitais como o principal fator dessa disparidade. Para Andrade (1987, p. 127),

a disponibilidade de capitais foi sempre um dos grandes entraves ao desenvolvimento regional, de vez que não só a renda regional era baixa, dando margem a uma poupança pouco expressiva, como também os capitalistas do Nordeste preferiam investir seus capitais no Sudeste do País, onde obtinham maior rentabilidade.

Essa realidade econômica foi sendo modificada com frentes de industrialização, coordenadas por políticas públicas que atraíram capitais para a região Nordeste. Do mesmo modo, o planejamento público foi sendo implementado e aprimorado, visto que as desigualdades regionais já saltavam aos olhos e exigiam intervenções imediatas. Assim, os modelos de desenvolvimento pré-estabelecidos foram perdendo legitimidade para se obter soluções que considerassem as particularidades e necessidades de cada região. Tanto para o Nordeste quanto para a Bahia, o perfil do desenvolvimento regional era delineado de forma concentrada e centralizada, fruto também da cultura de latifúndios voltados para o atendimento do modelo agrário-exportador, produtor de dinâmicas excludentes na região.

Nesse sentido, Menezes (2000) ressalta que a evolução da economia baiana está assentada no esforço de superação de dois condicionantes: a concentração setorial e espacial. Segundo ele, na vertente setorial, a industrialização na Bahia assumiu um caráter complementar e dependente em relação à industrialização no sudeste do país, restringindo-se à produção de bens complementares. Quanto à questão espacial, os processos de acumulação de capital foram concentrados na Região Metropolitana de Salvador (RMS). Nesse cenário, “os entraves à dinâmica de redimensionamento da espacialização produtiva baiana residiam na insuficiência de infraestrutura, nas pressões políticas regionais e nas dificuldades de acesso aos mercados, principalmente internacionais, de uma parcela considerável dos territórios do estado” (PESSOTTI; SAMPAIO, 2009, p. 40). A gravitação da economia estadual em torno desse espaço, “onde ainda hoje se encontra a quase totalidade dos fluxos de mercadorias, dificultou a constituição de núcleos urbanos de médio porte, capazes de funcionar como pólos regionais de desenvolvimento” (MENEZES, 2000, p. 26).

Há que ressaltar a permanência do peso do setor agrícola na economia baiana. Na década de 1980, as *commodities* cacau, sisal, fumo, mamona, algodão e café ocupavam papel

econômico significativo para o estado, tendo respondido, em 1985, por “62% do valor adicionado bruto da agricultura baiana” (MENEZES, 2000, p. 42). Segundo o autor, esse indicador inicia uma trajetória de queda, atingindo, em 1996, apenas 25,3%, em função de fatores climáticos bem como a elevação da quantidade de produtos com consequente redução de preços em função dos novos entrantes no mercado. Nesse período, a Bahia sofreu com “a redução da participação na economia brasileira, a crise dos segmentos tradicionais da agricultura e a estagnação industrial” (MENEZES, 2000, p. 42). Apesar de a economia cacaueira ter chamado a atenção para o sul do estado como uma organização espacial que despontava em função da capacidade de geração de riqueza, especialmente os municípios de Ilhéus e Itabuna, os esforços ficaram concentrados na monocultura sem indução de investimentos em diversificação produtiva.

A reversão desse cenário foi sendo construída a partir da emergência de novos segmentos produtivos ligados ao moderno *agribusiness* como a expansão do cultivo de soja no Oeste da Bahia, a celulose no Extremo-Sul e a fruticultura no Sub-Médio São Francisco. No entanto, essas frentes desenvolvimentistas partiram de ações e interesses eminentemente da iniciativa privada. Essa recuperação contou também com a modernização do papel do Estado diante da abertura da economia brasileira, seguida de saneamento das contas públicas da Bahia com aplicação mais eficiente e eficaz de recursos, possibilitando acesso a financiamentos de organizações multilaterais, e a definição de funções de intervenção estratégica e fomento ao desenvolvimento socioeconômico do estado, um aspecto crucial para desencadear processos sinérgicos. Expandiram-se as políticas estaduais de incentivo fiscal e financeiro (a exemplo do PROBAHIA, criado em 1991), bem como o fortalecimento de parcerias com o setor privado para a atração de capitais (MENEZES, 2000).

É justamente a partir daí que começam a atuar os condicionantes internos, favorecendo o desempenho da Bahia. A atuação agressiva na guerra fiscal é um desses condicionantes. Evoluindo de um programa geral como o ProBahia⁴² para programas específicos, como o BahiaPlast, o Procobre, os incentivos ao desenvolvimento da informática no polo de Ilhéus, o Agrinwest e o esforço de atração da Ford, entre outros, a política de captação de investimentos assume maiores visibilidade e efetividade (MENEZES, 2000, p. 48).

Segundo Souza e Pacheco (2003) citados por Balanco e Nascimento (2005, p. 40) o objetivo central do PROBAHIA foi “diversificar a malha industrial do estado, estimular a transformação de recursos naturais, interiorizar o processo de industrialização e de reforço da capacidade tecnológica”. Apesar disso, continuava a dinâmica de concentração de recursos distribuídos na Região Metropolitana de Salvador (RMS). Conforme dados apresentados por Balanco e Nascimento (2005), entre os anos de 1992-1996, dentre o total de projetos desenvolvidos, 45,8% estavam previstos para a RMS e o restante, 54,2% a ser distribuído pelos demais projetos no interior do estado. De acordo com Pessoti (2006), citado por Pessoti e Sampaio (2009, p.39), “no período entre 1999 e 2005 foram investidos aproximadamente R\$ 30,7 bilhões no setor industrial resultando em cerca de 135 mil empregos diretos”, sendo 80% do montante destinados para novos empreendimentos e 20% para recuperação de indústrias já implantadas.

De 2000 a 2005 esteve em vigor o Programa Desenvolve, que reforçava a ideia de diversificação produtiva na Bahia, porém, ao analisar os resultados entre projetos propostos e

⁴² PROBAHIA – Programa de Promoção do Desenvolvimento da Bahia. BAHIAPLAST – Programa Estadual de Desenvolvimento da Indústria de Transformação de Plásticos na Bahia, firmado entre o Governo do Estado da Bahia, a Federação das Indústrias do Estado da Bahia - FIEB e as empresas do Pólo Petroquímico de Camaçari. PROCOBRE – Programa Estadual de Desenvolvimento Industrial da Mineração, da Metalurgia e da Transformação do Cobre. AGRINVEST – Programa de Modernização da Agricultura Baiana.

executados no período, Pessoti e Sampaio (2009) chegaram à conclusão de que os investimentos continuaram concentrados em três segmentos em específicos: o químico e petroquímico, transformação petroquímica e atividade mineral e beneficiamento. Só o segmento de metal-mecânico ultrapassou o previsto, diferenciação garantida pelo Programa Proauto e a chegada da Ford na região, conforme pode ser observado nas Figuras 24, 25 e 26. Lima e Silva (2005), citados por Pessoti e Sampaio (2009, p. 43), destacam que essa disparidade no vetor metal-mecânico se deve à intervenção da Ford, no Complexo Industrial Ford Nordeste:

do montante total atribuído ao complexo metal-mecânico, 98,2% do investimento industrial (em valores correntes de 2005) foram realizados isoladamente pela Ford e seus sistemistas. Se excluído da análise o valor investido pela Ford e suas empresas sistemistas, o segmento [metal-mecânico] perde importância relativa, passando a ocupar a penúltima posição em termos de montante desembolsado, uma vez que o investimento do setor cai de R\$ 4.041 milhões para R\$ 71 milhões.

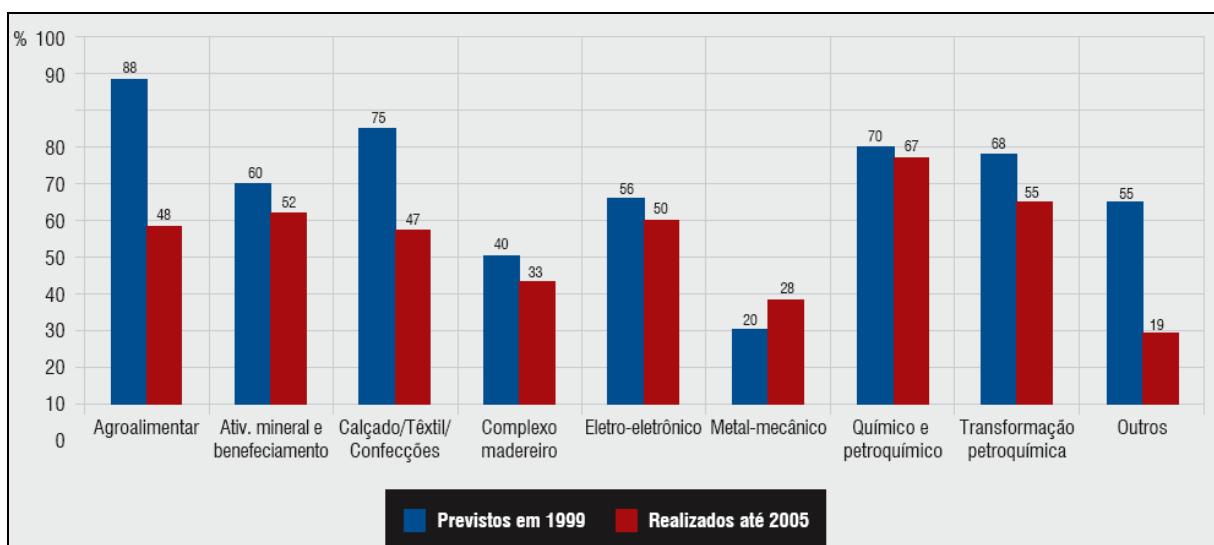


Figura 24 – Projetos previstos e realizados, por complexo produtivo, BA, 2005.

Fonte: Lima; Silva (2005, p. 30). Extraído de: Pessoti; Sampaio (2009, p. 41).

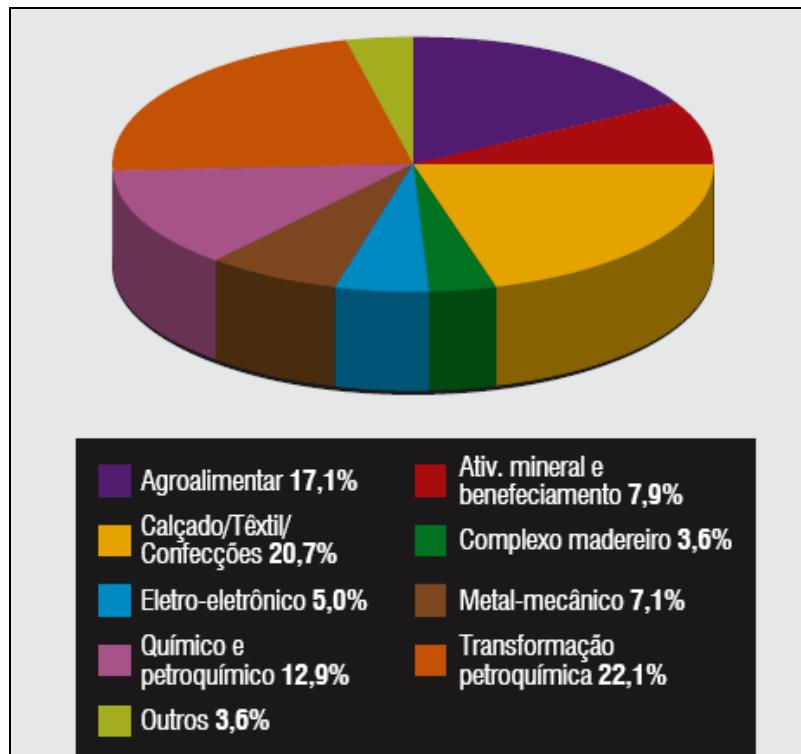


Figura 25 – Estrutura setorial dos projetos realizados, por complexo produtivo, BA, 2005.

Fonte: Lima; Silva (2005, p. 38). Extraído: Pessoti; Sampaio (2009, p. 42).

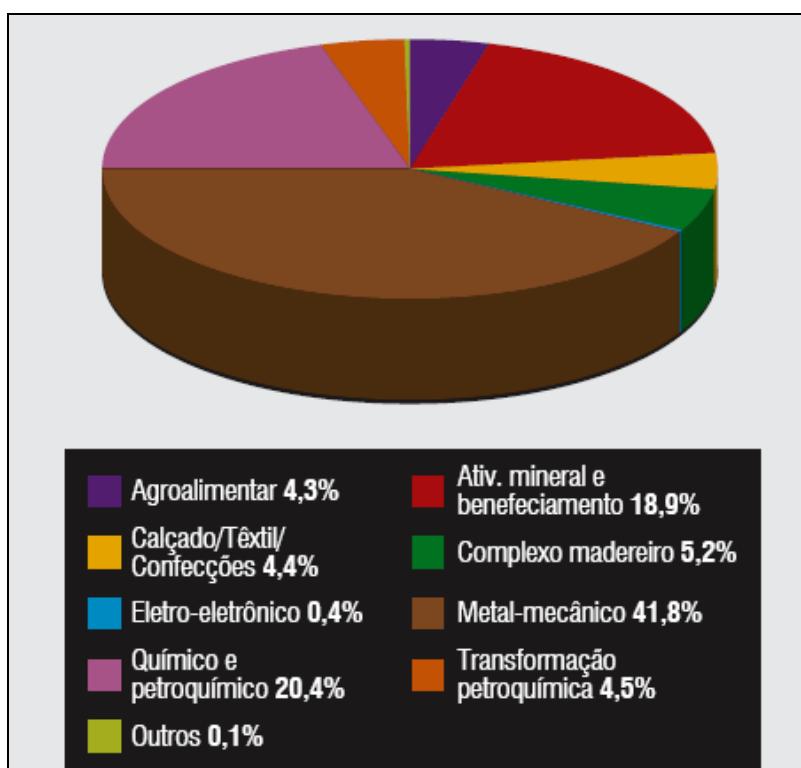


Figura 26 – Estrutura setorial dos investimentos realizados (em valores R\$ de 2004), por complexo produtivo, BA, 2005

Fonte: Lima; Silva (2005, p. 39). Extraído: Pessoti; Sampaio (2009, p. 42).

Além dos esforços em planejar o desenvolvimento do Estado através de programas voltados para possíveis “vocações” regionais – no caso de indústrias de beneficiamento e transformação de produtos primários e estímulo a novos segmentos diante das capacidades instaladas ou potenciais de cada região, também são relevantes nesse processo algumas mudanças institucionais como:

A criação da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), em 2001, da Secretaria Extraordinária de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI), em 2003, e sua posterior institucionalização como secretaria permanente, em 2004, evidenciam uma crescente aderência dessa percepção à estrutura organizacional do governo do estado. Além disso, o crescimento dos gastos estaduais em Ciência e Tecnologia (C&T), que alcançaram, em 2004, R\$ 158 milhões, contra R\$ 73 milhões em 2000 (CAVALCANTE; AQUINO, 2005, p. 9) e a atração de alguns investimentos de base tecnológica sugerem que a estratégia de desenvolvimento econômico do estado, depois de ter sido marcada pela atração de investimentos voltados para a produção de bens intermediários e, em seguida, pela atração de investimentos voltados para a produção de bens finais, poderia estar incorporando também a atração de investimentos com maior intensidade tecnológica (CAVALCANTE, 2008, p. 167).

Nesse contexto, dentre ações em todo estado da Bahia para instalar novos segmentos como os setores têxtil, de calçados, eletrônico, químico, automobilístico e de papel e celulose, novos olhares começaram a ser gestados para o município de Ilhéus com a implantação do Pólo de Informática e Eletro-Eletrônicos, em 1995, no Distrito Industrial de Ilhéus. Para além dos benefícios dos programas de desenvolvimento da Bahia, Cavalcante (2008, p. 132) avalia que “os esforços e os efeitos identificados parecem estar mais associados ao aparecimento de oportunidades específicas do que propriamente a um processo estruturado de seleção de projetos de investimentos” que se enquadrem ao planejamento estatal do desenvolvimento regional, mesmo que ao final, tratava-se de bens finais, segmento de interesse prioritário da política de industrialização adotada pelo Governo.

Dados os montantes investidos no segmento industrial, as Figuras 25 e 26 evidenciam a pouca significância do setor de eletro-eletrônicos para o Estado, dificultando a alavancagem dos Pólos instalados no interior (Ilhéus e Feira de Santana), uma vez que, do total investido grande percentual é conduzido para o Pólo de Salvador. Muito embora não seja o “carro-chefe” para a economia do estado, é preciso reconhecer que a implantação do Pólo de Informática e Eletro-Eletrônicos de Ilhéus foi uma ação de fomento do Governo da Bahia, visando impulsionar a revitalização da economia de Ilhéus e seu entorno, estruturada durante anos no modelo monocultor e agroexportador do cacau.

3.2.1 Histórico de implantação do Distrito Industrial

A oportunidade de implantação do Distrito Industrial de Ilhéus surge por volta da década de 1960, quando a SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste) cria uma pasta de incentivos financeiros a fim de apoiar projetos de desenvolvimento da iniciativa privada na região Nordeste, visando a desconcentração econômica e diversificação produtiva por ser uma região, por vocação, de cunho fortemente agrário. Situação que refletia a dependência regional e as desigualdades frente às demais regiões do país, a vulnerabilidade às oscilações de preços de mercado (interno e externo – pelo exclusivo perfil agrário-exportador incentivado por longo período) e intempéries comuns nesse segmento, sem falar nos

problemas relativos a políticas públicas de apoio, crédito e financiamento ao setor. Na Bahia, a tentativa de diversificação começou a ser vislumbrada com a interiorização do desenvolvimento, passo dado com incentivos à formação de distritos industriais regionais em contraposição à dinâmica concentradora na Região Metropolitana de Salvador. Nesse contexto, são criados os distritos industriais de Ilhéus, Itabuna e Itabela. De acordo com Carvalho (1998, p. 11-12),

Foi o professor Milton Santos que fez a primeira tentativa de hierarquização dos centros urbanos da Bahia, em 1958, no trabalho intitulado “Zonas de influência comercial do estado da Bahia”. Este trabalho foi baseado nas informações de uma pesquisa realizada em 1953 pela Inspetoria Regional de Estatística Municipal da Bahia, cujo objetivo consistia em detectar a situação do comércio de abastecimento dos principais núcleos urbanos do interior e as relações mantidas com Salvador e outras cidades do país. [...] A SUDENE, no documento “Espaços geográficos e política nacional”, ao definir diretrizes de ação de natureza espacial, sob a denominação de centros dinamizadores, selecionou certo número de núcleos urbanos capazes de desempenhar funções estratégicas dentro de suas respectivas áreas de influência, mediante dinamização do setor industrial, fazendo parte do Programa de Distritos Industriais – PRODIN, ligado à Secretaria de Indústria e Comércio.

Essa é uma proposta não só de interiorização do desenvolvimento e redução das desigualdades regionais, mas também um instrumento para evitar o deslocamento de mão de obra excedente (desempregados) para os grandes centros urbanos, neste caso a região metropolitana de Salvador. Assim, nos primeiros passos do planejamento do desenvolvimento regional, Ilhéus/Itabuna figuraram como centro de segunda importância – em relação à capital Salvador –, sendo que a alocação do distrito industrial foi definida para o município de Ilhéus em 22/11/1973, através do Decreto Estadual nº 23.823, pelos diferenciais em infraestrutura e logística – rodovias integradas a um escoadouro de porte internacional na época, o porto de Ilhéus, e um aeroporto em funcionamento. O Distrito foi instalado nas proximidades da Barragem do Iguape, área contígua ao litoral (Figura 27), a 4km do porto de Ilhéus e a 7 km do centro histórico da cidade. Toda sua extensão é cortada pela Rodovia BA-262 (Ilhéus/Uruçuca) com ligações à BR-415, BR-101 e BR-116. Apresenta área total de 3.498.020,71m² composta por: 917.438,10m² de área ocupada, 903.959,49m² de área disponível e 1.676.623,12m² de área de infraestrutura (SUDIC, 2007).



Figura 27 – Distrito Industrial de Ilhéus⁴³.

Fonte: Google imagens (sem indicação de crédito para a produção da imagem).

Segundo Carvalho (1998, p. 53) o Distrito Industrial de Ilhéus foi criado com os seguintes objetivos:

1. Aumentar a renda e assegurar empregos em escala ascendente, a fim de reduzir o fluxo da mão de obra em demanda aos maiores centros, permitindo uma relação mais equilibrada entre os centros polarizadores sub-regionais e a Região Metropolitana de Salvador;
2. Criar condições para o desenvolvimento industrial mediante uma oferta estável e elástica de terrenos industriais, a custos módicos, em áreas bem localizadas e racionalmente zoneadas e equipadas;
3. Promover a criação de empresas industriais voltadas para o aproveitamento dos recursos regionais, que induzissem o crescimento dos demais setores produtivos através da dinamização do setor secundário;
4. Orientar a implantação no sentido de uma integração com o núcleo urbano e suas diversas funções e, especialmente, com áreas habitacionais, emprestando-lhe mais completa permeabilidade;
5. Atração de investimentos que pudessem diversificar a economia regional.

Em que pese as intenções de interiorização das ações desenvolvimentistas propostas nos planos e a relativização entre proposto/executado, cabe destacar que a intencionalidade de diversificação continuaria mantendo a centralidade econômica de Ilhéus e da Micro-Região Cacaueira na produção de cacau, pelo fato de se estimular a instalação de empresas com vistas

⁴³ A imagem não contempla todo o Distrito. Com relação às empresas que compõem o Pólo de Informática, muitas não operam nessa área, pois estão distribuídas em várias localidades mais próximas do centro da cidade, movimentação facilitada por serem, em sua maioria de pequeno e médio porte, exigindo fiscalização para funcionamento em adequação às particularidades do perímetro urbano.

a beneficiar ou transformar recursos regionais, no caso, o cacau. Se num primeiro momento o estímulo a expandir a cadeia produtiva do cacau poderia ser viável pela produtividade observada na época, por outro, conduzia o setor secundário a uma condição também de dependência. Ou seja, apesar de terem sido atraídas indústrias não ligadas ao beneficiamento e transformação do cacau (moagem e torrefação de café, beneficiamento de mármore e granitos, confecções, transportadoras, artefatos de concreto, madeira, produtos alimentares, processamento e armazenamento de cacau, bebidas, química, fertilizantes, mobiliário, lavanderia, produtos de borracha – empresa MUCAMBO –, fabricação de embarcações, metalúrgica e serviços – posto de gasolina, SESI/SENAI, 13^a CIRETRAN e Embasa – conforme dados da Sudic (2007)), o grande filão de mercado regional foi a exploração dos frutos de ouro e de insumos básicos que dariam suporte à agricultura (leia-se produção de cacau). Muitas empresas de capital nacional operaram na região, mas não tiveram fôlego para resistir a todas as crises cíclicas do cacau e ao poder das multinacionais que atuam no ramo.

O fato é que, o Distrito poderia ser resumido no pólo moageiro de cacau. Com a queda brusca da produtividade regional pós-crise de 1989, três das cinco multinacionais que atuam no ramo continuam instaladas em Ilhéus, mas precisam importar amêndoas para suprir sua capacidade de moagem, sendo que pouco da riqueza gerada nesse segmento fica na região. Com a crise do cacau, o Governo da Bahia incentivou, através de política fiscal, a implantação do pólo de confecções, composto por empresários da região, que gerou empregos e renda com a instalação de dez empresas, mas não despontou, nem mesmo alcançou a estabilidade de um segmento significativo para o desenvolvimento do município. A região continuou com a imagem da crise do cacau sendo combatida lentamente por ações de pequeno porte e esparsas. Segundo Carvalho (1998), com a crise da cacaueira, cerca de 19 empresas do Distrito Industrial fecharam as portas. Em 1995, forma-se uma nova expectativa de reversão da crise com o fomento de um setor ainda não desenvolvido na região e baseado em tecnologia, o segmento de eletro-eletrônicos, com a criação do Pólo de Informática de Ilhéus.

3.2.2 Pólo de Informática: políticas públicas e motivações

O projeto de implantação do Pólo de Informática de Ilhéus – PII, em 19 de junho de 1995, através do Decreto Estadual nº 4.316, é resultado de um direcionamento explicitamente espacial, diferentemente das demais regiões do estado, por ter sido motivado “pela necessidade de se criar uma alternativa econômica para a região diante da crise prolongada da produção de cacau que, por longo período, respondeu pela dinâmica da economia local” (CAVALCANTE, 2008, p. 158). Divulga-se que a crise do cacau provocou desemprego de cerca de 250 mil pessoas na micro-região cacaueira. Embora Ilhéus figurasse como eixo central, esse número não se esgotava em sua jurisdição visto que a população, em 2000, totalizava 220 mil habitantes. Noutra perspectiva, esse número resvala na magnitude do desequilíbrio regional gerado desde então.

O PII é constituído por empresas com ênfase em montagem de equipamentos de informática e eletro-eletrônicos, apesar de convencionalmente ser denominado Pólo de Informática. As condições infraestruturais, logísticas e de apoio em P&D disponíveis em Ilhéus na época já suscitavam críticas pela escolha de Ilhéus como sede do novo Pólo, já que a Região Metropolitana de Salvador atendia ao conjunto de requisitos necessários para não só implantar como expandir o empreendimento. Ademais, a capacidade de geração de emprego

nessas indústrias em comparação com a empregabilidade da cacaicultura soava pouco agregativa.

De acordo com Silva (2010, p. 5), apesar do perfil exógeno, configurado por uma política pública do Governo da Bahia, o Pólo teve um embrião endógeno, uma “*a joint venture* entre as empresas Bitway nascida de proprietários filhos de pessoas ligadas ao cultivo do cacau e a Tropcom Tecnologia, em 1993”, suscitando novos olhares para o segmento na região. O autor ressalta ainda a dinâmica semelhante a vários outros setores do mercado, a entrada de capital estrangeiro buscando as vantagens locacionais e os incentivos fiscais estaduais e municipais que mascaram as desvantagens competitivas, um exemplo citado é o da “*empresa Vitech, uma joint venture*⁴⁴ com a *Gatway* americana, [que migrou] para Bahia, em 1994, sob o nome de *Bahiatech*” (SILVA, 2010, p. 5). Queiroz (1997) argumenta que a empresa investiu por volta de R\$ 5 milhões para implantar a linha de montagem e adequar a estrutura do galpão às novas necessidades de produção, visto que funcionava como depósito de cacau da Itaísa (um ambiente com 8% de umidade para acondicionamento das amêndoas de cacau).

Mesmo podendo ser considerados os primeiros passos para a instalação do setor de informática e eletro-eletrônicos no município, o cenário também se tornava propício em termos de fomento e investimentos sustentados por políticas públicas estaduais, especificamente após o ano de 1991, com a instituição do Programa de Promoção do Desenvolvimento da Bahia – PROBAHIA, sustentado em incentivos e isenção fiscal objetivando o crescimento industrial no estado. Como suporte foi criada uma lei estadual de incentivo específico às indústrias de informática, eletrônica e comunicações que se instalassem na região.

Santos (2005) destaca que apesar do papel exercido pelo governo da Bahia em ter atraído dez indústrias logo no início do processo, os olhares teriam sido voltados para o segmento de informática como oportunidade de indução ao desenvolvimento da região quando uma indústria de equipamentos de informática do Espírito Santo transferiu-se para Ilhéus. Além da forte intervenção fiscal do Governo da Bahia, também foi decisiva no processo de atração de indústrias para Ilhéus a disponibilização de infraestrutura local, seguida de um fator não interessante quando se tem em mente o desenvolvimento local, o baixo valor da mão de obra (a remuneração média no pólo seria de um salário mínimo). Segundo as empresas entrevistadas na pesquisa, “o município de Ilhéus não é a localização mais adequada para a instalação de uma fábrica de informática, pois os principais mercados dos produtos do PII estão localizados nas regiões sudeste e sul do país” (SANTOS, 2005, p. 77). Esse entrave é exacerbado com as limitações logísticas do aeroporto e porto de Ilhéus que não dispõem de terminal alfandegário, impondo a movimentação de cargas via aeroporto de Salvador, Minas Gerais ou São Paulo e modal rodoviário até Ilhéus. Esses fatores, a longo prazo, não sustentam nem contribuem para a consolidação do segmento como uma alternativa de desenvolvimento para o município.

Dentre as condições atrativas pode-se citar a negociação da alíquota de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias), a isenção de imposto de renda por 10 anos, com possibilidade de expansão de parte dessa concessão, ou seja, um recolhimento menor acordado desde que o percentual restante fosse reinvestido na unidade industrial (projetos de modernização, ampliação e diversificação), além de negociações da tributação incidente na movimentação de mercadorias, por ser um segmento que necessita de importação de peças e escoamento de produtos finais (CARVALHO, 1998).

⁴⁴ Uma *joint venture* é uma forma de associação de empresas para explorar um determinado mercado, mantendo as personalidades jurídicas das empresas envolvidas. Visa o lucro, compartilhamento de pontos fortes no processo produtivo, experiências inovadoras e custos. São mais comuns nos ramos de tecnologia, automotivo e alimentício.

Além do apoio estadual, de acordo com Silva (2001) as indústrias do Pólo contam com incentivos federais através da SUDENE e do Ministério de Ciência e Tecnologia – MCT, somada, na escala municipal, à isenção de IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano e de ISS – Imposto sobre Serviços, pelo prazo de 10 anos, para aqueles que se instalassem até 2003, posteriormente prorrogáveis até 2009. Santos (2004) argumenta que os incentivos fiscais garantidos pelo Governo da Bahia foram decisivos para a atração de empresas desse segmento para a Bahia, visto que, tradicionalmente, estão instaladas na Região Sul do país, com dois aspectos favoráveis: mercado consumidor e fornecedores especializados. No entanto, com base em informações do SINEC – Sindicato das Indústrias de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos, Computadores, Informática e Similares dos Municípios de Ilhéus e Itabuna, Estado da Bahia, criado em novembro de 1998, Santos (2004) evidencia que os incentivos fiscais podem ter sido atrativos, mas foi construído um interesse real das empresas em fixarem suas atividades na região, visto que investiram na aquisição ou construção de suas sedes de operação. No ano de 2001, o SINEC alcançou a criação do selo industrial do Pólo de Informática e Eletro-Eletrônico de Ilhéus. Apesar de convencionalmente ser denominado de Pólo de Informática, com base em dados do SINEC (2009), dentre as 74 empresas filiadas, 3 são do setor de elétrica, 21 de eletrônica, 48 de telecomunicações e 2 exclusivas de informática.

A isenção ou mesmo a redução da carga de impostos tem a contrapartida normatizada pela Lei de Informática, do Ministério da Ciência e Tecnologia, que prevê o investimento de recursos em pesquisa e desenvolvimento (P&D) e formação de capital humano, como forma de reverter benefícios para a sociedade. Conforme Silva (2001, p. 15-16),

Para qualquer benefício conseguido, a empresa desloca, anualmente, pelo menos 5% do valor do faturamento bruto obtido com a comercialização de bens e serviços de informática no mercado interno. Destes 5%, no mínimo 2,3% destinam-se, obrigatoriamente, a financiar projetos de pesquisa em Universidades, Institutos de Pesquisa e outras entidades brasileiras de ensino oficial reconhecidas observando-se que percentual não inferior a 1% aplica-se em projetos desenvolvidos por entidades a nível nacional, [entre outras formas de aplicação].

Além disso, as empresas podem contar com a redução/isenção do IPI (imposto sobre produtos industrializados). No caso do Pólo de Informática de Ilhéus, a redução de 75% do imposto de renda devido foi condicionada a investimentos em pesquisa e desenvolvimento de projetos produtivos na Região Nordeste (SILVA, 2001). De acordo com o SINEC (2009) 40 empresas do PII são beneficiadas pela lei de informática. Quanto aos impactos da lei de informática no Pólo de Ilhéus, foram obtidas as seguintes avaliações:

A Lei de Informática, lei federal, é a base da implantação de diversos pólos de tecnologia no país. O principal aspecto positivo é a obrigatoriedade das empresas portadoras do PPB – Processo Produtivo Básico – investirem um percentual de seu faturamento decorrente dos produtos incentivados em atividades de Pesquisa e Desenvolvimento [P&D] de produtos. Paralelamente, é uma ferramenta importantíssima na capacitação dos profissionais dos Centros de Pesquisas e Universidades, assim como, uma possibilidade dos pesquisadores desenvolverem os seus projetos inovadores. Outro aspecto positivo é participação na economia nacional através da exportação de bens de informática ou eletrônicos. Por fim, a implantação da cultura da INOVAÇÃO contribuindo para o crescimento auto-sustentável de longo prazo deste setor produtivo no país. O aspecto negativo mais discutido nos Ministérios responsáveis são em relação às empresas multinacionais que desenvolvem no país tão somente projetos em “software” e o “hardware” – que é a parte mais importante do projeto – nos países de origem. Claro que sempre são necessárias adaptações, mas nossos problemas são mais de ordem estadual do que federal (P3, representante da iniciativa privada/sociedade civil).

Em relação a P&D, o impacto é mínimo, e esse desse ano em diante tende a zero. A Bitway, única empresa [do Pólo de Informática de Ilhéus] com investimentos significativos da lei está em recuperação judicial e não haverá investimentos nesse setor. Até o momento, a lei beneficia apenas as empresas que terão menos obrigações. O pólo, segundo o Sindicato das empresas – SINEC, é capaz de gerar R\$ 15.000.000,00 em investimentos, e, este ano, a perspectiva de captação é de apenas R\$ 100.000,00 para a região. Esses números falam sozinhos (P4, representante do setor público).

Um exemplo de brecha na lei estadual de incentivo à instalação de indústrias no Pólo de Ilhéus foi segundo P3 (representante da iniciativa privada/sociedade civil), “a permissão dada pelo Governo da Bahia, a uma indústria da Semp Toshiba de se alojar na capital Salvador, usufruindo dos benefícios da lei de incentivos fiscais elaborada exclusivamente para fomentar o desenvolvimento do Pólo de Ilhéus”. E esse não é um caso isolado. Para P1 (representante do setor público), “o Pólo necessita de pelo menos uma empresa âncora”. Essas incoerências na lei foram reconhecidas pelo superintendente de indústria, comércio e mineração, Antônio Carlos Matias, da Secretaria estadual da Indústria e Comércio (SICM), em notícia veiculada no jornal Correio da Bahia (2007, p. 3), que se mostrou consciente que a legislação em vigor precisa ser revista. No caso citado da Semp Toshiba, informou que “a legislação permite que empresas que invistam mais de R\$50 milhões e tenham duas linhas de produção distintas possam se instalar fora de Ilhéus e desfrutar dos benefícios fiscais”.

3.2.3 Pólo de Informática: caracterização, resultados e entraves operacionais

A meta central com a criação do Pólo de Informática de Ilhéus (PII) era a geração de emprego e renda, apesar de estar subjacente a ocorrência de impactos em espacialidades exteriores ao território em análise. De acordo com Silva (2001), uma comparação entre o PIB municipal e a renda per capita antes da crise do cacau e depois do Pólo, pode-se observar que os objetivos de geração de emprego e renda a curto e médio prazo foram de certa forma atingidos, conforme demonstrado na Tabela 11. Após a crise do cacau em 1989 percebe-se uma redução marcante na renda per capita se comparados os anos de 1980, antes da crise e 1996, pós-crise. O período de análise definido atende ao objetivo da autora em demonstrar o impacto positivo gerado na renda per capita do município com a implantação do Pólo em 1995, já refletida em 1999.

Tabela 11 – Evolução do PIB e da renda per capita, Ilhéus-BA

PIB TOTAL (Milhões R\$)				RENDA PER CAPITA (Milhões R\$)			
1980	1990	1996	1999	1980	1990	1996	1999
823	844	810	1.107	6.068,02	3.772,27	3.342,06	4.342,26

Fonte: SEDECON/PMI. (Extraído de SILVA, 2001, p. 20).

Com base no relatório de avaliação dos primeiros 5 anos de implantação do Pólo, realizado pelo Governo da Bahia, existiam, em junho de 1999, 12 empresas atuando nesse segmento, sendo a maior parte constituída de micro e pequenas empresas, com exceção da Microtec (Bahiatec) e Waytec, ambas responsáveis pelas maiores taxas de geração de emprego, 467 e 323, respectivamente; considerando o total de 970 empregos diretos. A produção é destinada ao atendimento das demandas do mercado nacional e baiano, gerando no acumulado de janeiro a junho de 1999, R\$ 77.961 milhões, conforme Tabela 12. No ano

anterior, 1998, o valor da produção atingiu US\$ 186.227 milhões (montante seis vezes superior ao ano de 1997). Esse crescimento exponencial foi um reflexo da fusão entre as empresas Microtec e Bahiatec, com a transferência da linha de produção em operação na cidade de São Paulo para Ilhéus (GOVERNO DA BAHIA, 1999).

Tabela 12 – Emprego e produção das empresas do Pólo de Informática de Ilhéus, jun. 1999

EMPRESAS	EMPREGOS	PRODUÇÃO			
		VALOR* (Em R\$ 1.000)	PERFIL	DESTINO**	
				Brasil	Bahia
Microtec (Bahiatec)	467	51.000	Computadores	95%	5%
Waytec	323	10.260	Monitores e Monitores LCD	100%	
Novadata	8	4.631	Computadores	100%	
Login	6	3.800	Computadores	25%	75%
Bitway	27	3.130	Computadores	30%	70%
Netgate	29	1.378	Computadores	20%	80%
World Express	21	1.193	Computadores	25%	75%
Interlink	10	829	Produtos para Redes	91%	9%
Unicoba***	25	659	Eletroeletrônicos	97%	3%
Preview	9	600	Computadores	30%	70%
Chipnet	4	353	Computadores	1%	99%
Begônia	41	128	Monitor e Teclado	10%	90%
TOTAL	970	77.961	-	-	-

* Valores acumulados janeiro-junho de 1999 (pesquisa direta).

** A única empresa que atualmente exporta para o MERCOSUL, através de sua sede em São Paulo, é a Unicoba. Microtec e Begônia estão em fase de preparação.

*** Eletroeletrônicos produzidos: ferro de soldar, sirene para alarmes etc.

Fonte: GOVERNO DA BAHIA, 1999, p. 3.

No que se refere à mão de obra⁴⁵ empregada, há que considerar o baixo nível de qualificação exigido, ensino médio na maioria dos casos, visto que o perfil das empresas é de montagem de computadores, onde o treinamento efetuado na própria empresa e através de cursos de capacitação oferecidos pelo SENAI é voltado para a execução de funções específicas. São poucos os empregados que necessitam ter nível superior por não haver necessidade de pessoal preparado para desenvolver novos processos e produtos (P&D). A maior parte destes está atuando em empresas que possuem Processo Produtivo Básico (PPB)⁴⁶, pois exigem maior preparo técnico (GOVERNO DA BAHIA, 1999). Além disso, o número de empregos gerados também não é expressivo quando comparado à empregabilidade nas lavouras de cacau dado que não é um setor intensivo em mão de obra, fator não significativo isoladamente para estabelecer o potencial de indução do desenvolvimento.

Quanto à produção de computadores, a Bitway aumentou seu patamar de 823 computadores (em 1997) para 4.000 unidades em 1998. A Login apresentou crescimento de 50% (quantidade não disponibilizada no relatório) e, em 1999, podia-se dizer que a Microtec detinha 64,5% de toda produção de microcomputadores do pólo de informática. Não foram apresentados dados da produção total do Pólo, ano a ano, porém, pode-se fazer uma abstração

⁴⁵ À época, o salário padrão considerado no comércio local e pelo patronato era de R\$ 190,00, adotado como piso salarial nas contratações efetuadas para o PII.

⁴⁶ “Empresas com PPB são aquelas que possuem fabricação interna com níveis de valor agregado local compatíveis com as características de cada produto (montagem e soldagem de todos os componentes nas placas de circuito impresso; integração das placas de circuito impresso e das partes mecânicas na formação do produto final, entre outras etapas)” (GOVERNO DA BAHIA, 1999, p. 2).

desse percentual de comando com o valor acumulado de janeiro a junho de 1999 fornecido no relatório, equivalente a 32.071 computadores. Nessa base, 64,5% equivaleria a aproximadamente 20.685 computadores (GOVERNO DA BAHIA, 1999).

Além dos computadores, no mesmo período, foram produzidos 65.791 monitores e 84.000 equipamentos eletroeletrônicos (peças e componentes de baixo valor agregado). A produção de monitores foi iniciada em 1998, pelas empresas Begônia, Microtec e World Express, com aproximadamente 104 mil unidades. No ano de 1999, a entrada da Waytec ampliou a produção de monitores em 45.000 unidades, assumindo 68% da produtividade do Pólo, que passou a responder por aproximadamente 13% da demanda nacional de monitores, inclusive os de cristal líquido. Mas, nesse mesmo ano o Pólo apresentou queda na produção em relação ao ano de 1998, obtendo um valor de aproximadamente US\$ 125 milhões. Esse fato evidenciou fragilidades desse vetor que é dependente de importação de peças e componentes e sofre as perdas com a desvalorização do real frente ao dólar (GOVERNO DA BAHIA, 1999).

Mesmo com essa fragilidade o Pólo vem apresentando, desde então, uma tendência crescente, como pode ser observado na Figura 28. O faturamento anual deslocou-se de R\$ 695 milhões em 2001 para R\$ 2 bilhões em 2007. De acordo com o SINEC (2009) foram gerados 1.642 empregos diretos e 1.600 temporários, distribuídos entre as 74 empresas ativas. A arrecadação de ICMS, da ordem de R\$ 24 milhões, representou 53% do recolhimento da região. As compras de materiais e peças necessárias ao processo de montagem, efetuadas no estado da Bahia ultrapassaram R\$ 130 milhões, as efetuadas em outros estados somaram R\$ 640 milhões. No mesmo ano foram investidos R\$ 90 milhões com baixo nível de endividamento das empresas. Recursos monetários que poderiam estar circulando no próprio município através da implantação de outras empresas que venham a complementar a cadeia produtiva, reduzindo os vazamentos de recursos.

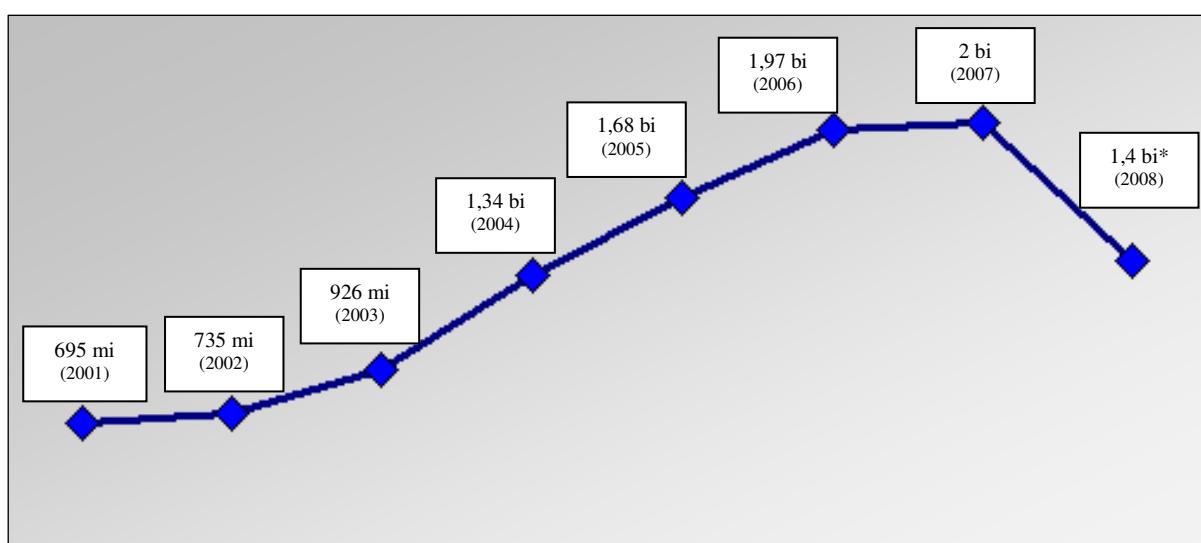


Figura 28 – Faturamento Anual do Pólo de Informática de Ilhéus (R\$).

* Estimativa (Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração)

Fonte: OLIVEIRA; PITOMBO, 2009 – extraído do Jornal A Tarde, jul./2009 (com adaptações).

No ano de 2004, Santos (2005) informa que o PII era constituído por 44 empresas em operação e 6 em fase de implantação. É curioso observar que “64,7% das microempresas foram fundadas entre os anos de 2001 e 2003” (SANTOS, 2005, p. 60), enquanto que as empresas de médio porte instalaram-se entre 1995 e 2000. Santos (2005) explica que essa ocorrência é resultante da maior probabilidade de falência relacionada a microempresas e da

pouca dificuldade apresentada aos entrantes desse mercado. Entre os anos 2001 e 2003 em média 14 empresas abriram falência enquanto 15 novas empresas passaram a integrar o pólo. Analisando os riscos de vazamento das riquezas geradas, pode-se dizer que existia a tendência a maior circulação monetária no município induzindo o desenvolvimento local visto que a maior parte das indústrias é constituída de capital nacional isto é, as de pequeno e médio porte são 100% de capital nacional, as microempresas têm 76,5% de capital nacional e 5,9% estrangeiro e 17,6% um misto dos dois capitais. 70,6% das microempresas funcionavam de forma independente, as pequenas e médias funcionavam também de forma independente, na margem de 80% e 100%, respectivamente (SANTOS, 2005).

Dentre os entraves operacionais observados desde a implantação do Pólo até o ano de 2003, recebeu destaque a dificuldade em contratar mão de obra especializada, principalmente para as pequenas e médias empresas que, no geral, se instalaram no início. Já as microempresas foram beneficiadas, nesse caso, pela entrada tardia; em seguida, as duas dificuldades mais comuns para todas as empresas foi produzir com qualidade e obter capital de giro (SANTOS, 2005). De acordo com relatório do Governo da Bahia (1999) o vetor de eletroeletrônicos é vulnerável no aspecto logístico por ser dependente de importação de peças e componentes e sofrer com as perdas da desvalorização cambial. Segundo o SINEC (2009), é importante destacar as inadequações logísticas não só como entraves operacionais, mas também como um desestímulo a novos entrantes. Diante das inadequações no porto e aeroporto em funcionamento no município, com consequente deslocamento de eixo logístico para Salvador, Ilhéus deixa de arrecadar os impostos das movimentações de mercadoria (escoamento nacional, importação de peças e exportação de bens).

Na avaliação de Gentil Pires [presidente do SINEC], os dois maiores obstáculos que emperram a consolidação definitiva daquele complexo permanecem os mesmos de 12 anos atrás (o pólo foi criado oficialmente por decreto estadual de 1995). O primeiro problema é relacionado à logística, ao recebimento de insumos e escoamento de nossos produtos. Como Ilhéus até hoje não possui um porto com rotas regulares de navios ‘conteineiros’ e nem um aeroporto alfandegado, dependemos de Salvador ou de outras capitais (Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro, Vitória) para a importação e exportação. Isso eleva nossos custos e prejudica a competitividade das indústrias locais”, equaciona. O outro grave entrave para o desenvolvimento do pólo e atração de novas empresas, segundo Pires, está na esfera da educação, da capacitação profissional: Ilhéus e região não oferecem cursos técnicos (nível médio) e tecnológicos (superior) nas áreas de eletroeletrônicos. Nossas indústrias precisam importar mão de obra qualificada de outras praças. Isso desestimula novos investimentos. Se tivéssemos esses cursos aqui, a demanda seria alta, porque o estudante já teria praticamente assegurado estágio e emprego no pólo, acredita (CORREIO DA BAHIA, 2007, p. 1).

Dentre as propostas do SINEC (2009) para a superação desses gargalos, pode-se citar algumas urgentes como: Porto (em funcionamento) - aprofundamento da área de atracação do porto para 12 metros, construir mais 300m de cais, ampliar a área do retroporto (armazenagem) em 100 mil m², sendo que esses benefícios não se limitariam a atender as necessidades do PII, mas também a outros produtos do estado como soja, carne, frutas, chocolate, minério, calçados e celulose, melhorando também as condições para atracamento de navios de cruzeiro (turismo); Aeroporto – construção do aeroporto internacional, com segurança e capacidade de movimentação de cargas industriais, com base alfandegária, garantindo o desembarque mais rápido no recebimento e venda de peças, materiais e produtos, por estar no mesmo município de operação das empresas. Rodovias – recuperação das rodovias que dão acesso ao município, duplicação da rodovia BA-415 (Ilhéus/Itabuna), construção de um semi-anel rodoviário. Infraestrutura do Distrito Industrial – recuperação da pista de rolamento (Figura 29 e 30), terraplanagem e oferta de terreno, melhorar iluminação,

segurança, saneamento básico e circulação de transporte na área. Por todas essas reivindicações, a execução do projeto do Complexo Intermodal “Porto Sul” funcionaria como uma estrutura local garantidora dos processos de movimentação de mercadorias com menores prazos e custos, indutora e atraente a novos negócios.



Figura 29 – Estado das pistas no Distrito Industrial.
Fonte: SINEC, 2009.



Figura 30 – Estado das pistas no Distrito Industrial.
Fonte: SINEC, 2009.

De acordo com Santos (2005) o mercado regional (local e estadual) tem baixa participação como destino de venda da produção do PII conforme pode ser visualizado na Tabela 13.

Tabela 13 – Destino das vendas das empresas do Pólo de Informática de Ilhéus – BA (%)*

Destino	Micro		Pequena		Média	
	2000	2002	2000	2002	2000	2002
Local (Ilhéus)	0,6	13,4	2,2	1,8	20,0	20,0
Estado	42,3	32,5	15,5	16,2	1,0	1,0
Brasil	57,0	52,9	76,7	76,2	79,0	79,0
Exportação	0,1	1,2	5,7	5,9	0,0	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

* Dentre as 43 empresas instaladas em 2002 o autor utilizou uma amostra de 29 empresas.

Fonte: SANTOS, 2005, p. 66.

A explicação para esses dados é que

não se está em presença de firmas que se desenvolveram a partir de demandas das empresas localizadas na região. A maioria das firmas do Pólo de Informática de Ilhéus nasceu com o foco no mercado nacional. Dois fatores parecem justificar essa orientação estratégica: o reduzido tamanho do mercado regional e o fato de muitas serem empresas que já eram atuantes no mercado nacional (SANTOS, 2005, p. 66).

Santos (2005, p. 68) destaca, ainda, que “o setor de informática é fortemente dependente de transferência tecnológica, o que explica a baixa introdução de novos produtos para o mercado internacional – 5% para as micro e 10% para as pequenas empresas”. As inovações desenvolvidas no PII são: “criação de novas formas de acondicionamento dos produtos – frágeis e de alto valor, seguida das inovações nos desenhos dos produtos”. Percebe-se uma extração do elevado grau de dependência tecnológico no momento em que o autor identificou as fontes de informação utilizadas pelas empresas em seu processo inovativo. Dentre os dados obtidos, chamam atenção os seguintes:

o departamento de P&D da empresa foi considerado como sem importância por 64,7% das microempresas e por 60% das pequenas empresas; 64,7% das microempresas que consideraram sem importância as universidades e centros tecnológicos como fonte de informação, sendo o percentual ainda maior para os institutos de pesquisa, centros de capacitação profissional com 88,2% da empresa não apontando qualquer importância. Para as instituições que realizam testes, ensaios e certificações o percentual chegou a 94,1% (SANTOS, 2005, p. 71-72).

O alto grau de importância para o processo de inovação foi atribuído pelas microempresas às seguintes fontes de informação: 70,6% clientes e área de produção, 64,7% fornecedores, 58,8% feiras, exibições e lojas e 52,9% para áreas de vendas e marketing. Com percentuais diferentes as pequenas empresas também apresentaram uma percepção de alta importância nessas mesmas fontes (SANTOS, 2005). Muito provavelmente não se pode atribuir esse comportamento à falta de consciência dos empresários, mas às restrições contributivas que os interesses dos mesmos estabelecem na possível dinâmica de “industrialização” de Ilhéus. Isto é, atende às expectativas dos atores presentes até o momento a continuidade do perfil de montadoras, quando seria conjuntamente promissor também o fomento em pesquisa e desenvolvimento (P&D) – expandindo a agregação de valor ao produto por conhecimento embutido nos processos de produção. A isso não se atribui a inexistência de interesse dos empresários e demais atores envolvidos, mas a mudança de

cenário exige parcerias sólidas e produtivas entre agentes do setor público, da iniciativa privada, de instituições de pesquisa e sociedade civil, no sentido de repensar os rumos do setor.

Em 2008, com a crise econômica mundial, o Pólo de Informática, constituído de 74 empresas, foi afetado significativamente, com redução da produção, queda de 30% do faturamento (R\$ 600 milhões) e cerca de 700 trabalhadores desempregados, conforme estimativa realizada pela Secretaria da Indústria e Comércio do Estado da Bahia para o ano de 2008 (OLIVEIRA; PITOMBO, 2009). Cinco empresas migraram para outras localidades: a “Megaware e a Cmos-Drak se relocaram para a Grande Belo Horizonte. As outras três, Linear, Sense e Waytec foram para Santa Rita do Sapucaí”; um pequeno município mineiro, com população em torno de 35 mil habitantes com o dobro do PIB per capita observado em Ilhéus⁴⁷, por ser considerado “vanguarda na indústria eletrônica” e reconhecido como referência em qualidade de mão de obra. Um elemento que tem representado custo significativo para as empresas do PII.

Além destas, pelo menos seis empresas fecharam as portas, a exemplo da Syntax, Netgate, Notcel e Ecimex. Antes dessa crise, o então Secretário de Desenvolvimento Econômico do município de Ilhéus, Alfredo Landim, afirmou que o Pólo chegou a responder por 50% da arrecadação de ISS (Imposto sobre serviços) em 2009 passou a contribuir com apenas 25% (OLIVEIRA; PITOMBO, 2009). Chegou a ser responsável pelo atendimento de 20% da demanda nacional de computadores fixos e portáteis, após a crise deve estar respondendo por volta de 10% (SINEC, 2009). Fica evidente a necessidade de fomentar através de políticas públicas e acordos fiscais, a verticalização de segmentos na produção de componentes como, por exemplo: “frame de isopor (proteção interna das embalagens), caixas de papelão, sacos plásticos, etiquetas, manuais impressos, monitores, placas impressas, chassis, memórias, cabos, conectores, gabinetes, fontes, estabilizadores e teclados” (GOVERNO DA BAHIA, 1999, p. 6); todos adquiridos no mercado interno. De acordo com o Presidente da Bitway, Martial Câmara, o setor chegou a ficar cinco meses sem montar computador pela falta de placas-mãe no mercado interno. No país apenas três indústrias fabricam a peça. Outros componentes como o HD (Hard Disk) e processadores também estão em falta, assim como os gravadores de DVD, só encontrados na Ásia (OLIVEIRA; PITOMBO, 2009). No exterior, os principais centros de importação são Estados Unidos e Taiwan. “Existem empresas que importam mais de 90% dos seus componentes no mercado externo e geralmente de um único fornecedor” (GOVERNO DA BAHIA, 1999, p. 6).

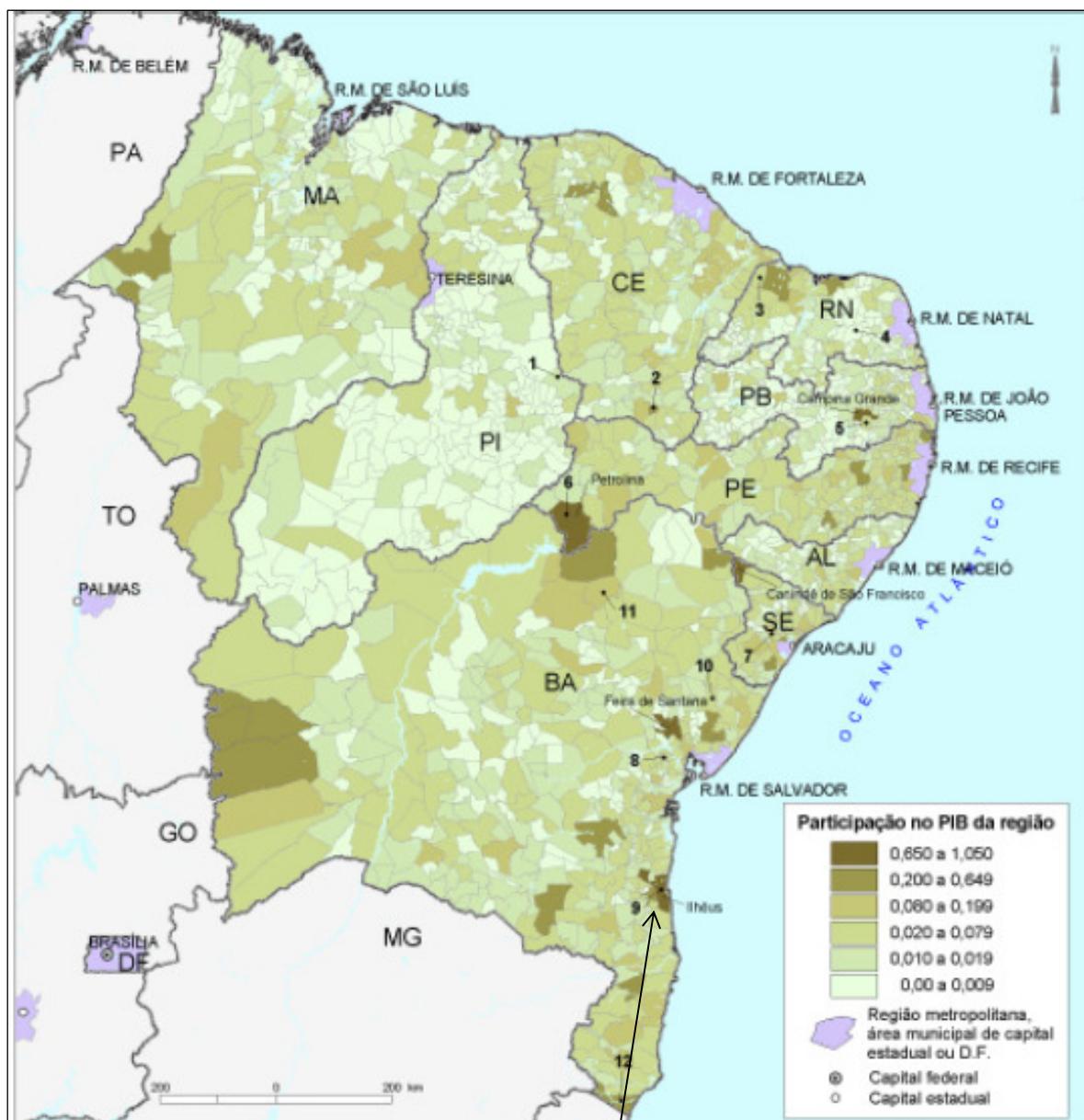
Ao reivindicarem apoio do Governo da Bahia, o Secretário da Indústria e Comércio, Rafael Amoedo, argumentou que a queda na arrecadação do Estado desencadeou redução das expectativas de investimento do Estado, prometendo apenas a aplicação de R\$ 2 milhões em melhorias infraestruturais. As empresas ficaram descapitalizadas e os planos de crédito emergenciais concedidos eram limitados e com altas taxas de juros, como as praticadas em bancos privados, não estimulando a adesão dos empresários, segundo justificativa de Gentil Pires, Presidente do Sindicado das Indústrias de Eletroeletrônicos de Ilhéus (criado em 1998) (OLIVEIRA; PITOMBO, 2009). Argumentou também que as ações têm figurado como paliativos. Afirmou ainda que o funcionamento do Pólo exige grande dinamicidade, principalmente na movimentação de cargas. Exemplificou a necessidade de capital de giro e financiamentos através da produção de *laptops* (computadores portáteis): “para cada R\$ 1 milhão faturado com *laptop*, são necessários R\$ 5 milhões de capital de giro para importar componentes” (OLIVEIRA; PITOMBO, 2009).

⁴⁷ PIB per capita de Ilhéus entre R\$ 4.060,00 e R\$ 7.010,00; com população de 222.127 habitantes. Município de Santa Rita do Sapucaí, PIB per capita entre R\$ 8.120,00 e R\$ 14.020,00, com 35 mil habitantes.

Atualmente, segundo o SINEC (2010a), o faturamento deve estar por volta de 1,2 bilhões de reais (valor menor do que o registrado em 2004), mas esse dado ainda não foi divulgado pela Secretaria da Fazenda. Essa queda no faturamento é um reflexo da crise de 2008 que impactou sobremaneira as empresas em operação no Pólo. Muitas fecharam as portas, outras tiveram sua linha de produção desaquecida ou ainda transferiram sua planta para outras regiões. Além das grandes empresas já citadas que sofreram com a crise, mais recentemente, a Bitway e a Leader Tech também encerraram sua produção no Pólo. De acordo com notícias veiculadas na *internet*, a situação da Bitway tornou-se mais difícil ao perder a parceria firmada com as lojas Insinuante para venda dos computadores. Informaram ainda que possuem uma média de 30 empresas associadas e “comenta-se que a participação de recolhimento do Pólo aos cofres do município é em torno de 24 milhões de reais anuais”. Quanto à geração de empregos gerados pelo Pólo, acredita-se que tanto os diretos quanto os indiretos estariam por volta de 1.500 cada. Para os empregos diretos não se tem conhecimento de um valor médio preciso, mas “temos um piso salarial maior que o salário mínimo e temos políticas de benefícios que somam aos salários e isso varia de empresa para empresa”. Em 2007, antes da crise, Martial Câmara, presidente da Bitway expressou a seguinte percepção sobre o funcionamento da empresa e do Pólo de Informática de Ilhéus:

“Somos a única empresa geneticamente de Ilhéus”. É assim que o presidente da Bitway Computadores, Martial Câmara, define sua indústria, que se instalou no Pólo de Ilhéus em 1997. Ele se refere ao fato de ser, juntamente com seu sócio, Paulo Carvalho, nascidos no próprio município, peculiaridade societária que não se repete dentro do complexo. Citando o *ranking* da consultoria internacional IDC, o empresário orgulha-se ao afirmar que a Bitway, nesses poucos anos de atividade, já é a maior indústria de montagem de microcomputadores do Nordeste, ocupando a quarta posição no país entre as empresas de capital nacional do ramo. Câmara não vê risco de as indústrias sediadas no pólo fecharem as portas após cessar os efeitos da lei de incentivos fiscais (o prazo foi prorrogado para 2019). “Ninguém vai sair daqui. Estamos muito bem localizados, entre o Nordeste e o Sul e Sudeste. Precisamos de obras de infraestrutura, como melhoria na rede de energia elétrica, iluminação e transporte, além do problema de logística do aeroporto e do porto. Mas, creio que todo mundo quer continuar aqui”, avalia (CORREIO DA BAHIA, 2007, p. 2).

O Pólo de Informática de Ilhéus vem produzindo impactos positivos no município e em seu entorno, fator que garantiu destaque no Nordeste, conforme apresentado na Figura 31, extraída de um relatório do IBGE (2006, p. 38), relativo ao Produto Interno Bruto produzido no ano de 2004, apresentando os municípios que se destacaram em suas regiões. Ilhéus foi incluído na categoria mais elevada de contribuição.



Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais; IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Nota: Para os estados cuja capital não possui região metropolitana, excluiu-se apenas o município da capital. Para o Estado de São Paulo, excluiu-se não só os municípios da Região Metropolitana da Capital, como também os das Regiões Metropolitanas de Campinas e Baixada Santista.

Municípios com destaque no Cadastro Central de Empresas (CEMPRE) ou Produção Agrícola Municipal (PAM) - Região Nordeste

Município	Principal atividade ou produto	Município	Principal atividade ou produto
1 Pio IX	Cultivo de castanha de caju	7 Itabaiana	Cultivo de batata doce
2 Juazeiro do Norte	Reciclagem	8 Cruz das Almas	Fabricação de produtos do fumo
3 Baraúna	Cultivo de melão	9 Ilhéus	Fabricação de equipamentos de informática
4 São Tomé	Cultivo de algodão arbóreo (em caroço)	10 Inhambupe	Extração de carvão mineral
5 Queimadas	Cultivo de fava	11 Jaguarari	Extração de minerais metálicos
6 Petrolina	Cultivo de goiaba, uva e manga	12 Mucuri	Fabricação de celulose, papel e produtos de papel

Figura 31 – Participação dos municípios fora das regiões metropolitanas das capitais no Produto Interno Bruto da região Nordeste, 2004.

Fonte: IBGE, 2006, p. 38.

O Pólo de Informática de Ilhéus pode ser ainda mais fortalecido se for considerada a tendência de desenvolvimento que o Nordeste vem perseguiendo através da expansão, consolidação de especialização de pólos voltados para tecnologia de informação e comunicação (TIC). Dos 74 parques tecnológicos existentes no Brasil, apenas 7 estão no Nordeste, cabendo destaque para Paraíba, Pernambuco e Bahia. Os destaques desse processo são Pernambuco com o Porto Digital em Recife e a Paraíba com o Parque Tecnológico de Campina Grande. Além desses estados, outras experiências estão sendo desenvolvidas nos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Alagoas e Sergipe. “O que podemos considerar como diferença fundamental nas características das empresas nordestinas de TIC é que 90% delas são formadas por pequenas empresas, muitas oriundas das próprias universidades e escolas técnicas, apenas 10% delas compõem o quadro de médias e grandes empresas de TIC” (BARROS; FERNANDES, 2009, p. 32).

Em comparação com indicadores do Porto Digital de Pernambuco, pode-se constatar que o Pólo de Informática de Ilhéus obteve faturamento anual superior, mas perde em itens como infraestrutura, capacitação e composição de cadeia agregada e com verticalizações (o que não implica em concentração de recursos), como pode-se observar no seguinte trecho:

Com um faturamento anual de R\$ 500 milhões, o Porto Digital, que reúne 120 empresas, foi reconhecido, em 2008, como o único *case* brasileiro a estar na primeira publicação *Learning by Sharing* sobre parques tecnológicos de referência mundial. O presidente do Porto, Francisco Saboya, justifica tamanha importância em uma palavra: competitividade. “As empresas instaladas no Porto Digital desenvolvem *softwares* de soluções e produtos nas áreas de Gestão, Finanças, Saúde, Segurança, Transporte e Gerenciamento de Tráfego e Usabilidade de *software*, Infraestrutura e Conectividade, *Outsourcing*, Pesquisa e Educação, entre outras áreas”, lista Saboya (BARROS; FERNANDES, 2009, p. 34).

No ano de 2005, o Porto Digital, um parque tecnológico urbano, foi reconhecido como o maior Parque Tecnológico do país, em publicação na Revista AtKearney. Em 2007, “foi reconhecido pela Anprotec (Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores) como o maior Parque Tecnológico do Brasil e Habitat de Inovação”. Em 2008, foi reconhecido pela IASP (International Association of Science Parks) “como um dos quatro modelos de referência mundial em gestão inovadora e resultados de um parque tecnológico para sua região”. Em 2009, no Businessweek, o Porto Digital é reconhecido como “um dos 10 parques tecnológicos do mundo com capacidade de contribuir com inovações relevantes para as futuras gerações da humanidade”. A estruturação do Porto foi alavancada com R\$ 17 milhões em investimentos públicos que atraíram mais R\$ 60 milhões em investimentos privados, com mais R\$ 120 milhões previstos até 2010. Numa área de 40.000 m² comporta 135 empresas, com uma média salarial de R\$ 2,7 mil (três vezes maior que a média salarial do Recife. O diferencial do Porto Digital está na construção de seu posicionamento e na qualidade de capital humano formado na área (1 doutorado na área e 4 mestradados – sendo que dois funcionam da área do Porto Digital, além dos demais cursos de graduação e cursos técnicos), tanto para expansão de P&D, quanto para atender à demanda local das empresas. “51% de todos os grupos de P&D do Nordeste estão a um raio de no máximo 3 horas de carro do Recife”. Dentre as grandes empresas para as quais já desenvolveram projetos constam: Microsoft; Borland; Ernest&Young; IBM; DELL; Motorola; Nokia; Oi; Oracle; POSITIVO; Samsung; SonyEricsson; Sun; Yahoo; Lab Java cenas; CESAR e LG (GUIMARÃES, 2010, [s.p.]).

No estado da Bahia, além do município de Ilhéus, esse segmento é constituído por um pólo em Salvador e outro em Feira de Santana. É interessante destacar como a dinâmica desse processo tem sido discutida entre gestores a nível federal, suscitando novas visões acerca do desenvolvimento no Nordeste. Exemplo disso é a discussão em torno do “Projeto Nordeste”

cuja coordenação foi passada do ex-Ministro Mangabeira Unger para o Ministro Interino, Daniel Dantas. O projeto repensa o Nordeste pretendendo dar ênfase às pequenas e médias empresas, reconhecendo as vocações locais de cada região. Ou seja, a percepção é a de que grandes empresas ou pequenas cooperativas não mudam tanto o cenário a longo prazo, mas não deixam de ser aceitas ou mesmo necessárias (DANTAS, 2009).

Num dos debates acerca das diretrizes desse Projeto, evidenciado na matéria produzida por Dantas (2009), a economista Tânia Bacelar, representante da CEPAL, concordou com o foco nas pequenas e médias empresas, mas não comunga da ideia de que a ênfase seja voltada para a expansão de Zonas de Processamento de Exportações (ZPEs), citando experiências do Piauí (onde 13 municípios são responsáveis pela extração de mel e fornecimento para o Brasil e América Latina) e de Pernambuco (onde 15% do jeans nacional é produzido por um único município de pequeno porte – Toritama). Além desses argumentos, um interessa particularmente ao tema em questão, o Pólo de Informática de Ilhéus. Bacelar indica dois segmentos do futuro para o Nordeste, o setor de fármacos (entre Pernambuco e Paraíba) e tecnologia da informação, onde “Campina Grande, Recife e Ilhéus são pólos” (DANTAS, 2009, p. 19).

Quanto ao perfil funcional e organizacional do Pólo de Informática, uma espécie de arranjo institucional que abarca em seu escopo interesses político-econômicos de interiorização do desenvolvimento pelo ramo industrial com incentivo à formação de parcerias entre empresas e instituições de pesquisa, Santos (2005) avalia que apesar de não atender a todas as prerrogativas necessárias, pode ser considerado um arranjo produtivo local frágil (Quadro 2), “em estado embrionário, pois alguns elementos estão pouco desenvolvidos ou são inexistentes” (SANTOS, 2005, p. 83), mas não como um sistema produtivo local. Para alcançar essa conclusão faz uso complementar da concepção concorrencial a fim de encontrar justificativas para a instalação de empresas (com perfil de montadoras) num espaço vulnerável, desde o início do empreendimento, em aspectos logísticos e infraestruturais. A esse respeito, a questão concorrencial atribuiria o peso da atratividade da isenção fiscal prolongada como forma de reduzir custos de produção e competir por preços. Além disso, possibilita que recursos que seriam alocados em cobranças tributárias, sejam revertidos para investimento na base produtiva ou aprimoramento de processos de produção.

Conforme Vargas (2002) citado por Santos (2005, p. 50, grifo nosso) os sistemas produtivos locais seriam “aglomerados de agentes econômicos, políticos e sociais, localizados em um mesmo território, operando em atividades correlacionadas e que apresentam *vínculos expressivos* de articulação, interação, cooperação e aprendizagem”. Além disso, dessa interdependência com vínculos consistentes espera-se como efeitos constantes “interação, cooperação e aprendizagem, com potencial de gerar o incremento da capacidade inovativa endógena, da competitividade e do desenvolvimento local” (ALBAGLI; BRITO, 2003 citados por SANTOS, 2005, p. 50, grifo nosso). Na concepção de arranjo produtivo local é mais fluida a noção de integração na rede, não sendo esperados vínculos sólidos. Assim,

um arranjo produtivo local corresponde a uma aglomeração de empresas ou associações próximas territorialmente, agrupadas com o objetivo de realizar atividades produtivas em comum, *onde se observa uma integração (mesmo que incipiente)* entre empresas, governo, universidades, centros de treinamento, órgãos de pesquisa e financiamento. Esse tipo de interação rende aos participantes benefícios como redução de custo na produção, acesso a novos mercados e tecnologias, aumento do poder de barganha e troca de experiências (SANTOS, 2005, p. 49).

Arranjo	SPL (tipo ideal)	Pólo de Informática de Ilhéus (APL Frágil)
Densidade da estrutura produtiva local	Alta	Baixa
Fontes de informação e conhecimento	Predomínio de fontes internas	Predomínio de fontes externas
Estruturas de governança	Existente	Pouco expressiva, quase inexistente
Formas de cooperação	Intensas	Pouco expressivas
Principais canais de comercialização	Mercado nacional, internacional	Mercado regional e nacional
Papel da infra-estrutura educacional e tecnológica local	Existente e relevante	Existente, mas pouco relevante
Papel das associações de classe, sindicatos e outras organizações de relações inter-empresariais	Amplo: promoção de ações conjuntas visando vantagens competitivas	Limitado: restringem a promoção de ações conjuntas visando reivindicações de infra-estrutura
Grau de territorialização do arranjo	Alta: baseada em externalidades dinâmica	Baixo: baseada em externalidades estáticas (incentivos fiscais e mão-de-obra barata)
Estratégia inovativa	Ativa: Desenvolvida endogenamente, através de processo de cooperação	Passiva: condicionada pelos grandes conglomerados transnacionais e subordinada à interação com compradores internacionais

Quadro 2 – Organização da produção, formas de governança e estratégias inovativas: principais evidências do Pólo de Informática de Ilhéus.

Fonte: SANTOS (2005, p. 104).

Partindo desses pressupostos e de resultados de pesquisa, Santos (2005) infere a constituição frágil do Pólo a partir das seguintes características:

- 1) A competitividade atual do PII apóia-se, unicamente, em incentivos fiscais e no custo da mão de obra e não em fatores sistêmicos.
- 2) As desvantagens locacionais mais salientes são: o mercado consumidor limitado, a baixa complementaridade entre as empresas, a ausência de centros de pesquisa e a carência de mão de obra qualificada.
- 3) A natureza dos vínculos existentes entre os atores indica que os desenhos institucionais apresentam um alcance limitado no sentido de engajá-los em esquemas de cooperação mútua ou em processos de aprendizado interativo.
- 4) Inexiste uma instituição capaz de reter e desenvolver o processo de governança. Tais características colocam em xeque o futuro do Pólo de Informática de Ilhéus. Sua sustentabilidade, no longo prazo, está condicionada a uma maior capacidade de articulação e negociação dos atores locais com outras instâncias com o objetivo de diminuir deficiências, estimular encadeamentos e, assim, gerar maior eficiência econômica (SANTOS, 2005, p. 83).

Arranjo produtivo local ou sistema produtivo local, o fato é que também podem ser levantadas questões sobre as fronteiras conceituais estabelecidas entre as duas concepções,

pois as similitudes e distanciamentos estão pautados em graus de complexidade organizacional e produtiva, bem como na fortaleza dos vínculos estabelecidos com as articulações firmadas (pode-se viabilizar uma articulação sem necessariamente construir vínculos – o que significaria um maior estreitamento das relações e uma relativa continuidade no tempo). Ou seja, juízos de valor incidem sobre as prerrogativas conceituais postas e por isso suscitam contraposições, mesmo porque, em essência os dois modelos interpretativos tratam de sistemas sociais de produção.

3.2.4 Instituições e formação de parcerias: um olhar sobre a cultura construída

O vetor de informática e eletro-eletrônicos surge no município de Ilhéus como uma espécie de compensação para a crise instalada e assim como o turismo é posto em operação sem planejamento prévio com relação a infraestrutura, monitoramento, consolidação, expansão, aprimoramento, inovação e articulação com as demais cadeias produtivas do município e seu entorno. Com a potencialidade de indução ao desenvolvimento que traz qualquer setor vinculado à P&D (Pesquisa e Desenvolvimento) e C&T (Ciência e Tecnologia), o Pólo fica aquém de suas possibilidades apesar dos benefícios gerados.

Sua origem é marcada pela vulnerabilidade logística, dependência tecnológica, de peças e materiais (importados) para o funcionamento de um sistema produtivo essencialmente calcado em montagem de computadores e não no desenvolvimento de tecnologia e inovação, o que requisita melhor capacitação de capital humano, resultando em melhores níveis de remuneração, maior agregação de valor ao produto, fortalecimento e verticalização da cadeia para consolidação do setor e maior difusão de benefícios induzidos aos demais sistemas produtivos do município. Dessa forma, é relevante verificar os caminhos percorridos para a formação de parcerias entre as indústrias do Pólo (via SINEC), o poder público local, a Universidade Estadual de Santa Cruz e o CEPEDI – Centro de Pesquisas e Desenvolvimento Tecnológico em Informática e Eletro-Eletrônicos de Ilhéus.

O SINEC (2010b) - Sindicato das Indústrias de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos, Computadores, Informática e Similares de Ilhéus e Itabuna – foi criado em 1998 como instância representativa dos interesses dos empresários atuantes no setor de eletro-eletrônicos na região. As ações do sindicato concentram-se em reivindicações referentes a infraestrutura e logística (a fim de promover melhores condições de operação para indústrias que manipulam alta tecnologia, além de atrair novos empreendimentos), mão de obra qualificada para atender às demandas rotineiras do setor e propiciar condições de expansão em áreas de P&D, maior apoio do setor público nas áreas de investimento/financiamento. Dentre os resultados das ações do sindicato, pode-se destacar, em nível de qualificação de processos, a criação de um banco de empregos para facilitar o contato entre as empresas e solicitantes de emprego no Pólo; em 2001, foi criado um selo “para certificar o consumidor da origem do produto e do processo de produção. O selo se tornou conhecido não só no mercado interno, como nos países para onde são exportados os produtos fabricados em Ilhéus” (SINEC, 2010, [s.p]).

O CEPEDI foi criado em setembro de 2001 e credenciado pelo Ministério de Ciência e Tecnologia, através da resolução nº 97, em 21 de novembro de 2002. Na condição de associação civil sem fins lucrativos, o CEPEDI tem por objetivo “realizar pesquisas, desenvolver projetos, sistemas e produtos, oferecer treinamento e consultoria em Tecnologia da Informação, visando o desenvolvimento e a inovação no setor e está capacitado a executar

projetos sob os incentivos da Lei de Informática” (CEPEDI, 2010, [s.p.])⁴⁸. Em setembro de 2004, com base em necessidades do PII, foi criada a Incubadora de Empresas de Base Tecnológica de Ilhéus – INETI. De 1996 a 2008, o CEPEDI concentrava-se na produção de software. A partir de 2008 voltou-se para o desenvolvimento de hardware, investindo em parceria no laboratório de robótica e eletrônicos – o Bit-Lab.

Apesar da possibilidade de operar com fontes variadas de recursos, o maior aporte financeiro do CEPEDI provém das empresas do Pólo de Informática filiadas ao SINEC. Nesse sentido, pode-se inferir que com as fragilidades do Pólo e os investimentos ainda pouco expressivos revertidos para a geração de C&T, o CEPEDI ainda não encontrou condições favoráveis para atingir a visão estabelecida, a saber: “tornar-se um centro de excelência, a nível nacional, em pesquisa e desenvolvimento em informática, eletrônica e telecomunicações, eficiente, ágil e competitivo” (SANTOS, 2004, p. 33), mesmo tendo projetos firmados com empresas de outros estados do Brasil.

Mesmo o CEPEDI estando próximo ao Pólo de Informática, a formação de parcerias com a iniciativa privada ainda é pequena. Conforme Santos (2004, p. 38), “considerando o tempo de existência do CEPEDI, e que as empresas já estavam desenvolvendo projetos com outras instituições do Brasil antes da criação da Instituição, apenas dez empresas [considerando o ano de 2004] estão desenvolvendo projetos em parceria com a Instituição”. No ano de 2009 apenas 2 empresas do Pólo de Informática de Ilhéus fizeram investimentos no CEPEDI, além dessas, existem dois projetos com empresas de São Paulo, dois em Minas Gerais, dois no Paraná e um em Salvador. P4 (representante do setor público) destacou que

pouquíssimas empresas investiram em P&D, e atualmente apenas uma sinaliza investimento para esse ano. Assim podemos afirmar que o Pólo de Ilhéus é um mero montador de máquinas, com olhos vendados para o processo de inovação aberta, e sucumbirá tão logo se esgotar as cessões governamentais ou uma crise no setor lhes seja apresentada. Caso os atores deste cenário tivessem interesse, em especial as empresas, poderíamos formar o Parque Tecnológico de Ilhéus, consolidar investimentos em P&D e garantir um ciclo virtuoso.

A respeito do baixo interesse em investimentos em P&D, Santos (2005, p. 70) pondera que

o fato de que os principais laboratórios de P&D estão baseados fora do aglomerado é, sem dúvida, decisivo para explicar a baixa interação entre os agentes no que diz respeito tanto ao desenvolvimento das capacidades tecnológicas quanto à aliança estratégica em outras atividades tecnológicas. Além disto, a fragilidade dos mecanismos de transmissão intra e/ou inter indústria, vertical ou horizontal, de tecnologia compromete a intensidade e o alcance dos efeitos *spillover*⁴⁹.

Outrossim, é relevante destacar que dentre as empresas pesquisadas no Pólo por Santos (2005), foi ressaltado que a baixa formação de parcerias entre iniciativa privada e

⁴⁸ Os serviços prestados pelo CEPEDI são: “Gestão Integral de Programas de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) incluindo a prospecção de oportunidades de investimento, a qualificação e enquadramento de projetos, o acompanhamento da execução dos projetos e a elaboração dos relatórios previstos em lei. Projeto, dimensionamento e segurança de redes. Implantação de portais de comércio eletrônico. Gestão de TI e Sistemas de Informação. Treinamento em TI. Consultoria em TI”. Os projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação atendem às seguintes áreas: “Engenharia de Software (Gestão de Configuração e Mudanças, RUP, PMI). Análise de Sistemas (Análise, UML). Desenvolvimento de Sistemas (Design Patterns, Banco de Dados). Desenvolvimento WEB (Html, JavaScript, PHP, JSP, Servlets, ASP). Programação Orientada a Objetos (C/C++, Java 2 SE, Java 2 ME, Java 2 EE). Programação Orientada a Aspectos. Sistemas Operacionais (Linux). Eletrônica” (CEPEDI, 2010, [s.p.]).

⁴⁹ Externalidades, efeitos nocivos ao sistema.

instituições de pesquisa na região deve-se a fatores como qualificação insuficiente e deficiências infraestruturais tanto das universidades quanto dos centros técnicos que operam no município. De acordo com resultados da pesquisa, Santos (2005) argumenta que essas instituições não se apresentam como essenciais para a geração de informações para o Pólo. Esse descrédito de alguns empresários em relação às instituições estabelecidas pode ser claramente ilustrado pela seguinte avaliação captada:

60% das pequenas e 41,2% das microempresas entrevistadas consideram que a principal contribuição dessas [associações empresariais – leia-se SINEC] seria levar as reivindicações dos empresários do setor às autoridades municipais, estaduais e federais. Ela não é vista como capaz de promover ações cooperativas dirigidas, por exemplo, a uma maior capacitação tecnológica das empresas (SANTOS, 2005, p. 82).

Acrescentaram ainda que as informações tecnológicas de que necessitam são obtidas através de fornecedores externos. Esse comportamento não é necessariamente prejudicial para as empresas, mas sim para o município e seu entorno, pelo fato de estar “ocorrendo uma crescente concentração do esforço inovativo nas filiais localizadas no sul do país, enquanto as unidades estabelecidas em Ilhéus vêm se responsabilizando apenas pela fabricação de produtos (montagem) com limitado esforço inovativo” (SANTOS, 2005, p. 73). Quanto à avaliação dos resultados obtidos com as ações conjuntas entre empresas do Pólo,

mais de 80% das microempresas considerou nula a importância de parcerias realizadas no PII para compra de insumo e equipamentos, e/ou melhorias na qualidade do produto, no desenvolvimento e nas condições de fornecimento dos produtos, nos processos produtivos, e na capacitação dos recursos humanos. Para elas, a principal finalidade da cooperação é a realização de reivindicações. Uma forma de cooperação, que acontece informalmente e foi registrado por muitas empresas é a troca de insumos, partes e peças de computadores entre as mesmas [...] para atender aos pedidos. Enfim, o atual desenho institucional do PII apresenta um alcance limitado no sentido de engajar os atores locais em esquemas de cooperação mútua ou em processos de aprendizado interativo (SANTOS, 2005, p. 80).

Embora haja inúmeras fraquezas no segmento de P&D e nas parcerias em implantação, é relevante destacar a participação numa Missão Internacional de Parques Tecnológicos nos Estados Unidos, em maio de 2009, a convite da AnproTec (Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores), particularmente voltado para dirigentes de parques tecnológicos em operação, implantação ou projeto e incubadoras de empresas. A parceria formada entre o CEPEDI e a Bitway para integrar o grupo de 6.000 participantes de um dos maiores eventos do mundo na área de tecnologia, o Campus Party (jan./2010) foi motivada por um projeto que visa desenvolver “uma linha de gabinetes alternativos, voltados para clientes jovens que desejam beleza e inovação em seus computadores. Também pretende atender a projetos personalizados para LanHouses”.

A proposta apresentada no evento pelo CEPEDI e Bitway, através do designer Maciel Barreto, foi o casemod KRATOS personagem do game God of War, na categoria modding (modelagem de computadores) (CEPEDI, 2010, [s.p.]). E, a criação, pelo CEPEDI, coordenado pelo Prof. Jaubert Weyll Abijaude (UESC), de um robô testador de teclados (Projeto RTC), com o qual o Centro, venceu um concurso de Ideias Inovadoras – 2009 promovido pela FAPESB – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia e SECTI – Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado da Bahia. Trata-se de um “equipamento automatizado para a realização de testes de funcionamento de teclados capaz de dar maior confiabilidade, eficiência e redução de tempo na realização do processo” (JORNAL DA UESC, 2009, p. 12). O robô já está sendo produzido para comercialização.

Nesse sentido, pode-se inferir que o Pólo de Informática ainda não conta com instituições com respaldo legitimado pelos empresários do segmento de eletroeletrônicos enquanto instâncias não só de representação, mas antes, capacitada a pensar articulações e estratégias que visem a eficiência, eficácia, inovação, competitividade e viabilidade dos negócios desenvolvidos no Pólo. Essa perspectiva ampliada promoveria um campo de governança sustentado em confiança, reputação e alinhamento de objetivos para consolidação, expansão e verticalização da cadeia.

Assim, a efetividade das articulações, embora existam, é precária. Segundo P4 (representante do setor público) os contatos realizados pela iniciativa privada com o poder público federal, estadual e municipal são amistosos, “entretanto, no que tange aos resultados efetivos não corresponde com as cordialidades dispensadas pelos órgãos contatados. Uma das dificuldades constatadas é a rotatividade nos cargos políticos e, em consequência, de seus assessores; a integração entre as Secretarias; a burocracia e a falta de interesse”. No que se refere a articulações com centros de pesquisa e Universidade para o desenvolvimento de projetos de P&D, o entrave mais comumente observado é, para P4 (representante do setor público), “a resistência da empresas em investir”. P2 (representante em pesquisa) expande a análise sobre a fragilidade das articulações do pólo, indicando uma visão positiva, talvez o melhor termo seja em evolução, demonstrando um amadurecimento de posicionamento dos agentes envolvidos com o Pólo:

Começa a haver um maior interesse das empresas em fazer investimento em pesquisa na universidade, mas, não sei se é resultado da superação da crise, que está modificando os discursos dos envolvidos com o setor de P&D das empresas, ou se o esforço da UESC em criar as engenharias, sob consulta do Governo, influenciou. Elas [as empresas] entenderam que a UESC tem interesse em ajudar e fazer parte. Tem que haver uma agilidade maior nas instâncias de decisão – Estado e Prefeitura que está um pouco mais atenta. [Quanto à urgência de agilidade, temos o seguinte exemplo:] tem uma empresa no Pólo que tem uma parceria com a UESC e que teve um projeto aprovado no valor de 1 milhão de reais pelo mecanismo do Estado (o Inovatec), há mais de um ano e meio, e nenhum recurso ainda foi liberado. A burocracia é muito grande, precisa regulamentar a lei de inovação do estado urgentemente, se quiser que a Bahia desponte como líder no nordeste. É líder na produção de eletroeletrônicos, mas não é líder em produção de conhecimento desse setor, como Pernambuco, Paraíba, Ceará. A maioria [das empresas] decide em dezembro e janeiro quanto vai investir e tem que gastar até março. A UESC não tem como trabalhar assim. O ideal é que saibam previamente quanto poderão investir no próximo ano. Isso é impraticável com os mecanismos de dispêndio da universidade [inclusive a demora de processos licitatórios para qualquer tipo de compra] e o Estado não quer que a UESC tenha uma fundação [seria um caminho para viabilizar essas demandas de pesquisa]. No início, o empenho [de pesquisadores da UESC] era grande, mas os problemas [citados] desaceleraram [os processos, inviabilizando mesmo a execução de projetos]. Há o interesse, mas essas coisas precisam ser organizadas (P2, representante em pesquisa).

Quanto ao papel exercido pelo poder público, no sentido de apoiar iniciativas, remover barreiras, garantir infraestrutura, regulamentar e fomentar parcerias entre os atores, as avaliações concluem que as ações necessárias para expandir e consolidar o Pólo não estão sendo efetuadas, conforme pode ser observado a seguir: “O Estado é omisso, lento e capitalista. Como o sistema local é desunido e cada um cuida de seus interesses, não se constrói ligações fortes para pressionar o Estado a cumprir o seu papel de regulador e financiador de políticas públicas” (P4, representante do setor público).

Algumas vezes os contatos com empresários ocorreram no aeroporto e [os representantes do poder público] estavam retornando às suas bases. Vieram a Ilhéus

com a intenção de conhecer o Pólo, seus incentivos e as condições oferecidas, no entanto, não foram devidamente orientados e sequer recebidos pelas autoridades competentes [locais]. O Governo Municipal é omissivo e não dá o valor ao Pólo de Informática de Ilhéus mesmo sabedores no que ele representa ao município e aos cofres públicos. Fala-se muito no desenvolvimento do setor produtivo, mas pouco se faz para criar as condições mínimas e necessárias para que isto aconteça. São vários os diagnósticos realizados no Pólo no intuito de levantar perspectivas, gargalos e viabilidades, entretanto, esses diagnósticos não são efetivados ou levados em consideração. Talvez pela demora na sua confecção ou mudança política. É uma ferramenta fundamental na mudança do destino do Pólo de Informática, tendo em vista que nele [diagnóstico] consta os dados atuais, indicação das ações a serem implementadas e suas prioridades. A falta de “infraestrutura” e galpões apropriados no Distrito Industrial fizeram com que a grande maioria das empresas se instalasse dentro do perímetro urbano. As empresas estão espalhadas por toda a cidade. Empresas de tecnologia podem mudar os destinos de uma cidade, haja vista o que ocorreu com Santa Rita do Sapucaí, MG, que de uma cidade agropecuária transformou-se numa “Cidade Eletrônica” de reconhecimento mundial. Talvez o desconhecimento desse potencial do “Pólo de Tecnologia” pelo Poder Público seja o motivo do desinteresse em resolver as pendências ou criar as condições de manutenção do Pólo. Falta vontade política para viabilizar a consolidação do Pólo (P3, representante da iniciativa privada/sociedade civil).

P1 (representante do setor público) ressalta, por outro lado, que existem formas de travar parcerias viáveis entre setor público e privado, destacando os limites de atuação entre setor público e privado. Evidenciou, também a expectativa de que a execução do projeto do complexo intermodal possa criar novos atrativos, por se tratar de um projeto estruturante, conforme descrição a seguir:

Precisam ser criadas condições para que as empresas que se estabelecem [no Pólo] não fiquem só por conta da renúncia fiscal. Eu acho que nós estamos construindo esses novos atrativos para Ilhéus com a construção do sistema multimodal. Eu acho que são obras estruturantes, permanentes para atração de novas empresas, indústrias. Nós temos viáveis condições de criar parcerias com o setor privado. A gente sabe que o setor público cumpre as funções da área pública, a gente não pode cumprir as funções do setor privado. A gente tem que criar condições para que o capital privado possa encontrar um clima propenso aos seus investimentos e aí gere os empregos, renda e aqueça nossa economia. O que nós temos feito é criado condições para essas empresas se instalarem aqui, [citou dois exemplos recentes] como Atacadão (Carrefour) e a Macro, duas empresas que atuam na área de alimentos [atacado e varejo]. Nós temos disponibilizado áreas, temos colocado nosso corpo técnico para estudar processos e projetos. São técnicos capazes de dar um diagnóstico, de orientá-los [os investidores] e dizer onde é que o projeto deles se encaixa, em que área pode se instalar” (P1, representante do setor público).

Gomes (1995) verificou que, no Brasil, os desenhos institucionais para arranjos produtivos como os Pólos Tecnológicos são muito problemáticos sob o ponto de vista político-institucional. Olhares mais focados nesse segmento só foram construídos na década de 1990. Segundo o autor,

diferentemente do que ocorre nos países centrais, a tentativa de transposição de política, ou de mecanismos nos chega numa situação muito mais precária, pois, além de temporalmente defasada, depara-se com um ambiente no qual a maioria dos agentes político-institucionais, estruturas e instrumentos estão em processo de constituição. [...] Como exemplo bastante ilustrativo, podemos recorrer a uma das ideias fundamentais que permeiam a ideia de pólos tecnológicos, qual seja a formação de redes de relacionamento, ou *networks*, entre os diversos agentes envolvidos. Contextualizando para o caso brasileiro e, possivelmente, no caso dos demais países periféricos, tem-se uma situação na qual é preciso não apenas

“conectar” os vários agentes – político, institucional, tecnológico, burocrático, financeiro, etc, que compõem a rede: antes, é preciso construí-los (GOMES, 1995, p. 4).

A isso inclui as descontinuidades nas políticas públicas – tendo identificado que quanto mais um Pólo for dependente de apoio político mais sua trajetória se torna instável com cada substituição de governo, principalmente nos níveis municipal e estadual. Além disso, percebeu formas de resistência tanto para empresas engajarem-se, associarem-se em entidades coordenadoras para ampliar o poder de barganha junto ao poder público, como dificuldades nos processo de investimento de recursos em P&D. Mediante tais configurações, comprehende que os pólos tecnológicos “não devem ser tomados, de forma irrealista, como instrumentos privilegiados de promoção do desenvolvimento industrial e econômico local/regional” (GOMES, 1995, p. 2). Para que o Pólo atenda realmente a esses propósitos, é preciso um comprometimento conjunto das esferas pública, privada, sociedade civil e instituições de pesquisa no sentido de pensar o Pólo e o raio de efeitos que se deseja.

3.2.5 Percepção de atores e perspectivas para o setor

Dentre todos os entrevistados, é unânime o potencial do Pólo de Informática de Ilhéus, assim como a necessidade de investimentos do poder público municipal e estadual, provendo planos de infraestrutura, expansão e consolidação. Crucial para tanto é a revisão dos termos da lei estadual de incentivo ao segmento de informática e eletro-eletrônicos que, apesar de ser específica para o Pólo de Ilhéus, possui brechas legais para que as empresas possam usufruir de benefícios fiscais, mas instalarem e gerarem efeitos sinérgicos em outras regiões do Estado. A infraestrutura precária e os problemas logísticos são entraves também significativos para a atratividade de novas indústrias, fazendo com que apenas a guerra fiscal não seja suficiente para atrair e manter indústrias em Ilhéus, visto que outras regiões do país também apresentam benefícios dessa natureza. Os trechos das entrevistas abaixo transcritos são elucidativos nesse caso:

Avançamos de forma significativa na preparação de nossos funcionários, não existia em nossa região mão de obra operacional especializada; hoje temos o orgulho de ter uma boa mão de obra e, também, ter o privilégio de exportar para outros Estados técnicos formados aqui em Ilhéus. Nossas grandes limitações e fragilidades são em especial a LOGÍSTICA e INFRAESTRUTURA básica. A LOGÍSTICA interfere diretamente nos custos dos equipamentos, consequentemente, na margem de lucro das empresas. A “concorrência” é acirrada no setor. A INFRAESTRUTURA do Distrito Industrial é caótica. Há necessidade de terraplanagem no Distrito visando criar condições de instalação de novas empresas; estabelecer um sistema de Saneamento Básico compatível; estabilidade no fornecimento de Energia Elétrica; Segurança e pista de rolamentos. O Pólo foi responsável pela produção de aproximadamente 20% dos computadores vendidos no país. Depois da crise de 2008 nossa participação despencou para, em torno, de 10%. Mostramos que somos capazes, mas há necessidade que o Poder Público esteja mais presente com obras de recuperação do Distrito, financiamentos e adequação da legislação vigente (P3, representante da iniciativa privada/sociedade civil).

Nós tínhamos limitações com referência à qualidade da mão de obra e hoje já é um avanço, nós temos uma boa parte da nossa juventude já bastante treinada nessa área de montagem de computadores e equipamentos fabricados no Pólo. Outra questão é

o desembarço de mercadorias, que são feitas ainda em Salvador pelo fato do nosso aeroporto não ter uma área alfandegária. Com a construção do novo aeroporto esse fator limitador tende a ser superado. Nós estamos precisando, na verdade, de áreas para expansão do distrito industrial como um todo, nós temos uma área de litígio, há mais de 20 anos para ser desapropriada e o Governo do Estado não conseguiu fazer acordo. Outro fator era a questão da limitação da quantidade de energia que também já foi superado com a construção de uma nova rede para atender esses estabelecimentos e a SUDIC está investindo 2 milhões de reais na reforma e construção de estrutura, pavimentação, construção de meio fio e drenagem (P1, representante do setor público).

P2 (representante em pesquisa) introduz reflexões que contrapostas evidenciam o baixo empenho do poder público, principalmente estadual em garantir as condições necessárias para expansão do Pólo. Conforme a visão de P2, ao fazer uma análise da trajetória do Pólo, apesar das fragilidades e inconstâncias, percebe-se que, com os resultados gerados, trata-se de um segmento de extremo potencial. Pois, apesar dos pesares conseguiu se destacar como um dos maiores Pólos Industriais do Nordeste. Para que se torne destaque também em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação é preciso um trabalho mais consistente de articulação, planejamento, fomento e respaldo em políticas públicas. “É preciso um esforço de planejamento porque só obrigar a investir, sem dizer onde, em quê investir também não adianta nada. As coisas precisam ser pensadas em conjunto, organizadas e buscadas” (P2, representante em pesquisa).

A grande fragilidade, e aí não é só uma questão do Pólo, foi a falta de capacidade do governo do estado de fazer um planejamento das ações de todas as variáveis possíveis a serem levadas em conta e serem cumpridas as promessas. Não é um problema só do Estado. A terra já estava arrasada [refere-se à crise do cacau] e precisava-se de um novo vetor econômico e foi muito boa a ideia. A impressão que tenho é de que a coisa deu mais certo do que se esperava. [Gerando uma posição confortável para os gestores e uma percepção de deixar as coisas correrem...] E aí tem haver com pontos fortes: posição estratégica, estamos no “limite” entre norte/nordeste e sudeste/sul [para destacar canais de comercialização]. Isso está cada vez mais forte por causa da mudança estratégica que o país está sofrendo nos últimos anos com concentração de ações no Nordeste, o aumento da renda e demanda de computadores nas classes C e D (P2, representante em pesquisa).

O que ocorreu dependeu da própria atuação das pessoas do Pólo. Chegou a ter 20% dos computadores sendo construídos aqui num momento de altos e baixos na economia de todo o Brasil. Foi capaz de criar emprego numa situação em que não tinha instituição para formação de mão de obra, nenhuma das promessas foi cumprida, a própria universidade, num primeiro momento, não foi receptiva aos empresários, depois de um bom tempo a universidade/pesquisadores passou a estabelecer contato com os empresários. Apoiando inclusive com a criação de cursos para auxiliar na formação de mão de obra para o Pólo. Na época, as solicitações eram de criação de cursos de engenharia e foi indicada, pelo governo, a criação do curso de engenharia da produção, que deveria ser criada depois de todas as outras engenharias. Com [a eminência de execução] do projeto do Porto Sul conseguiu-se justificar a criação de quatro engenharias. [Assim,] conseguir chegar até onde chegou [o Pólo], sem nada do que foi prometido, demonstrou um potencial de organização do setor, o potencial da região em atrair estabelecimentos [dessa natureza]. Se metade das promessas tivessem sido cumpridas seria um dos maiores pólos do Brasil (P2, representante em pesquisa).

A questão é que a nível de estado e de município não existe ainda um plano estratégico para o Pólo de Ilhéus, mesmo havendo, na instância estadual, muitas pessoas que demonstram boa receptividade a essa demanda. Segundo P2 (representante em pesquisa), “o grande plano

de desenvolvimento científico e tecnológico do estado [BA] é o Parque Tecnológico de Salvador. Nada contra. É interessante que se criem tentáculos [que ultrapassem as fronteiras de Salvador], mas isso é lento”. Essa postura evidencia o caráter concentrador e centralizador de recursos, visto que investir no Parque Tecnológico de Salvador não implica em minimizar a atenção necessária para as dinâmicas de desenvolvimento no interior do Estado. P2 (representante em pesquisa), destacou, inclusive, que a denominação poderia ser Parque Tecnológico “da Bahia” e não “de Salvador”. Visto que, seria produtivo e enriquecedor para mais regiões do Estado se a dinamicidade a ser gerada no Parque pudesse influir positivamente para além de Salvador, propiciando, por outro lado, um desenvolvimento mais integrado na área de pesquisa e inovação, reverberando, consequentemente, os efeitos das descobertas de novas tecnologias e produtos para os demais setores da economia do Estado, capital e interior. De acordo com Santiago (2010, p. 77),

o Parque Tecnológico de Salvador vai dar novos contornos à economia, numa transformação equiparada àquelas ocorridas com o Pólo Industrial de Camaçari, na década de 70, ou com a Refinaria Landulpho Alves, nos anos 50”, afirma o titular da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI), Feliciano Tavares Monteiro. Desta vez, porém, há um diferencial: o poder de agregar os valores do desenvolvimento sustentável e da pesquisa científica, gerando empregos para profissionais qualificados com salários acima da média atual do mercado e trazendo novos produtos e serviços para a comunidade local. Com a composição do conceito projetada a partir de 2002, o TecnoBahia irá receber, no mínimo, R\$ 60 milhões em investimentos. Desse total, R\$ 15 milhões correspondem ao valor avaliado do terreno, de 580 mil metros quadrados, doado pela Prefeitura de Salvador, onde está sendo construído. O Parque Tecnológico terá três eixos centrais: o da inovação (como instrumento de atração de empresas), o da tecnologia (esfera institucional de suporte à interação entre universidades e empresas) e o da ciência (estratégia de fortalecimento da produção científica). As áreas prioritárias serão biotecnologia e saúde, energia e ambiente e tecnologia da informação e da comunicação, além de cultura e turismo. A implantação é fruto de uma parceria entre o Governo da Bahia, a Prefeitura Municipal de Salvador e o Governo Federal, via Ministério de Ciência e Tecnologia. Conta ainda com forte parceria com as universidades, centros de pesquisa, Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB), Fundação de Amparo à Pesquisa (FAPESB) e SEBRAE.

Na avaliação de P4 (representante do setor público), apesar da potencialidade reprimida, o Pólo está em declínio acentuado por dois motivos centrais:

- a. O encolhimento do pólo como um todo – o Distrito Industrial de Ilhéus está cada vez menor. As empresas como a Megaware, única fabricante de monitores sensíveis ao toque no hemisfério sul, a Netgate, a Bitway, empresa genuinamente de Ilhéus, e a Leadership – todas elas ou deixaram de existir ou se estabeleceram em outros locais e não tivemos nem temos horizonte de ter empresas âncoras instaladas localmente.
- b. A falta de atrativos que estejam além dos benefícios fiscais – o único atrativo local são os benefícios fiscais, que já não são tão atrativos assim. A migração para outros estados aponta que existem outros mecanismos de atração para as empresas.

P3 (representante da iniciativa privada/sociedade civil) avalia que já foram ultrapassados muitos obstáculos e que a perspectiva para o Pólo pode ser de sucesso, “mas se concretizados todos os projetos divulgados pela imprensa [forem executados], realizadas as adaptações na Legislação Estadual e [realizada] a recuperação do Distrito Industrial com obras de infraestrutura”.

A reversão do cenário de instabilidade para o setor depende de visão estratégica e não pontual – como geração de emprego. A despeito disso, e talvez aqui pesem apenas números, a visibilidade histórica da capacidade de empregabilidade na cacaicultura influí significativamente. Entretanto, são áreas diferentes, com dinâmicas diferentes e exigências de habilidades e competências também distintas. Ainda é precária a visão da abrangência dos efeitos do setor e de seu potencial de agregação de valor em toda a economia e sociedade local, no sentido de estimular processos mais sustentados em tecnologia e conhecimento, aprimorando o capital humano disponível. Visão semelhante é construída em relação à atividade turística, confundida de maneira extremamente restrita ao segmento de hotelaria e que seus benefícios para a geração de riquezas locais, pelo menos que justifiquem o interesse do poder público em investir, limitam-se ao ISS arrecadado dos meios de hospedagem. O tratamento do universo de análise é elaborado sob o ponto de vista de um dos seus elementos, como pode ser observado no trecho a seguir:

[O Pólo] veio pra cá como uma compensação pelos desempregados que nós tínhamos por conta da crise da vassoura, mas não gera 1.000 empregos. Qual a importância do Pólo? Vem na divisão de sempre do ICMS que mesmo renunciado, mas serve para cálculo na base da distribuição entre os municípios. Como Ilhéus é a fonte geradora disso, então incrementa bastante (P1, representante do setor público).

Assim, tendo sido implantado como uma alternativa de desenvolvimento para superar a crise instalada, os atores entrevistados emitiram opiniões semelhantes como a que segue:

O Pólo de Informática pode ser considerado essencial ao desenvolvimento local, tendo em vista sua influência perceptível na economia do município. São vários os aspectos relevantes notados na economia local, por exemplo: na educação, com a criação de novos cursos na UESC, Faculdades privadas, escolas diversas; no turismo, no transporte, no setor imobiliário, na segurança privada, no comércio, dentre outros. O Pólo contribui tanto economicamente quanto qualitativamente para o desenvolvimento local [não é apenas legitimado discursivamente quanto tal]. A formação de técnicos em informática e em eletroeletrônica altamente qualificados tem permitido que várias microempresas de prestação de serviços possam ser criadas, melhorando, significativamente, a qualidade de vida dessa parcela da sociedade. Com a nova cultura da “informática e eletrônica”, em implantação, poderá mudar o destino do município. Temos em nossa região empresas sólidas, com estrutura própria e de primeira linha. Não temos em nosso Pólo empresas de passagem, todos que hoje aqui estão apostam no futuro de nossa região e no crescimento do Pólo de Informática. É lógico que se ocorrer uma mudança na legislação estadual que venha trazer prejuízo à empresa esta afirmativa não é verdadeira [as empresas podem vir a se tornar empresas de passagem] (P3, representante da iniciativa privada/sociedade civil).

Surgiu improvisado inicialmente, mas é uma realidade. Muita gente não sabe que temos um dos maiores pólos industriais do nordeste em Ilhéus. O poder local poderia se organizar mais para extrair benefícios. A existência do pólo envolve decisões sobre carreiras, novas perspectivas. Auxiliou inclusive a implantação das engenharias. O fato de haver o Pólo já é importante, já tem um papel, mas pode ser muito melhor aproveitado, trazendo-se um investimento maciço para formação de pessoal, agora temos o IFBA [refere-se ao Cefet] que está sendo instalado aqui e os cursos escolhidos estão ligados às necessidades do Pólo. Da mesma forma que não temos um sistema de capacitação para o turismo, que demanda menos recurso, para o Pólo também não foi feito. A região foi muito rica, mas muito pouco foi transferido para a formação de pessoas. Isso é um problema a nível nacional (P2, representante em pesquisa).

P4 (representante do setor público) constrói uma visão um pouco mais pessimista em torno da colaboração do Pólo para o desenvolvimento local, construindo sua argumentação sob o ponto de vista do baixo investimento em pesquisa, desenvolvimento e inovação (P&D&I):

[O Pólo, enquanto alternativa de desenvolvimento, ainda não se efetivou, está sendo mais legitimado discursivamente] Quantas patentes, registros de software ou produtos foram criados ou desenvolvidos pelo pólo? O que se criou de efetivo em P&D na região? Apenas se montam máquinas importadas. Gera-se empregos, paga-se impostos e só. [Além disso também pode ser considerado uma dinâmica esparsa proveniente de oportunidades de mercado]. Entendo que passa também por este caminho. Salvo algumas empresas que hoje não existem mais ou que não podem consolidar investimentos, como a BITWAY, as demais se apresentam pelo seu comportamento e propostas de projetos como empresas de conveniência (P4, representante do setor público).

Essa visão de contribuições ainda restritas, se contrapostas ao potencial do Pólo, deve-se à incipiente coordenação do segmento na região, sendo sustentado por isenções fiscais elevadas, que são renovadas (prorrogadas até 2019) para garantir a manutenção das empresas instaladas. Dessa forma, nem há um direcionamento eficaz e oportuno de recursos em P&D na região para compensar as isenções, nem o município dispõe de outros atrativos para que as taxas de redução fiscal possam sofrer um decréscimo ou mesmo eliminar as isenções fiscais por tempo muito elevado a fim de que os tributos possam ser arrecadados e repassados para a Prefeitura de Ilhéus para que possa ter dotações e revertê-las em benefícios para a sociedade local.

3.3 Aspectos logísticos: situação atual e possibilidades de reversão

3.3.1 Situação Logística Atual: ênfase no porto e aeroporto

O aeroporto e o porto de Ilhéus estão sendo enfocados dentro do aparato logístico municipal por figurarem enquanto entrave para expansão dos vetores de desenvolvimento em foco – cacauicultura, pólo de informática e turismo, justamente por vir apresentando uma capacidade operacional abaixo da média necessária, ou mesmo incapacidade de atender às demandas desses vetores. Assim, foi construído um breve cenário da situação logística atual do aeroporto, destacando alguns entraves às atividades em análise. No segundo momento, para retratar a questão do porto, elaborou-se uma descrição por períodos, como forma de demonstrar uma trajetória ora crescente ora em estagnação (situação atual). Complementarmente, foi inserido na discussão o Complexo Intermodal Logístico Produtivo do Sul da Bahia (consistindo em aquavia, aerovia, ferrovia e rodovia), comumente reduzido à denominação ‘Porto Sul’, por se tratar de um projeto, que se executado em sua plenitude, impactará todo o aparato logístico do município e, por conseguinte, as dinâmicas socioeconômicas locais e de todo seu entorno. Trata-se de um projeto do Governo da Bahia que está despertando esperanças e levantando debates nos municípios que integrarão esse feito e que se beneficiarão dele.

O aeroporto Jorge Amado (Figura 32) foi construído na década de 1940, sendo um dos objetivos servir de base de operações na Segunda Guerra Mundial, tendo sido ampliado e reformado ao longo dos anos. No ano de 2007, a região sofreu os impactos da normatização

da Anac (Agência Nacional de Aviação Civil) que instituiu a redução de 110m de pista na cabeceira leste (encontro com a rodovia, BA-001, e o mar), de um total de 1.577m. Com essa medida os horários de voos comerciais foram reduzidos⁵⁰, com pouso e decolagem de aeronaves até o modelo A-319, os A-320, de grande porte, foram cancelados (OLIVEIRA; PITOMBO, 2009). Dentre as rotas perdidas, estão outras escalas em Salvador (horários que ampliavam as possibilidades de conexão), Guarulhos/SP e uma rota direta Ilhéus/Rio de Janeiro (Aeroporto do Galeão).

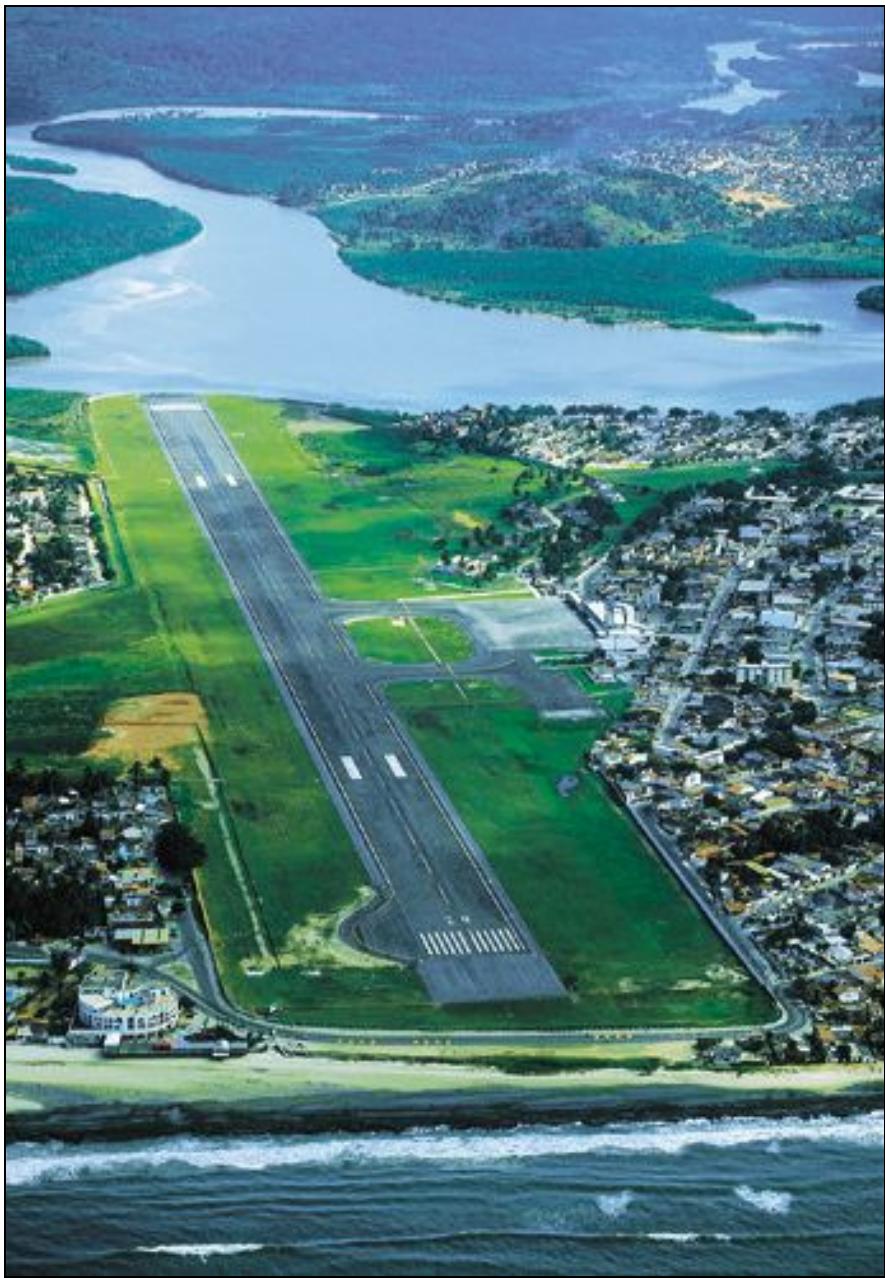


Figura 32 – Localização do aeroporto Jorge Amado, Ilhéus-BA.
Fonte: Google imagens (sem indicação de crédito).

⁵⁰ Estão operando as empresas TAM e GOL com dois horários cada fazendo conexões com a região nordeste, sudeste e sul. A rota Ilhéus-RJ foi cancelada com a normatização da ANAC e ainda não restabelecida. Já em 2009 passou a operar a empresa TRIP com aeronaves de menor porte (turbo hélice) fazendo duas conexões diárias com Salvador e Vitória-ES.

De acordo com Oliveira e Pitombo (2009), a inexistência de terminal alfandegário e estrutura física para armazenamento de cargas do distrito industrial, em específico do Pólo de Informática, constituem-se em entraves de grandes proporções. Atualmente, os produtos estão sendo distribuídos em operações que intercalam transporte rodoviário até o aeroporto de Salvador, de onde as mercadorias são encaminhadas para os centros de distribuição nas regiões sudeste e sul, incorrendo em custos “desnecessários”, visto que há aparato local em estado de latência. O mesmo trajeto é feito, no sentido inverso, para o recebimento de peças, materiais e componentes utilizados pelas empresas do Pólo e que são comprados no país (o volume de pedidos é menor – leva em torno de 10 dias para o recebimento das mercadorias). O setor de turismo também tem sofrido com a redução dos voos e dificuldades em acessar novas rotas, capazes de reduzir o custo e o tempo da viagem, tornando-a mais atrativa, sem contar com a possibilidade de instigar novos públicos, expandindo a área de atuação e de promoção do destino.

As exigências de reparos na pista já foram executadas, mas o movimento de aeronaves ainda não foi restabelecido. Segundo o Secretário de Indústria, Comércio e Mineração do Estado da Bahia, Rafael Amoedo, “a tendência é apostar numa solução definitiva com a construção do novo aeroporto” (OLIVEIRA; PITOMBO, 2009) que fará parte do Complexo Intermodal “Porto Sul” e a Ferrovia Oeste-Leste⁵¹ (ANEXO J). Já foram solicitadas reformas de maior porte no atual aeroporto, mas esbarravam em contingenciamentos orçamentários e na necessidade de desapropriações no entorno o que ampliaria ainda mais os custos. A expectativa dos atores locais é a construção de um aeroporto de porte internacional com pista de três mil metros (proposta desenvolvida há alguns anos, com perspectiva de concretização no atual contexto). Até o momento, “existe uma área predeterminada e recursos da ordem de R\$ 2,9 milhões previstos pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)” (OLIVEIRA; PITOMBO, 2009). O projeto está em discussão, o estudo de impacto ambiental para a construção de um plano diretor a ser encaminhado para a Anac ainda não foi concluído.

No que diz respeito à estrutura portuária, o primeiro porto construído em Ilhéus (1926) localiza-se entre os morros de Pernambuco e Unhão, na Foz do Rio Cachoeira (Figura 33 e 34). Funcionava em condições e exigências da época, idealizado para exportar amêndoas de cacau produzidas na região cacauera, além de importar produtos variados. Segundo Santos (2001), a solicitação para a construção do Porto foi feita pelo industrial Bento Berilo no ano de 1908, tendo sido aprovada a concessão apenas em 1923. A construção foi concluída em 1926, um ano após o Porto de Salvador (1925), fato que serve como um dos nós que o autor vai se utilizar para traçar as relações de dependência atribuídas a Ilhéus em relação às dinâmicas econômicas ditadas na capital do estado, Salvador. Essa relação de exploração mascarada, à qual aduz Santos (2001), está intrinsecamente forjada no perfil produtivo baseado em dinâmicas externas, reforçado pela facilidade encontrada no plantio do cacau e nos lucros vultosos obtidos na época. A exemplo, destaca que o maior percentual de exportações de cacau no decênio 1929/1939 estava sob domínio do porto de Salvador e não de Ilhéus, isso significava uma concentração de cerca de 61,05% das transações externas com amêndoas de cacau para Salvador, restando apenas 38,5% para Ilhéus.

⁵¹ “A construção da ferrovia tem previsão para julho de 2011, o trecho Caetité-Ilhéus, em julho de 2012 o trecho Barreira-Caetité e até dezembro início do trecho de Figueirópolis, no estado do Tocantins, a Barreiras. Matérias-primas e produtos serão transportados pela ferrovia, a exemplo do minério de ferro, grãos e farelos, álcool, açúcar, algodão, carvão mineral, cimento, madeira de reflorestamento, papel, celulose, dentre outros” (ASCOM – ILHÉUS, 2009, [s.p.]) e exportados via “Porto Sul”.



Figura 33 – Primeiro porto de Ilhéus e área de acesso.

Fonte: Google imagens (sem indicação de crédito). Alteração no original: caixas de texto.



Figura 34 – Primeiro porto de Ilhéus.

Fonte: Google imagens (sem indicação de crédito).

Apesar de o Porto de Ilhéus deter condições suficientes para servir de escoadouro de toda produção regional de amêndoas, passou a competir a movimentação com a capital. Muito embora Salvador estivesse logisticamente distante da região produtora de cacau, o processamento de cacau se dava preponderantemente na capital (apenas uma fábrica estava inserida na região do cultivo), com isso, as amêndoas eram transportadas pela rodovia, beneficiadas ou transformadas em outros produtos e finalmente exportada.

Esse é um processo claramente resultante de práticas concentradoras e centralizadoras nos grandes centros, fato que vem sendo compelido politicamente a mudanças nas últimas décadas do século XX, com o reconhecimento de que as desigualdades regionais impactam a qualidade do desenvolvimento e fragilizam a construção de políticas integradoras de desenvolvimento sustentável. Como resultado, frentes diversificadas e condicionadas às especificidades e necessidades regionais estão sendo empreendidas para contemplar a perspectiva da interiorização do desenvolvimento. No presente contexto, do primeiro Porto de Ilhéus, restam duas pontes que servem como atracadouros, as demais foram ruindo por falta de manutenção, é utilizado por pequenas embarcações pesqueiras⁵². Já em 2010 as instalações foram desativadas para reforma do local e implantação de um terminal pesqueiro (obra do Governo do Estado da Bahia).

Além da necessidade de investir em melhor infraestrutura portuária e competir fortemente com Salvador, Santos (2001) ressalta que os acidentes que ocorreram na barra do porto foram decisivos para a aprovação de uma nova estrutura. A isso acrescenta que nos idos de 1970, essa relação “predatória” é desaquecida, pois, estavam sendo traçados novos rumos que conformariam Salvador como uma metrópole nacional. Ilhéus, por sua vez, não sofreu tantas alterações para o planejamento de novos rumos ou diversificação econômica, continuava dependente do cacau e vulnerável às instabilidades relacionáveis ao cultivo e comercialização do cacau.

Quanto à dimensão ambiental, Barbosa (2003) argumenta que o novo porto, construído na ponta do bairro do Malhado (1971), gerou impactos ambientais como a formação de um banco de areia (“esporão”) entre o mar e a Baía do Pontal impedindo a entrada de grandes embarcações e ampliou a distância do mar (aproximadamente quatro vezes) em relação à Avenida Soares Lopes (Figuras 35 e 36). Outros impactos ambientais foram causados em bairros do litoral norte (São Miguel e São Domingos), onde o mar avançou destruindo construções (a obra influiu em correntes marítimas que atuam na região). Segundo a CODEBA (2009), esse foi o primeiro porto a ser construído em mar aberto no Brasil. A essas mudanças observadas, Dupont e Adadd (1997) citados por Santos (2001, p. 114), explicitam que as alterações na linha costeira geram adaptações naturais:

Tais mudanças intensificam a deriva litorânea e às vezes invertem seu sentido. A nova dinâmica promove grande mobilização de areia e reajusta a topografia litorânea. [...] O sistema é autotransformante: características anteriores influenciam e controlam, através de interferências e ressonâncias, a mudança para novas feições, ampliando ou amortecendo condições de erosão ou acresção. [...] Como praias arenosas são ambientes extremamente dinâmicos, qualquer quantidade de areia transportada para fora de um segmento litorâneo deve ser substituído por um volume igual vindo de um outro lugar – do continente ou de plataforma marinha rasa. A falta de reposição resulta em redução da faixa litorânea (erosão) e uma deposição além do normal aumenta a largura dessa faixa (acresção).

⁵² O porto era constituído de quatro armazéns, cada um com uma ponte adentrando a baía para atracamento, sendo uma de concreto, três de madeira e uma de ferro para descarregar bois. Desta última restam apenas pilares próximos a uma das extremidades da ponte que liga o centro de Ilhéus ao bairro do Pontal. Com maré baixa é possível identificar o lugar.



Figura 35 – Localização do porto do Malhado, em funcionamento.

Fonte: Google imagens (sem indicação de crédito). Alteração no original: caixas de texto.



Figura 36 – Porto do Malhado.

Fonte: Companhia da Docas do Estado da Bahia (CODEBA)/Porto de Ilhéus.

A respeito da transformação espacial ocorrida na Avenida Soares Lopes com a implantação do novo porto, Santos (2001) elucida que foram construídas propostas de redefinição dos usos, no sentido de agregar ao lugar funções comerciais e de lazer. Quanto ao primeiro caso, no ano de 1999, foi impedida a construção de um *shopping* através de uma ação judicial e abaixo assinado dos moradores do local e redondeza, por entenderem que afetaria negativamente uma área de caráter residencial. Por outro lado, foram investidos

recursos em duas obras de peso no segmento de entretenimento/lazer – a construção de uma Concha Acústica para shows e do Centro de Convenções Luis Eduardo Magalhães. Foi possível, ainda na década de 1970, embelezar a área com trabalho paisagístico.

Retomando as análises sobre a dimensão operacional, Santos (2001) questiona a imagem construída localmente de um “porto internacional do cacau”, tendo como apporte a relação entre os tipos de produtos e a movimentação total. Mesmo tendo atribuído melhores condições logísticas a Ilhéus para a exportação de amêndoas, operacionalmente, o que mais movimentava o porto, desde 1968, eram os derivados de petróleo (cerca de 60% da movimentação registrada), tendo perdurado tal situação até 1996, quando a Petrobrás desativou o terminal de granéis líquidos (gasolina, óleo diesel, álcool e GLP). Segundo Santos (2001), a desativação do Terminal da Petrobrás teria sido induzida por pressão popular devido aos riscos que a atividade fornecia, com o terminal instalado na área urbana. Essa imagem distorcida poderia ter sido fundada não só na preferência regional pela monocultura do cacau, percepção que impossibilitou a visualização de oportunidades de diversificação produtiva, mas também, conforme Santos (2001, p. 91), pelo “fato das operações com cacau criar empregos no setor portuário para várias categorias de trabalhadores, o que fez do porto a principal fonte de trabalho urbano”. Por outro lado, reconhece que “as operações com os granéis líquidos, apesar de volumosas, praticamente não geravam empregos na cidade pelo fato de serem mecanizadas”.

No ano de 1979, as operações portuárias movimentaram 181.932.754,3kg, o correspondente a US\$ 602,120,604,03 milhões. “A crise operacional do porto de Ilhéus nos anos noventa passa pelo fim das operações com fertilizantes, em 1990, das exportações de cacau em amêndoas e das importações de granéis líquidos, em 1996” (SANTOS, 2001, p. 93) conforme pode ser observado na Tabela 14. Na década de 1990, o porto perdeu o transporte de um dos seus principais produtos: os derivados de petróleo. Situação compensada pelo crescimento na exportação de soja – do Oeste baiano. Entre os anos de 1996 e 2000 a movimentação de mercadorias no porto era maior e mais diversificada como demonstrado na Tabela 15. Ainda eram exportados os derivados de cacau através de navios de contêineres de menor calado visto que esse porto opera numa área com profundidade regular de 10m, em alguns locais chega a 8m em função do acúmulo de areia, exigindo escavação constante para manutenção de profundidade, com capacidade de atracar três navios ao mesmo tempo. Nem sempre os investimentos acompanham as transformações naturais nesse ambiente.

Tabela 14 – Movimento de cargas (t.) no porto de Ilhéus: evolução por produto, 1995-1996

Ano	Derivados de petróleo	Fertilizante	Cacau	Derivados de cacau	Madeira	Soja	Trigo	Outros	Total
1985	378.312	30.408	155.823	106.615	0	0	0	26.704	697.862
1986	438.453	40.903	121.650	79.079	0	0	0	19.347	699.432
1987	419.148	22.238	143.191	64.325	0	0	0	46.285	695.187
1988	427.031	14.540	125.032	53.476	0	0	0	31.359	651.438
1989	446.401	2.599	103.648	38.426	0	0	0	79.390	670.464
1990	440.484	4.501	114.918	75.686	0	0	0	31.553	667.139
1991	370.351	0	86.825	64.523	0	0	0	35.819	557.518
1992	303.734	0	78.574	52.588	0	22.253	0	25.249	482.668
1993	349.119	0	90.026	56.128	41.952	88.433	0	19.758	645.416
1994	344.318	0	81.494	54.889	234.719	172.928	40.773	27.533	956.664
1995	378.988	0	12.120	23.116	259.146	68.808	54.231	17.814	814.223
1996	184.700	0	26.344	23.263	55.982	40.317	83.461	8.356	422.423

Fonte: Codeba. (extraído de SANTOS, 2001, p. 93).

Tabela 15 – Principais produtos movimentados no porto de Ilhéus (BA), 1996-2000

PRODUTO	IMPORTAÇÃO (tonelada)				
	1996	1997	1998	1999	2000
Trigo em grão	83.461	71.839	76.229	91.476	58.936
Amêndoas de cacau	0	18.139	9.176	76.203	71.733
PRODUTO	EXPORTAÇÃO (tonelada)				
	1996	1997	1998	1999	2000
Soja	40.317	298.550	590.664	305.552	585.932
Manteiga de cacau	9.980	5.485	9.970	5.591	15.321
Liquor de cacau	534	322	829	551	689
Pó de cacau	5.427	6.284	4.437	4.352	4.684
Torta de cacau	7.322	3.446	4.395	605	1.873
Amêndoas de cacau	26.344	2.127	1.747	0	0

Fonte: BARBOSA, 2003, p. 148.

Em função da crise regional na lavoura de cacau, tornou-se necessário importar amêndoas para atender à demanda de matéria-prima das multinacionais moageiras instaladas no município, muito pouco foi exportado entre os anos de 1996 e 1998. O trigo também era importado via porto de Ilhéus. De 2000 a 2008 o quadro operacional é reduzido expressivamente (Tabela 16) em razão do não acompanhamento dos investimentos em infraestrutura frente às novas normatizações e interesses vinculados ao mercado de transporte aquaviário e aos seus usuários. Os principais produtos deixam de ser exportados, os derivados de cacau, com crescimento da importação de amêndoas para o parque moageiro. Isso se deve ao cancelamento de rotas para Ilhéus feitas por navios de contêineres de maior porte e maior calado. Além da exigência de mais profundidade, estão trabalhando com transporte de muita carga, viabilizando processos em termos de custo e tempo.

Tabela 16 – Estatísticas anuais dos principais produtos movimentados no porto de Ilhéus

PRODUTOS	IMPORTAÇÃO								
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Derivados de petróleo	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Fertilizantes	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Trigo	58.936	53.612	54.728	96.705	27.450	0	0	0	0
Amêndoas de cacau	71.733	34.314	61.491	51.736	42.029	60.984	61.610	95.283	91.383
PRODUTOS	EXPORTAÇÃO								
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Cacau e derivados	22.747	20.924	8.586	4.379	1.894	0	0	0	0
Madeira	299	0	0	0	0	0	0	0	0
Soja	585.932	664.217	524.745	745.807	947.421	914.280	711.921	660.963	660.963

Fonte: Porto de Ilhéus (CODEBA), 2009.

Esse entrave se aplica também para o pólo de informática, precisam trabalhar com grandes estoques em função do grande período de tempo entre o pedido e o recebimento da mercadoria, entre 30 e 90 dias. Tanto as indústrias moageiras com a exportação de derivados de cacau quanto o pólo estão movimentando mercadorias por rodovia até o porto de Salvador e daí distribuírem para outras regiões/países e vice-versa. Apenas a movimentação de grãos continua em pleno funcionamento porque os navios que transportam esse tipo de mercadoria conseguem atracar sem problemas, a exemplo da exportação de soja e importação de amêndoas de cacau. Assim, “as empresas que utilizam o modal marítimo também são penalizadas pelo fato do porto de Ilhéus estar fora das principais rotas de navegação” (GOVERNO DA BAHIA, 1999, p. 6).

Essa constatação não está relacionada à falta de produtos para exportação, mas à falta de investimentos para melhorias na infraestrutura. Existem produtos a serem exportados que estão mais próximos do porto de Ilhéus, mas que são transportados até o porto de Salvador, como a celulose produzida no sul, os grãos, frutas e minérios nas regiões norte, oeste e sudeste da Bahia. Uma reclamação, expressa por alguns atores locais vinculados aos projetos cacauicultura e pólo, é que navios de carga estão competindo com navios de cruzeiro. Interessa ao projeto turismo a ampliação dessa prática, mas enquanto esses navios estão atracados os navios de carga precisam interromper o descarregamento e retornar para o alto mar ou aguardarem lá, até que o navio de cruzeiro desatrade. Por normas de segurança e inexistência de ambientes separados, a descarga não pode ser realizada com trânsito de passageiros na área do porto. De acordo com Santos (2001, p. 171), um funcionário da Codeba informou-lhe que

o cruzeiro tem o privilégio de atracar a hora que chegar, ocupar o berço, interromper a operação de um cargueiro, mas ele tem também de arcar com o ônus, que é o mínimo possível, porque ele não indeniza a operação do cargueiro, apenas assume as despesas da saída do navio daquele trecho e do retorno ao trecho. [...] Então, se você tem uma estrutura, tem um custo fixo sobre essa estrutura, não vai poder, no dia que esse navio chegar, tirar os cargueiros que dão sustentação econômica financeira ao porto para colocar um navio de passageiro, que entra de manhã e sai de tarde e as despesas dele, em relação ao porto são mínimas. [...] O cargueiro emprega mão de obra, gira todo um processo econômico diferente do navio turístico mas, o navio de passageiro é muito importante, sobretudo para Ilhéus, que tem este aspecto do desenvolvimento turístico, trabalha neste sentido e o porto de Ilhéus tem consciência disto e tem facilitado muito.

Esse tipo de procedimento, ou seja, de prioridade de atracação, está previsto na Portaria M.V.O.P. NP. nº 496, de 26 de outubro de 1964, sendo que o navio com atracação preferencial, no caso o de passageiros, deverá, em todos os casos, arcar com todos os ônus envolvidos na operação de ambos os navios. Apesar do desconforto que uma ação desse tipo pode gerar entre os envolvidos, inclusive, ponderando quem contribui mais para a manutenção da infraestrutura portuária, o mesmo funcionário que fez o depoimento acima, relativizou a questão financeira e dos custos fixos afirmando que existe a consciência da importância da atracação de cruzeiros em Ilhéus por ser uma cidade turística. Contudo, contra-argumentou expondo as condições limitadas de infraestrutura do porto e da cidade para receber cerca de 2.000 turistas de um cruzeiro, por exemplo.

3.3.2 Complexo Produtivo Porto Sul Bahia

Nesse cenário de limitações, a política de expansão portuária do governo da Bahia, divulgada em 2008, e materializada através da proposta de construção de um complexo intermodal na região norte do município, mais conhecido como “Porto Sul”, apesar de estar incluso, além de um novo porto, um aeroporto e uma ferrovia.

No entanto, esse projeto vem gerando polêmica com os ambientalistas e atores envolvidos com a atividade cacaueira e turística em função dos impactos ambientais que serão causados na região e a destruição de parte da mata. Um argumento subjacente às críticas é o interesse da empresa privada, Bahia Mineração Ltda (BML), no escoamento de minério de ferro da região de Caetité. O porta-voz da BML, Amaury Pekelman, garante que o turismo não será prejudicado, seria beneficiado, segundo ele, em função do aumento do número de

pessoas em Ilhéus. O representante do Ministério Público Estadual, Sérgio Mendes, emitiu o parecer de que a construção de um empreendimento de grande impacto ambiental é ilegal numa área de proteção.

A proposta de execução de um Complexo Logístico com o porte previsto está em consonância com um trabalho publicado em 2008 pela Secretaria do Planejamento do Governo da Bahia, intitulado “Resgatando o Planejamento Estratégico na Bahia: 2008-2028. Um futuro para todos nós – Resumo Executivo”. Segundo o Governador Jaques Wagner, citado por Lobato (2010, p. 19), a intenção que perpassa o trabalho é a de

resgatar o governo, não como agente produtivo, mas como um articulador e facilitador de um processo de construção de um *projeto de desenvolvimento sustentável* que garanta à sua população uma vida com padrões de qualidade, equilíbrio social e étnico, [...] mediante aplicação de políticas capazes de gerar emprego, riqueza e renda bem distribuída na nova sociedade.

Para isso, a perspectiva que o Governo está construindo é a de realizar um trabalho que integre todas as macro-regiões do Estado, mantendo alinhamento às orientações e políticas nacionais de desenvolvimento. Importante destacar que nessa renovação de paradigma institucional, o município de Ilhéus pode ser um dos grandes beneficiados, pois,

a macro-região Litoral Sul (Territórios de Identidade do Baixo Sul, Litoral Sul e Extremo Sul) foi indicada como a segunda prioridade territorial de governo durante a elaboração do PPA participativo e carrega como problema grave a crise, verdadeira calamidade pública, da cacaucultura, decorrente da introdução da vassoura de bruxa na região e de orientações técnicas equivocadas (LOBATO, 2010, p. 26).

No bojo das estratégias estaduais e dos interesses locais e das regiões do entorno, o Complexo Intermodal pode figurar como uma obra estruturante de grande envergadura que venha a incitar novas dinâmicas e reposicionamentos dos atores envolvidos no sentido de melhor aproveitar os benefícios e acompanhar atentamente os usos que serão feitos do território que comportará tal projeto. Dada a concentração histórica dos investimentos na Região Metropolitana de Salvador, a execução desse projeto, representaria, segundo está sendo difundido, uma interiorização do desenvolvimento, com uma série de oportunidades intrínsecas, resta saber se os atores estão se preparando para as mudanças vindouras e para estarem capacitados a enxergar e usufruir das oportunidades que surgirão. Essa concepção, ou mesmo preocupação, tem como lastro uma visão difundida por Celso Furtado, de que a vontade coletiva é indispensável para que o desenvolvimento seja alcançado. Mas não basta querer, é preciso engajamento, compromisso, muito trabalho e visão estratégica.

3.3.3 Área prevista para construção do Complexo

Esse projeto provém de uma política de expansão portuária do Governo da Bahia, divulgada em 2008, em parceria com o Governo Federal, alocando recursos do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. Quanto à capacidade de funcionamento do porto, está previsto, apenas no segmento exportação, uma movimentação anual de 25 milhões de toneladas de produtos como minério, grãos e cargas conteinerizadas.

Soando como uma excelente proposta econômica e mesmo social, a polêmica ganha força sob o ponto de vista ambiental, já que o projeto prevê a utilização de 1,7 mil hectares de

uma área de proteção ambiental – a APA da Lagoa Encantada que totaliza 11,8 mil hectares – próxima ao povoado de Ponta da Tulha, área sede da construção (Figura 37). O interesse por essa área se deve à característica de longa área de planície com adequabilidade para o traçado da ferrovia de integração. No caso do porto *offshore*, é indiscutível o interesse pela profundidade encontrada a 3km da costa, em média 19m, implicando em redução de custos de dragagem e consequente manutenção, permitindo o atracamento de navios de maior calado. Pelas dimensões previstas, o “Porto Sul” seria o segundo maior porto do Nordeste, orçado em R\$ 4 bilhões (recurso público e privado). Além da Ponta da Tulha foram avaliadas outras possíveis locações como: Campinho (em Maraú), Serra Grande, Aritaguá, Distrito Industrial, Porto do Malhado e Olivença. A SEPLAN (2010a, s.p.) afirma que a Ponta da Tulha é o local ideal para a instalação do Complexo “tanto do ponto de vista de logística e topografia quanto de localização ambiental, permitindo criar ao seu redor uma extensa área de preservação”.



Figura 37 – Litoral norte de Ilhéus onde está prevista a construção do Complexo Logístico.

Fonte: Rede Sul da Bahia, 2010. (Foto: José Nazal)

Discussões múltiplas foram levantadas desde o início do processo, questões que vêm sendo esclarecidas através de estudos de impacto ambiental e audiências públicas em parceria com o IBAMA. Por ser uma novidade e um projeto de grande envergadura, as incertezas são inúmeras. Há a consciência de que alguns preços terão que ser pagos e que algumas mudanças poderão assumir o *status* de irreversíveis, apesar das compensações ambientais a serem realizadas. Por isso, mesmo diante dos diversos interesses em dinamizar a economia regional, os debates entre atores e gestores dos municípios envolvidos (a dinâmica de funcionamento ultrapassa as fronteiras do município de Ilhéus) buscam as melhores relações entre custos/benefícios econômicos, sociais e ambientais, bem como acordos de cooperação entre si e com o Governo da Bahia e Federal.

3.3.4 Um projeto de governo – a interiorização do desenvolvimento?

Aclamado pelo setor público e parceiros da iniciativa privada, o Complexo Logístico Produtivo do Sul da Bahia, a ser construído no município de Ilhéus – Bahia, emerge como uma promessa de interiorização do desenvolvimento na Bahia e, acima de tudo, uma possibilidade de retomar os tempos progressistas semelhantes ao período de auge do cacau na região. Com o acirramento da crise dessa monocultura a partir de 1989, o desenvolvimento local passou a vagar à procura de um novo rumo. Pode-se dizer que dois vetores destacaram-se, ainda que de forma insuficiente, o turismo e o Pólo de Informática de Ilhéus. Este último apresentou uma trajetória de rentabilidade e potencial de expansão, mas vem sofrendo baixas desde a crise de 2008, além das fragilidades decorrentes de baixo respaldo financeiro e de regulamentação do governo estadual, infraestrutura insuficiente e falta de aparato logístico adequado – os entraves na importação de peças e componentes e escoamento da produção são constantes, sendo efetuados via aeroporto e porto de Salvador, capital do Estado.

É nesse contexto que a infraestrutura que compõe o Complexo Logístico Produtivo do Sul da Bahia (Figura 38) – com o Porto Sul Bahia (*offshore*), o Aeroporto Internacional, a Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol), a Zona de Processamento de Exportações (ZPE)⁵³, Terminal Portuário de Uso Privativo (TUP/Bamin), Porto Público, Zona de Apoio Logístico (ZAL) e Sistema Integrado de Proteção Ambiental (SIPA), segundo SEINP (2010) – surge como um mecanismo para recolocar a “região do cacau” na rota do desenvolvimento, com vetores diversificados, contribuindo para restabelecer os vetores já existentes e fomentar novos segmentos.



Figura 38 – Estrutura do Complexo, Ponta da Tulha, Ilhéus-BA.

Fonte: SEPLAN/BA, 2010a.

A Ferrovia Oeste-Leste, com 1,1 mil quilômetro de extensão [só na Bahia], receberá um investimento de 4,5 bilhões [o custo total da obra está estimado em R\$ 6 bilhões], criará um novo eixo de desenvolvimento integrando a economia do Sul da

⁵³ A ZPE funciona como uma espécie de distrito industrial com vendas voltadas maciçamente para o exterior, 80%, ficando apenas 20% de comercialização para o mercado interno. Contam com redução ou isenção de tributos, o que se torna um atrativo. No Brasil, dentre as 19 ZPEs apenas uma será instalada no Nordeste, a de Ilhéus (BAHIA DE TODOS OS CANTOS, 2010).

Bahia ao Oeste, zona de maior produção do Estado, e a área de mineração de Caetité. Além de escoar a produção da Bahia, a Oeste-Leste servirá de elo para a interligação da nossa economia a outros pólos do país, através da conexão que terá com a Ferrovia Norte-Sul, em Figueirópolis (TO), transformando o novo porto no grande escoadouro destas produções (MAGALHÃES, 2010, p. 14).

Além da ferrovia, que cortará todo o estado da Bahia, o Porto Sul, com orçamento previsto em R\$ 4 bilhões, será construído na modalidade *offshore* a três quilômetros da costa da Ponta da Tulha, norte de Ilhéus, promovendo juntamente ao aeroporto internacional um complexo logístico capacitado a atender demandas de importação e exportação de insumos e produtos do município de Ilhéus e demais regiões da Bahia. Para o aeroporto internacional de Ilhéus serão investidos R\$ 200 milhões, segundo Wilson Brito, Secretário de Infraestrutura da Bahia, citado por Cezar (2010). Brito destacou ainda que “está prevista a desapropriação de sítio, construção de terminal de passageiros e de pista de 2,5 quilômetros. A previsão é de que pelo menos R\$ 10 milhões sejam utilizados para pagar indenizações, esclarece o secretário” (CEZAR, 2010, p. 34).

De acordo com Reggiani (2010, p. 26), “a Ferrovia Oeste-Leste (Figuras 39 e 40) está se tornando uma realidade. O presidente Lula assinou a licitação para o projeto executivo e logo começará a construção do trecho que vai de Caetité ao Oceano Atlântico”. Informou ainda que o projeto Porto Sul também já estaria em andamento: “Já fizemos a audiência pública para o Porto Sul, o terreno está separado e as licenças em fase de aprovação”.

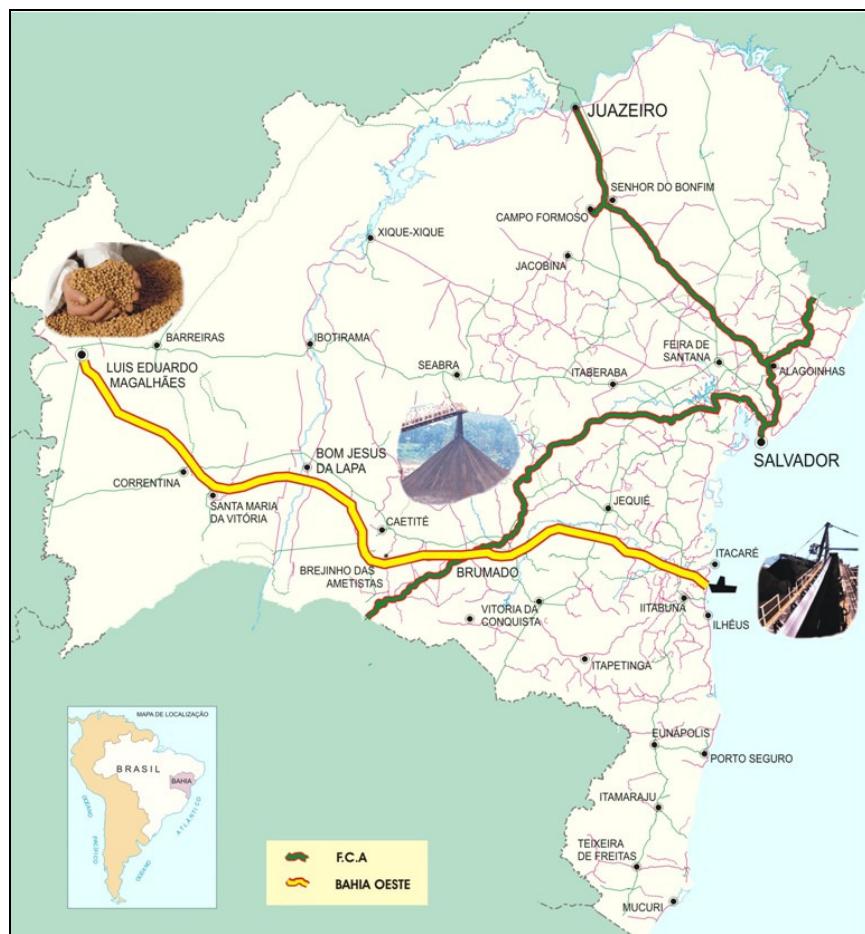


Figura 39 - Ferrovia Oeste-Leste (destacada em amarelo) integrada ao “Porto Sul” em Ilhéus.

Fonte: Google imagens (sem indicação de crédito para a produção da imagem).



Figura 40 - Síntese estratégica da Ferrovia Oeste-Leste.

Fonte: SEPLAN/BA, 2010a.

Com base no traçado ferroviário demonstrado na Figura 40, divulgada pela Secretaria de Planejamento da Bahia, a Ferrovia Oeste-Leste (FIOL) integra um projeto estratégico nacional, com interesses que extrapolam as lógicas de poder e interesses do território ilheense. Isso não minimiza a necessidade de audiências públicas e discussões para obter um consenso, mas fica evidente que o Complexo não é uma redenção para a crise econômica que assola Ilhéus, e sim uma oportunidade que está surgindo para a região, em função das características naturais da área (especialmente no caso do Porto *off shore*) e localização do município que facilita a composição do traçado e integração de todos os componentes previstos no Complexo. Do ponto de vista privado, ou melhor, da Bahia Mineração – BAMIN, a FIOL é uma

“estrutura logística fundamental para o escoamento da produção de minério de ferro em Caetité [a localização pode ser identificada na Figura 39]”, diz Clovis Torres, vice-presidente da Bamin [advogado que já foi diretor-jurídico da Vale]. A empresa pretende investir cerca de US\$ 1,8 bilhão no Projeto Pedra de Ferro, no município de Caetité, a 757 quilômetros de Salvador, onde deverá produzir, anualmente, 18 milhões de toneladas de minério. Só na construção do Porto em Ilhéus serão aplicados US\$ 500 milhões, parte é de capital próprio [65%*] e parte [35%*] são empréstimos de agências de fomento internacionais e nacionais, como o BNDES, SUDENE e BNB [em função das facilidades adicionais de financiamento público pelo fato de o empreendimento estar na área semiárida nordestina*]⁵⁴. “Vamos adequar o nosso cronograma de obras de construção da infraestrutura da mina, da adutora do Uíu e do porto em Ilhéus [refere-se ao Terminal Privativo da Bamin e não ao Porto Público – obra a cargo do Governo Federal/Estadual], tendo em vista o cronograma da própria ferrovia. É importante que essa logística esteja pronta para que possamos começar a descarregar nosso produto diretamente no porto de Ilhéus para exportação a partir do final de 2012”, diz Torres. (CEZAR, 2010, p. 36).

⁵⁴ As informações seguidas do símbolo * foram indicadas no trabalho de Bicalho (2010b, p.73).

A descoberta de jazidas de minério na Bahia, especificamente a Pedra de Ferro da Bamin e da Mina Santa Rita, para exploração de níquel pela Mirabela, com viabilidade econômica de exploração, reforçada pela logística a ser proporcionada pelo Complexo Intermodal, fez com que as grandes empresas que atuam no ramo voltassem os olhares para a Bahia, tendo sido intensificados os leilões para novas pesquisas em áreas potenciais (BICALHO, 2010a). A empresa Mirabela Mineração do Brasil, “do grupo australiano Mirabel Nickel, começou a produzir níquel em novembro último [2009] na mina Santa Rita em Itagibá, a 370 km de Salvador. A Mirabela investiu cerca de US\$ 800 milhões nos últimos dois anos na abertura da mina” (BICALHO, 2010b, p. 72-73). Quanto ao Projeto Pedra de Ferro trata-se de um

maciço rochoso localizado no município de Caetité-BA, com cerca de 100 metros de altura, 150 metros de largura e um corpo que se estende por quase dois quilômetros e meio, guarda 398 milhões de toneladas de ferro contido, e só foi descoberta em 2004, pelo geólogo João Carlos Cavalcanti – que se afastou do empreendimento em 2008, quando vendeu os 20% que detinha no empreendimento para seus sócios estrangeiros, a Eurasian Natural Resources Corporation (ENRC e a Zamin Ferrous – antiga Tanarello), empresa de investimento controlada pelo indiano Pramod Agarwal. Para sua implantação os dois sócios estrangeiros criaram a Bahia Mineração. Novas pesquisas apontaram outras jazidas ao norte e ao sul da Pedra de Ferro, mas estão sendo mantidas em segredo, supõem-se que as reservas devem ser aumentadas para algo em torno de 700 milhões de toneladas de ferro contido. Apenas o potencial de exploração da Pedra de Ferro é suficiente para colocar a Bahia em terceiro lugar no *ranking* de produção de minério de ferro do Brasil, ficando atrás apenas de Minas Gerais e Pará. Fora desses dois estados a mina baiana é a primeira grande descoberta de jazida de ferro com viabilidade econômica e logística comprovada. O segundo maior investimento mineral da Bahia já está a pleno funcionamento” (BICALHO, 2010b, p. 72-73).

Essa infraestrutura logística gerará uma integração estratégica no interior da Bahia, nas regiões Sul (turismo, cacau, celulose), Sertão produtivo (fruticultura irrigada e zona de maior concentração de minério do estado – urânio⁵⁵, ferro, magnesita, manganês e talco, a expectativa é de transportar 20 milhões de toneladas de minério/ano) e Oeste (maior produtor de soja do Norte e Nordeste e segundo maior produtor de algodão do país) a serem agregadas a cadeias produtivas do Brasil Central gerando novos desdobramentos além de contribuir com o fortalecimento das dinâmicas já existentes (MAGALHÃES, 2010; BAHIA DE TODOS OS CANTOS, 2010).

Para Walter Horita, presidente da Associação dos Agricultores e Irrigantes da Bahia (Aiba), “a Bahia é um estado de proporções gigantescas e o oeste sofre muito pela distância; a ferrovia é mais um passo para a integração” (BAHIA DE TODOS OS CANTOS, 2010, p. 18). Com a ferrovia o transporte de insumos e produtos será expandido de seus atuais 2% na Bahia, retirando em média 250 carretas de circulação, ampliando a vida útil das rodovias e diminuindo os custos com transportes. Ressalva seja feita ao grande interesse da multinacional Bahia Mineração (Bamin) na ferrovia e no Porto Sul, visto que empresa explora jazidas de minério na região de Caetité e recentemente descobriu uma nova jazida de ferro (Pedra de Ferro) a 8km do distrito de Brejinho das Amestistas. Com um teor de ferro da ordem de 70% e volume de reserva estimado entre 4 e 6 bilhões de toneladas, entre 15 e 20

⁵⁵ “A missão da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), órgão da ONU, concluiu, no início de 2010, que as atividades da mina de urânio das Indústrias Nucleares do Brasil, em Caetité, atendem a todos os requisitos de segurança e não provocam nenhum impacto significativo ao meio ambiente da região. Um passo importante para melhorar ainda mais a segurança da população será dado com a construção da Fiol, pois a tendência é a de que 400 toneladas anuais que saem da Bahia para outros países cheguem ao porto de trem, evitando que milhares de carros cruzem com a carga na estrada” (BAHIA DE TODOS OS CANTOS, 2010, p. 23).

anos de exploração, investir em sua exploração só se torna viável economicamente com um aparato logístico adequado (BAHIA DE TODOS OS CANTOS, 2010).

Acompanhando a efervescência desse projeto logístico-produtivo, a Petrobrás estenderá a oferta de gás natural, que atualmente é da ordem de 26% para a matriz industrial do estado, uma fonte energética limpa e de menores custos, por meio do Gasene, atraindo novos investimentos para a região, que estará apta a ofertar aparato logístico capaz de gerar competitividade aos empreendimentos locais, do entorno e interior do Estado. A rede de distribuição do gás natural será viabilizada pela Bahiagás, que prevê a construção de cerca de 250km de dutos distribuídos por municípios do Sul da Bahia, cujo investimento transita na ordem de R\$ 60 milhões (MAGALHÃES, 2010).

3.3.5 Complexo Intermodal Logístico Produtivo: proposições e expectativas

A perspectiva de efeitos positivos do Complexo Intermodal no município de Ilhéus e regiões envolvidas, conforme Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração do Estado da Bahia – SICM (2010), está relacionada com a promoção de novos rumos para o desenvolvimento sustentável, fomentando eixos econômicos diversificados, gerando emprego e renda, além de pressionar a alocação de recursos na constituição de ativos ambientais. Ademais, a Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia – SEPLAN (2010b, p. 11-12), destaca que a integração estratégica da Ferrovia Oeste-Leste ao Porto Sul Bahia representa uma ruptura com três paradigmas:

O primeiro paradigma refere-se à centralidade da região Sudeste como norteadora dos grandes empreendimentos logísticos nacionais construídos até a década passada. A Ferrovia Oeste-Leste se articula transversalmente com estes eixos radiais inaugurando um novo marco de agregação de valor e dinamismo comercial, permitindo a desconcentração da economia nacional. O segundo paradigma corresponde à predominância da diretriz norte-sul dos eixos ferroviários e rodoviários, inibindo a cabotagem e a integração nacional entre portos. A Ferrovia Oeste-Leste cruza os eixos dos troncos rodoviários das BRs-101 e 116, a Ferrovia Centro-Atlântico e a Hidrovia do São Francisco na Bahia, robustecendo um eixo de penetração e potencializando como nós logísticos um conjunto de cidades médias da Bahia e, posteriormente, no Brasil Central. O terceiro paradigma rompido por este novo eixo logístico é mais recente. Refere-se ao conceito de que eixos ferroviários em áreas de fronteira econômica devem ser especializados e voltados para o escoamento em mão única de *commodities* a partir de recursos naturais regionais. A Ferrovia Oeste-Leste e o Porto Sul não são concebidos como calhas de escoamento, mas como vetores de agregação de valor de cadeias produtivas em amadurecimento. De fato, cadeias como a de celulose, grãos e carnes como também mármore e granitos já estão sofrendo agregação de valor em vetores logísticos fora do Estado da Bahia.

No que se refere à geração de ativos ambientais, o projeto prevê a “formação de cinturões verdes onde serão cultivadas espécies nativas de modo a contribuir com a preservação dos ecossistemas”, imputando à característica de porto *off shore* a sustentabilidade para o ecossistema marinho local, dentre outras ações como a “reciclagem da água e da betonita que serão utilizadas na moagem do minério de ferro a ser transportado pelo minerioduto” (SICM, 2010, s.p.). Conforme divulgado na página da SEPLAN (2010a, s.p.), as ações imediatas para garantir a sustentabilidade do meio ambiente são: “criação de Unidade de Conservação de Proteção Integral na Lagoa Encantada; melhorias na APA da Lagoa

Encantada e Rio Almada; e ampliação e Regularização do Parque Estadual da Serra do Conduru". Como parte da Mata Atlântica terá que ser devastada, representantes do setor público e em especial a multinacional Bahia Mineração Ltda, contratante de um estudo e relatório de impacto ambiental (EIA/RIMA) e interessada na construção de um porto particular na área do Complexo – orçado, a princípio, em R\$ 800 milhões, propõem a formação de áreas de "amortecimento ecológico no entorno do empreendimento". Esses argumentos, entretanto, não têm convencido os ambientalistas, pois, no mesmo EIA/RIMA contratado, foi destacada a quantidade de espécies animais em risco de extinção encontradas na área e a diversidade da cobertura florestal em estágios, médio a avançado, de regeneração que sofreriam com a construção do Complexo nas áreas escolhidas até o momento.

Em estudo realizado pela ONG Floresta Viva sobre impactos e viabilidade dos sítios escolhidos para a instalação do Complexo, Carvalho (2008, p. 94) apresenta argumentos em defesa de parte das áreas escolhidas por já terem sido "declaradas de utilidade pública e as mesmas apresentam conflitos de uso com as unidades de conservação que se inserem e estão no entorno". A sugestão dada é que se respeite a vocação designada às áreas de proteção ambiental da Lagoa Encantada e do Rio Almada. Ao final do relatório, Carvalho (2008, p. 95) conclui que:

utilizando as áreas mais abertas e antropizadas e um bom planejamento de uso e ocupação do solo, observamos que é possível implantar estes empreendimentos, na região, em outras áreas fazendo uma boa conciliação da conservação ambiental com a implantação dos mesmos. Para implantação do empreendimento, no que se refere à conservação da flora nativa, recomendamos a redução do uso de áreas de comunidade aluvial, floresta primária e em estágio avançado de regeneração assim como todas as áreas de estágio médio de regeneração, planejando as ocupações previstas para os sítios com maiores percentagens de áreas antropizadas e áreas de campo natural mais abertas e em estágio inicial de regeneração, sendo estas as áreas de menor diversidade.

Em contrapartida, encontra-se nos discursos de matérias e vídeos divulgados pelo Governo da Bahia a justificativa de que os impactos resultantes da implantação do Complexo são inferiores em relação a outras dinâmicas que vêm se expandindo na região como pressão urbana, especulação imobiliária, exploração desordenada e desmatamento para criação de gado. Em defesa do empreendimento, reforçam que as unidades de conservação (APA da Lagoa Encantada e do Rio Almada e o Parque Estadual do Conduru) serão requalificadas e valorizadas, recebendo, por esse motivo, até o ano de 2019 investimentos da ordem de R\$ 30 milhões só do Governo Estadual. Do contrário, esse investimento não será efetuado (SEPLAN, 2010a, [s.p.]). Nas palavras do ex-Secretário de Meio Ambiente da Bahia, Juliano Matos, "tudo foi pensado na perspectiva do ecodesenvolvimento, ou seja, o projeto não compensa ou mitiga impactos simplesmente, antes, incorpora a gestão de ativos ambientais e será o maior investimento em conservação ambiental na história do estado" (PORTO SUL BAHIA, 2010a). Assim, na visão do poder público, a convivência de áreas naturais de elevado potencial turístico com complexos portuários é possível e citam, como exemplo, o Porto de Suape em Pernambuco, operando a apenas 3 km do Eco Resort Cabo de Santo Agostinho e o Porto de Itajaí em Santa Catarina (Figura 41), em operação a uma distância de 6,5 km do Balneário Camboriú, argumentando que é possível construir uma sinergia entre eixos logísticos estratégicos, a sustentabilidade ambiental e o turismo.

No entanto, a polêmica ainda não foi totalmente desfeita entre os atores locais mesmo após algumas audiências públicas, o projeto encontra-se em negociações e em fase de licenciamento ambiental junto ao IBAMA. Em matéria exibida no Fantástico, programa da Rede Globo, em 25 de abril de 2010, ambientalistas, artistas regionais e membros da sociedade reuniram-se ao redor da Lagoa Encantada num ato de protesto contra a construção

do Complexo em função dos impactos ambientais previstos e os demais que o EIA/RIMA contratado pela Bamin admitiu não ter condições de prever, ou seja, novas compensações, se possíveis, viriam durante e após a construção do Complexo. Os ativistas demonstraram indignação pela suposta influência que a multinacional Bamin, constituída por um grupo da Índia e outro do Cazaquistão, parece ter no processo (PORTO SUL BAHIA, 2010b).

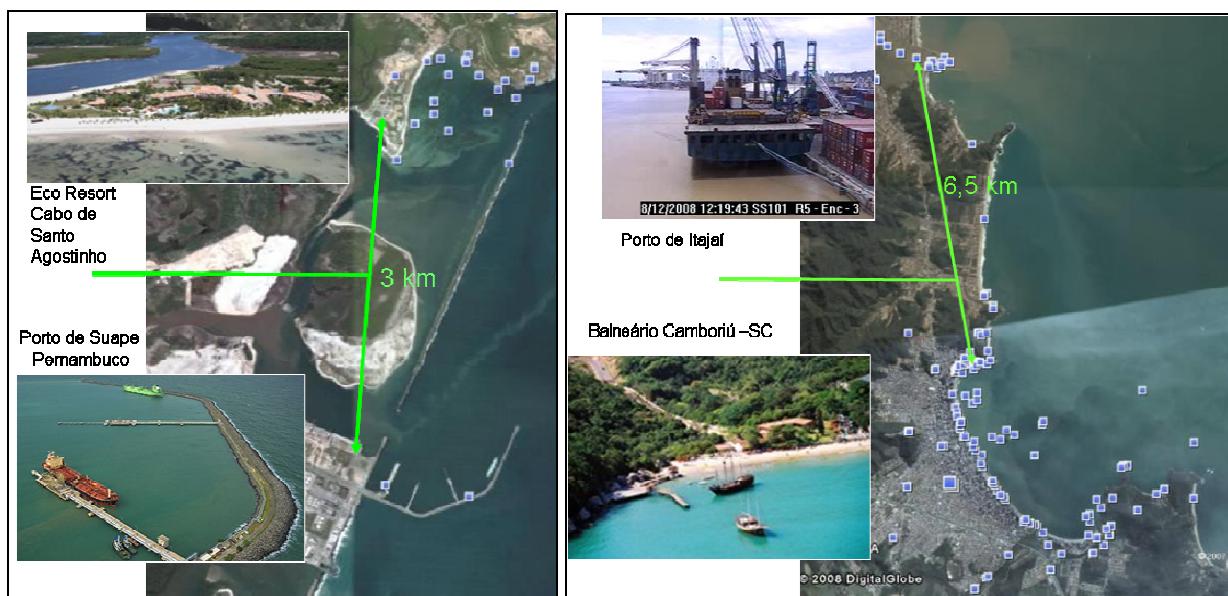


Figura 41 – Porto de Pernambuco (à esquerda) e Porto de Santa Catarina (à direita).

Fonte: SEPLAN, 2010a.

Além da destruição de parte da Mata Atlântica e comprometimento da sobrevivência de espécies em extinção identificadas e apresentadas no EIA/RIMA, ambientalistas e pesquisadores da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC/BA e da Unicamp/SP, ressaltam os prejuízos que o traçado da ponte de acesso do porto *off shore* ao píer pode causar; pois, a fixação das pilastras foi projetada em cima de um recife de coral. Em audiência pública realizada na mesma universidade, um representante da Bamin informou que já foi feito um outro projeto propondo uma mudança no traçado da ponte para desviar de uma área com maior concentração de corais e já encaminhado para o IBAMA. Além disso, acrescentou que a tecnologia que será utilizada para fixar as pilastras apresentará o menor impacto possível, sem dinamitação.

Quanto aos impactos na fauna local, um representante da Bamin argumentou que seria criada uma área com zoológico e veterinário especializado para cuidar das espécies animais encontradas na área a ser ocupada e posteriormente devolvê-las à natureza. Quanto à mata a ser destruída, afirmam compensar esse dano com replantio de espécies semelhantes em áreas que já se encontram em estágio de devastação. No caso dos corais, as pilastras são tomadas como espaços propícios à sua expansão. Apesar de a decisão estar nas mãos do IBAMA, o Secretário da Indústria Naval da Bahia defendeu o projeto por entender que se trata de um caminho para o soerguimento econômico da região de Ilhéus e um vetor estratégico para os municípios de seu entorno e demais regiões da Bahia (PORTO SUL BAHIA, 2010b).

Retomando as limitações das pesquisas científicas para mensurar a real dimensão dos impactos ambientais de um projeto dessa natureza, como admitido no EIA/RIMA contratado pela Bamin, o Movimento Sul da Bahia Justo e Sustentável, organizado na forma de Rede Sul da Bahia (2010, p. 1), apresenta em um informativo a discordância em relação à solução dada pelo EIA a essa constatação, isto é, que sejam implementados “Programas de Monitoramento

(observar o que acontece, para depois agir... – palavras do Movimento) durante a construção e operação do porto”. Segundo a Rede, as incertezas que permeiam o projeto são inúmeras, correndo o risco de “catástrofe ambiental” caso não haja meios adequados para reverter os desequilíbrios que venham a ser causados. Exemplificando o peso dos prejuízos ambientais, avaliaram uma área florestal úmida de grande valor ecológico (Figura 42) na qual a Bamin pretende construir um retro-porto, sendo que para isso será necessário o rebaixamento de um lençol freático.

[E acrescentam:] O que será que as populações que hoje vivem mendingando um pouco de água para matar a sede irão pensar, quando souberem que, só para adequar este projeto, 8.000.000 de litros de água doce, por hora, quantidade suficiente para alimentar uma cidade com aproximadamente, 53.000 pessoas num dia, serão, literalmente, jogados no mar, pois estão “atrapalhando” a construção do Pátio do Terminal Portuário da BAMIN? (REDE SUL DA BAHIA, 2010, p. 1).

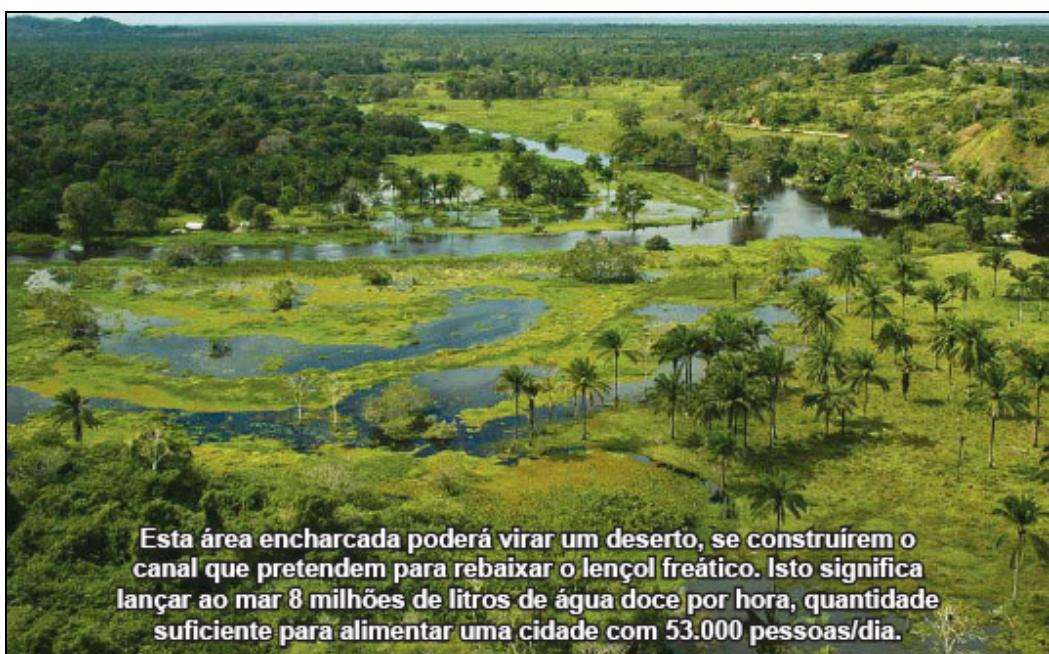


Figura 42 – Área para construção de um retro-porto da Bahia Mineração.
Fonte: Rede Sul da Bahia, 2010.

Segundo consta no Informativo da Rede, o Comitê Gestor da APA da Lagoa Encantada e Rio Almada não foi consultado para o licenciamento de obras a cargo da VALEC (construtora do Governo Federal responsável pelas obras da FIOL), tendo sido emitida licença ambiental para a licitação em março. Ademais, “já foram desapropriados, pelo governo baiano, por valores correspondentes a menos de 5% do real, cerca de 1.700ha dentro de uma APA” (REDE SUL DA BAHIA, 2010, p. 2).

É sabido que chegar a um consenso em processos dessa natureza é um tanto complexo, demandando extensos embates, pesquisas e discussões pautadas em dados científicos, valores, ética, responsabilidade, sustentabilidade e visão de futuro. Encontrar a harmonia nas contradições, um *trade off* que atenda às necessidades da coletividade e do desenvolvimento econômico sustentável sem denegrir a biosfera é uma tarefa árdua, quiçá impossível em todas as proposições de um ideário processual. “Esse é um exercício de ‘escolha social’, e requer discussão pública e entendimento e aceitação democráticos” (SEN, 2000, p.99).

Contudo, é importante cautela e relativizações para não sucumbir a argumentos ideológicos extremistas e talvez pouco construtivos para um debate dessa magnitude, a

exemplo do seguinte trecho: “II – *Ferrovia VALEC* [construtora do Governo que ganhou o processo licitatório para a construção da ferrovia] *para servir à BAMIN*” (REDE SUL DA BAHIA, 2010, p. 2, grifo nosso), no qual insinuam que o “Projeto Estratégico” do Governo da Bahia e Federal de interiorização do desenvolvimento e integração da malha ferroviária nacional é uma ação em benefício da BAMIN. É plausível questionar a natureza e interesses da parceria público-privada com a BAMIN divulgada pelo Governo em função dos riscos que o projeto traz consigo. Por outro lado, afirmar que esforços dessa magnitude visam atender exclusivamente aos interesses de uma multinacional, significa incorrer em fragilização da noção de soberania nacional e do papel do Estado em zelar pelas riquezas e interesses da nação, minimizando-o a uma imagem permissiva. “Quando você pensa esse projeto num contexto estratégico nacional, um projeto maior, os problemas diminuem de tamanho, diferentemente de quando se enxerga apenas as razões regionais. Um projeto desse perpassa a integração nacional” (CI4, representante em pesquisa).

O projeto levantou muita polêmica nas fases iniciais de apresentação à sociedade e discussão nas audiências públicas, no entanto, a percepção dos atores locais, envolvidos com as duas alternativas de desenvolvimento selecionadas para análise, Turismo e Pólo de Informática, está tendendo a um ponto de convergência. Os benefícios esperados são variados e costumam estar vinculados ao segmento em que atuam, isto é, a visão é construída a partir do lugar que ocupam, dos problemas que enfrentam e dos interesses que constroem. Todas as percepções abaixo transcritas demonstram esse comportamento de certa maneira. Apesar da grande esperança de dinamismo econômico que está sendo direcionada à execução do Complexo, os atores estão demonstrando consciência de que os processos precisam ser acompanhados para não descambar em exploração predatória. De acordo com CI3 (representante do setor público),

Apenas a diversificação com o Turismo e o Pólo de Informática junto ao cultivo do cacau não é suficiente para alavancar nossa economia e gerar renda, emprego. O Complexo é uma obra estruturante. Onde a Ferrovia vai passar vai nascer outros negócios, porque o cidadão que plantava não tinha como escoar a produção dele. E a própria zona de processamento de exportação – ZPE que já está sendo feita na estrada BA-262, já começaram a construir e a fazer infraestrutura mínima pra construir uma cidade industrial. Por que a ZPE veio se instalar esse ano? A gente não fica, assim, a mercê de crises como essa [remete-se à crise do cacau de 1989], torna uma economia mais fortalecida, blindada desses fenômenos. Eu acho que essa virada de página, essa nova face da nossa economia é fundamental para que Ilhéus volte a ter a importância econômica no Estado que tinha no passado. O turismo, o Cacau e o Pólo, isso está se dando de forma muito lenta, uma prova disso é que nossa cidade está perdendo importância, nós diminuímos na quantidade de habitantes. A juventude saiu daqui para os grandes centros por falta de oportunidade [a isso soma-se o número de desempregados das lavouras de cacau. Diante disso, o Complexo é visto como uma oportunidade]. Vai ter impacto ambiental, vai. Mas vai ter um impacto social muito maior. A legislação não está sendo atropelada, vai ser obedecida. A gente precisa ficar vigilante, mas acolher sim esses investimentos aqui. O Complexo vai contribuir para o aumento na arrecadação local e o município poder voltar a ter papel decisivo na vida do cidadão, poder intervir nos bairros carentes, construir creches, postos médicos com atendimento de qualidade, fazer pavimentação, educação gratuita de qualidade. Essa capacidade nós perdemos. A gente aplica recursos passados pelo Governo Federal. Só na construção agora nós vamos ter durante quatro anos um milhão de reais por mês só de ISS, além dos benefícios com a lógica de mercado, atraindo empresas para a região. O Complexo é um condutor de desenvolvimento de verdade (CI3, representante do setor público).

De acordo com CI1 (representante da iniciativa privada/sociedade civil) o projeto “demanda cuidados, mas vai alavancar a cidade, já está trazendo visibilidade. Contra ou a

favor, os atores ainda não estão enxergando que precisam trabalhar juntos para criar benefícios com a implantação do Complexo". CI2 (representante do setor público), por outro lado, informou que a prefeitura é a favor e que o *trade*, que apresentou preocupações com prejuízos da promoção do turismo no litoral norte de Ilhéus, se não se posiciona totalmente a favor, também já não se coloca de forma tão contrária como no início. Destacou, entretanto, uma preocupação:

A preocupação é de que o projeto comece e não tenha continuidade em função de mudanças governamentais, depois gerar favelas e outros impactos, parar a obra e não gerar efeitos para o local. Não há problema desde que as duas coisas andem juntas. Não dá pra ver o Porto Sul como a solução para o desenvolvimento de Ilhéus, o aeroporto e o Pólo não recebem a atenção que precisariam receber. O turismo foi abandonado" (CI2, representante do setor público).

Defendemos a construção do Porto Sul, não somente pela importância no desenvolvimento regional, mas, também, pela sua importância na consolidação do Pólo. Com o Complexo Porto Sul teremos oportunidade de atrair empresas de grande porte, empresas de suporte e poderá tornar-se um modal importantíssimo na chegada dos componentes utilizados na fabricação de nossos produtos. Os nossos pleitos ao Governo do Estado no sentido de viabilizar a logística local será totalmente atendida com a construção do Porto Sul e do Aeroporto Internacional. Perdemos várias empresas em face da "logística complicada" existente em Ilhéus. Temos aeroporto, mas não é alfandegado. Temos um Porto, mas não tem linhas marítimas. O Porto Sul será um avanço para nossa região e irá atender não só ao Pólo de Informática como também os diversos seguimentos existentes nas cidades do Sul e Oeste da Bahia (CI6, representante da iniciativa privada/sociedade civil).

Quanto à possibilidade da execução do Complexo estar motivando mudanças de posicionamento e construção de visão de futuro para o Pólo de Informática de Ilhéus, no sentido de se preparar para construir mecanismos de usufruir as oportunidades que o Complexo pode induzir, CI7 (representante do setor público) argumentou que não percebeu nenhum avanço nesse sentido:

Não vejo isso. Há dificuldades locais que mesmo que sejam sanadas não implicam em mudanças no setor de TI. Em nenhum lugar do mundo, até hoje, empresas que se especializam em montar artefatos possui um crescimento significativo. O crescimento vem com a qualificação de pessoal, centros de pesquisas, inovação, universidades. De nada adianta termos Porto Sul se a população continua do mesmo jeito. O desenvolvimento regional e a manutenção das próprias empresas no sistema local passa pelo aprimoramento da população, educação de qualidade e ambiente de inovação. Veja exemplos como o porto digital, em Recife. A região da Embraer em São Paulo. A COPPE no Rio de Janeiro. O parque tecnológico do Paraná. Eles oferecem capacitação, pesquisas e desenvolvimento, e nossa região? (CI7, representante do setor público).

Essa percepção destaca um recurso ímpar para a absorção e retenção de benefícios locais com o Complexo, o conhecimento. Elemento que também perpassa a qualidade e efetividade da mobilização de atores e, principalmente, as visões de futuro, os mecanismos de intervenção e as formas de ação/posicionamento da iniciativa local. CI5 (representante em pesquisa) também ressalta, nessa mesma direção, dúvidas quanto ao andamento do processo:

A ZPE mesmo que não tenha nenhuma empresa de TI [Tecnologia da Informação], seria muito interessante para qualquer empresa que pensa em exportar. As movimentações ainda estão concentradas no porto privado da Bamin. Quanto a investimentos públicos, ainda não foram divulgados o plano do Porto Sul existem ideias, existe o plano do terminal da Bamin. Isso preocupa porque tudo está

concentrado na Bamin. Toda a infraestrutura restante ainda não tem projetos e alocação de recursos. É um projeto grande que corre o risco de falhar. Não sei se hoje a Bamin dissesse que não tem mais interesse em Ilhéus, se alguma coisa da estrutura ficaria. O apoio popular é maciço. Algumas pessoas que eram contra por questões ambientais começaram a pensar como se faz para minimizar os impactos. Qualquer projeto hoje, aqui, está ligado mentalmente com a ideia de construção do porto sul. Isso faz com que haja uma maior viabilidade porque as pessoas estão abraçando a ideia, isso exige também mais compromisso. Sabe-se que até 2012 vai ter o terminal da Bamin. Porto Sul talvez 2014. E não haver um projeto minimamente coeso, apenas fica no vai ter um aeroporto, vai ter... O que está na cabeça das pessoas é o Complexo inteiro e não a infraestrutura da Bamin. A ZPE já está sendo viabilizada, todo o resto ainda não vi, se tiver gostaria de ver e acredito que o Pólo também (CI5, representante em pesquisa).

CI4 (representante em pesquisa), reconhece os custos envolvidos com o empreendimento mas destaca, por outro lado, benefícios em nível científico que serão proporcionados pelo projeto, especificamente no que se refere à área de construção da Ferrovia Oeste-Leste em todo o traçado que cortará o estado da Bahia:

Na parte arqueológica, o IPHAN que é o órgão fiscalizador federal que tem alçada e abrangência sobre o empreendimento, os empreendimentos estão seguindo a legislação. Na parte de diagnóstico, prospecção arqueológica e resgate uma empresa de Brasília, AES Consultoria, foi contratada por um edital público no valor de 23 milhões de reais para fazer a parte de arqueologia. Essa empresa, ofereceu, contratando arqueólogos, toda a infraestrutura para fazer o trabalho da Ferrovia Oeste-Leste. Todos os trabalhos estão sendo seguidos de acordo com a legislação e utilizando os recursos de forma adequada. O custo/benefício para a arqueologia foi vantajoso porque são 1.500km da ferrovia e todo o material coletado nesse trecho ficará numa reserva técnica, num laboratório a ser construído na UESC pela Valec. Pesquisas arqueológicas serão realizadas em todo o traçado, uma pesquisa que não poderia ser feita pela iniciativa pública por falta de dinheiro. Esse grande corte na Bahia permitirá a análise da ocupação humana ao longo do tempo. Essas peças serão doadas para a UESC, assim como o prédio para o acondicionamento das mesmas. Ao longo do projeto alunos de mestrado e doutorado serão envolvidos no projeto e que se possa utilizar os achados dessa pesquisa arqueológica em pesquisas acadêmicas, inclusive no Mestrado em Cultura e Turismo. Nesse caso a universidade está sendo beneficiada. Em relação aos órgãos públicos locais, a geração de impostos será muito grande, propiciando investimentos locais em infraestrutura. Existem grupos que estão descontentes com isso por causa dos aspectos ambientais. Terão danos, com certeza. Um projeto como esse deve ser feito por quesitos técnicos e não ideológicos. Tudo tem política, se decidiu-se fazer um empreendimento e ele vai ser executado e está seguindo os termos técnicos e legais, as questões ambientais mitigadoras, compensatórias deverão ser estabelecidos pelo IBAMA. Se os custos dessa obra forem beneficiados, não vejo problema. Lógico, a população tem que ser ouvida, as audiências públicas tratam disso e todos aqueles que não se sentem beneficiados com a obra têm que se posicionar, contra ou a favor". A questão é chegar a um ponto razoável. Aonde todos ou a maior parte dos contemplados estiverem satisfeitos com suas reivindicações financeiras ou ideológicas ou políticas ou pessoais. O projeto está sendo executado, com ações mitigadoras e cabe encontrar esse equilíbrio (CI4, representante em pesquisa).

Quanto à possibilidade de o Complexo figurar como um indutor do desenvolvimento local/regional, todos os entrevistados reconheceram o caráter promissor do empreendimento se todas as promessas feitas forem cumpridas. Porém, CI4 (representante em pesquisa) evidenciou que a transformação das oportunidades em benefícios, conquistas para o desenvolvimento local de Ilhéus dependem do posicionamento das esferas pública, privada e sociedade civil.

Ele vai trazer infraestrutura que vai induzir o progresso. Cabe ao órgão público municipal ou estadual conseguir alavancar isso. Na verdade Ilhéus está a margem disso. Esse porto sairia em qualquer lugar. Oferece características locacionais importantes, principalmente no caso do minério onde Ilhéus tem um eixo, um caminho mais fácil, por isso Ilhéus foi escolhido. Por facilidade de gerenciamento Ilhéus foi escolhido. Existe a possibilidade de uma zona franca, vai ser criado? Não se sabe. Isso seria indutor. Isso deve ser implementado posteriormente ou concomitante (CI4, representante em pesquisa).

Ao mesmo tempo, quando questionados sobre a visão de desenvolvimento sustentável que possuíam, todos demonstraram concepções ponderadas entre prejuízos ambientais e benefícios econômicos e sociais. Se tudo for cumprido dentro da legislação para cada obra, com ações compensatórias e mitigadoras razoáveis a relação custo/benefício figura como favorável à construção do Complexo. De acordo com CI4 (representante em pesquisa),

Meio ambiente é feito de paisagens e pessoas. Se Ilhéus for considerado um local de passagem, de embarque e desembarque de mercadorias unicamente, esse projeto terá muitos impactos negativos se não forem gerados benefícios e transferidos para a sociedade. Se não houver a ampliação do projeto, por fatores políticos ou falta de mobilização, e permitir que Ilhéus funcione apenas como região de escoamento o lado negativo pode ser evidenciado. É sustentável, sim, desde que sejam feitas políticas e se tome posturas técnicas para garantir a sustentabilidade do projeto (CI4, representante em pesquisa).

Esse é um cenário que ainda está sendo descortinado. Apesar de caminhando, ainda está repleto de dúvidas, preocupações e expectativas. Muito se fala sobre a grandiosidade do Complexo e de todos os benefícios que pode gerar e induzir em todo o interior do estado, mas pouco ainda se tem de concreto, pelo menos no que se refere às estruturas de uso público. O peso da participação e dos interesses da Bamin levantam incertezas sobre os interesses do Governo Estadual e Federal no projeto, bem como sobre a velocidade com a qual as obras serão executadas.

Se serão construídas políticas públicas de fomento, se a regulamentação e coordenação serão eficientes, eficazes e oportunas, se realmente haverá geração de condicionantes que desencadeiem oportunidades de desenvolvimento local em todos os municípios envolvidos no projeto, ou se será uma estrutura logística que servirá apenas para viabilizar interesses de projetos da iniciativa privada. E nesse caso, os benefícios coletivos ficariam na dependência de uma alocação eficiente dos tributos arrecadados, por parte das Prefeituras e do Estado.

O Complexo pode interferir e vai interferir de alguma forma nas duas alternativas de desenvolvimento vislumbradas pós-crise do cacau e analisadas nesta tese – Turismo e Pólo de Informática. Todavia, a magnitude, abrangência e durabilidade dos efeitos dependerão das escolhas sociais e da atuação na iniciativa local. O momento é de reposicionamento, de avaliação e construção de perspectivas, de capacidades, de articulações que permitam o bom usufruto das oportunidades, para não sucumbir numa visão cômoda de que o Complexo é a salvação para a crise econômica na qual se encontra o município. Isso refletiria, assim como foi e está sendo para o Turismo e o Pólo de Informática, utilizando a concepção de Hirschmann (1996), que o Complexo se tornaria, ao menos no nível local mais um projeto reproduutor de características, longe de ser transformador. Nesse sentido, pode-se inferir a baixa capacidade proativa dos atores locais frente à construção do desenvolvimento do município, padrão comportamental que perpassa de alguma maneira as trajetórias da cacaicultura, do turismo e do Pólo de Informática de Ilhéus.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aqui não se propôs uma análise estrita de desenvolvimento, nem de crescimento econômico. Questões que por longo período foram tomadas como sinônimos. Mas, é preciso reconhecer que se trata de um debate complexo, com fronteiras fluidas, permeado por perspectivas por vezes contraditórias. Sabe-se que esse caminho não comporta modelos, nem possibilita o alcance de respostas acabadas. Geram visões, reflexões, ponderações e tudo se modifica com a mudança de conjunturas e de olhar – daquele que fala e de onde fala. E foi justamente a força das distinções entre processos de desenvolvimento e crescimento econômico que instigou a execução desta pesquisa. Como abordagem central, utilizou-se a concepção de Hirschman (1996) que preconiza o desenvolvimento como um campo de soluções abertas, ou seja, não existe o “melhor jeito”. O conjunto de especificidades locais, a conjuntura interna e externa, as relações de poder e as prioridades traçadas pela sociedade é que definirão os rumos a serem construídos pela iniciativa local. Esse caminho permitiu a definição de contornos para refletir sobre a trajetória do desenvolvimento local no município de Ilhéus, Bahia.

Trata-se de uma região com uma história de abastança, com marcas profundas no tecido social, no imaginário local. Muita riqueza foi gerada, elevando o município a destaque regional, nacional e mundial. De alguma maneira, os significados dessa diferenciação econômica e *status* resultante tornaram-se elementos de identificação para constituir, num determinado momento, a “civilização do cacau”. Essa distinção do poder local e de toda a região do cacau mascarava, em certa medida, a concentração de riqueza e a consequente desigualdade social gerada em toda a trajetória da cacaicultura. É fato que a produção do cacau dinamizava a economia local, gerava muitos empregos, sendo a grande maioria de baixa remuneração, e que a verticalização da cadeia não se consolidou com capital nacional. Portanto, a parte “nobre” do mercado, onde mais se agrega valor ao produto, não era e não é de domínio interno, logo, o escoamento de riquezas foi patente. Esse perfil processual é semelhante para outros tipos de *commodities*, portanto, não se restringe ao universo da cacaicultura na Bahia, atende à lógica de abertura comercial e às dinâmicas de beneficiamento e comercialização de produtos, agregação de valor e formação de preços, dentre outros aspectos.

Afora as instabilidades inerentes a esse sistema produtivo, é curioso perceber que mesmo sendo um sistema em que seu fulcro guardava facetas da desigualdade, muito embora detinha-se recursos para melhor qualificar as ações em prol do desenvolvimento local, pode-se observar a partir das entrevistas realizadas e demais documentos utilizados nesta pesquisa, que a cacaicultura é reconhecida sob o ponto de vista local como uma atividade cujos resultados nenhuma outra ainda conseguiu alcançar. Na história da região vários momentos podem ser ressaltados no sentido da construção dessa identidade com a pujança da cacaicultura, mas, por outro lado, desperta a dúvida se essa mesma força não estaria dificultando o desprendimento de olhares para focar em novas direções que possam desde estimular novos setores da economia ou ainda integrar-se ao sistema produtivo do cacau.

Essa observação remete à concepção de Hall (2005) de “comunidades imaginadas”, uma vez que a identidade cultural do cacau fincou raízes de extrema distinção. Um espaço imaginário onde a mentalidade do povo e os valores locais edificados cunharam instituições, um *ethos* próprio. Entretanto, a reconstrução da trajetória da cacaicultura permitiu explicitar aspectos que atualmente estabelecem fronteiras sobre a “grandiosidade” do cacau. No passado, esse cultivo poderia ser realmente visto na região cacaueira como uma “dádiva”,

uma vocação natural. As roças de cacau, excluindo-se o plantio e manejos mínimos, não demandavam muito trabalho, nem planejamento, nem pesquisas, nem mesmo muita competitividade ou diferenciação. Para alguns pesquisadores, a produção de cacau pode ser melhor compreendida nesse período se observada sob o ponto de vista de uma economia de exploração. Dessa forma, plantava-se e usufruía-se dos rendimentos das safras. Mas, o tempo e as sociedades são dinâmicos. A realidade não se perpetuaria *ad infinitum*. Os problemas foram surgindo e a posição cômoda foi sendo desfeita. Analisando o contexto da época, é compreensível a construção desse tipo de comportamento. Os problemas que existiam não demandavam grandes preocupações, no geral, eram visualizados como elementos de crises cíclicas, naturais do cultivo. As dinâmicas e externalidades foram modificando os cenários e impondo novos posicionamentos dos atores de todas as esferas envolvidas, setor público (federal, estadual e local), iniciativa privada e sociedade civil. Os tempos mudaram para os atores da cacaicultura regional...

Nas condições em que se encontra esse cultivo, as expectativas regionais perpassam duas dimensões: a possibilidade de recuperação da lavoura (que ainda é destaque no setor agrícola), motivada pela viabilidade econômica do produto, especificamente no que diz respeito à qualidade das amêndoas, explorando os segmentos de cacau orgânico e fino; e a busca de alternativas de desenvolvimento. Nesta última dimensão, verificou-se que o Turismo e o Pólo de Informática de Ilhéus, com as devidas distinções e motivações de origem, foram vislumbrados como potenciais para recuperar o município em crise. Interessante que a noção de desenvolvimento local expressada pelos indivíduos entrevistados e que de certa forma também foi evidenciada em pesquisas consultadas, em documentos oficiais e notícias na *internet*, está pautada na recuperação da pauta produtiva do município, ou seja, a economia local seria o elemento desencadeador da reorganização do desenvolvimento local. Nos discursos explicitados principalmente no capítulo 3, há indicação de outros aspectos que entravam a reorganização do desenvolvimento de Ilhéus, como níveis insuficientes de articulação, cooperação e de planejamento para se pensar os novos rumos do município. Contudo, foi generalizada a percepção de que a base produtiva (geração de recursos financeiros) é o fator central para o desenvolvimento local. Aqui fica evidente a gama de possibilidades de se enxergar processos de desenvolvimento, o que os atores locais valorizam e desejam alcançar. Remete, ainda, à premissa de fazer o bolo crescer para depois distribuir.

Nesse sentido, algumas problematizações emergem desse cenário de reconfiguração socioprodutiva. Considerado como um pressuposto a urgência na superação da crise econômica e social resultantes da queda de produtividade da lavoura de cacau, pode-se inferir que a “corrida” por novas atividades possa ter minado a construção de visões estruturantes de longo prazo para o desenvolvimento ou crescimento econômico sustentável do município. Mesmo assemelhando desenvolvimento a crescimento econômico os atores locais e em certa medida externos, precisariam de condicionantes favoráveis para o planejamento de novos posicionamentos, fugindo das armadilhas de ações meramente imediatistas. Isso não significa, porém, que a crise não demandasse ações rápidas para geração de emprego e renda, mas deveriam ser conjugadas a um planejamento integrado. Por outro lado, o imediatismo para reversão da crise da cacaicultura poderia estar sendo um reflexo de comportamentos, valores e costumes “viciosos” que já permeavam o sistema produtivo do cacau, como falta de planejamento, de integração, de pensamento de longo prazo focado em investimento, pesquisa, desenvolvimento e inovação (P&D&I). Se essa for a questão central, não há oportunidade de crescimento econômico que mesmo conduzindo a uma autonomia financeira do município via arrecadação de tributos e receita promova condicionantes para a reorganização do desenvolvimento local. Seria necessário reorganizar a cultura política e cívica para que a circulação de riquezas fosse revertida de maneira eficiente e eficaz para a sociedade local, valorizando a integração, o papel e o comprometimento dos atores. Para

construir o desenvolvimento local é preciso compreender e tomar partido da realidade do município, não ficar esperando que novas alternativas de produção gerem por si só riqueza semelhante aos tempos áureos do cacau.

Enquanto uma alternativa de desenvolvimento, o turismo foi surgindo em Ilhéus de forma espontânea. Independentemente das raízes da hotelaria estar vinculada ao fluxo de comerciantes do cacau, em dado momento, atores externos identificaram Ilhéus como um espaço de oportunidades. Mas, apesar de não haver um marco, é amplamente aceito por atores do município que os interesses sobre a atividade foram ampliados no início da década de 1990, em face da crise econômica instalada. Tornou-se, a partir de então, uma possível alternativa para recuperar o desenvolvimento local, consubstanciada pela política nacional e estadual de fomento ao turismo. No entanto, a visão construída em torno dessa alternativa foi imediatista, calcada na comercialização das belezas naturais do município e nos ganhos que se obteria. Até o presente momento, o município ainda não dispõe de um inventário, os produtos são comercializados, mas não são formatados, dos dois planos estratégicos inadequadamente elaborados nenhum foi plenamente executado, a imagem do destino Ilhéus não é trabalhada como deveria, o segmento não é compreendido por alguns gestores públicos, implicando em cancelamento de ações a cada substituição da base política, dentre outros gargalos.

O problema é que vinte anos se passaram e nenhuma realização de peso foi efetivada no sentido de planejar o turismo, muito menos de buscar uma consolidação sustentável. Falta capacitação, integração, foco. O turismo vai indo, e diferentemente do cacau, em suas origens, demanda muito trabalho, comprometimento, relações integradas, pautadas em confiança e reputação. A esse contexto é preciso destacar que a mera criação de espaços institucionalizados para o debate público não resolve o problema da falta de integração. É necessário compreender seu funcionamento e deficiências, quem participa e porquê se sente motivado a participar. A própria confusão dos rendimentos da atividade como um todo restritos apenas ao imposto arrecadado pela rede hoteleira, demonstra a perspectiva ainda incipiente para que o turismo pudesse figurar realmente como uma alternativa de desenvolvimento. Além disso, retoma a perspectiva de comportamento exploratório, assim como no cultivo do cacau. Tinha-se o cacau, mas sua produtividade caiu; então, viu-se que também existiam belezas naturais que poderiam gerar riqueza e passaram a comercializá-las. E assim se dá uma sucessão de interesses de expansão e retomada do desenvolvimento (ou melhor, crescimento econômico), mas as atitudes assumem um quê de passividade. Mesmo porque, o turismo exige uma mudança de mentalidade, é preciso saber servir, ser hospitaleiro, saber acolher, oferecer bons produtos para que se obtenha o dinheiro.

Apesar dos pequenos avanços qualitativos e quantitativos nesse setor, Ilhéus ainda é um destino com potenciais inexplorados. O turismo nunca figuraria como uma atividade redentora para os problemas existentes, mesmo porque se desenvolvido de forma inadequada os prejuízos podem superar e muito os benefícios, mas ainda há condições de desenvolvê-la de forma sustentável e ampliar suas contribuições para o desenvolvimento de Ilhéus, sob o patamar de uma alternativa real. Na situação em que se encontra a atividade, os entrevistados pontuaram que a noção de alternativa só se aplica ao discurso. Outros reconhecem que a trajetória ainda é frágil, mas que é sim uma alternativa para Ilhéus, pois é patente o potencial dos recursos naturais. Só demanda organização, planejamento, investimentos e fomento, principalmente do poder público local e estadual. Aqui um entrave se faz repetitivo para os entrevistados ligados ao poder público, o endividamento da prefeitura e a baixa geração de impostos pela atividade, o que inviabilizaria sua auto-sustentação.

Por motivações semelhantes, o Pólo de Informática foi implantado no município de Ilhéus, uma política compensatória à crise, mais uma alternativa de diversificação produtiva. A atratividade concentrou-se numa política estadual pautada na guerra fiscal para atração de indústrias para a Bahia. Ilhéus foi inserido nessa dinâmica. As empresas se instalaram, o

governo não cumpriu com as promessas, apenas o atrativo fiscal, para empresas com perfil de montadoras, não está sendo produtivo do ponto de vista do desenvolvimento local. Pois com a isenção, perde-se os tributos que poderiam dar relativa autonomia alocativa ao poder público municipal e contribui apenas com uma ampliação da taxa de participação, reforçando a dependência de recursos desses fundos. A legislação estadual criada exclusivamente para fomentar o Pólo de Ilhéus tem brechas que geram incoerências nos processos. Muito embora tenha sido constituído por empresas montadoras, existe potencialidade na região para se investir em pesquisa, desenvolvimento e inovação (P&D&I) como forma de alavancar os benefícios do Pólo enquanto uma alternativa de desenvolvimento. Assim como as percepções em torno da trajetória do turismo, o Pólo é defendido sob o ponto de vista de seu potencial, sendo reconhecido, pelos entrevistados, que não dispõe de condições favoráveis para sua consolidação.

Nesse cenário, a construção do Complexo Intermodal em território ilheense está tomando proporções elevadas nas expectativas dos atores locais. Está sendo visto por alguns como o elemento que faltava para que a região retome o caminho do desenvolvimento e de destaque na economia estadual. A questão é que se trata de uma obra de estratégica nacional. O Complexo não foi pensado para Ilhéus. Portanto, não traz consigo todos os resultados que se espera para o município, mas sim apporte logístico que qualificará e dará suporte para a economia local, bem como poderá gerar novas oportunidades que para serem exploradas precisarão das capacidades condizentes com as novas demandas, além da visibilidade que está sendo conformada. Nesse sentido, se deixar apenas a dinâmica de mercado conduzir os processos, o Complexo pode continuar sendo uma ação estratégica do governo federal, mas quase se resumir, no caso de Ilhéus, a um escoadouro. É nesse sentido, que a iniciativa local precisa permear as discussões sobre a implantação do Complexo e buscar condições de intervenção na execução do projeto para aproveitar as oportunidades que serão geradas, aprimorando o vetor Turismo, o Pólo, a Cacaicultura, dentre outros segmentos existentes na economia local e com perspectivas de desenvolvimento. Os primeiros passos desse grande projeto são da iniciativa privada, que tem urgência para a realização das etapas indispensáveis para o andamento de seus negócios, os passos seguintes, do governo federal e estadual não têm prazos esquematicamente estabelecidos. Nesse caso, a dinâmica de mercado resultante da visibilidade que o Complexo está gerando assim como as exigências dos demais agentes interessados é que ditarão a velocidade da concretização das demais etapas.

Na perspectiva dos entrevistados, se o projeto do Complexo for executado em sua plenitude, poderá figurar como um instrumento com potenciais de desencadear novas demandas aprimorando a economia local. Se o Complexo estimular uma nova efervescência econômica na região, quem sabe os atores locais não se sentiriam estimulados a se repositionarem diante dos novos rumos do município, já que o entrave central, na visão dos mesmos, é a falta de recursos financeiros para empreender o desenvolvimento local? Talvez, imaginando uma conjunção de condicionantes positivas provenientes das novas dinâmicas impostas pelo Complexo, poderia ocorrer o que Hirschman (1996) chamou de conspiração para o desenvolvimento, onde uma série de circunstâncias encontra um campo propício para agregação e gerem, por conseguinte, forças e mecanismos de enfrentamento de estruturas que possam estar engessando a reorganização do desenvolvimento. Mesmo destacando o papel da iniciativa local e as escolhas sociais nesse processo é preciso reconhecer que o projeto do Complexo Intermodal ultrapassa as fronteiras e interesses econômicos legítimos ao município de Ilhéus e que, por isso, gera um sombreamento na compreensão real da abrangência e dos impactos resultantes do Complexo, além de reduzir o poder de influência da iniciativa local nas decisões que perpassam os processos de planejamento, execução, monitoramento e usufruto.

Dessa forma, pode-se inferir que as alternativas de desenvolvimento preconizadas no início da década de 1990, apesar dos potenciais, são alternativas de desenvolvimento estabelecidas sob um duplo perfil (HIRSCHMAN, 1996): por um lado, foram capazes de empreender algumas mudanças nas dinâmicas locais, criando, se não características distintas ao processo anterior, mas ao menos o reconhecimento de mudanças que precisam ser efetuadas; por outro lado, reproduzem, em certa medida, um perfil aceitador de características ao se enquadrarem nas condições reais dadas, que passam a ser fatores limitantes e difíceis de transpor.

A qualidade das instituições segue uma lógica e uma racionalidade mesmo sendo ineficiente, daí a percepção exteriorizada pelos entrevistados acerca da prevalência de comportamentos passivos, clientelistas, individualistas e imediatistas. No paradigma da eficiência social, é fundamental que essas constantes sejam superadas em grande parte para que se consiga construir um capital social que viabilize processos de cooperação e reciprocidade. Nesse sentido, a prática repetitiva reforça esses hábitos, que são construídos a partir de uma base de confiança mútua e da reputação dos indivíduos e instituições (mercados, governos, autoridades locais, partidos). A confiança, um recurso difícil de construir, em momento algum é cega, para se efetivar é preciso ser tomada como um recurso moral, onde a continuidade da prática, campos de atuação e a legitimidade cristalizam de tal forma os processos que os indivíduos podem esperar que as próximas ações e atitudes seguirão a mesma tendência.

No entanto, partindo de uma base empírica de evidências, a iniciativa local (DOWBOR, 2006) ainda não teria alcançado um nível necessário de consciência do poder que dispõe para intervir em processos locais, exigindo mais do poder público, e da capacidade de ação integrada de seus atores, por isso estaria ainda numa posição de quase inércia. Segundo os entrevistados, em geral as ações costumam ser reativas, quando precisariam ser proativas na maioria dos casos. Como um processo endógeno, para o desenvolvimento local ser aprimorado é preciso minimizar comportamentos de passividade, de dependência, deixar de ficar esperando que o poder público resolva tudo. Isso não quer dizer deixar de exigir o cumprimento do papel que lhe cabe. Apesar de figurar no campo de um projeto ideal, a operacionalização da iniciativa local é uma tarefa difícil de ser concretizada em todas as suas dimensões. Existem diferentes relações de poder, interesses, valores e conflitos que contribuem legitimamente para destoar as relações entre os indivíduos e grupos de atores.

Tomando por base a perspectiva teórica de Buarque (2008) para a construção do desenvolvimento local, Ilhéus estaria num cenário negativo, por não possuir atributos essenciais a esse processo como uma economia eficiente e competitiva, redução de concepções de que movimento de capital, principalmente externo, é sinônimo de desenvolvimento, a conformação de capital social, de cadeias de produção pautadas na agregação de valor, de saneamento das contas públicas e eficiência/eficácia nas ações do poder público e a distribuição de ativos sociais como conhecimento e capacitação tecnológica para que os indivíduos estejam aptos a atuar de forma segura e consistente. É preciso rever as capacidades e recursos disponíveis para reestruturar os rumos do desenvolvimento local.

O município não pode ter sua economia dependente de repasses de arrecadação. Sem autonomia financeira, visão estratégica dos gestores, escolhas sociais consensuais e definição de prioridades, Ilhéus, na perspectiva proposta por Buarque (2008), estaria longe de um cenário favorável para que pudesse efetivar o desenvolvimento local. As alternativas, Turismo e Pólo, por si só e por mais que tenham potenciais, não detêm artifícios para solucionar uma série de entraves. Na verdade, essa mesma potencialidade se esvazia diante de um cenário intrincado de problemas, vícios, fragilidades e dependências. O desenvolvimento não se dá de uma forma instantânea. As expectativas não bastam. É preciso reconhecer os erros e o que precisa ser mudado. Da mesma forma, não se dá com conquistas esparsas por maiores que

sejam, é necessário que se constitua uma teia de co-desenvolvimentos (Veiga, 2010), onde os nós e os elos dão sustentação e flexibilidade para adaptações e reações a novos cenários, para contrabalançar crises e que sigam visões pragmáticas sustentadas em políticas locais integradas para que os benefícios de cada setor sejam disseminados em escalas mais abrangentes. Assim, parece haver antes um conjunto de ações desconexas que não foram desenvolvidas de forma a contribuir com a reorganização do desenvolvimento do município de Ilhéus. No cenário atual, não se trata de buscar a substituição da lavoura do cacau, mas reconhecer a importância da diversificação da base produtiva e, principalmente, o que precisa ser feito para alcançar esse objetivo de forma auto-sustentada. É preciso consciência e comprometimento com o desenvolvimento do município. Se cada ator fizer a sua parte a difusão de benefícios será expressa no conjunto.

A esse contexto alguns desafios se anunciam. Mesmo tendo sido restringida a noção de atores para representantes do poder público local, iniciativa privada e sociedade civil (ONGs, sindicatos, associações) por serem atores com condições de influir diretamente na composição e nos rumos das alternativas de desenvolvimento, Turismo e Pólo de Informática, bem como delimitar o escopo da pesquisa, é patente a importância de todos os demais, bem como da necessidade de ouví-los e cruzar visões. No entanto, cobrindo o objeto de pesquisa delineado, é possível captar nos discursos dos atores entrevistados que eles se centraram mais nas demandas e expectativas do que falta para explorar os potenciais do município. Caberia, então, questionar e analisar, para incursões de pesquisas futuras, que arranjos produtivos, institucionais e sociais poderiam ser promovidos com as instituições e atores que se tem para alcançar ao menos parte das expectativas geradas no tecido social? Outrossim, o estilo político do poder público originado desde a cacauicultura pode estar representando um entrave na condução das políticas públicas onde se percebe debilidade no planejamento, falta de distinção entre interesses públicos e privados, beirando a corrupção e a uma certa inoperância. Logo, instiga refletir se a reconstrução da gênese da cultura política local em comparação a outras regiões poderia aclarar os aspectos que, se não superados ao menos minimizados, poderiam contribuir para a constituição de um perfil político mais condizente com as necessidades do município, conforme argumentos dos entrevistados.

Como exaustivamente destacado pelos entrevistados, Ilhéus tem potencial para dar certo. Mas, é preciso entre outras coisas, reconhecer que o desenvolvimento local vai além das expectativas de crescimento econômico, que por si só não garante a construção de processos sustentáveis, apesar das somas monetárias que gera; dar voz a todos os atores viabilizando processos de confiança e cooperação; superar a cultura política que beira à inoperância; construir ações locais a partir do que se tem e não justificar a inércia nos elementos que não se tem; e, verificar os limites de contribuição da base produtiva para o desenvolvimento local na tentativa de evitar a reprodução de expectativas em atividades “redentoras” apregoadas a cada nova oportunidade econômica, pois o crescimento econômico não é sinônimo de desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri. Território e poder – a política das escalas. In: FISCHER, Tânia. (Org.) *Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação*. Salvador/BA: Casa da Qualidade, 2002. p. 33-44.
- ALMEIDA, Paulo H. de. Debatendo as perspectivas do turismo baiano. *Revista Bahia Análise e Dados*. Cultura, turismo e entretenimento. v. 11, n. 2. Salvador: SEI, set. 2001. p. 13-19.
- ALVES, Euzner Teles. *43 anos de hotelaria ilheense – 1897-1940*. Monografia. 27f. (Especialização em Administração Hoteleira). Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC/ Serviço Nacional da Aprendizagem Comercial – SENAC. Ilhéus-BA: UESC/SENAC, 2000.
- ANDRADE, Adeir Boida de. Informações sobre a produção de Nibs de cacau fino não torrado. Ilhéus-BA, 05 de jun. 2010a.
- ANDRADE, Adeir Boida de Tecnologia Planeta Cacau conquista a Expo Brasil Chocolate. Disponível em: <<http://www.planetacacau.com.br/fique-por-dentro/tecnologia-planeta-cacau-conquista-a-expo-brasil-chocolate/33/>>. Acesso em: 16 ago. 2010b.
- ANDRADE, Lívia. O seu chocolate é Cargill. Revista Agronegócios. dez./2008. Disponível em: <<http://www.terra.com.br/revistadinheirorural/edicoes/50/artigo119787-1.htm>>. Acesso em: 29 set. 2009.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *Geografia econômica do Nordeste*: o espaço e a economia nordestina. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1987.
- ANDRADE, Maria Palma. Ilhéus: passado e presente. 2. ed. rev. e ampl. Ilhéus, BA: Editus, 2003.
- ARAÚJO, Antonio Carlos de. *Os preços do cacau e suas implicações sobre a economia cacaueira baiana*. Dissertação. 94 f. (Mestrado em Economia Rural). Universidade Federal do Ceará. Fortaleza-CE: UFCE, 1997.
- ASCOM – ILHÉUS. Assessoria de Comunicação. Prefeitura Municipal de Ilhéus (PMI). *Complexo intermodal Porto Sul de Ilhéus foi tema de palestra em Itabuna*. Notícia n. 590. Ilhéus: ASCOM-PMI. 18 ago. 2009.
- AVENA, Biagio Maurício. *Turismo, educação e acolhimento de qualidade: transformação de hostis a hospes em ilhéus, Bahia*. 2002. 367 f. dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.
- BAHIA DE TODOS OS CANTOS. Revista do Governo do Estado da Bahia. n. 4, ano 2, mar./2010.
- BAIARDI, Amilcar. *Subordinação do Trabalho ao Capital na Lavoura Cacaueira da Bahia*. São Paulo-Salvador: Hucitec Ltda, Kieppé Investimentos Ltda, 1984.

BALANCO, Paulo; NASCIMENTO, Marcelo Xavier do. Uma análise exploratória da desconcentração e da reestruturação da indústria baiana no período de 1990-2000. *Revista Desenbahia*. Salvador-BA: Desenbahia, Solisluna, v.2, n. 3, set./2005. p. 35-59.

BAPTISTA, Creomar. Vetores estratégicos para o desenvolvimento da Bahia. *Revista Bahia Análise e Dados*. Retrospectiva e Perspectiva. v. 15, n. 2-3. Salvador: SEI, set./dez. 2005. p. 343-353.

BARBOSA, Carlos Roberto Arléo. *Notícia histórica de Ilhéus*. 4. ed. Ilhéus-BA, 2003.

BARROS, Andréia; FERNANDES, Karoline. A Nova Fronteira da Inovação. Através de pólos tecnológicos nos estados, o Nordeste se torna referência mundial em tecnologia de informação, produção de software e novidades tecnológicas. *Revista Nordeste*. Ano 3, n. 36. p. 32-36. jul./2009.

BARROS, Francisco Borges. *Memória sobre o Município de Ilhéus*. Ilhéus: Editus; Fundação Cultural de Ilhéus, 2004.

BEBBINGTON, Anthony. *Capitals and capabilities. A framework for analyzing Peasant Viability, rural livelihoods and poverty in the Andes*. London: IIED/DFID, January, 1999. p. 1-54.

BENI, Mário Carlos. *Política e Planejamento do Turismo no Brasil*. São Paulo: Aleph, 2006. (Série Turismo).

BICALHO, José Antonio. Descobertas multiplicam pesquisas. Com grande diversidade de minerais, a Bahia ocupa o segundo lugar em número de alvará de pesquisa concedidos e atrai investimentos para prospecção de novas jazidas. *Revista Valor Econômico – Estados (BA)*. Mai./2010a. (Mineração). p. 68-70.

BICALHO, José Antonio. Projeção Mundial com ferro e níquel. Jazida descoberta em 2004 no sertão baiano coloca o Estado entre os maiores produtores de minérios de ferro do país, atrás apenas de Minas Gerais e do Pará. *Revista Valor Econômico – Estados (BA)*. Mai./2010b. (Mineração). p. 72-73.

BIOGRAFIA JORGE AMADO. Disponível em:

<http://www.paralerepensar.com.br/j_amado.htm>. Acesso em: 01 nov. 2009.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. *Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia*. 6. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2007.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BUARQUE, Sergio C. *Construindo o desenvolvimento local sustentável*. 4. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

BURMAN, Grazia, QUEIROZ, Lúcia Aquino. O turismo de volta para dentro dos municípios baianos. *Revista Bahia Análise e Dados*. Retrospectiva 1996 e Perspectivas. v. 6, n. 3. Salvador: SEI, dez. 1996. p. 66-72.

CAMPOS, João da Silva. *Crônica da Capitania de São Jorge dos Ilhéus*. 3. ed. (1^a ed. 1947). Ilhéus-BA: Editus, 2006.

CARDOSO, João Batista. *Literatura do cacau: ficção, ideologia e realidade* em Adonias Filho, Euclides Neto, James Amado e Jorge Amado. Ilhéus: Editus, 2006. p. 150-194.

CARDOSO, João Batista. *Literatura do cacau: ficção, ideologia e realidade* em Adonias Filho, Euclides Neto, James Amado e Jorge Amado. Ilhéus: Editus, 2006.

CARGIL. *Dados sobre a empresa*. Disponível em:

<<http://www.cargill.com.br/C11/1980/default.aspx>>. Acesso em 29 set. 2009.

CARVALHO, Gileno Augusto da Silva. *Análise do comportamento das importações de amêndoas de cacau para o Pólo Moageiro de Ilhéus-BA, no período de 1998 a 2002*.

Monografia. 57f. (Faculdade de Economia). Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC. Ilhéus-BA: UESC, 2003.

CARVALHO, Joel M. Berbert de. (Responsável técnico – engenheiro ambiental CREA: ES – 015642/D Visto BA nº: 24283). Porto Sul. Estudo ambiental preliminar do sítio selecionado para locação de porto e aeroporto no Sul da Bahia. ONG Floresta Viva. Ilhéus-BA, 2008.

CARVALHO, Railda Conceição Alves Simões. *Fatores relevantes na dinâmica do Distrito Industrial de Ilhéus*. Monografia. 110f. (Especialização em Economia Regional. Faculdade de Economia). Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC. Ilhéus-BA: UESC, 1998.

CAVALCANTI, Clóvis. Condicionantes biofísicos da economia e suas implicações quanto à noção do desenvolvimento sustentável. In: ROMEIRO, Ademar Ribeiro; REYDON, Bastian Philip; LEONARDI, Maria Lucia Azevedo (Orgs.). *Economia do meio ambiente*: teoria, políticas e a gestão de espaços regionais. Campinas: UNICAMP/IE, 1996. p. 61-82.

CAVALCANTE, Luiz Ricardo Mattos Teixeira. *A era da indústria: a economia baiana na segunda metade do século XX*. Salvador-BA: FIEB, 2008.

CAZORLA, Irene M. Cacau: trajetória declinante. *Revista Bahia Análise e Dados*. Gestão Pública e Cidadania. v. 1, n. 4. Salvador: SEI, mar./1992. p. 123-127.

CAZORLA, Irene M.; MASCARENHAS, Gilberto C. C. O cacau na Bahia: histórico, situação atual e perspectivas. *Revista Bahia Análise e Dados*. Agricultura – cenários, mercado externo, política e programas. v. 2, n. 1. Salvador: SEI, jun./ 1992. p. 53-58.

CEPEDI – Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico em Informática e Eletro-Eletrônica de Ilhéus. Disponível em: <<http://www.cepedi.org.br>>. Acesso em: 19 out. 2010.

CEPLAC – Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira. *Mercado de cacau*. 2005. Dado comparativo de 1993/94 – 2003/04. Disponível em:
<http://www.ceplac.gov.br/radar/mercado_cacau.htm>. Acesso em: 05 jul. 2009.

CEPLAC – Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira. *Relatório de Previsão de Safra 02*. (Material impresso). SESOE/CEPEC. 11 nov./2008.

CEPLAC – Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira. PAC CACAU – Plano Executivo para Aceleração do Desenvolvimento e Diversificação Produtiva da Região Cacaueira da Bahia. 2008.

CEPLAC – Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira. *Produtor já pode renegociar sua dívida no PAC do Cacau.* (28/10/2009). 2009b. Disponível em: <<http://www.ceplac.gov.br/restrito/lerNoticia.asp?id=1496>>. Acesso em: 06 nov. 2009.

CEPLAC – Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira. *Produção de cacau brasileira e do estado da Bahia.* Sinopse Cacau. 2009c. Disponível em:

<http://www.ceplac.gov.br/Sinopse_Cacau/Producao/producao1.htm>. Acesso em: 05 nov. 2009.

CEPLAC – Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira. *Substituição da eritrina por outras espécies arbóreas de valor econômico* – um enfoque sustentável de modernização agrícola. Disponível em: <<http://www.ceplac.gov.br/radar/substituicao.htm>>. Acesso em: 02 ago. 2010.

CEZAR, Genilson. Corrida para tirar o atraso. Melhoria da malha rodoviária e ampliação dos aeroportos são vitais para assegurar o desenvolvimento sustentável. *Revista Valor Econômico* – Estados (BA). Mai./2010. (Infraestrutura). p. 34-38.

CHAME, Roberto Rabat. *Diretores da APC são recebidos pelo Ministro da Agricultura.* Notícia postada em 29 out. 2009. Disponível em: <<http://www.r2cpress.com.br/node/10233>>. Acesso em: 10 nov. 2009

CHAMPAGNE, Patrick. A ruptura com as pré-construções espontâneas ou eruditas. In: MERLLIÉ, Dominique et al (Orgs.). *Iniciação à prática sociológica.* Petrópolis: Vozes, 1996. p. 171-225.

CHANG, Ha-Joon. *Chutando a escada: a estratégia de desenvolvimento em perspectiva histórica*, S. Paulo, Ed. UNESP, 2004.

CHARTIER, Anne-Marie. *Essai critique sur le concept de development.* Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble, 1996. p. 49-93.

CHIAPETTI, Jorge. *O uso corporativo do território brasileiro e o processo de formação de um espaço derivado: transformações e permanências na Região Cacaueira da Bahia.* Tese. 205 f. (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Universidade Estadual Paulista. Rio Claro-SP: UNESP, 2009.

CODEBA – Companhia das Docas do Estado da Bahia. *Porto de Ilhéus.* Disponível em: <http://www.codeba.com.br/porto_ilheus>. Acesso em: 03 out. 2009.

COUTO, Vitor de Athayde. O território do cacau no contexto da mundialização. *Revista Bahia Análise e Dados.* Leitura da Bahia I. v. 9, n. 4. Salvador: SEI, mar. 2000. p. 38-52.

CORREIO DA BAHIA – Acha Notícias. Produção de computadores em Ilhéus deve crescer 50%. Disponível em: <<http://intejornal.com.br>>; <<http://achanoticias.com.br>>. 06 abr. 2007.

COSTA DO CACAU. Disponível em: <<http://www.costadocacau.com.br>>. Acesso em: 25 set. 2009.

COSTA DO CACAU. *Produção do cacau e preservação ambiental*. Disponível em: <http://www.costadocacau.com.br/pt/videos_det.php?id=3>. Acesso em: 29 set. 2009.

COSTA, Márcio Antônio Leal; GÂNDARA, José Manoel Gonçalves. Análise do Plano Estratégico de Turismo (PET) de Ilhéus. In: ÁVILA, Marco Aurélio (Org.). *Política e Planejamento em Cultura e Turismo*. Ilhéus-BA: Editus, 2009. p. 99-125.

CRUZ, Gisele dos Reis. *Gestão pública integrada e democratização da sociedade. O Fórum de Desenvolvimento Local de Paraty-RJ*. Tese. 272f. (Doutorado em Sociologia). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – IUPERJ. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005.

DANTAS, Paulo. A incerteza da continuidade. *Revista Nordeste*. Ano 3, n. 36. p. 18-21. jul./2009.

DEVINE, Fiona. Los métodos cualitativos. In: MARSH, David; STOKER, Gerry. (Orgs.). *Teoría e métodos de la ciencia política*. Madri: Alianza Editorial, 1997. p. 145-159

DIAS, Clímaco. Cacau: a busca da competitividade perdida. *Revista Bahia Análise e Dados*. Agricultura – cenários, mercado externo, política e programas. v. 2, n. 1. Salvador: SEI, jun./1992. p. 49-52.

DIAS, Reinaldo. *Planejamento do Turismo*: política e desenvolvimento do turismo no Brasil. São Paulo: Atlas, 2003.

DOWBOR, Ladislau. *O que é poder local?* Disponível em: <<http://dowbor.org/08podlocal.doc>>. (Edição revista e atualizada em 2008). Acesso em: 28 abr. 2009.

DOWBOR, Ladislau. *Desenvolvimento local e racionalidade econômica*. 2006. Disponível em: <<http://dowbor.org/06deslocalcurto4pb.doc>>. Acesso em: 28 abr. 2009.

DOWBOR, Ladislau. *Da globalização ao poder local*: a nova hierarquia dos espaços. 1995. Disponível em: <<http://dowbor.org/5espaco.asp>>. Acesso em: 28 abr. 2009.

DUFUMIER, Marc; RÉNARD, Mathilde; NOEL, Naomi; ATHAYDE, Vitor de Athayde Couto. Reestruturação da cacaicultura. *Revista Bahia Análise e Dados*. Agro Baiano. v. 13, n. 4. Salvador: SEI, mar./ 2004. p. 869-885.

DUPAS, Gilberto. *O mito do progresso*: ou o progresso como ideologia. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

FALCON, Gustavo. *Os coronéis do cacau*. Salvador: UFBA, 1995.

FARIA FILHO, Antônio Fontes; ARAUJO, Quintino Reis de. *Zoneamento do meio físico do município de Ilhéus, Bahia, Brasil, utilizando a técnica de Geoprocessamento*. 2003. Disponível em: <<http://www.ceplac.gov.br/Agrotropica/boletim%20tecnico/187.pdf>>. Acesso em: 12 jul.2007.

FERNANDES, Antônio Sérgio Araújo; BONFIM, Washington Luís de Souza. A democratização da gestão municipal no Brasil: a abordagem teórica do objeto. In: LUBAMBO, Catia; COÊLHO, Denílson Bandeira; MELO, Marcus André. (Orgs.). *Desenho institucional e participação política: experiências no Brasil contemporâneo*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2005. p. 131-152.

FERRAZ, Serafim Firmino de Souza. *Estratégias de desenvolvimento local e mercado de trabalho - a emergência de um campo profissional*. Tese. 227f. (Doutorado em Administração de Empresa). Fundação Getúlio Vargas. São Paulo: FGV. 2000. Disponível em: <<http://servicos.capes.gov.br/capesdw/resumo.html?idtese=200075433014019001P0>>. Acesso em: 28 abr. 2009. (Resumo).

FIGUEIREDO, Antônio Marcus Lima. *De Ilhéus para o mundo: o discurso sobre o patrimônio histórico de Ilhéus em sites de turismo*. Dissertação. 106f. (Mestrado em Cultura e Turismo). Universidade Estadual de Santa Cruz. Ilhéus/BA: UESC, 2006.

FISCHER, Tânia. Poderes locais, desenvolvimento e gestão – introdução a uma agenda. In: FISCHER, Tânia. (Org.) *Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação*. Salvador/BA: Casa da Qualidade, 2002. p. 12-32.

FONTES, Angela Maria Mesquita. *Território e estratégia de desenvolvimento: alternativas de gestão no médio Paraíba*. Tese. 284f. (Doutorado em Geografia). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000. Disponível em: <<http://servicos.capes.gov.br/capesdw/resumo.html?idtese=200015731001017024P4>>. Acesso em: 28 abr. 2009. (Resumo)

FRANÇA, Cássio Luiz de; VAZ, José Carlos; SILVA, Ivan Prado. (Orgs.). *Aspectos econômicos de experiências em desenvolvimento local*: um olhar sobre a articulação de atores. São Paulo: Instituto Pólis, 2002.

FRANCA, Luiz Bevilaqua Penna. *Processo de gestão do desenvolvimento: Proposta metodológica de sistematização das informações para o planejamento participativo*. Tese. 225f. (Doutorado em Engenharia da Produção). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998. Disponível em: <<http://servicos.capes.gov.br/capesdw/resumo.html?idtese=199828131001017035P6>>. Acesso em: 28 abr. 2009. (Resumo)

FREITAS, Antônio Guerreiro de; PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. *Caminhos ao encontro do mundo*: a capitania, os frutos de ouro e a princesa do sul – Ilhéus, 1534 – 1940. Ilhéus: Editus, 2001.

FUNDAÇÃO CENTRO DE PROJETOS E ESTUDOS (BA). Ilhéus-Itabuna: estratégia de desenvolvimento. Governo do Estado da Bahia. Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. Salvador, 1992.

FURTADO, Celso. O subdesenvolvimento revisitado. *Revista Economia e Sociedade*. n. 1. Campinas, 1992.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GIL, Antonio Carlos. *Técnicas de pesquisa em economia*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1990.

GOMES, Erasmo. *A experiência brasileira de pólos tecnológicos: uma abordagem político-institucional*. 166f. Dissertação. (Mestrado em Política Científica e Tecnológica). Instituto de Geociências. Universidade Estadual de Campinas. Campinas-SP: UNICAMP, 1995.

GOVERNO DA BAHIA. Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia. *Pólo de Ilhéus: avaliação e perspectivas*. Superintendência de Planejamento Estratégico. Elaboração: Diretoria de Avaliação de Políticas Públicas. Sumário executivo. Governo da Bahia, set./2009. 19 p.

GUIMARÃES, Leonardo. (Diretor Executivo – Porto Digital de Recife). *Arranjo Produtivo de TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação*. Parque Tecnológico – Recife – Pernambuco – Brasil. Apresentação em Power Point. I Fórum de Empreendedorismo e Inovação – Gestão para a sustentabilidade. Ilhéus-BA: UESC, jun./2010.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HEIDEMANN, Francisco G. Do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento. In: HEIDEMANN, Francisco G; SALM, José Francisco (Orgs.). *Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise*. Brasília: Editora UnB, 2009. p. 23-39.

HEINE, Maria Luiza. As crises regionais. 02 mai./2008. Disponível em: <http://www.otabuleiro.com.br/news_det.php?id=16298>. Acesso em: 27 set./2009.

HEINE, Maria Luiza. História de Ilhéus. Agência de Notícias R2CPRESS. Postado em 04 dez./2007. Disponível em: <<http://www.r2cpress.com.br/node/16>>. Acesso em: 24 set. 2009.

HEINE, Maria Luiza. *Jorge Amado e os coronéis do cacau*. Ilhéus-BA: Editus, 2004.

HIRSCHMAN, Albert Otto. *Auto-subversão - teorias consagradas em xeque*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

HOFFMANN, Geraldo. *Empresa suíça apóia produtores de cacau orgânico na Bahia*. 29 jan. 2008. Disponível em: <http://www.swissinfo.ch/por/economia/Empresa_suica_apoia_produtores_de_cacau_organic_o_na_Bahia.html?cid=858178>. Acesso em: set./2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Dados sobre o município de Ilhéus. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: jun. 2009.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Contas Nacionais, número 18. Produto Interno Bruto dos Municípios (2004). Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

II FESTIVAL DO CHOCOLATE DA BAHIA. Registro de observações. Ilhéus-BA: Centro de Convenções, 2 a 6 de jun. de 2010.

JORNAL A REGIÃO. Preço da arroba do cacau chega aos R\$ 96. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/aregiao/arquivo/archives/2009/01/entry_4049.html>. Acesso em: 01 out. 2009.

JORNAL DA UESC – Universidade Estadual de Santa Cruz. *Primeiro e segundo lugar para pesquisadores da UESC*. Concurso ideias inovadoras. Ano XI, n. 122, dez./2009. p. 12

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo : Atlas, 1991.

LATOUCHE, Serge. Contribution à l'histoire du concept de développement. In: COQUERY-VIDROVITCH, et al. *Por une histoire du développement: Etats, sociétés, développement*, Paris: L'Harmattan, 1998. p. 41-60.

LOBATO, Ronald. Planejamento como instrumento para o desenvolvimento. *Bahiagás Documenta*. O Novo paradigma de desenvolvimento do Sul da Bahia. Bahiagás e Governo da Bahia/Secretaria de Infraestrutura: Salvador, mar.2010. p. 18-33.

LOBATO, Ronald Arantes. A lógica e a estratégia de desenvolvimento na Bahia. *Revista Bahia Análise e Dados*. Logística, Infraestrutura de transportes e desenvolvimento. v. 13, n. 2. Salvador: SEI, set. 2003. p. 187-201.

LOIOLA, Elisabeth; RIBEIRO, Maria Tereza Franco. Política de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) como instrumento de governança para o desenvolvimento. *Revista Bahia Análise e Dados*. Ciência, Tecnologia e Inovação. v. 14, n. 4. Salvador: SEI, mar./ 2005. p. 687-706.

LUSTOSA, Maria Cecília Junqueira. Industrialização, meio ambiente, inovação e competitividade. In: MAY, Peter H.; LUSTOSA, Maria Cecília; VINHA, Valéria da (Orgs.) *Economia do meio ambiente: teoria e prática*. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. p. 155-172.

MAGALHÃES, Davidson. Os novos horizontes do sul da Bahia. *Bahiagás Documenta*. O Novo paradigma de desenvolvimento do Sul da Bahia. Bahiagás e Governo da Bahia/Secretaria de Infraestrutura: Salvador, mar.2010. p. 7-16.

MAGALHÃES, Joana de Andrade Hage Fialho. *Cultura, Turismo e desenvolvimento da cidade de Ilhéus – BA: uma análise da gestão de Jubes Ribeiro (1996-2004)*. 2006. 272 f. Dissertação (Mestrado em Cultura & Turismo) – Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2006.

MAY, Peter H. Avaliação integrada da economia do meio ambiente: propostas conceituais e metodológicas. In: ROMEIRO, Ademar Ribeiro; REYDON, Bastian Philip; LEONARDI, Maria Lucia Azevedo (Orgs.). *Economia do meio ambiente: teoria, políticas e a gestão de espaços regionais*. Campinas: UNICAMP/IE, 1996. p. 53-60.

MALUF, Renato Sérgio. Atribuindo sentido(s) à noção desenvolvimento econômico. *Revista Sociedade e Agricultura*, v. 15, Rio de Janeiro: UFRRJ, 2000. p. 53-86.

MARCIS, Teresinha. *Viagem ao Engenho de Santana*. Ilhéus: Editus, 2000.

MARINHO, Pedro Lopes. *Produto básico, crescimento e desenvolvimento regional: o cacau no sul da Bahia*. Dissertação. 82 f. (Mestrado em Desenvolvimento Econômico). Universidade Federal do Paraná. Curitiba-PR: UFPR, 2001.

MATTOS, Luciano Carlos Vital de. *Análise econômica e social do plantio técnico da piaçaveira no sudeste da Bahia*. Dissertação. 94 f. (Mestrado em Economia). Faculdade de Economia. Universidade Federal da Bahia – UFBA. Salvador: UFBA, 1998.

MATTOS, Samuel Leandro Oliveira de. *Análise da adequação da oferta turística de Ilhéus em relação ao perfil de sua demanda: ênfase em hospedagem*. Dissertação. 224f. (Mestrado em Cultura e Turismo). Universidade Estadual de Santa Cruz. Ilhéus/BA: UESC, 2003.

MATTOS, Sandra Maria Cerqueira da Silva. Arranjos produtivos locais como estratégia para o desenvolvimento local: o caso de Maracás. *Sitientibus: Revista da Universidade Estadual de Feira de Santana*. n. 39. jul./dez. 2008. Feira de Santana-BA, 2008. p. 131-167.

MENDES, Victor Marcelo Oliveira. *A problemática do desenvolvimento em Salvador: análise dos planos e práticas da segunda metade do século XX (1950-2000)*. Tese. 274f. (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional – Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRRJ, 2006.

MENEZES, Juliana Santos. *Da Literatura ao Turismo: o caso do quarteirão Jorge Amado*. 2004. 131 f. Dissertação (Mestrado em Cultura & Turismo) – Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2004.

MENEZES, Vladson. O comportamento recente e os condicionantes da evolução da economia baiana. *Tendências da economia baiana*. Salvador-BA: Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia, 2000. p. 23-56.

MESQUITA, Augusto Sávio; CERQUEIRA, Patrícia da Silva. Agronegócio na Bahia – Dinâmica atual e perspectivas. *Revista Bahia Análise e Dados. Retrospectiva e Perspectivas*. v. 16, n. 3. Salvador: SEI, out./dez. 2006. p. 389-405.

MINTUR – Ministério do Turismo. *Plano Nacional de Turismo – 2007/2010. Uma Viagem de Inclusão*. Governo Federal. Brasília: Mintur, 2007.

MINTUR – Ministério do Turismo. *Plano Nacional do Turismo – 2003/2007. Diretrizes, Metas e Programas*. Governo Federal. Brasília: Mintur, 2003.

MIRA, Elson Cedro. *Fatores impeditivos à formação do cluster turístico-cultural de Ilhéus, Bahia*. 2003. 88 f. Dissertação (Mestrado em Cultura & Turismo) – Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2003.

MOTTA, Ivonete. *PA: Medicilandia é o maior produtor de cacau do Brasil*. 12 de maio de 2008. Disponível em: <<http://www.paginarural.com.br/noticia/88854/medicilandia-e-o-maior-produtor-de-cacau-do-brasil>>. Acesso em: set./2010.

MOTTA, Ronaldo Serôa da; MENDES, Francisco Eduardo. Instrumentos econômicos na gestão ambiental: aspectos teóricos e de implementação. In: ROMEIRO, Ademar Ribeiro; REYDON, Bastian Philip; LEONARDI, Maria Lucia Azevedo (Orgs.). *Economia do meio ambiente: teoria, políticas e a gestão de espaços regionais*. Campinas: UNICAMP/IE, 1996. p. 125-150.

MOTTA, Vânia Cardoso da. *Da ideologia do capital humano à ideologia do capital social: as políticas de desenvolvimento do milênio e os novos mecanismos hegemônicos de educar o conformismo*. Tese. 379f. (Doutorado em Serviço Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRRJ, 2007.

MULS, Leonardo Marco. *O desenvolvimento econômico local do município de Itaguará: o capital social e o papel das micro, pequenas e médias empresas*. Tese. 427f. (Doutorado em Economia). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IE/UFRJ, 2004.

NASCIMENTO, Dinalva Melo do. *Metodologia do trabalho científico: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

NASCIMENTO, Fernando Rios do. *A crise da lavoura cacauícola: sua natureza e soluções (uma análise das possibilidades do cacau)*. Brasília: IPEA, 1994.

NASCIMENTO, Fernando Rios do. *Políticas públicas e o agronegócio cacau*. Ilhéus-BA: Editus, 2004.

NOIA, Angye Cássia. Desenvolvimento e Sustentabilidade: discussões e interesses que perfazem a construção do Complexo Logístico Produtivo do Sul da Bahia. Anais... V Encontro Nacional da ANPPAS. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis – SC, 4 a 7 out. 2010.

OFFE, Claus. A atual transição histórica e algumas opções básicas para as instituições da sociedade. In: BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; WILHEIM, Jorge; SOLA, Lourdes (Orgs.). *Sociedade e Estado em transformação*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: ENAP, 1999. p. 119-145.

OLIVEIRA, Ailson Pinhão de. *Representações sociais sobre elementos naturais e culturais como subsídios ao planejamento turístico sustentável em Olivença, Ilhéus-Bahia*. Dissertação. 130f. (Mestrado em Cultura e Turismo). Universidade Estadual de Santa Cruz. Ilhéus/BA: UESC, 2005.

OLIVEIRA, Francisco de. *Aproximações ao enigma: que quer dizer desenvolvimento local?* São Paulo, Polis – Programa Gestão Pública e Cidadania/EAESP/FGV, 2001. p. 11-39.

OLIVEIRA, Ana Cristina; PITOMBO, João Pedro. *Pólo de Informática de Ilhéus mergulha em sua pior crise*. Jornal A Tarde. Ano 98, nº 32.974. Salvador-BA, domingo, 19 jul. 2009.

PERAZZO, Maria Margarete de C. A.. Estratégias para o desenvolvimento do turismo na Bahia. *Revista Bahia Análise e Dados. Reforma do Estado e da Gestão Pública.* v. 19, n. 1. Salvador: SEI, abr./jun. 2009. p. 235-242.

PESSOTI, Gustavo Casseb; SAMPAIO, Marcos Guedes Vaz. Transformações na dinâmica da economia baiana: políticas de industrialização e expansão das relações comerciais internacionais. *Revista Conjuntura & Planejamento*, Salvador, n.162, p.36-49, jan./mar. 2009.

PET ILHÉUS – Planejamento Estratégico de Ilhéus. PET I (16p.) e PET II (45p.). Disponibilizados pela Secretaria de Turismo de Ilhéus, 2006.

PINTO, Roque. “Navegando à deriva”: notas etnográficas sobre o Turismo em Ilhéus, Bahia. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo.* v. 2, n. 4, p. 28-53, dez. 2008.

PORTO SUL BAHIA. Vídeo produzido pelo Governo da Bahia. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=fG18CwdecnY>>. Acesso em: 23 ago. 2010a.

PORTO SUL BAHIA. Matéria exibida no Fantástico em 25 de abril de 2010. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=S5vSKCn1ao&feature=related>>. Acesso em: 23 ago. 2010b.

PUTNAM, Robert D. *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna.* Rio de Janeiro: FGV, 1996.

QUEIROZ, Lúcia. Ilhéus – O pólo turístico da região do cacau. *Revista Bahia Análise e Dados. Turismo.* v. 2, n. 4. Salvador: SEI, mar. 1993. p. 27-31.

QUEIROZ, Lúcia Aquino de. O Pólo de Informática de Ilhéus. *Revista Bahia Análise e Dados. Retrospectivas 1997 e Perspectivas.* v. 7, n. 3. Salvador: SEI, dez./ 1997. p. 105-111.

RAMOS, Alba Regina Neves. O (re)ordenamento da cacaicultura. *Revista Bahia Análise e Dados. Agricultura – cenários, mercado externo, política e programas.* v. 2, n. 1. Salvador: SEI, jun./ 1992. p. 59-64.

REDE SUL DA BAHIA. Justo e Sustentável. Porto Sul – verdades e mentiras. Contra fatos e fotos não há argumentos. Ilhéus-BA, informativo 01, abr. 2010. Disponível em: <www.redesuldabahia.org>. Acesso em: maio. 2010.

REGGIANI, Lucia. Como construir a Bahia do Futuro. Com persistência e muita negociação, o governador do Estado abre caminhos para atrair investimentos nas áreas de indústria e infraestrutura. *Revista Valor Econômico – Estados (BA).* Mai./2010. (Entrevista: Governador Jaques Wagner). p. 24-27.

REIS, Marcio Carneiro dos. *Desenvolvimento local e espaços sociais ampliados.* Tese de doutorado. 161f. (Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: CPDA, 2006.

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA - 2006. Seção Turismo – SCT. Salvador: SEPLAN, 2006.

RIBEIRO, André Luiz Rosa. *Família, poder e mito: o município de São Jorge dos Ilhéus (1880-1912)*. Ilhéus-BA: Editus, 2001.

RIBEIRO, André Luiz Rosa. *Memória e identidade: reformas urbanas e arquitetura cemiterial na Região Cacaueira (1880-1912)*. Ilhéus: Editus, 2005.

ROCHA, Lurdes Bertol. *A Região Cacaueira da Bahia – dos coronéis à vassoura-de-bruxa: saga, percepção, representação*. Ilhéus-BA: Editus, 2008.

ROCHA, Lurdes Bertol. *A Região Cacaueira da Bahia: uma abordagem fenomenológica*. 2006. 290 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 2006.

RODRIGUES, Margarita de Cássia Viana. *Desenvolvimento local, turismo e lazer no agreste central de Pernambuco*. Tese de doutorado. 204f. (Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: CPDA, 2007.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro; SALLES FILHO, Sergio. Dinâmica de inovações sob restrição ambiental. In: ROMEIRO, Ademar Ribeiro; REYDON, Bastian Philip; LEONARDI, Maria Lucia Azevedo (Orgs.). *Economia do meio ambiente: teoria, políticas e a gestão de espaços regionais*. Campinas: UNICAMP/IE, 1996. p. 83-122.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Economia ou economia política da sustentabilidade. In: MAY, Peter H. ; LUSTOSA, Maria Cecília; VINHA, Valéria da (Orgs.) *Economia do meio ambiente: teoria e prática*. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. p. 1-29.

ROVER, Oscar José. *Redes de Poder e Governança Local: análise da gestão político-administrativa em três fóruns de desenvolvimento com atuação na região Oeste de Santa Catarina/Brasil*. Tese. 251f. (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2007. Disponível em: <<http://servicos.capes.gov.br/capesdw/resumo.html?idtese=2007442001013071P3>>. Acesso em: 28 abr. 2009. (Resumo)

SANTANA, S. O. de et al. Zoneamento Agroecológico do município de Ilhéus, Bahia, Brasil. Boletim Técnico nº 186. Ilhéus: CEPLAC/CEPEC, 2003.

SANTANA, Marta M^a Cardoso de A.; SODRÉ, George Andrade; MARROCOS, Paulo Cesar Lima. Marketing internacional do cacau baiano: deficiências e oportunidades. *Revista Agrotrópica*. CEPLAC-CEPEC, vol. 20, jan./dez. 2008. p. 53-60.

SANTIAGO, Rosângela. Base para a economia do conhecimento. O Parque Tecnológico da Bahia fará pesquisas nas áreas de biotecnologia e saúde, energia e ambiente e tecnologia da informação e da comunicação. *Revista Valor Econômico – Estados (BA)*. Mai./2010. (Inovação). p. 77-78.

SANTOS FILHO, Lindolfo P. dos, et al. Produção de cacau e vassoura de bruxa na Bahia. *Revista Agrotrópica*. CEPLAC-CEPEC, vol. 20, jan./dez. 2008. p. 73-82.

SANTOS, Luciano Damasceno. *Concorrência e cooperação em arranjos produtivos locais: o caso do Pólo de Informática de Ilhéus/BA*. Dissertação. 159f. (Mestrado em Economia). Faculdade de Ciências Econômicas. Universidade Federal da Bahia. Salvador-BA: UFBA, 2005.

SANTOS, Paulo Rodrigues dos. *Ilhéus, o porto e a crise regional*. Dissertação. 199f. (Mestrado em Geografia), Instituto de Geociências. Universidade Federal da Bahia. Convênio UESC/UFBA. Salvador-BA: UFBA, 2001.

SANTOS, Roque Pinto da Silva. *Patrones actitudinales de los gestores del turismo en Ilhéus (Brasil)*. 426f. Tese. (Doutorado). Facultad de Historia y Geografía Departamento de Prehistoria, Antropología e Historia Antigua. Espanha: Universidad de La Laguna, 2010.

SANTOS, Valdcarlos da Silva. *O Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Informática e Eletro-Eletrônicos de Ilhéus – CEPEDI como instrumento de desenvolvimento tecnológico para o Pólo de Informática em Ilhéus*. Monografia. 46f. (Faculdade de Economia). Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC. Ilhéus-BA: UESC, 2004.

SAUER, Adeum Hilário. *Participação Social na Região Cacaueira da Bahia: uma análise regional e uma investigação empírica com produtores de cacau em dois municípios (Itajuípe e Canavieiras)*. Dissertação. 182f. (Mestrado em Economia Rural e Sociologia Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 1981.

SCT – Secretaria da Cultura e Turismo. Governo do Estado da Bahia. *Século XXI – Consolidação do Turismo: estratégia turística da Bahia 2003-2020*. Salvador: A Secretaria, 2005.

SCT – Secretaria da Cultura e Turismo. Governo do Estado da Bahia. *Fluxo dos principais destinos*. Disponível em: <<http://www.setur.ba.gov.br/indicadores/principais-indicadores/fluxo-dos-principais-destinos/>>. Acesso em: 20 out. 2010a.

SCT – Secretaria da Cultura e Turismo. Governo do Estado da Bahia. *Participação das Zonas Turísticas*. Disponível em: <<http://www.setur.ba.gov.br/indicadores/principais-indicadores/participacao-das-zonas-turisticas/>>. Acesso em: 20 out. 2010b.

SEAGRI – SECRETARIA DA AGRICULTURA DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. Nota Técnica (Abril de 2009). Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira – 3^a e 4^a etapas. Disponível em: <http://www.seagri.ba.gov.br/not_notatecnica20042009.pdf>. Acesso em: 28 set. 2009. 33 p.

SECRETARIA DA AGRICULTURA DE ILHÉUS – BA. Endividamento do cacau. Relatório encaminhado, em reunião, ao Ministério da Agricultura e disponibilizado pelo Secretário Isidoro Gesteira. Ilhéus-BA. 25 ago. 2009a.

SECRETARIA DA AGRICULTURA DE ILHÉUS – BA. Informações sobre produção agrícola, ênfase na cacauicultura. Reunião com o Secretário Isidoro Gesteira. Ilhéus-BA, 25 ago. 2009b.

SECRETARIA DA AGRICULTURA DE ILHÉUS – BA. *Dados sobre cacaicultura.* Informações obtidas por telefone em conversa com o Secretário Isidoro Gesteira. Ilhéus-BA, 04 nov. 2009c.

SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MINERAÇÃO. SECRETARIA DE PLANEJAMENTO. GOVERNO DA BAHIA. Complexo Logístico Porto Sul – Projeto conceitual, Caderno Publicitário, Contornos Conceituais de um projeto estrutural e Notícias. Disponível em: <<http://www.seplan.ba.gov.br>>; <<http://www.sicm.ba.gov.br>>. Acesso em: 18 abr. 2010.

SEDEC – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. Distribuição Anual dos Tributos Estaduais (ICMS, IPI, IPVA, FIES). Dados extraídos do *site* da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia – SEFAZ. Ilhéus-BA, 2009.

SEI – SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. 2007, 2006, 2002, 2000. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br/images/pib/xls/municipal>>. Acesso em: 06 set. 2009.

SEI – SUPERINTENDENCIA DE ESTUDOS ECONOMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. Dez anos de economia baiana. Salvador: SEI, 2002.

SEINP – Secretaria Extraordinária da Indústria Naval e Portuária. Governo do Estado da Bahia. Apresentação – Complexo Intermodal Logístico Porto Sul, Segmento Náutico, Indústria Naval e Offshore. Maio de 2010.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEPLAN – Secretaria de Planejamento. Governo da Bahia. Porto Sul Bahia. Disponível em: <<http://www.seplan.ba.gov.br/verProjeto.php?varCodigo=5>>. Acesso em: 18 abr. 2010a. SEPLAN – Secretaria de Planejamento. Governo da Bahia. Caderno Publicitário. Disponível em: <http://www.seplan.ba.gov.br/sgc/arquivos/20100315_095657_porto_sul_book.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2010b.

SHIKI, Simone de Faria Narciso. *Estado, Políticas Públicas e Desenvolvimento Local: Sustentabilidade do Turismo no Nordeste Brasileiro*. Tese. 361f. (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável). Universidade de Brasília. Brasília: UnB, 2007. Disponível em: <<http://servicos.capes.gov.br/capesdw/resumo.html?idtese=2007353001010044P0>>. Acesso em: 28 abr. 2009. (Resumo)

SICM – Secretaria da Indústria, Comércio de Mineração. Governo da Bahia. Porto Sul começa a sair do papel e representa investimento de R\$ 4 bi. Disponível em: <<http://www.sicm.ba.gov.br/Noticia/378/Porto-Sul-comeca-a-sair-do-papel-e-representa-investimento-de-R-4-bi.aspx>>. Acesso em: 18 abr. 2010.

SICM – Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração. Governo da Bahia. Complexo Logístico Porto Sul – Bahia. Disponível em: <<http://www.sicm.ba.gov.br/Pagina/44/Complexo-Logistico-Porto-Sul--Bahia.aspx>>. Acesso em: 4 ago. 2010.

SILVA, Antonio Joaquim Bastos da. *Análise da distribuição do crédito rural e dos fatores que afetam e limitam seu uso na região cacaueira da Bahia*. Dissertação. 95 f. (Mestrado em Economia Rural). Faculdade de Economia Rural. Universidade Federal de Viçosa – UFV. Viçosa-MG: UFV, 1979.

SILVA, Claudete de Castro. *Desenvolvimento econômico, modelo federativo e município no Brasil. Análise de estratégias de desenvolvimento econômico local nas gestões municipais de Ribeirão Preto (SP) na década de noventa*. Tese. 268f. (Doutorado em Geografia Humana). Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 1998. Disponível em: <<http://servicos.capes.gov.br/capesdw/resumo.html?idtese=199825833002010035P8>>. Acesso em: 28 abr. 2009. (Resumo)

SILVA, Domingos Nascimento; MENDES, Luiz Gonzaga. Variação da Estrutura Fundiária do Estado da Bahia. *Revista Bahia Agrícola. Socioeconomia*. v. 2, n. 3, novembro de 1998. Disponível em: <http://www.seagri.ba.gov.br/revista/rev_1198/fundiaria.htm>. Acesso em: 01 out. 2009. [s.p.]

SILVA FILHO, Urbano Cavalcante da. *Discurso, identidade e representação social: uma análise lingüístico-discursiva da publicidade turística impressa da Costa do Cacau Ilhéus – Bahia*. Dissertação. 179f. (Mestrado em Cultura e Turismo). Universidade Estadual de Santa Cruz. Ilhéus/BA: UESC, 2008.

SILVA, José Carlos Almeida da. *Avaliação da política comercial das exportações brasileiras. O caso do cacau e do fumo da Bahia*. Dissertação. 253f. (Mestrado em Economia). Universidade Federal da Bahia. Salvador-BA: UFBA, 1980.

SILVA, Rita de Cássia Dantas da. *Análise do sistema de incentivos fiscais aplicados no Pólo de Informática de Ilhéus*. Monografia. 45f. (Faculdade de Economia). Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC. Ilhéus-BA: UESC, 2001.

SILVA, Sérgio Barbosa da. Pólo de Informática de Ilhéus, a "Vacina Tecnológica" contra a "Vassoura-de-Bruxa" no Território do Cacau ?. Disponível em: <http://web.unifacs.br/analisar/pdfs/polo_de_informatica_ilheus.pdf>. Acesso em: 19 out. 2010.

SILVEIRA, Caio Márcio. Desenvolvimento local: concepções, estratégias e elementos para avaliação de processos. In: FISCHER, Tânia. (Org.) *Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação*. Salvador/BA: Casa da Qualidade, 2002. p. 239-244.

SIMÕES, Alexsandro Fabrício Melo. *Análise das exportações de cacau da Bahia na forma de amêndoas e derivados no período de 1958 a 1998*. Monografia. 41f. (Faculdade de Ciências Econômicas). Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC. Ilhéus-BA: UESC, 2000.

SINEC – Sindicato das Indústrias de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos, Computadores, Informática e Similares de Ilhéus e Itabuna. *Dados sobre o Pólo de Informática*. Obtidos através de e-mail. Ilhéus-BA: SINEC, nov./2010a.

SINEC – Sindicato das Indústrias de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos, Computadores, Informática e Similares de Ilhéus e Itabuna. *Dados sobre o Pólo de Informática*. Obtidos através de e-mail e por conversa em telefone. Ilhéus-BA: SINEC, 26 ago. 2009.

SINEC – Sindicato das Indústrias de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos, Computadores, Informática e Similares de Ilhéus e Itabuna. *Criação e papel do sindicato*. Disponível em: <www.sinec.org.br>. Acesso em: 01 out. 2010b.

SOUZA, Ana Paula Andrade. *O turismo como transformador do espaço em Ilhéus e Itacaré, Bahia*. Dissertação. 130f. (Mestrado em Cultura e Turismo) Universidade Estadual de Santa Cruz. Ilhéus/BA: UESC, 2005.

SUDIC – Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial. Governo do Estado da Bahia. Distrito Industrial de Ilhéus. Planta. Elaboração: Accioly-2007. Impresso em: 08 mar. 2007.

UESC – UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ. Dados extraídos do site da UESC. Disponível em: <http://www.uesc.br/a_uesc/index.php?item=conteudo_historia.php>. Acesso em: 01 out. 2009.

VEIGA, José Eli da. *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

VELOSO, Mariana de Magalhães. *Análise da lucratividade do cacau fino com relação ao cacau comum*. Relatório. 63f. (Faculdade de Administração). Universidade Estadual de Santa Cruz. Ilhéus-BA: UESC, 2006.

VINHA, Valéria da. As empresas e o desenvolvimento sustentável: da eco-eficiência à responsabilidade social corporativa. In: MAY, Peter H.; LUSTOSA, Maria Cecília; VINHA, Valéria da (Orgs.) *Economia do meio ambiente: teoria e prática*. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. p. 173-196.

WANDERLEY, Lívio Andrade; LAGES, André Maia Gomes. Novas estratégias de desenvolvimento regional: elementos para reflexão. *Revista Bahia Análise e Dados. Retrospectiva e perspectiva*. v. 14, n. 3. Salvador: SEI, dez./ 2009. p. 463-471.

ZONAS TURÍSTICAS DA BAHIA. Google Imagens. Disponível em: <<http://www.google.com.br>>. Acesso em: 13 out. 2010.

ZUGAIB, Antonio César Costa et al. *Análise do mercado processador de cacau no Brasil vista sob o modelo estrutura-conduta-desempenho*. Disponível em: <<http://www.ceplac.gov.br/radar/Análise%20do%20Mercado%20Processador.pdf>>. Acesso em: 06 nov. 2009.

ZAOUAL, Hassan. *Globalização e diversidade cultural*. São Paulo: Cortês, 2003.

ANEXOS

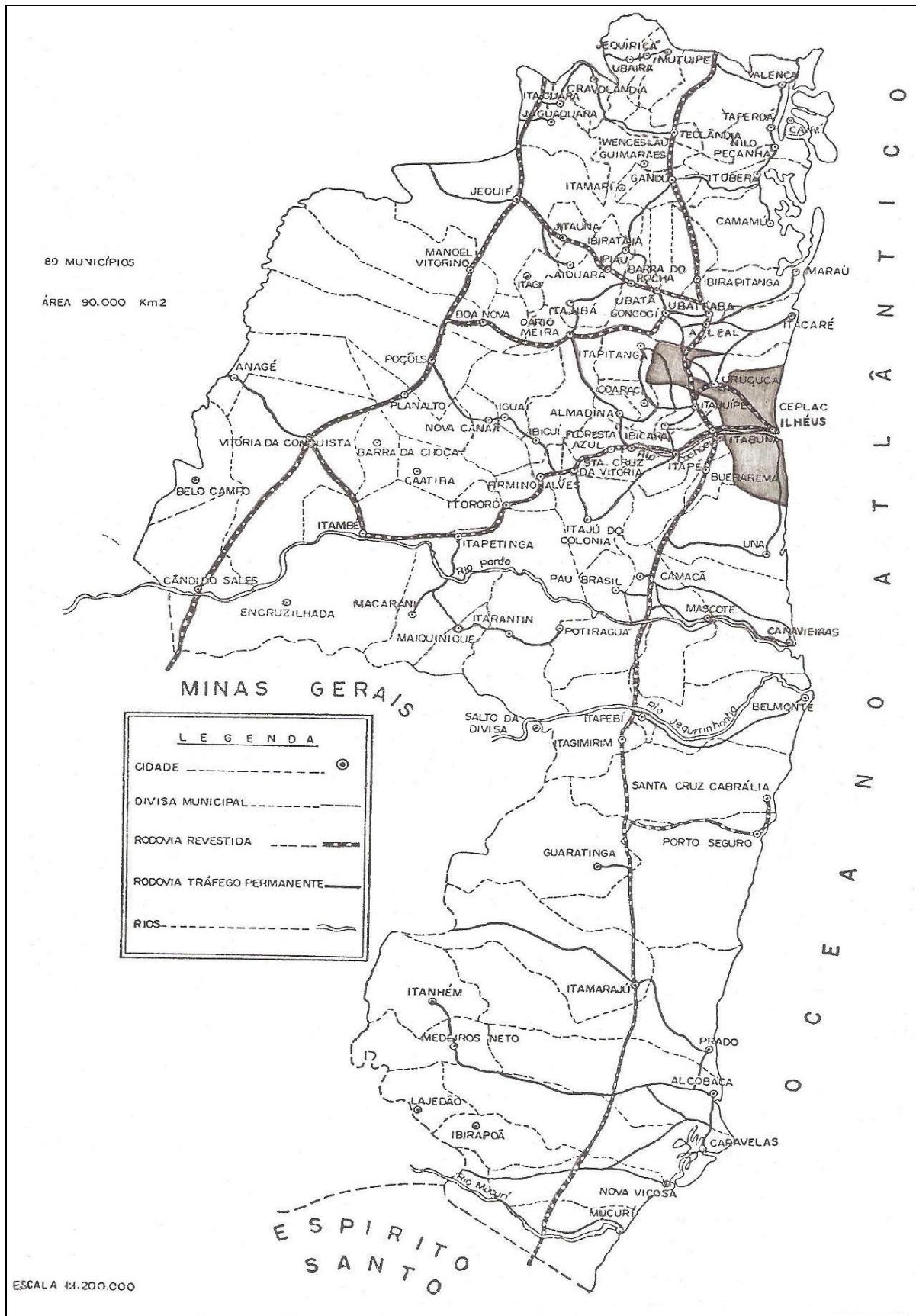
ANEXO A – Localização da Região Cacaueira, Bahia, Brasil



* A imagem foi submetida a limpeza – cor original mantida apenas no destaque da área que compreende a região cacaueira.

Fonte: MATTOS, 1998, p. 8.

ANEXO A – Região Cacaueira (Bahia), municípios em destaque



Fonte: SILVA, 1979, p. 11 (com melhoria na definição da imagem e destaque de Ilhéus).

ANEXO A – Microrregião Ilhéus/Itabuna na Mesorregião Sul Baiano



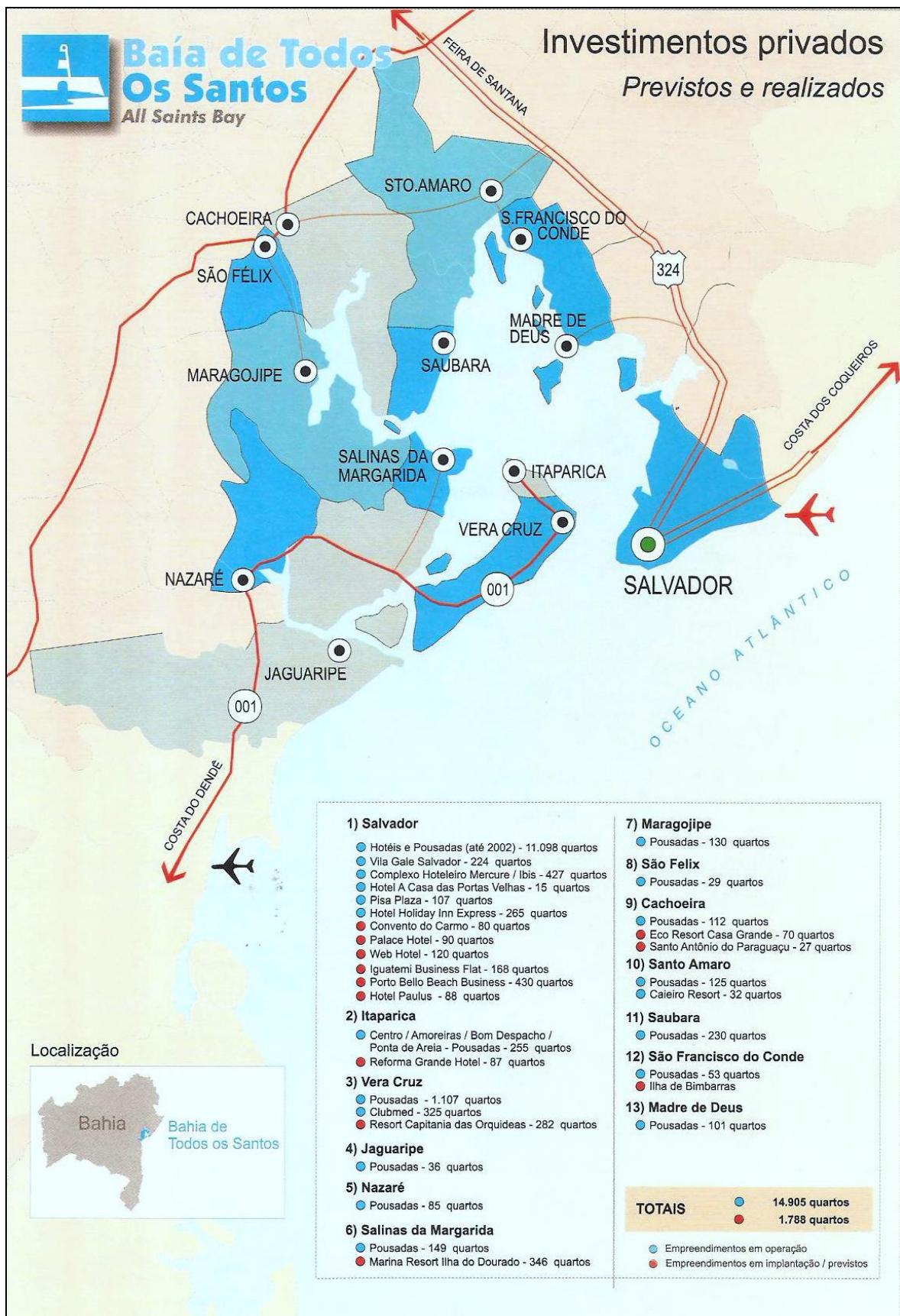
Fonte: IBGE, 2006. (Extraído de ROCHA, 2006, p. 53).

ANEXO B – Investimentos previstos e realizados, Costa do Cacau.



Fonte: SCT, 2005, p. 132.

Anexo B – Investimentos previstos e realizados, Baía de Todos os Santos



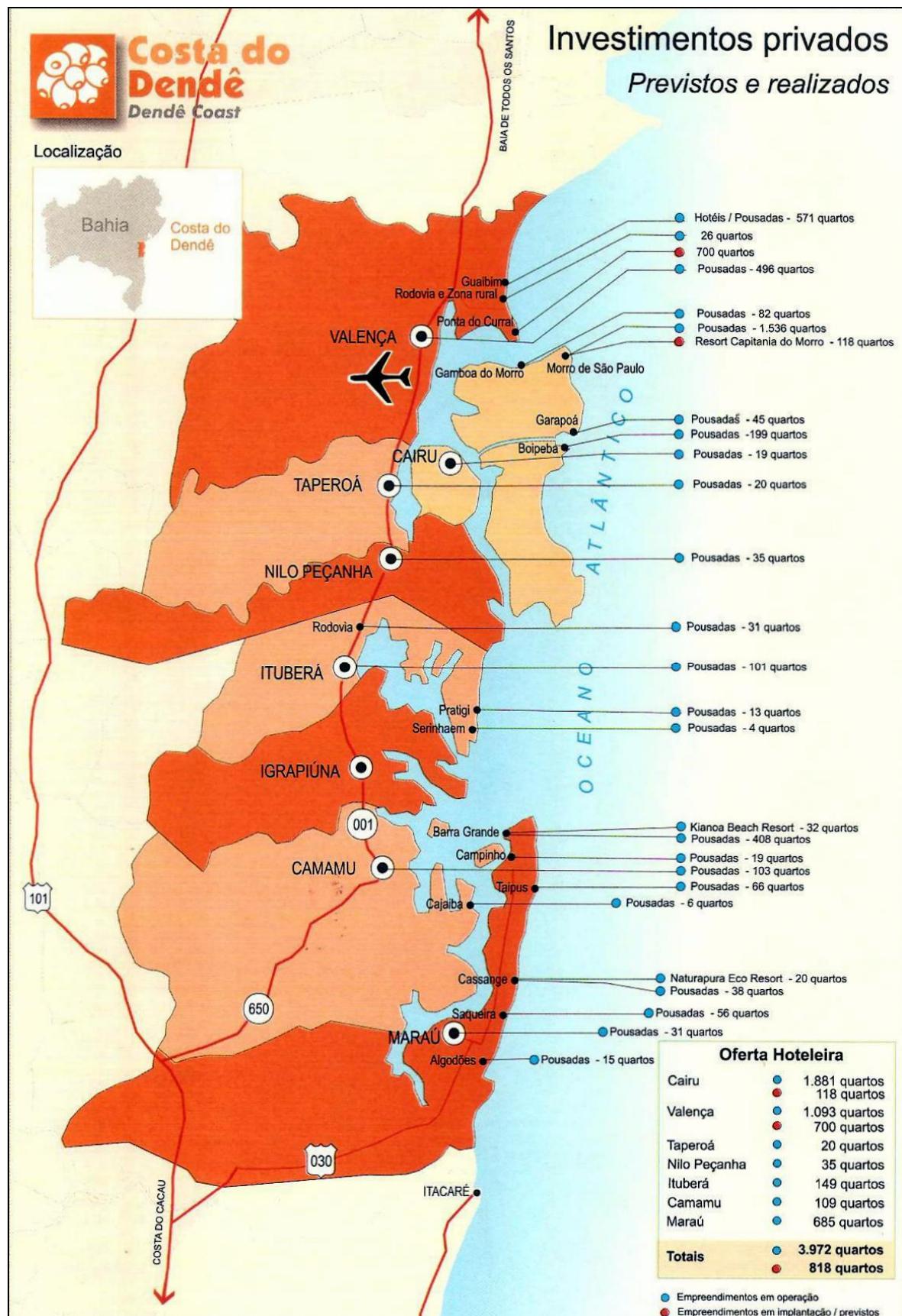
Fonte: SCT, 2005.

Anexo B – Investimentos previstos e realizados, Costa dos Coqueiros.



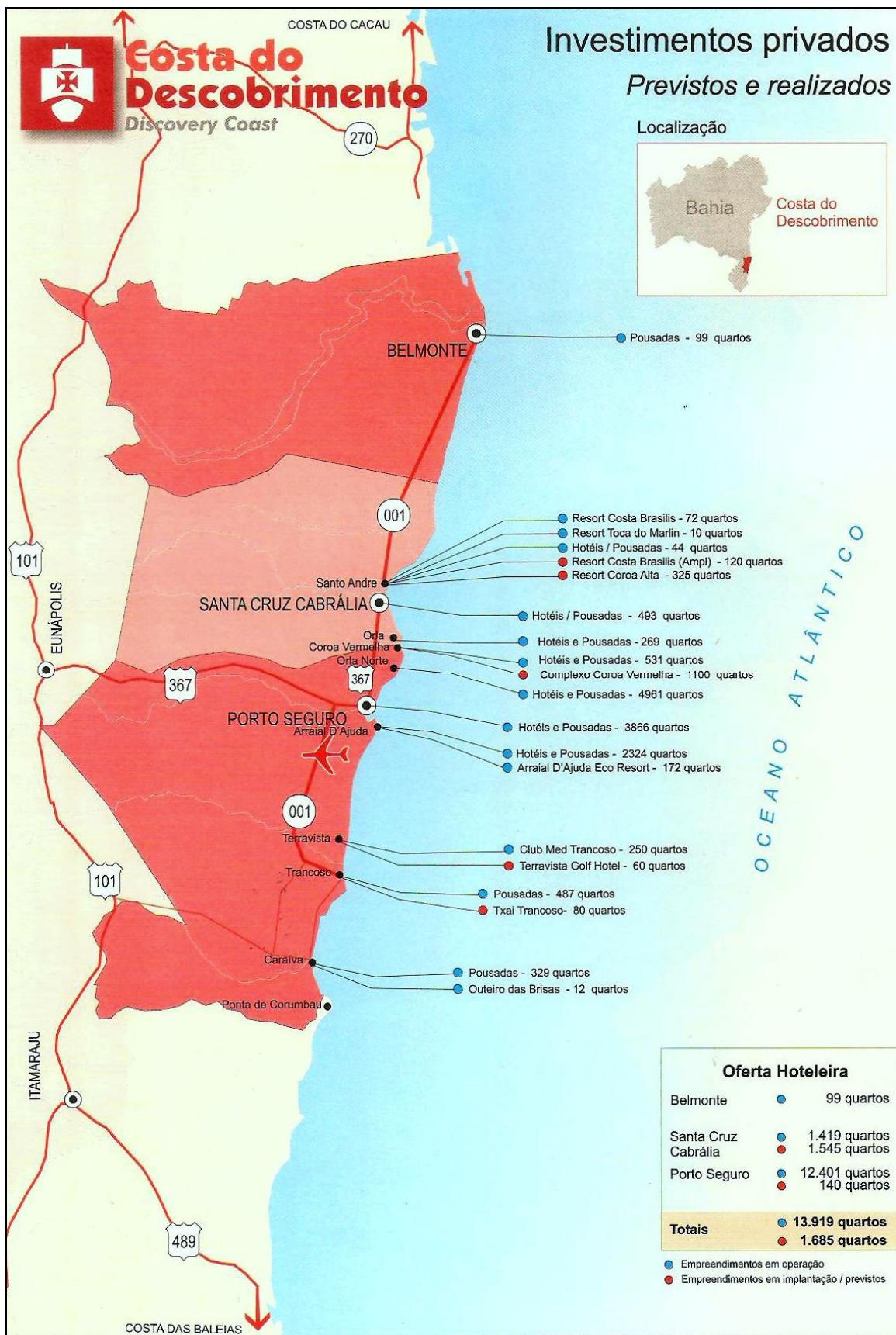
Fonte: SCT, 2005.

Anexo B – Investimentos previstos e realizados, Costa do Dendê.



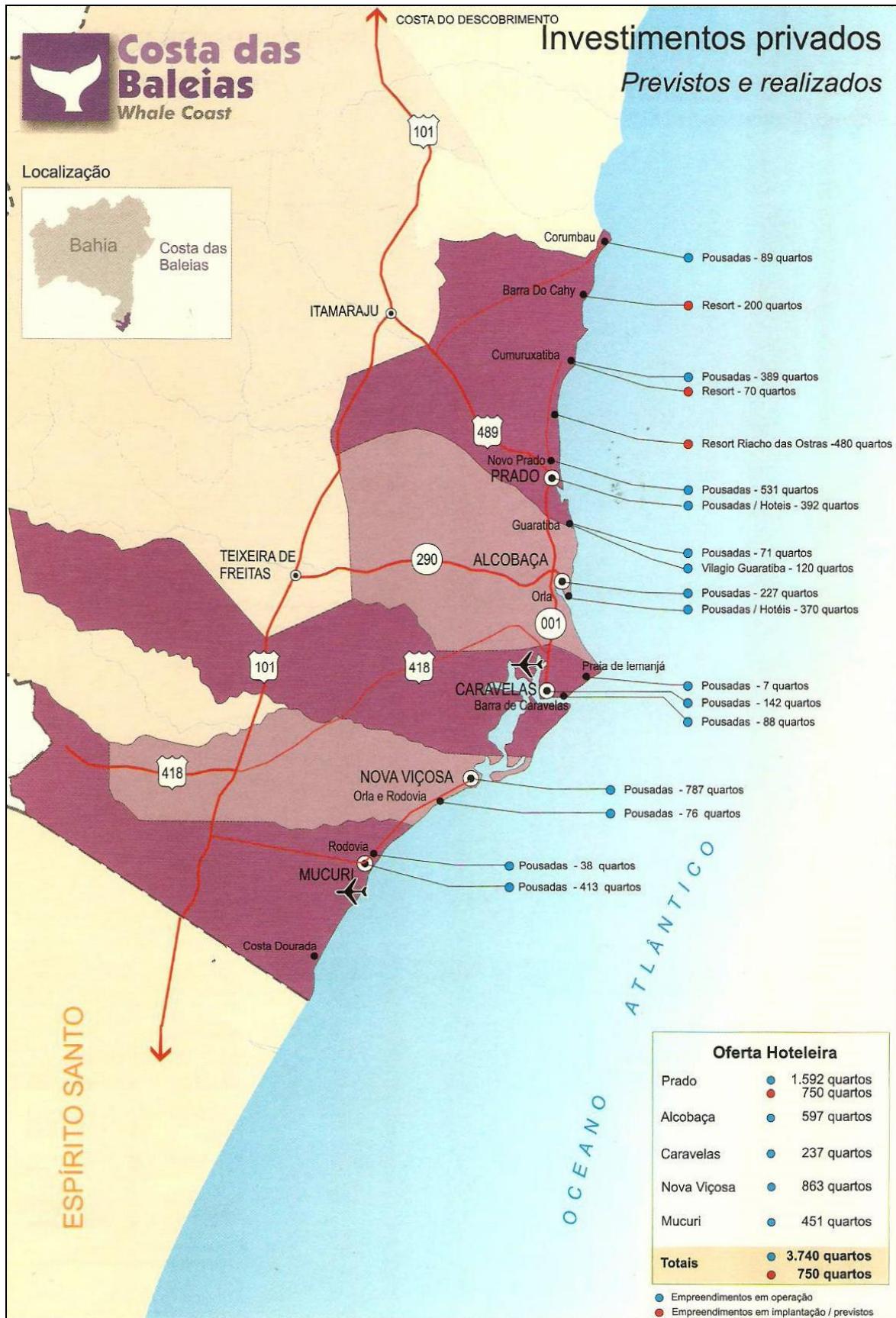
Fonte: SCT, 2005.

Anexo B – Investimentos previstos e realizados, Costa do Descobrimento



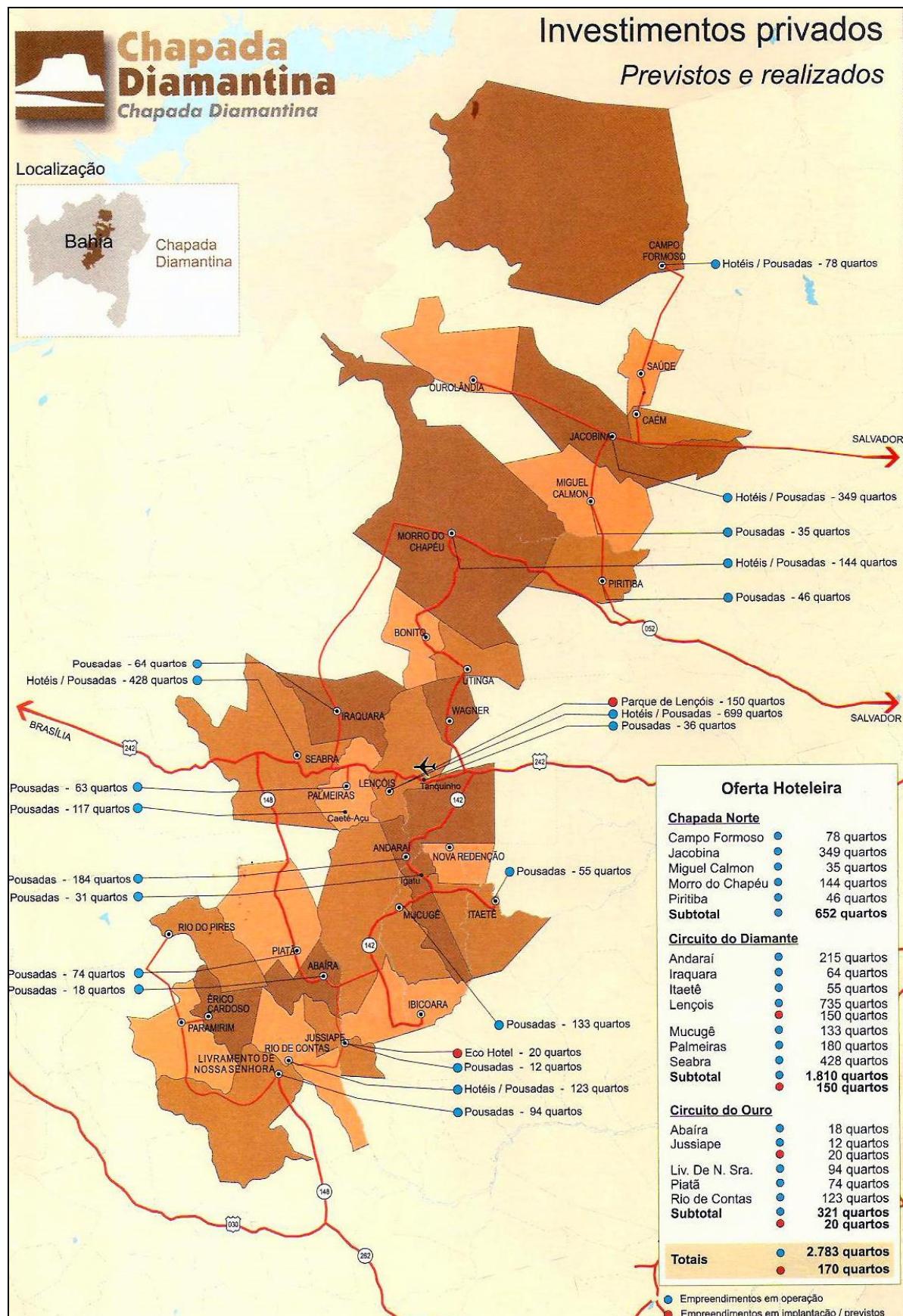
Fonte: SCT, 2005.

Anexo B – Investimentos previstos e realizados, Costa das Baleias.



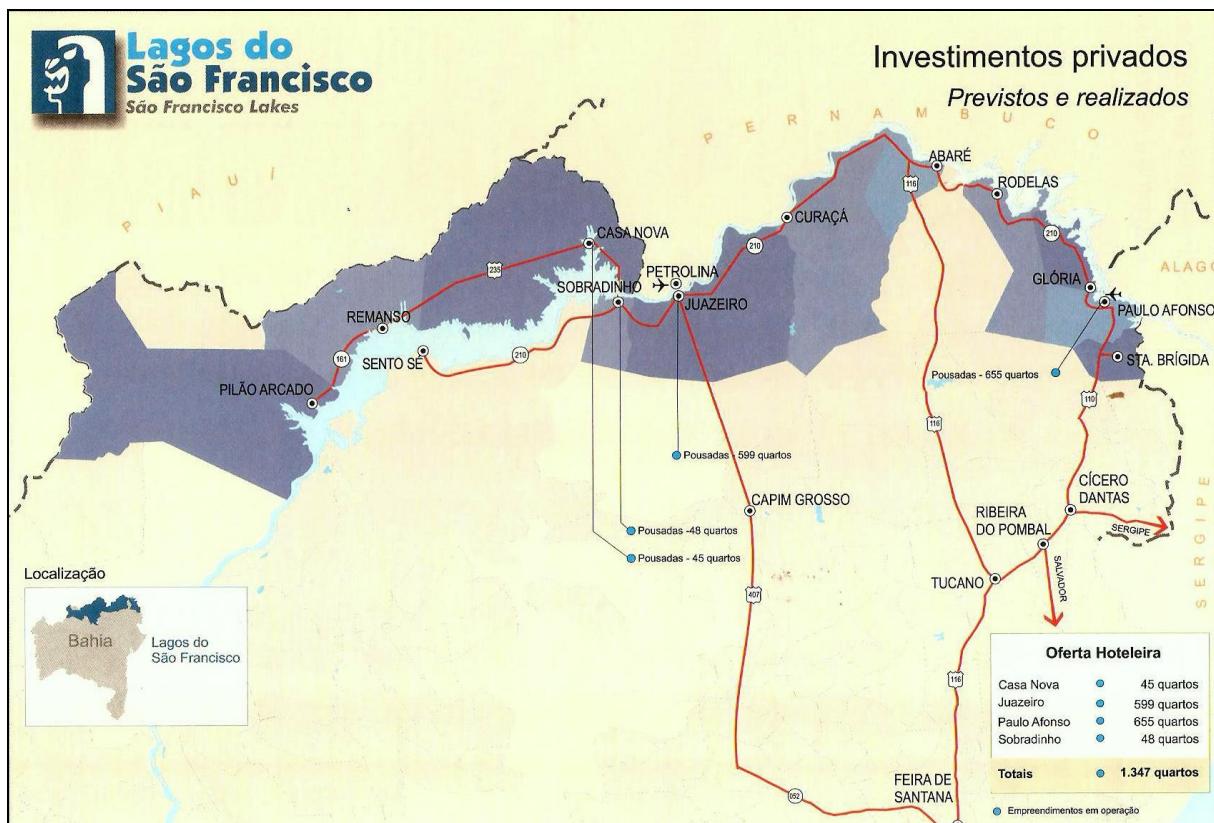
Fonte: SCT, 2005.

Anexo B – Investimentos previstos e realizados, Chapada Diamantina



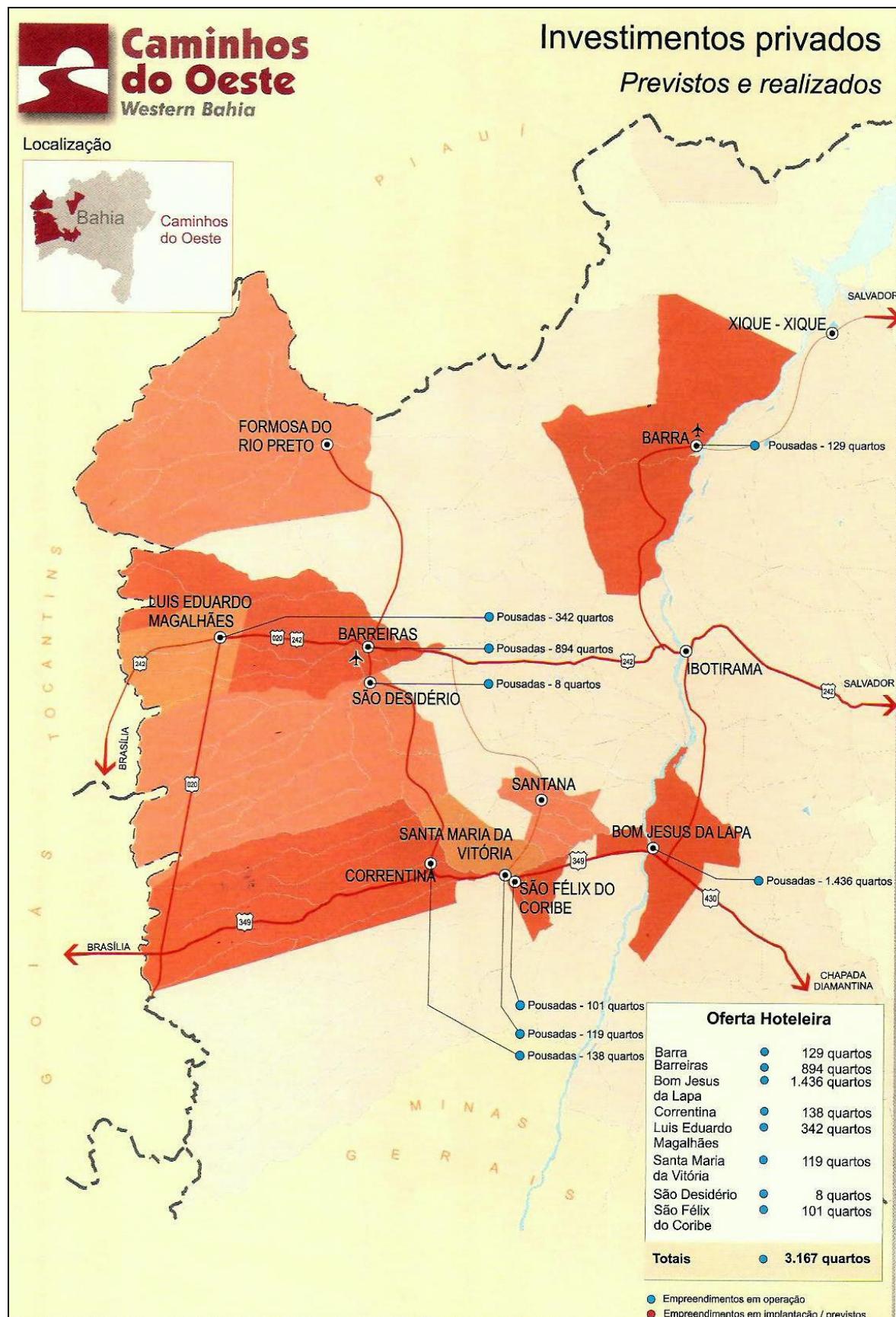
Fonte: SCT, 2005.

Anexo B – Investimentos previstos e realizados, Lagos do São Francisco



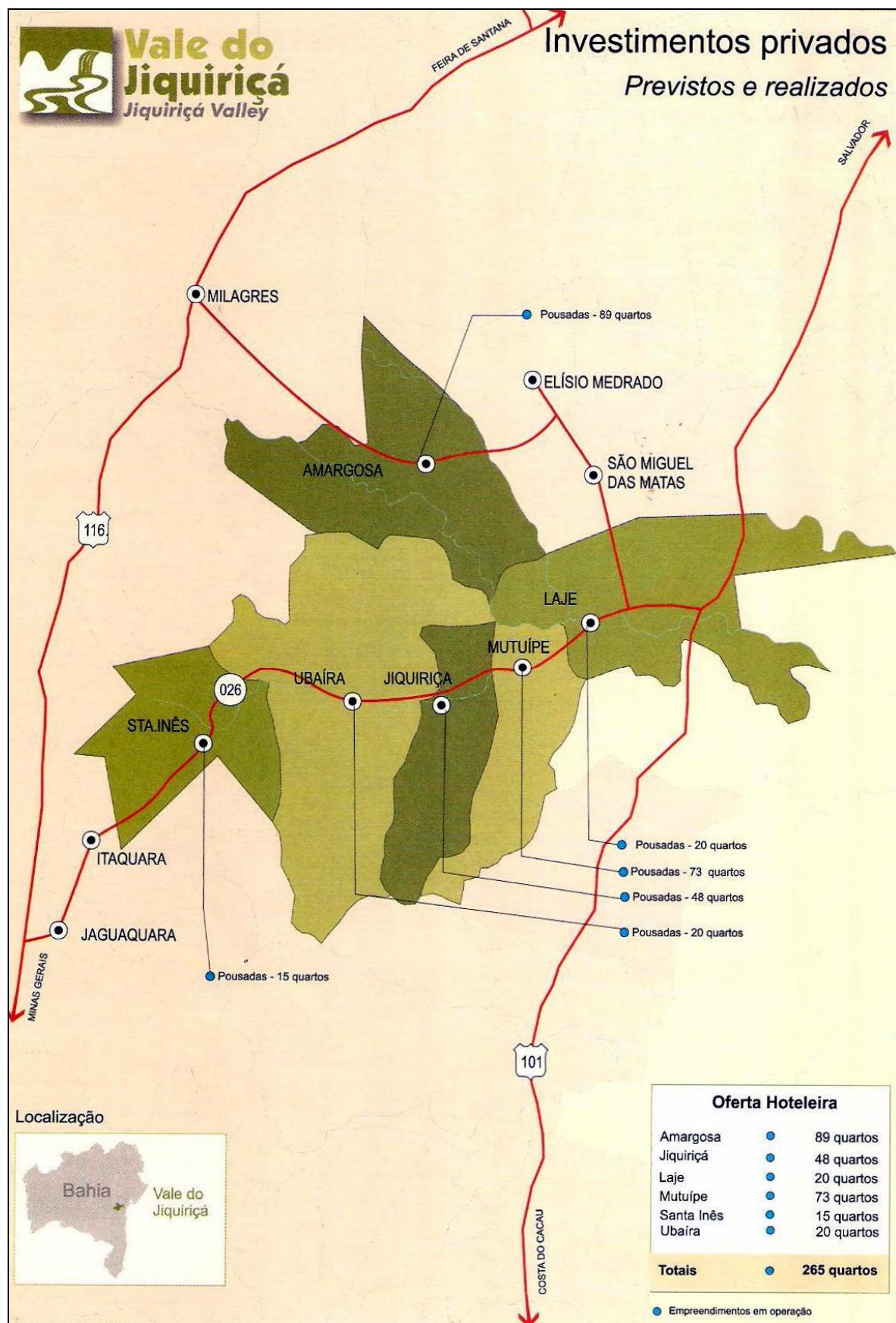
Fonte: SCT, 2005.

Anexo B – Investimentos previstos e realizados, Caminhos do Oeste



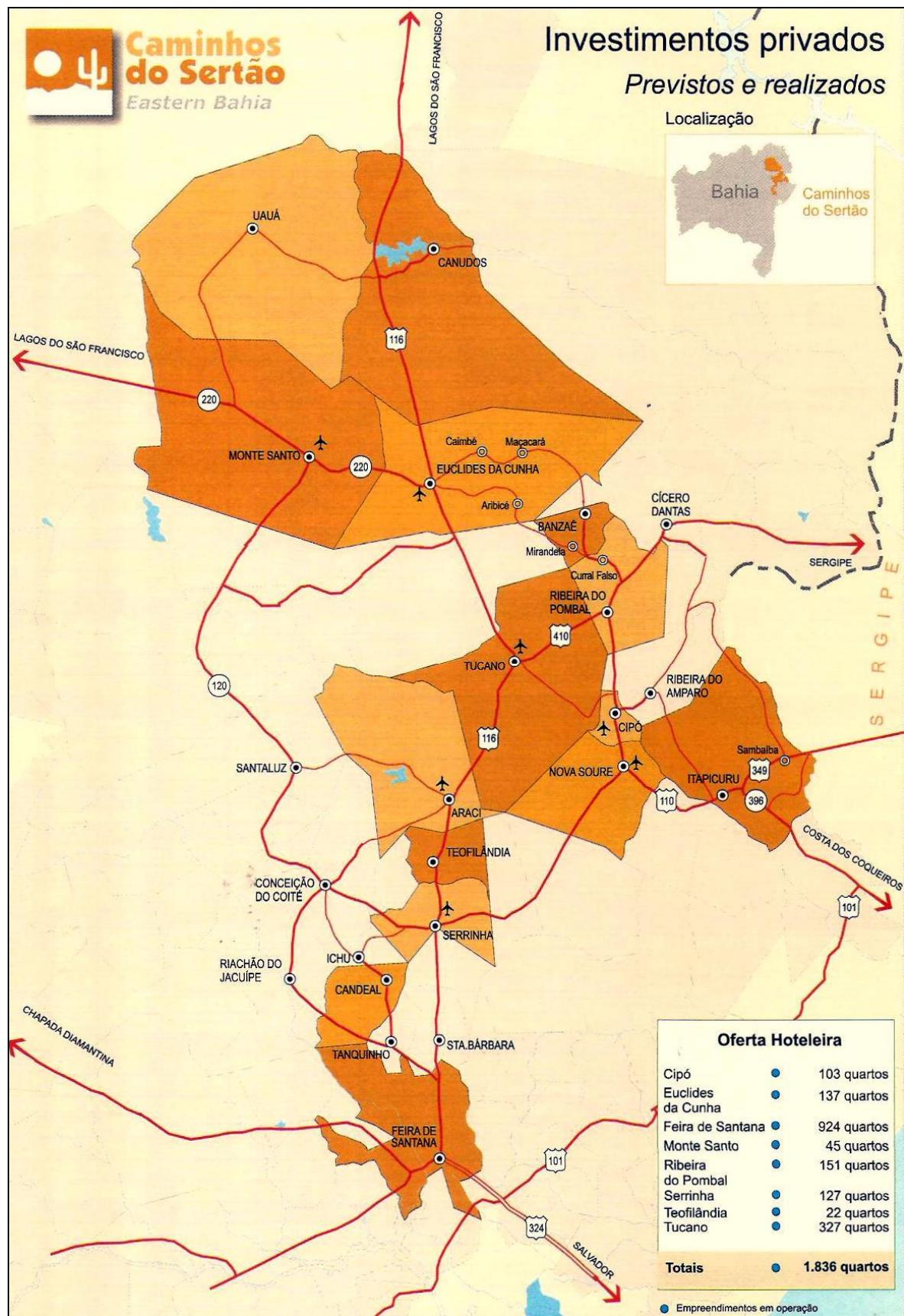
Fonte: SCT, 2005.

Anexo B – Investimentos previstos e realizados, Vale do Jiquiriçá



Fonte: SCT, 2005.

Anexo B – Investimentos previstos e realizados, Caminhos do Sertão



Fonte: SCT, 2005.